



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 05

Modelo neoextrativista, megaprojetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Coordenadoras/es

Eunápio do Carmo (NAEA/UFPA) • Jondison Rodrigues (NAEA)

Felipe Milanez (UFBA) • Rosane Brito (NAEA/UFPA)

José Raimundo Trindade (ICSA/UFPA) • Luiz Novoa (UNIR)

Ementa: Esse GT se propõe a discutir concepções presentes em sociedades da América Latina e do Caribe, no que tange ao planejamento, implantação e operacionalização de grandes projetos hidrelétricos, de mineração e de commodities agrícolas. Interessa reunir trabalhos que revelem questões e conflitos sociais que problematizam os rumos da economia mundial, nela a recente narrativa da bioeconomia, que tem revelado a mobilidade do trabalho, a migração e a expulsão de camadas crescente da populacho de seus territórios. Tem sido revelado ainda novos conflitos entre esferas de poder, violência institucional e social com a precarização de direitos e da cidadania. O GT visa debater o papel do extrativismo mineral e do agronegócio como modelo de desenvolvimento na América Latina e o seu papel no mundo atual, principalmente na produção de desigualdades, riscos, violências e expropriações na realidade contemporânea. Acolhe propostas de trabalho sobre os limites dessas políticas, os impasses colocados pelas visões dos movimento ambientalistas e dos movimentos sociais e étnicos, enquanto questionamentos postos ao modelo neoextrativista-desenvolvimentista.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

CERRADO EM DISPUTA: POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E O AVANÇO TERRITORIAL DA SOJA NO MARANHÃO

Gabriela Silva de Oliveira¹ (UEMA)
Carlos Frederico Lago Burnett² (UEMA)

RESUMO: O Maranhão sofreu um processo contínuo de inserção de atividades agroindustriais e megaprojetos desenvolvimentistas, a partir da década de 1960. Devido ao processo de reprimarização e reestruturação produtiva da economia brasileira, direcionado por Políticas Públicas de iniciativa Federal e Estadual, com o ensejo de tornar o estado parte do celeiro agrícola do Brasil, estrategicamente, as práticas agrícolas ganham relevância, principalmente a produção de grãos. Por meio da composição de organizações institucionais, dinamização de financiamento e estudos voltados para adaptabilidade da cultura, o sul e leste maranhense tornaram-se alvo da expansão dos campos de monocultura da soja, com o intuito de uma produção voltada para a escala de exportação. O artigo proposto tem como objetivo discutir o cenário encontrado no Cerrado Maranhense, que se tornou alvo da expansão do agronegócio sojicultor. Problematicando o papel desenvolvimentista do Estado na conjuntura; o processo histórico da chegada da soja no Maranhão, e seu movimento de propagação; finalizando com a reflexão dos efeitos socioambientais sobre os municípios e os territórios das comunidades tradicionais. É importante salientar que, este trabalho faz parte do processo de estudo para produção de dissertação. Sendo fruto parcial da investigação sobre a relação das comunidades tradicionais camponesas e seu movimento de proteção do modo de vida e territórios coletivos, contra a disseminação dos campos monocultores de soja, localizada no cerrado do leste maranhense, com ênfase nos municípios de Brejo e Milagres do Maranhão. Baseado em levantamento bibliográfico, análise de relatórios, pesquisa e produção de dados cartográficos, para compreensão das mudanças territoriais produzidas pela atividade graneleira sobre o território maranhense.

Palavras-chave: políticas desenvolvimentistas; agronegócio, neoextrativismo, Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

O poder público tem fomentado a justificação e implementação da agroindústria. Adotado como modelo de alavancar o chamado “crescimento econômico”, a agroexportação gerou no Maranhão como características: a concentração fundiária, a intensa expropriação da mão de obra e recursos (dos biomas e dos ecossistemas). Ao utilizar o Cerrado como configuração para análise

¹ Arquiteta e Urbanista. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Pesquisadora no Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos - LATESE. Integrante do ‘Grupo de Estudos e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades’ - GEPEX LIDA. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: oliveiragabrielasde@gmail.com

² Arquiteto, Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE), Doutor em Políticas Públicas (UFMA). Coordenador do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos - LATESE. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: burnett@professor.uema.br

(ELIAS, 2000), percebeu-se o movimento de utilização do bioma como fronteira de expansão agrícola, solidificação da atividade graneleira, e alvo da contínua expansão de campos monocultores.

A economia brasileira é arraigada na economia agroexportadora, o Maranhão, que desde o período colonial (conduzido em cinco séculos), possui fortes vínculos com a atividade de exportação, e é intimamente ligado ao processo de dependência do comércio exterior, desde os anos de 1970, adquiriu impulso na produção da soja, que foi iniciada pelo sul, e se expandiu para o centro e leste do Estado.

Este artigo é fruto parcial do processo de escrita da dissertação intitulada “Cerrado em Disputa! Agroestratégias, Alterações Socioambientais e a resistência da comunidade tradicional de Gameleira, Maranhão”. Elaborado através de pesquisa bibliográfica, com o intuito de construir a fundamentação teórica e empírica do projeto de dissertação. Haverá três momentos ao decorrer do texto, uma breve exposição da justificação e investimento da soja pelo Estado, apresentação das principais Políticas Públicas implantadas e o processo de chegada da soja no Maranhão. Será discutido como o Cerrado, visualizado neste estudo como sujeito, tem sido palco das disputas territoriais, objeto de expropriação e alvo da contínua fronteira agrícola contemporânea. Finalizado com as considerações sobre os efeitos socioambientais e econômicos deste cenário.

2. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO GRANELEIRA NO MARANHÃO

O Brasil vivencia a reprimarização das importações, desde os anos 2000. Impulsionado pelo aumento dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais, segue dedicando-se à exportação de produtos primários (LOPES e MOREIRA, 2015). As características atuais dos campos brasileiros, foram iniciadas de forma significativa a partir da década de 1970, as conjunturas externas e internas criaram o cenário para a expansão agrícola moderna, com ênfase para a crescente urbanização e a crise do petróleo na década de 1970.

A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas (Bernardes, 2007, p.3).

As atividades agrícolas ganharam destaque, principalmente a larga escala de produção de grãos, com o exemplo da soja, se incorporando nas áreas de Cerrado. As ações que favoreceram a dinamização no cenário nacional foram (Pires, 2000; Alves, 2006; Frederico, 2008; Almeida, 2017):

- A criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), em 1972, com o objetivo de aumentar a produtividade e ampliar as áreas de produção para as regiões de cerrado, formando a Embrapa Cerrado e a Embrapa Soja, voltadas para o estudo do desenvolvimento de cultivares adaptados às baixas latitudes;
- No quesito financiamento, as linhas de crédito: o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972; o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER), ambos instaurados em 1975. Possuindo dois enfoques, o PROCEDER I, focado na colonização no estado de Minas Gerais, e o PROCEDER II direcionado para os estados do Maranhão e Tocantins.

O Governo Maranhense realizava esforços para inserir o cultivo de soja no estado, os primeiros estudos experimentais foram realizados pela Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), através de um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ainda no ano de 1971.

E mais tarde, com a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), criada em 1976, inicia-se um programa de pesquisa com soja coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSo), com o objetivo de verificar a nível de campo, a adaptabilidade da cultura. Portanto, a partir de 1978, tem-se três áreas em recorte no Estado: Bacabal na região de Cocais, Balsas em Planalto, e Brejo no bioma de Cerrado (Almeida, 2017 apud Embrapa, 1981).

Dois grupos foram sugeridos para áreas de expansão da soja: o grupo I, com áreas no sul e sudoeste do Maranhão, incluindo as microrregiões³ de Imperatriz, Chapadas Sul do Maranhão e Baixo Balsas; e o grupo II, as microrregiões do Baixo Parnaíba Maranhense, Mearim e Itapecuru.

As justificativas da expansão da produção de soja apresentadas foi devido ao baixo desempenho da economia do estado no setor agropecuário, voltado para a rizicultura e o extrativismo do babaçu. Os primeiros cultivos de soja em larga escala marcam no final dos anos 1970, adquirindo impulso somente no final do século XX, onde o Estado consolida a produção da leguminosa e avança

³ De acordo com o IBGE (2017), a microrregião de Chapadinha faz parte da Mesorregião Leste Maranhense, classificação em vigor até 2016, os municípios que fazem parte da microrregião são: Anapurus, Brejo, Buriti, Belágua, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos. Esta classificação foi substituída pela Regiões Geográficas e as Geográficas Imediatas. Neste estudo, os municípios de Brejo, Buriti e Milagres do Maranhão, encontram-se na Região Geográfica de São Luís e na Geográfica Imediata de Chapadinha.

para outras mesorregiões, como o Centro e o Leste Maranhense. (Embrapa, 1981; Carneiro, 2008; Almeida, 2017).

O território da soja tem como lógica a exploração intensiva da terra e do trabalho visando sempre o aumento do lucro, aqui a terra é vista como valor de troca (ALMEIDA, 2017, p.133).

As formas de uso da terra consistem em processos sociais resultantes da contradição do próprio capitalismo, empregando uma lógica econômica específica diferente. No plano regional, a expansão capitalista do agronegócio, acontece sob a égide da ideologia neoliberal e de situações de neocolonialismo político e neoimperialismo cultural (LITTLE, 2006, p.87). A expansão da soja para o leste maranhense, institui uma instalação da hegemonia, de forma que os diferentes são obrigados a enfrentá-la.

Na década de 1980, as empresas nacionais voltadas para o cultivo de eucalipto (com vista à produção de celulose) e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal começaram a se instalar no Leste Maranhense (Gaspar, 2013). Entre esses grupos, estão: João Santos, voltado para a produção de celulose, cimento e cana-de-açúcar; Maranhão Gusa S/A – MARGUSA, na transformação de madeira nativa em carvão, e o seu braço florestal, a Maranhão Reflorestadora Ltda – MARFLORA; e do grupo Suzano Papel e Celulose, a Comercial e Agrícola Paineiras, com o objetivo de implantar uma base florestal de eucalipto, também voltado para a produção de celulose. Tornaram-se os responsáveis pela desestruturação dos territórios das comunidades tradicionais na região, devido aos processos de aquisição de terras por atos ilícitos, com a expropriação de povoados e os desmatamentos das áreas de Cerrado (CARNEIRO, 2008; ALMEIDA, 2017).

Os chamados gaúchos vão se apropriar das chapadas, vendidas a preços baixos, marcando os primeiros registros de soja na região, por volta dos anos 2000 (GASPAR, 2013; ALMEIDA, 2017). A agricultura da soja em bases empresariais se expande em Chapadinha e para municípios adjacentes. Nos últimos anos, o movimento de produção graneleira é marcado pela saída de produtores residentes no Sul do Maranhão para cultivar em terras arrendadas. E a chegada das chamadas *tradings*, que possuem recursos econômicos e acesso a pesquisa científica para melhorar a produção (GASPAR, 2013).

Em 2015, o Governo Federal chancelou o Decreto n° 8.447 de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação do seu Comitê Gestor. Composto pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a solidificação foi considerada como a última fronteira agrícola do país (BRASIL, 2015). Mais tarde, embora extinto pelo governo Temer, a ideologia de exploração ilimitada para produção de grãos tornou-se enraizada, colocando a risco a

existência de diversos grupos sociais, comunidades tradicionais, ‘modos de vida Outros’ e o bioma do Cerrado.

Convém destacar ainda que dentro desta área há cerca de 320 estabelecimentos rurais ocupando 33.929.100 hectares. No referido território encontra-se 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos da reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de terra/território (ALMEIDA, 2017, p. 51).

3. CERRADO EM DISPUTA: O AVANÇO DA SOJA E OS EFEITOS SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e a savana com maior biodiversidade do mundo. Também considerado como berço das águas, alimenta as principais bacias do Brasil, sendo elas: rios Xingu, Tocantins, Araguaia, São Francisco, Parnaíba, Jequitinhonha e Paraná; e os grandes aquíferos que são Guarani, Bambuí e Uruçuí. Para as populações e povos tradicionais, essa formação vegetal é composta por chapadas, carrasco, baixão e capão (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

Neste tópico, o cerrado será colocado como sujeito, lido como microcosmo, em uma perspectiva de leitura de fenômenos socioterritoriais, entendido por suas diversas vertentes (social, histórica, cultural e antropológica). Na primeira década do século XXI, a soja foi direcionada para as áreas de cerrados, primeiro para o Centro-Oeste, onde tornou-se a principal produção do país, e depois despontou para a região Nordeste, especificamente no Oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão.

A modernização agropecuária estabeleceu modificações que afetaram o espaço rural e modificou as configurações (ALVES, 2006; ALMEIDA, 2017). Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo (BERNARDES, 2007), o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, em que implantou-se uma “vocação natural” do cerrado como celeiro do Brasil, sustentado por um discurso de menor biodiversidade em rela o   floresta amazônica (SILVA, 2010).

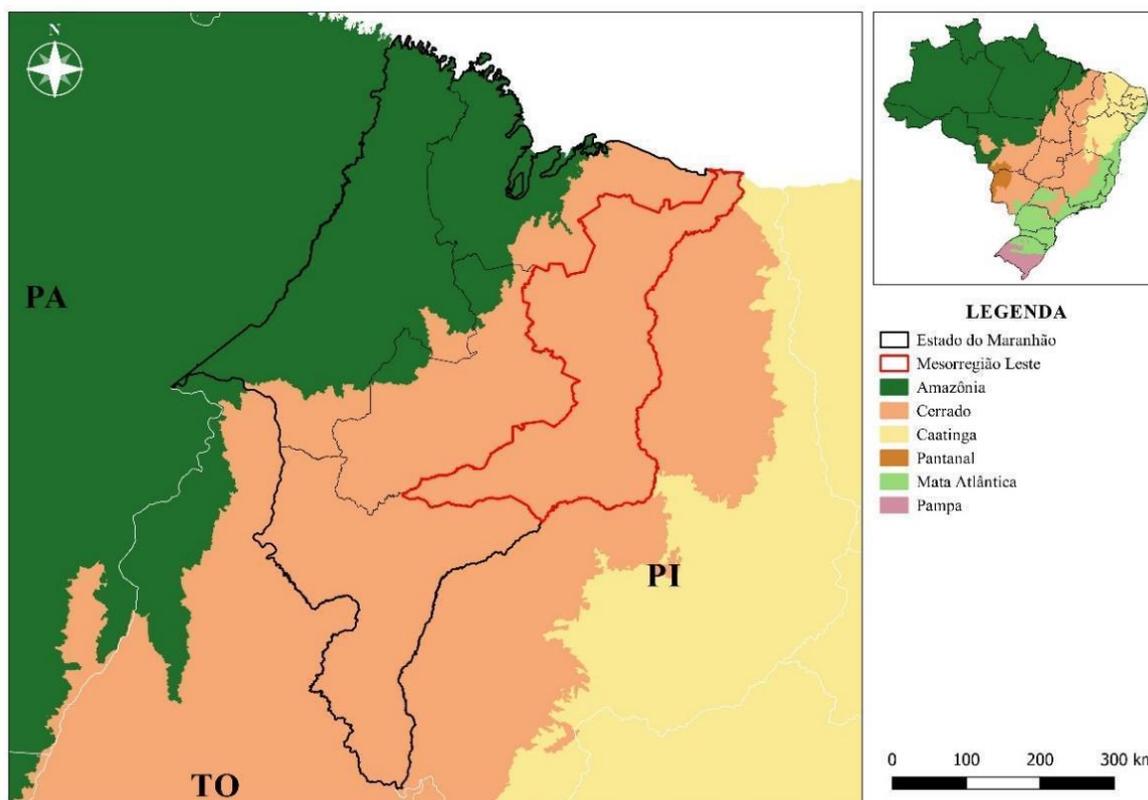


Figura 01: biomas do estado do Maranhão. Fonte: IBGE, 2019; Autores, 2024.

Devido às disponibilidades de terras, a uma topografia propícia à mecanização, com baixas variações de relevo, o produção de cultivares adaptados a baixas latitudes e a disponibilidades de práticas modernas de manejo (adoção de insumos, maquinário, correção de solo e agrotóxicos), houve a facilitação da implantação da soja no cerrado. Esta configuração territorial, provocou uma dinâmica capitalista que gerou uma onda de expulsão de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos caiçaras, posseiros, quilombolas, camponesas, indígenas, e etc (FABRINI, 2010).

Este (re)ordenamento pelo qual passou as áreas de cerrado teve consequências diretas no modo de vida de diversas populações que há várias gerações desenvolvem distintas atividades como agricultura, extrativismo, caça, pesca dentre outras (ALMEIDA, 2017, p. 130).

Caracterizando-se também como um ecossistema fragilizado pela ausência de políticas públicas que assegurem sua gestão, monitoramento, fiscalização e cumprimento da legislação ambiental. Houve uma escalada de violência e conflitos devido à expansão do agronegócio, que escancarou as desiguais relações de poder e a exclusão das populações tradicionais dos processos de decisão (EMBRAPA, 2016; IMESC, 2021; LIMA, 2021).

Os grandes empreendimentos econômicos, marcaram as novas modalidades de 'localismos globalizados', em um intenso processo de concentração espacial de capital, em uma escala não apenas global, mas também local. Onde o 'Desenvolvimento' é a própria reprodução do capital, constituído por um conjunto de práticas, que para assegurar o grupo dominante, provocam a transformação e a destruição de forma generalizada do meio ambiente e das relações sociais, com vistas a aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, através das trocas, para a demanda efetiva (RIST, 2001; BARBOSA, 2011).

Sendo o espaço de uma produção social, os conflitos se estruturam e as lutas se travam em torno desse ambiente construído, as comunidades do Cerrado, travam lutas contra a dominação, exploração e formas de sujeição, situadas na resistência contra as formas de poder, onde resistir é manter seu território, seu modo de se relacionar e viver a terra (FOUCAULT, 1995; BRANDÃO, 2004).

Os camponeses e posseiros tornam-se os mais afetados pela expansão da sojicultura e outros monocultivos, pois muitas vezes são desprovidos do documento de comprovação da propriedade da terra. Por serem o elo mais frágil da concentração fundiária, as comunidades desenvolvem estratégias e táticas de resistência, em que através de denúncias, acionam instituições e criam relações, para exercer um poder de resposta ao avanço capitalista monocultor (CARNEIRO, 2008).

Cerca de metade dos 2 milhões de km² do Cerrado já foram transformados em culturas anuais, pastagens ou outros tipos de uso, logo, 55% da vegetação já foi desmatada ou transformada pela ação humana (KLINK E MACHADO, 2005). As transformações já ocorridas geraram a fragmentação de habitats, extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, poluição de aquíferos, degradação do ecossistema, alteração no regime de queimadas, desequilíbrio do ciclo de carbono e possíveis modificações climáticas regionais (KLINK E MACHADO, 2005, p. 148).

As políticas impostas e produzidas pelo Estado, citadas no tópico dois, constituem-se em estratégias da imposição das lógicas expansionistas, sustentando a necessidade da destinação de espaços territoriais para a instalação de infraestruturas logísticas ligadas principalmente à mineração e ao agronegócio (MENDONÇA, et al, 2019). Produzem uma violência simbólica e cultural do desrespeito com os modos de vida e suas reproduções estabelecem uma opção de leitura da realidade.

(...) enquanto 'espaço--tempo vivido', o território é sempre múltiplo, 'diverso e complexo', ao contrário do território 'unifuncional' proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite

multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p.21).

A expansão da soja no cerrado produz ainda o agravamento da concentração da posse da terra com a diminuição do número de agricultores familiares (CARNEIRO, 2008). Conforme a CPT, os conflitos registrados relacionam

atos de grilagem de terras, desmatamento das chapadas e o conseqüente desaparecimento das várias atividades desempenhadas pelos camponeses naquele ambiente, a exemplo da criação de animais, caça, coleta de frutos e plantas medicinais. Outras questões referem-se ao envenenamento de recursos hídricos ocasionando a morte de peixes e animais domésticos, por conta dos agrotóxicos colocados nos campos de soja (ALMEIDA, 2017, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conseqüência mais nítida da expansão da soja, é o agravamento da concentração da posse de terra. O agronegócio tem escancarado as desiguais relações de poder, inclusive a exclusão das populações tradicionais dos processos de decisão, no que diz respeito aos territórios que ocupam. Nos últimos vinte anos, os povos e comunidades tradicionais enfrentaram e continuam enfrentando uma escalada de violência. Comprometendo seus modos de vida, reprodução material e condições de existência.

As políticas de apoio à expansão do agronegócio, através de obras de infraestrutura, empreendimentos diretos, projetos/programas econômicos, políticas de incentivos fiscais e redução de impostos sobre a exportação, permitem a expansão capitalista da soja no campo, que carrega em seu modelo econômico de dominação de um determinado grupo, devido a exploração da terra e sua transformação em mercadoria. Pode-se citar ainda um possível êxodo rural decorrente da chegada da sojicultura, relacionado ao inchaço urbano das principais cidades maranhenses.

Este processo histórico-social, estabelece uma configuração, onde percebe-se que os aspectos do modelo capitalista hegemônico global, protegem um “desenvolvimento” pautado na reprodução do capital e na acumulação por espoliação, materializado no Maranhão em conflitos territoriais violentos. Provoca mudanças intensas na paisagem natural, fragiliza o ecossistema do cerrado maranhense em conseqüência à exploração, devastação e degradação dos recursos naturais ambientais.

Constrói uma concentração espacial de capital, expropria trabalhadores rurais, e mantém a destruição generalizada do meio ambiente, dos grupos e relações sociais, que assegura a reprodução social de um grupo e nutre relações desiguais de poder.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmico do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017. 148p.
- Alves, Vicente L. Eudes. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006, 320p.
- BARBOSA, Z. **O global e o regional**. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís, MA.
- BERNARDES, Julia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro pistas para uma análise teórica**. Revista Nera, ano 10, n. 10 - janeiro/junho, p. 1-10, 2007.
- BRANDÃO, C.A. **As principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista** - In: A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais, 2004, p. 27-57.
- BRASIL. **Decreto n. 8.447, de 6 de maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília, 2015.
- CARNEIRO, Marcelo S. **A expansão e os impactos da soja no Maranhão**. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (Orgs.). A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil. - Rio de Janeiro: FASE, 2008.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**/Nobert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Programa de difusão da cultura da soja no Nordeste do Brasil**. Brasília, 1981. 73p.
- EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento – Secretaria de Agricultura. **Subsídios para um programa de expansão da cultura da soja no estado do Maranhão**. São Luís, 1983.
- FABRINI, João E. O campeonato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: Marcos A. Saquei e Roseli A. Santos. (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento** - 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 285 p.
- FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.
- GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2013.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade** – um debate. Niterói: Revista Geographia, ano ix, n. 17, junho, 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA): meio físico-biótico – etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro**. 2. ed. v.1 / Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias... [et al.] (Orgs). São Luís: IMESC, 2021. 441p.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 85-103, jan./Jun., 2006.

LOPES, Rafaela Carolina; MOREIRA, Marcelo José. **Reprimarização da Economia Brasileira e suas Raízes no Subdesenvolvimento**. Os desafios para formação do sujeito e os rumos da pesquisa e extensão universitária na atualidade. Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Câmpus Anápolis de CSEH (SEPE), v. 01, 2015.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; BRUSTOLIN, Cíndia; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Projetos de Desenvolvimento e Territórios tradicionais no Maranhão, Brasil: ameaças e processos de resistências**. Artigo Dossiê, v. 16, n. 32, ago/dez, 2019.

OLIVEIRA, F. **Elegia por uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981, p. 13-44.

PAULA ANDRADE, Maristela de (et al). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012. 225 p.

PEREIRA, L. M. **A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado**. In: Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 48-66.

PIRES, Mauro. **Os Programas agrícolas na ocupação do cerrado**. In: Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, Jan/Dez. 2000.

RIST, G. **Le Developpement, história d'une croyance occidentale**. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

SILVA, Carlos Alberto F. da. Redes políticas do agronegócio da soja na Amazônia. In: SILVA, Carlos Alberto F. da; NASCIMENTO, Luciano B. do (Orgs.). **As redes políticas do agronegócio da soja: interesses, estratégias e resistências**. 1º ed. - Rio de Janeiro: Livre expressão, 2010.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

A BASE NEOEXTRATIVISTA DA ARQUITETURA MODERNA

Raíssa de Oliveira¹(IAU-USP)
João Marcos Lopes²(IAU-USP)

RESUMO: Para se produzir cidades, casas, pontes ou qualquer outra obra de arquitetura é necessária uma quantidade imensa de força de trabalho e a transformação da natureza. Materiais como terra, pedra ou madeira foram usados pela humanidade durante milhares de anos para se construir, acumulando saberes e gestos técnicos passados de geração para geração. No entanto, em um determinado momento, sob sinais pré-capitalistas, houve rearranjos nessa produção em resposta a uma nova demanda imposta. A lógica do capital intencionalmente foi achando caminhos para driblar esses saberes acumulados e controlar a produção. Um dos instrumentos importantes para tomar as rédeas da produção foi a criação dos novos materiais, produzidos industrialmente, como por exemplo o vidro, o concreto, o aço e o alumínio. Tais materiais pressupõem em sua origem a industrialização e uma cadeia produtiva vinculada sobretudo a um modelo neoextrativista.

Nesta comunicação trataremos especificamente do alumínio, um dos materiais mais novos da modernidade e geneticamente fruto da lógica industrial. O alumínio é resultante de um processo eletroquímico e sua produção em escala industrial somente foi possível no final do século XIX com a descoberta de novas técnicas de redução e com as possibilidades de consumo, o que inclui o seu uso em utensílios domésticos, embalagens e na construção civil. Sua aplicação na arquitetura é bastante recente, surgindo inclusive, ao lado da arquitetura moderna. Tal demanda foi se diversificando: das coberturas e detalhes em fachadas foram surgindo componentes de vedação, materiais refratários até as grandes estruturas produzidas na segunda metade do século XX. Ao longo dos anos o alumínio vem ganhando espaço significativo nas especificações dos projetos de arquitetura como um material de inúmeras vantagens, como, leveza, beleza, durabilidade e facilidade de manutenção. Mas para além disso, sua popularização se deve principalmente aos apelos comerciais sobre as suas “facilidade” de produção e as atribuições sustentáveis, sobretudo à capacidade de reciclagem.

Nesse momento da pesquisa o foco é o material alumínio, o qual se revela dentro de uma série de contradições, violências e impactos socioambientais inerentes a sua produção e à extração da bauxita (matéria prima do alumínio), denunciando assim, uma enorme dissociação existente entre o seu consumo e a sua produção. Ao mapear essa produção no tempo e no espaço tais contradições existentes revelam uma relação invisibilizada entre as especificações nos projetos de arquitetura e o padrão intensivo extrativista brasileiro.

Palavras-chaves: Neoextrativismo, Arquitetura Moderna, Materiais, Alumínio, Mineração.

1. OS NOVOS MATERIAIS DA MODERNIDADE

Este é um texto que parte do campo específico da arquitetura para expor a existência de uma enorme dissociação entre o consumo e a produção, tanto na formação histórica do arquiteto como no cotidiano prático das especificações nos projetos de arquitetura e, portanto, um consumo naturalizado de materiais industrializados onde a mineração sustenta uma forte base neoextrativista. No limite dessa provocação é possível imaginar arquitetos e profissionais da

¹ Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU – USP São Carlos, Brasil, raissapco@usp.br

² Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU – USP São Carlos, Brasil, jmalopes@sc.usp.br

construção civil comovidos e inconformados com os acidentes ocorridos em Mariana (2007), Brumadinho (2009) ou Maceió (2023), sem compreenderem o que esses fatos têm a ver com as especificações dos componentes existentes nos projetos criados cotidianamente em seus escritórios. Aço, vidro, PVC (policloreto de vinila) e alumínio são produzidos a partir dos minérios saídos das lavras causadoras dos acidentes citados. Minério de ferro e sal gema são alguns dos minérios que fazem parte do rol das matérias primas ou insumos para se produzir tais materiais industrializados difundidos na construção civil a partir do século XIX e popularizados definitivamente com a arquitetura moderna no século XX. (FERRO, 2016, p. 136) Esses novos materiais conduziram a uma história de alienação dentro do campo profissional, a qual procura invisibilizar intencionalmente parte dos seus processos produtivos, numa ampla e acirrada disputa de narrativas.

Os chamados “novos materiais” da arquitetura moderna não existem na natureza. São geneticamente produzidos pela indústria e pela lógica do capital. Antes da sua popularização, os materiais disponíveis para as construções eram aqueles localizados próximos às obras, como a terra, a madeira e a pedra. O trabalho consistia em manipular esses materiais, dependendo da necessidade, através de técnicas e tecnologias passadas de gerações para gerações. No entanto, essa relação com a natureza foi modificada lentamente a partir do momento em que a lógica do capital entra no mundo do trabalho. Um dos exemplos clássicos desse processo foi descrito pelo arquiteto, professor, teórico e pintor Sérgio Ferro ao pesquisar a obra de Michelangelo e a Capela dos Médici (2016). A metodologia adotada, focada no material, joga luz a um processo de substituição dos artífices escultores (marmoristas, extratores e desbastadores) que trabalhavam com o mármore Carrara por operários mineradores na Itália do séc. XVI. Em um determinado momento, sob sinais pré-capitalistas, o material “entra no gosto” da segunda geração do *Quattrocento*, elevando-o de enobrecimento e “meio ideal” para se revelar o gesto técnico artístico (Ferro, 2016, p.82). Em reação à abstração artística desejada gerou-se uma demanda, e conseqüentemente, tal demanda lançou uma corrida que provocou rearranjos dentro da produção, sobretudo espoliação e desqualificação no mundo do trabalho. Sérgio Ferro cita esse exemplo para mostrar como o capital intencionalmente vai achando caminhos para driblar os saberes acumulados, os quais permitiam ao trabalhador o controle da produção (FERRO, 2016, p.83). A generalização desse processo ocorre de modo assimétrico no tempo e no espaço, conformando situações específicas, ou mesmo, cenários de convivência entre lógicas distintas de produção, mas que vão conformando as contingências tais quais conhecemos até os dias de hoje na produção da arquitetura. Um dos primeiros instrumentos usados para substituir os saberes acumulados nas mãos das corporações, mestres e artífices e tomar as rédeas da produção foi a separação entre o desenho e o lugar do trabalho, entre o projeto e o canteiro de obras (Ferro, 2006).

O segundo instrumento foi a entrada dos novos materiais. Como eles não existem na natureza, não há acúmulo de conhecimento. Assim, os trabalhadores tornam-se fazedores de ordens, dependentes de um conhecimento técnico externo. Segundo Sérgio Ferro são esses dois momentos que ilustram a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho na construção civil. (1988)

Essa história, vista da produção para a arquitetura, não é comum aos arquitetos. A historiografia da arquitetura moderna, coloca os novos materiais em posição de destaque nos capítulos dos seus principais manuais de história a fim de explicarem a sua origem. No entanto, a produção desses materiais depende em sua gênese de uma estrutura produtiva capitalista, conduzindo e sendo conduzida pelo consumo, e direcionando para uma outra lógica no mundo do trabalho. As demandas por novos ‘objetos técnicos’³ vão sendo respondidas por grandes obras de engenharia, onde elas mesmas retroalimentam a lógica da produção capitalista: a fábrica é o lugar da produção, os armazéns estocam os produtos para serem distribuídos, as pontes, estradas, canais e meios de transporte permitem a troca entre campo/cidade, império/colônia das matérias-primas e bens de consumo, as galerias e lojas vendem os produtos, e os pavilhões de exposição demonstram os produtos, as invenções e a própria imagem da nova sociedade (que por sua vez retroalimenta a necessidade de consumo). É possível reconhecer nos primeiros manuais da arquitetura moderna, essas grandes obras de ferro como inspiradoras da nova arquitetura. Ferro e concreto armado são materiais que objetificam tais transformações na sociedade comandada pelo lucro. Tal contribuição, vinda da engenharia para a arquitetura, constitui capítulos específicos nos manuais canônicos das várias gerações de historiadores da arquitetura moderna, como nos livros de Nikolaus Pevsner (*Pioneers of the Modern Movement from William Morris to Walter Gropius*, 1936), Sigfried Giedion (*Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition*, 1941); são tópicos de capítulos nos livros de Leonardo Benevolo (*Storia dell'architettura moderna*, 1960), Bruno Zevi (*Storia dell'architettura moderna*, 1950), Henry Russel Hitchcock. (*Panorama da arquitetura*, 1964), ou ainda, nas publicações mais recentes, como no de Kenneth Frampton (*História Crítica da Arquitetura Moderna*, 1980) e Jean-Louis Cohen (*The future of architecture. Since 1889*, 2012).

Ainda que os novos materiais sejam vistos como uma das fontes da origem da arquitetura moderna tais escritos não explicam o porquê eles surgem. Não é uma questão de onde veio o ferro, do que ele é feito, em quais condições ele foi produzido e em quais condições ele foi aplicado na obra. O mesmo ocorre com o concreto armado e o vidro. E esse “mistério” se mantém até os dias de hoje.

³ No sentido amplo, ou seja, sistemas técnicos sob os quais nos tornamos dependentes de uma forma muitas vezes despercebida e articulada nas tarefas do dia-a-dia e que na realidade vêm modificar todas as formas de convivialidade. (SANTOS, 1995, p.18)

Sabemos que tais perguntas são metodicamente invisibilizadas exatamente porque são estruturais para a própria reprodução das condições que eles providenciam.

Algumas passagens citadas por Sérgio Ferro demonstram como os novos materiais eram usados para furar greves ou para fugir das organizações sindicais dos trabalhadores da construção tradicional (FERRO, 1988, p.30). Assim, as revisões historiográficas propostas pelo autor são urgentes. Ao aparecerem nos manuais de arquitetura prontos e acabados, os novos materiais escondem sua vasta cadeia produtiva onde se concentra uma lógica exploratória da natureza e do trabalho, e que abre caminho para o modelo neoextrativista de desenvolvimento econômico, principalmente baseado na mineração. Reconhecer a historiografia da arquitetura moderna, à parte do cenário da luta de classes e fora de um forte processo minero extrativista, é o que alimenta a prática até os dias de hoje.

2. O ALUMÍNIO E A ARQUITETURA MODERNA

Atualmente as pesquisas direcionadas ao material no campo das engenharias e da arquitetura (principalmente na área da tecnologia) têm se esforçado em conhecer as suas aplicações e as melhores condições de eficiência em determinadas situações, ampliando cada vez mais as suas possibilidades. O resultado desse acúmulo de conhecimento é que de fato conseguimos melhorar e ampliar suas aplicações e rendimentos, colaborando para diversificar o mercado e, portanto, contribuindo para o aumento acelerado do consumo.

O caso do alumínio é ainda pouco conhecido, trata-se de um dos mais novos materiais modernos dessa lista, provavelmente dada a complexidade que exige a sua produção, sobretudo pelo custo de implantação das plantas, pelo alto consumo de energia e manipulação de outras fontes minerais de insumos ou produtos químicos. No caso do alumínio é fato que a aceleração da demanda pelo material foi dada pelas guerras no século XX, especialmente a Segunda Guerra Mundial, um marco para a ampliação da sua produção – fato percebido pela diversidade imensa de produtos bélicos, como armas, munições, canil, capacetes, tanques, aviões, equipamentos, etc. Pode-se afirmar que foi no meio das crises mundiais do início do século XX que a produção do alumínio cresceu exponencialmente, a ponto de quintuplicar.

Na construção civil, o alumínio aparece em alguns elementos pontuais. No entanto é durante o entre guerras, que se percebe uma mobilização pelo uso do material. À exemplo da construção do *Botanic Gardens Conservatory*, construído em Washington, inteiramente em alumínio e patrocinado pela *Alcoa Aluminum*. Na mesma década de 1930 há inúmeros anúncios de empresas do setor em revistas norte americanas especializadas (THE FEDERAL ARCHITECTURE, 1932; ARCHITECTURE, 1931; PENCIL POINTS, 1939). Após a Segunda Guerra houve um movimento organizado e intenso de

aplicação do material na construção civil, o que constitui uma rede mundial de trocas de conhecimento, de desenvolvimento de cálculos, de experiências com o uso de ligas, do desenvolvimento de normas, das configurações institucionais de pesquisas para a sua aplicação, como, laboratórios, disciplinas e consultorias, além de um amplo investimento na divulgação, popularização, propaganda e, finalmente, na organização e constituição de bases legais (MARSH, 1985).

Apesar de existir uma produção nacional desde a década de 1930, a circulação do material após a guerra é bastante marcada no Brasil. O alumínio estava presente em uma escala muito reduzida na construção até a década de 1950, geralmente em componentes complementares das esquadrias de aço, como baguetes, trilhos feitos de chapas dobradas ou ainda cabos. Mas a partir de então o mercado da construção civil adere ao material, conforme se nota em alguns exemplos: a Fábrica Duchon (1951) de Oscar Niemeyer aparece no livro panorâmico sobre o uso do alumínio no mundo *“Aluminum in modern architecture”* (PETER, 1956, p.134); em 1952 a Prefeitura de São Paulo adquiriu um teatro itinerante chamado *“Teatro de Alumínio”* implantado na Praça das Bandeiras. A estrutura seria composta basicamente por chapas dobradas de telhas de alumínio. O arquiteto Ícaro de Castro Mello especifica uma série de projetos com elementos em alumínio, como é o caso da cobertura da Piscina Coberta (1953) e da telha da cúpula do Ginásio do Ibirapuera (1956), ambos em São Paulo. Essa última obra foi fotografada para o Anuário da Companhia Brasileira do Alumínio (CBA) (MÖSSINGER; METZ, 2008, p.131) como cartão de visitas da empresa produtora de alumínio à exemplo da obra financiada pela *Alcoa* em Washington citada anteriormente. Um ano depois foi construído o Pavilhão de São Cristóvão no Rio de Janeiro, projetado por Sérgio Bernardes, e que recebeu uma cobertura de alumínio sobre os cabos de aço.

A divulgação do alumínio na arquitetura se deu sobretudo em 1955, no número dedicado exclusivamente à aplicação do material da *Revista Acrópole*. Nesse número o alumínio foi apresentado minuciosamente ao campo profissional pelo arquiteto Oswaldo Bratke. A revista apresenta uma série de matérias sobre uso e especificações de componentes disponíveis no mercado como telhas, esquadrias, *brises-soleil*, telhados basculantes e abrigos. Os edifícios do City Bank e o Conde de Prates, ambos em São Paulo, são alguns exemplos da aplicação do material que aparece no periódico. Projetos residenciais demonstram as suas aplicações nas coberturas, como, a Residência no Parque Anchieta e a Casa em São Bernardo do Campo, projetadas pelo arquiteto Aníbal Martins Clemente; Casa de Praia no Guarujá projetada pelo engenheiro Eugênio Mauro, também como fechamento de fachada.

Sem dúvida um dos marcos para a difusão do material no país foi a construção de Brasília, principalmente na fixação dos vidros nas esquadrias da maioria dos edifícios da nova capital inaugurada em 1960. Em 1961, a *Revista Acrópole* publicou um segundo número integralmente dedicado ao material, desta vez apresentando o uso do material em condições mais complexas, como as estruturas de cobertura, como a da fábrica *Shed da O. Hommel do Brasil*, em Jundiaí, ou nos projetos do escritório *Warchavchik Neumann*, como, as fábricas *Irmãos Klabin* (com 14 mil m² de estrutura de alumínio apoiada em vigas calhas de concreto) e a *Indústria Reunidas Vidrobrás Ltda*, em Mauá, com 10 mil m², também com as mesmas características.

Nesses mesmos anos outras aplicações do material surgiram no mercado da construção, a exemplo dos revestimentos, como, lambris e painéis externos de várias cores e acabamentos, além de impermeabilizantes, tintas e materiais refratários.

A construção do Pavilhão de Exposições do Parque Anhembi em São Paulo, projetado pelo escritório de Jorge Wilhelm com a consultoria do matemático anglo-canadense da *Aluminum Company of Canada* (Alcan) Cedric Marsh e execução das empresas *Alcan do Brasil* e *Fichet Schwartz Hautmont* no final da década de 1960 é certamente uma referência da expansão massiva da indústria do alumínio no país. Este projeto foi responsável por provocar a diversificação da produção dos componentes na indústria do alumínio, criando condições para a fabricação nacional de toda cadeia produtiva, principalmente no desenvolvimento do processo de extrusão de tubos estruturais com diferentes ligas e diâmetros. Equipamentos foram adquiridos nos EUA (Oliveira, 2016, p.281), como extrusoras ainda inexistentes no país, compondo então uma gama de possibilidades para a fabricação de perfis e componentes para além das chapas e dos cabos. Além disso se configurou no território paulista, sobretudo em Santo André, um complexo industrial capaz de fabricar tais componentes para o mercado da construção civil: passando da extrusão dos tarugos até a estampagem, furação, corte, refile e acabamentos dos tubos e perfis até a confecção de componentes especiais e padronizados. A construção do Pavilhão de Exposição colaborou com o desenvolvimento técnico do cálculo das estruturas e do avanço do catálogo de componentes, como peças de articulação, telhas, tubos coletores de seções variáveis, calhas, coletores-troncos e chapas de revestimentos, além de abrir caminho para a execução de peças especiais, sobretudo as peças estruturais, ainda pouco conhecidas na arquitetura brasileira.

No mesmo período em que a estrutura da cobertura do Pavilhão de Exposições era construída com o patrocínio da Alcan⁴, a empresa canadense financiava a descoberta de bauxita no Rio

⁴ Um dos principais entusiastas da obra do Pavilhão de Exposição foi Raymundo de Campos Machado, um dos dirigentes da Alcan do Brasil, autor de vários livros sobre a produção do alumínio. Foi diretor da fábrica pioneira na produção de alumínio em Saramenha, Ouro Preto (Minas Gerais), no mesmo período em que se deu início

Trombetas, no coração da Floresta Amazônica. A exploração mineral em Oriximiná abriu caminho para a mineração da bauxita, a produção de alumina e do alumínio bruto na região norte do país, direcionando a produção de Minas Gerais para o estado do Pará, um dos maiores produtores do mundo de bauxita e alumina nos dias de hoje.

O alumínio ganhou espaço em vários setores, como na indústria de embalagens (que responde hoje por mais de 40% do uso do material), na indústria de transportes (automobilística, aeroespacial e outras), no setor de energia, elétrica e eletrônica e na indústria de equipamentos domésticos. A construção civil responde hoje por 22% do consumo do alumínio no mundo, e portanto, é o segundo setor que mais consome o material, ficando atrás apenas do setor de transportes. (ABAL, 2023, p.66). Em 2010 60% dos componentes extrudados da indústria do alumínio destinava-se à construção civil, o que significa a fabricação de componentes como portas, janelas, gradis, guarda-corpo, portões, forros, divisórias internas (painel e drywall), acessórios, arremates, cantoneiras e elementos de acabamento. Também é possível apontar o consumo dos extrudados na indústria de móveis e mobiliários urbanos, como, na fabricação de cadeiras, bancos, mesas; ou nos mobiliários urbanos, como, totem de sinalização, postes de iluminação, abrigos de ônibus, cabines e etc; e ainda, nos equipamentos usados na construção civil, como, andaimes, escadas e as formas. Contudo é possível verificar um crescente uso do material em chapas na construção civil, através de combinações com outros materiais, como os painéis ACM (*Aluminium Composite Material*), composto por alumínio e polietileno; as telhas sanduíches que combinam chapas de alumínio com polietileno ou poliuretano, ou ainda o ALUCOBOND, combinação de chapas de alumínio com outros minerais para revestimentos externos (contra incêndios). Outras opções de revestimentos são criadas constantemente pelo mercado, como, os painéis de espuma de alumínio, fabricados através de injeção de ar no alumínio fundido, que contém uma fina dispersão de partículas cerâmicas. Tais partículas estabilizam as bolhas de ar e criam painéis com diferentes níveis de textura, transparência e brilho. O próprio óxido de alumínio é constantemente testado no mercado, em materiais refratários e abrasivos para jateamento (de metais ferrosos, pedras, vidro e cerâmica) ou na preparação das superfícies para acabamento. O mais icônico dos materiais desta lista vinda da alumina é o *Corian*, material inventado ainda na década de 1960 nos EUA, a partir da alumina e de resinas acrílicas. Considerado um dos materiais mais resistentes, de baixa porosidade e de alta durabilidade é considerado ideal para a confecção de bancadas. O uso de vários óxidos, dentre eles o óxido de

às pesquisas sobre a recorrência da bauxita na Floresta Amazônica. Anos depois, foi presidente da Mineradora Rio Norte (MRN) implantada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no período de 1962 a 1972, no Rio Trombetas, em Oriximiná, com o principal objetivo de substituir a fábrica de alumina canadense na Guiana (país que se tornou independente da Inglaterra em 1966) (OLIVEIRA, 2016; LIMA; MACHADO, 2007).

alumínio, vem sendo incorporado à produção dos vidros para melhorar a proteção térmica e a resistência mecânica principalmente nos enormes edifícios construídos inteiramente em pele de vidro. Todos esses novos produtos são conhecidos no campo da arquitetura pelas suas enormes vantagens, como, eficiência, durabilidade, facilidade de aplicação e manutenção, leveza, resistência mecânica e corrosão, e sustentabilidade. A ideia do alumínio como “sustentável”, “material verde” ou “amigável ao meio ambiente” ganhou legitimidade no campo profissional da construção por duas razões principais: pela capacidade de reciclagem infinita e pela certificação das empresas produtoras, principalmente no ramo da mineração, o chamado *Sistema de Gestão Ambiental SGA*, o que confere às empresas a certeza de desenvolver parâmetros compatíveis com o meio ambiente. Essa legitimação garante também a validação do uso do alumínio como caminho para outras certificações dentro da construção no Brasil, uma vez que as esquadrias respondem por aproximadamente 25% do custo total da obra.

Apesar de se reconhecer que a indústria do alumínio vem se mobilizando para reduzir o consumo de água, energia e diminuir a emissão de CO², não é possível dizer que exista de fato um ciclo sustentável nessa produção. Os processos que são buscados pelo setor não são suficientes para mitigar os problemas socioambientais enfrentados até os dias de hoje. São muitas as contradições existentes diante da narrativa da responsabilidade ambiental e social das empresas envolvidas na rede de produção. O acúmulo de pesquisas existente no país, as notícias denúncias, os inúmeros processos jurídicos, as mobilizações populares e a realidade das comunidades diretamente atingidas por essa produção denunciam um abismo entre a narrativa e a situação real, demonstrando como o consumo é completamente leigo às consequências do padrão intensivo mineiro extrativista.

Soma-se a isso uma urgência. Segundo os dados de 2022, a demanda por combustíveis fósseis só aumenta no setor da construção civil. (Global Status Report for Buildings and Constructions ligado ao United Nations Environmental Programme). A produção dos materiais de construção como concreto, aço, alumínio, vidro e tijolos, representou cerca de 38% da emissão de CO² no mundo no ano de 2023. Dessa lista de materiais industrializados o alumínio é o mais danoso ao meio ambiente. O *Centre for Industrialised Architecture* (CINARK) da Royal Danish Academy desenvolveu uma “Pirâmide dos Materiais de Construção” onde é possível calcular o impacto ambiental dos materiais mais comuns em pelo menos quatro níveis de poluição: potencial de aquecimento global (produção de CO²); produção de ozônio, acidificação e eutrofização. A análise leva em consideração as três primeiras fases de vida dos materiais: a extração da matéria-prima, o transporte e sua manufatura. O alumínio aparece no topo das quatro pirâmides, sendo o material campeão na produção de CO² (SOUZA, 2022).

3. MATERIAL = MATÉRIA + TRABALHO EM DETERMINADAS CONDIÇÕES

Para se ter os componentes de alumínio no canteiro de obras é preciso um longo processo de produção do material, que é dividido basicamente em 6 etapas. Cada uma delas abriga uma série de contradições diretamente ligadas à necessidade de insumos, exploração do trabalho, equipamentos especiais, condições locais, megaestruturas, e conseqüentemente, muitos impactos socioambientais. A seguir tentarei explicar cada etapa a partir da definição usada por Sérgio Ferro de material, ou seja, a “matéria mais o trabalho em determinadas condições” (2016, p.13). Usarei apenas alguns dos vários exemplos pesquisados sobre conflitos e contradições existentes em cada uma delas e que são invisibilizados pelas narrativas da “mineração sustentável”.

Etapa 1: a mineração da bauxita (e a terra)

A bauxita, minério semelhante ao barro, está presente em camadas não profundas da Terra (de 8 a 15 metros). A etapa da lavra e beneficiamento do minério corresponde a um conjunto de operações, como, desmatamento, decapeamento, perfuração, desmonte, escavação, carregamento, transporte, britagem, lavagem e secagem (e embarque nos navios). Há dois tipos de trabalhadores nesta etapa hoje: os operadores e os operários de manutenção. No entanto, o processo histórico da implantação da mineração da bauxita no país foi sustentado pela massa de mão-de-obra barata (ABM, 1964). Há relatos publicados na década de 1960 sobre as más condições de trabalho e exploração da mão-de-obra em Ouro Preto, o que significa milhares de trabalhadores braçais cavando com enxadas a céu aberto em troca de salários baixíssimos (ABREU, 1963)⁵.

As contradições que aparecem na etapa da mineração da bauxita também dizem respeito à propriedade da terra. É importante lembrar que a intervenção militar na década de 1960 criou instrumentos legais (MARQUES, 2019, p.142) para a exploração privada nacional e internacional dos recursos minerais da Amazônia a partir do mito do vasto vazio demográfico, construindo uma série de passivos das mais diversas ordens. O balanço sobre os impactos sociais e ambientais dessa forma de ocupação é uma verdadeira guerra estabelecida na região. (MENDES 2016)

Já existe um corpo de pesquisas desenvolvidas nas universidades e instituições brasileiras que colocam em destaque os conflitos territoriais existentes junto aos povos tradicionais devido a implantação dos mega empreendimentos ligados à mineração. Trabalhos como *Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas* (MARIN; NUNES;

⁵ A “vantagem” sobre a exploração de mão de obra barata foi usada para garantir a ampliação da mineração no território nacional, o que aparece explicitamente nas publicações dos associados da Associação Brasileira de Mineração em suas reuniões desse período. (ABM NOTICIÁRIO, 1964).

MARTINS, 2020), *Negros do Trombetas: guardiães de Matas e Rios* (ACEVEDO; CASTRO, 1998), e outros mobilizam pontos de vista sobre o desenvolvimento da região amazônica à luz das vivências das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores). Para o estudo do alumínio destaca-se a pesquisa sobre o Quilombo de Jamari (SANTOS, 2020) que relata o caso da região onde opera a MRN. Os povos que tradicionalmente ocupavam o território através das suas lógicas tradicionais extrativistas de subsistência (caça, pesca, extração de óleo de copaíba e da castanha), foram vistos como entraves para o desenvolvimento das empresas mineradoras, sofrendo um cercamento através da criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT) - modalidade de unidade de conservação de proteção integral, que proíbe a permanência de grupos humanos em seu interior, mesmo que estes estejam ocupando o território antes da chegada do empreendimento. O modo autoritário, persecutório e violento das abordagens legais e executoras acabou criminalizando as dinâmicas e práticas tradicionais. A criação da RBRT acabou legitimando a expulsão das famílias, despejos, mortes, perseguições, fechamento de rios e proibição de acessos aos recursos naturais, destruindo as dinâmicas tradicionais de subsistências. Dentro das 27 comunidades da região, que hoje abrigam cerca de 10 mil pessoas, a comunidade Boa Vista foi a que mais sentiu a chegada da mineradora. Essa, colada à vila da mineradora, passou a viver um ciclo de dependência da empresa após todo esse processo.

Outra contradição que se encontra na pesquisa sobre essa disputa é a questão do reflorestamento das regiões mineradas. Apesar das certificações que legitimam as ações reparatórias, o reflorestamento na realidade não consegue suprir as dinâmicas da flora e da fauna antes existentes. Posto que a maior parte das minas encontra-se numa faixa de floresta tropical, a mineração da bauxita é vista como uma das principais causas da destruição da biodiversidade da Terra (SWITKES, 2005). No Pará, o Museu Goeldi tem um acúmulo de pesquisas sobre o processo de reflorestamento na Amazônia após a mineração da bauxita que chega às mesmas conclusões: dificilmente o solo consegue reter a água da forma original, o que leva a impossibilidade do cultivo de algumas espécies e retardo do desenvolvimento de outras, implicando na mudança significativa do meio ambiente e reduzindo a diversidade ambiental da fauna e da flora. Uma das espécies pesquisadas é a castanheira, principais fontes econômicas da região (SALOMÃO, et al., 2014). Imaginando que as minas duram aproximadamente 65 anos, ainda é uma questão qual será o futuro dessas populações.

Etapa 2: o refino (e a poluição)

Após a retirada da bauxita do terreno o material deve ser moído, lavado e refinado para remover as impurezas. O refino da bauxita (processo conhecido como *Bayer*) consiste em um

tratamento químico, o que representa reações da bauxita com grandes quantidades de soda cáustica em meio às altas temperaturas e pressão. É nesse estágio que se usa os combustíveis fósseis, como o coque de petróleo ou carvão mineral. A matéria prima passa por filtros e processos de decantação para separar o hidróxido de alumínio (alumina) das impurezas. Após este procedimento a alumina precisa ser calcinada para a retirada da água até tornar-se um pó branco (alumina). Para cada tonelada de alumina são necessárias duas toneladas de bauxita. Nesse processo produz-se uma enorme quantidade de resíduos, a chamada lama vermelha, geralmente depositada em barragens. As barragens são estruturas de risco, geram inseguranças quanto ao rompimento, como ocorre frequentemente na Barragem de Marzagão, em Ouro Preto, ou em Oriximiná, onde há o maior complexo de barragem do Brasil, com 26 barragens na mesma região sem estudos de impacto ambiental (WANDERLEY, 2021). Além dos possíveis acidentes, a lama depositada em regiões mineradas pode penetrar no lençol freático, nos córregos, e alterar o teor de sódio dos poços artesianos vizinhos (SWITKES, 2005, p.8).

Um dos maiores extermínios ambientais já conhecidos na Amazônia foi em torno do descarte da lama no Lago Batata pela MRN em Oriximiná. Durante dez anos foram depositados 24 milhões de toneladas de sólidos no fundo do lago (o equivalente a quase o dobro do volume da barragem da CVRD que rompeu em Brumadinho, em 2019). Moradores que vivem próximos ao Lago Batata convivem com intensas coceiras e alergias. (WANDERLEY, 2021)

Em 2018, em Barcarena, no Pará, o Instituto Evandro Chagas (IEC) divulgou o resultado do laudo após um dos frequentes acidentes na região, confirmando a contaminação em diversas áreas do município provocada pelo vazamento das barragens da Hydro. A poluição chegou às comunidades vizinhas, com índices acima do permitido de sódio, nitrato e alumínio, além do PH extremamente abrasivo e nocivo aos seres vivos. A situação é alarmante pois a população da região utiliza frequentemente os igarapés e rios em busca de alimento e lazer, no entanto, a água está imprópria para uso e consumo, falta saneamento básico e atendimento médico.

Relatos e notícias em jornais locais de Ouro Preto denunciam décadas de convívio com fumaça, cheiro forte e suspensão de “pó branco” no ar. Isso se repete em outros países, como na Austrália, onde há relatos de *irritação em mucosas, pele, e olhos (...) dores de cabeça crônicas, distúrbios digestivos, dores nas articulações, além de queimação no estômago e garganta, ulceração na garganta, sangramentos nasais, e uma sensação geral de letargia*” (SWITKES, 2005, p.8).

A partir de 2005 a empresa *Novelis* (compradora da *Alcan*) patrocinou algumas restaurações em Ouro Preto para mitigar os danos causados pela chuva ácida nos monumentos históricos.

Etapa 3: a redução (a energia e o homem)

A transformação da alumina em alumínio bruto é um processo eletrolítico conhecido como *Hall-Hérault*. A alumina é dissolvida em um banho de criolita fundida e fluoreto de alumínio em baixa tensão, decompondo-se em oxigênio; o oxigênio se combina com o ânodo de carbono desprendendo-se na forma de dióxido de carbono, e em alumínio líquido, que se precipita no fundo da cuba eletrolítica. O metal líquido é transferido para a refusão. Para cada tonelada de alumínio são necessárias cinco toneladas de bauxita. A tecnologia usada desde a década de 1940 por algumas fábricas, os fornos Soderberg (MACHADO, 1985, p.81), significa um contato direto e manual dos trabalhadores lidando com a troca dos anodos e com o alumínio em altas temperaturas (aproximadamente 950°C). Essa tecnologia, chamada por alguns como “antecâmara da morte” (CASTRO, 2009, p.69), exige um trabalhador responsável pelo controle do consumo de energia, um comando manual de temperatura que demanda a raspagem do forno com um rastelo, a movimentação do anodo e a verificação das distâncias entre anodo e o fluido. É nesse procedimento onde ocorrem os acidentes mais graves com os trabalhadores. Em Saramenha, Ouro Preto, os trabalhadores frequentemente relatam o contato direto com produtos altamente prejudiciais à saúde, como, acetileno, ácido sulfúrico, ácido nítrico, ácido cianídrico, ácido prússico, ácido fluorídrico, além de inúmeros acidentes com mutilações de membros, graves queimaduras e até óbitos por descargas elétricas (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO JULIÃO, 1981; 1987, 1993, 2005).

Hoje há alguns estudos sobre a saúde dos trabalhadores na cadeia produtiva do alumínio, revelando doenças específicas relacionadas ao contato com alumínio e outras substâncias químicas como doenças osteomusculares. A exposição a diversas substâncias químicas, como soda cáustica, fluoretos, dióxido de enxofre e outros, além de excessivo calor, pode causar danos respiratórios, sanguíneos, dermatológicos e mentais. (CASTRO, 2009)

Esta etapa exige grandes instalações elétricas pois a energia representa cerca de 35% do preço final. Em resumo para cada tonelada de alumínio, são necessários aproximadamente 24.000 KWh. (WOLOSKER, 1955, p.498) Portanto a implantação da indústria do alumínio geralmente depende de grandes financiamentos estatais, principalmente para a produção da energia, o que no Brasil representou a construção de inúmeras hidrelétricas e subsídios. Tais empreendimentos, levaram o governo militar a construir a mega hidrelétrica de Tucuruí (MARQUES, 2019) e, posteriormente, já no governo democrático, a Hidrelétrica de Belo Monte. As contradições sobre a construção desses megaprojetos são conhecidas. Os problemas gerados na região são inúmeros, desde a falta de estudos de impacto ambiental, manejo incorreto para a supressão das florestas (inclusive com uso de

produtos tóxicos), supressão de espécies animais e vegetais, remoção compulsórias das populações ribeirinhas até problemas de saúde, como o aumento da malária, por exemplo.

Para se ter uma ideia do consumo de energia na produção do alumínio, é interessante ver o caso de São Paulo. O município de Alumínio, onde está implantada a CBA, com menos de 17 mil habitantes, é o segundo município consumidor de energia do estado de São Paulo, perdendo apenas para a capital.

Etapa 4: a fundição (e o mito da reciclagem)

O resultado da etapa descrita acima é o alumínio puro em estado líquido, na forma incandescente, o qual é levado para a fundição onde é misturado a outros minérios, dependendo do seu uso, como, o manganês, o magnésio e o silício, o que determinará as suas propriedades (ligas). O alumínio é moldado segundo as demandas, em forma de lingotes, placas, tarugos, Vergalhões Properzi, rolo Caster. Geralmente a reciclagem se dá nesta etapa através do aproveitamento de sobras do processo de produção e das sucatas dos produtos descartados. A reciclagem promete, segundo as empresas produtoras, a redução de extração de bauxita, o que significa, menos recursos naturais, poluição do ar, formação de resíduos e energia. De fato a reciclagem vem ganhando bastante espaço e previsões sobre um futuro sem mineração. No entanto, apesar do aumento da reciclagem e os números recordes que o Brasil apresenta nesse ramo, isso não tem significado a diminuição da exploração da bauxita no país. Pelo contrário, nos últimos anos o Brasil tem aumentado significativamente a sua exploração do minério e a perspectiva do setor é abrir ainda outras frentes de mineração, como por exemplo o Projeto Novas Minas no Pará (MME, 2022, p. 116) Portanto o que se percebe é que hoje, a narrativa da reciclagem vem se mostrando eficiente para aumentar ainda mais a demanda pela mineração.

Etapas 5 e 6: componentes e produtos (e a circulação)

Na etapa 5 o alumínio bruto passa por processos como laminação, extrusão ou modelagem. Nessa transformação ainda há consumo de energia e, dependendo dos acabamentos necessários, passa por outros processos eletrolíticos. Só após a fabricação do componente padronizados é que o produto entra no mercado mais específico - onde realmente será aplicado nos componentes da construção civil, como, portas, janelas, divisórias, telhas, calhas, etc (etapa 6)

A separação entre a etapa 4 e a etapa 5 significa a circulação do material⁶. No caso da indústria do alumínio, por ser um material não perecível, não existe a exigência do consumo rápido, conseqüentemente, a produção do material pode se afastar dos locais consumidores. Assim, o tempo de circulação é extremamente ampliado e essa é uma das suas principais características. É também nessa característica inclusive que se aninha uma condição “vantajosa” na produção de setores altamente exploratórios, como é o caso de materiais resultantes da mineração. Como afirma Sérgio Ferro, é proposital que materiais industrializados não tenham sinais sobre o trabalho porque é nessa parte que escondem as explorações do capital (FERRO, 2016, p. 136). Vemos que as fases mais exploratórias da produção, como a mineração da matéria-prima por exemplo, são implantadas onde há mão de obra barata e onde é possível mantê-la assim. A relação de dependência também é uma condição verificada nos locais de extração da bauxita. Em locais onde as vidas tradicionais dependiam de recursos naturais, como água, castanhas e peixes, como é o caso dos quilombolas no Pará, tais recursos são usurpados, e em troca, só lhes restam aceitar as condições de vida imposta, principalmente os empregos não qualificados com baixos salários ou mesmo terceirizados (o que representa até 80% das vagas do setor). O caso de Oriximiná é exemplar para demonstrar como a mineração não gera desenvolvimento: em 40 anos de mineração o IDH do município é menor que a média brasileira e a renda chega a ser 1/3 da média nacional.

O alumínio é uma *commodity*. O seu preço é definido internacionalmente pela *London Metal Exchange* diariamente, considerando a oferta e a demanda. Um exemplo é a gestão da MRN hoje: as suas ações se distribuem da seguinte forma: 45% da Glencore, 33% da South32, 22% da Rio Tinto, todas elas empresas globais, produtoras de *commodities*. Esse quadro alimenta o desequilíbrio entre consumo, usufruto dos bens naturais e responsabilidades. Nessa pirâmide econômica há enormes níveis hierárquicos e uma organização complexa do sistema corporativo, o que acarreta numa espécie de “deformação sistêmica”, chamada “diluição das responsabilidades”, o que significa dizer, que para a reflexão aqui apontada, que existem muitos apagamentos ao longo da produção (DOWBOR, 2017, p.38). Existe uma complexidade de gestão, em níveis completamente diferentes, ou seja, um abismo entre as exigências dos gestores do trabalho propriamente ditos e as exigências dos gestores financeiros os quais se preocupam apenas com a rentabilidade, sem importar com o

⁶ Segundo Marx (2014, p.140) o processo de circulação está ligado à metamorfose das mercadorias, ou seja, da passagem da forma-mercadoria para a forma-dinheiro e da forma-dinheiro para a forma-mercadoria. Assim, o tempo de circulação não funciona como capital produtivo, ou seja, não produz mercadoria e nem mais-valia. No entanto, o tempo de circulação do capital limita o tempo entre produção e consumo, e conseqüentemente, interfere no processo de produção de mais-valia. No caso, essa relação pode ser usada para a sua valorização, pois independente das condições de produção (e da possibilidade de exploração do trabalho) é possível computar o lucro.

restante. O que faz com que o gestor da Glencore, que controla inúmeras mineradoras no mundo, não faça ideia do que acontece com os trabalhadores das empresas terceirizadas pela MRN por exemplo.

4. O TRAÇO NEOEXTRATIVISTA DA ARQUITETURA

Nesse contexto esboçado, a arquitetura e a construção civil estão diretamente ligadas à possibilidade de consumo dos materiais e, portanto, inserida numa lógica de produção que objetiva muito mais o lucro do que a própria necessidade em si. Soma-se a isso o rápido fluxo de mercadorias, comunicação, propaganda e logística de compra/venda da atualidade. Dessa maneira percebe-se uma alienação proposital do processo de produção a fim de escamotear a parte onde se verifica as expropriações ambientais e sociais. Assim sendo, na prática atual, existe o enorme risco de se considerar o material absolutamente desvinculado do que lhe é fundamental: a sua matéria depende do trabalho existente no processo e das condições específicas. Tendo em vista o processo de desindustrialização pelo qual o Brasil passou nos anos 1990, o forte retorno das atividades exportadoras primárias ao longo dos anos 2000, os acidentes ligados à mineração e todas as contradições existentes, é urgente o despertar para as questões da produção de forma ampliada a fim de assegurar o lugar das responsabilidades no campo disciplinar da arquitetura e da construção civil. Mais precisamente, é dizer que todos os acidentes que chocaram o país nos últimos anos são parcelas pequenas de um enorme sintoma produzido por uma estrutura desigual conduzidos pelo capital, e que se mostra “*violadora de direitos, injusta e extremamente violenta*” (TROCATE e COELHO, 2020, p. 124), da qual o arquiteto faz parte. O traço do arquiteto tem hoje esse peso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAL. **ANUÁRIO ESTATÍSTICO**. São Paulo: Hawaii Gráfica, 2023.

ABREU, Vicente. Truste Canadense do Alumínio prejudica capital nacional em Poços de Caldas. In **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 11 a 17 de 1963, n. 242, p. 6.

ABM NOTICIÁRIO. **Mensário das atividades técnicas e sociais da Associação Brasileira de Metais**, n. 145. São Paulo, abril, 1964.

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de Matas e Rios**. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ACRÓPOLE. São Paulo, ano 17, n. 203, agosto de 1955.

ACRÓPOLE. São Paulo, ano XXIII, n. 267, janeiro de 1961.

ARCHITECTURE, New York, outubro de 1931.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

CASTRO, Hermano Albuquerque. A saúde dos trabalhadores da cadeia produtiva do alumínio. In: ALMEIDA, Rogério (org). **Alumínio na Amazônia: saúde do trabalhador, meio ambiente e movimentos sociais**. São Luís: Fórum Carajás, 2009.

COHEN, Jean-Louis. **The future of architecture. Since 1889**. Phaidon, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: autonomia literária, 2017.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. In: **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 105-200. (edição original 1979)

_____. Concreto como Arma. In: **Projeto**. São Paulo, n. 111, 1988.

_____. **Michelangelo: arquiteto e escultor da Capela dos Médici**. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2016.

FRAMPTON K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIEDION, Siegfried. **Space, Time and Architecture, the growth of a new tradition**. Harvard University Press. Cambridge, 1941.

HITCHCOCK. H. R. **Panorama da arquitetura**. São Paulo: Editora fundo de cultura, 1964.

LIMA, Maria Helena M. Rocha; MACHADO, Raymundo de Campos. **Implantação do projeto Trombetas na Amazônia: de 1962 a 1972**. 62o. Congresso Anual da ABM, Vitória, 2007.

MACHADO, Raymundo de Campos. **Apontamentos da história do alumínio primário no Brasil**. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1985.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão popular, 2019.

MARSH, Cedric. Aluminum alloy structures. **Canada J. Civil Eng**, vol 13, 1985. University of Alberta. www.nrcresearchpress.com. Acesso em 10/27/2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MME Relatório Final: estudos e pesquisas para a elaboração de levantamentos e de análises acerca da infraestrutura do transporte e da logística do setor mineral no Brasil, assim como dos investimentos esperados no setor. Novembro de 2022.

MÖSSINGER, Ingrid; METZ Katharina. **Hans Günter Flieg. Documentary Photography from Brazil (1940-1970)**. 2008.

OLIVEIRA, Raíssa P. C. de. **Parque Anhembi: a produção de um centro de exposições em São Paulo (1963-1972)**. Tese de Doutorado. FAU USP, São Paulo, 2016.

PENCIL POINTS, New York. janeiro 1939, vol.XX n. 1.

PETER, John. **Aluminum in modern architecture**. EUA: Reynold Metal Company, 1956, vol 1.

PEVSNER, Nikolaus. **Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius**; trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

SALOMÃO, Rafael de Paiva; SANTANALL, Antônio Cordeiro de; BRIEZA, Silvio JúniorIII; ROSAL, Néelson de Araújo. Crescimento de *Bertholletia excelsa* Bonpl. (castanheira) na Amazônia trinta anos após a mineração de bauxita. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat**, Belém, v. 9, n. 2, p. 307-320, maio-ago. 2014.

SANTOS, Juliene Pereira dos. Território, intrusão e dramas sociais no Trombetas: o quilombo de Jamari. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; NUNES, Patrícia Maria Portela; MARTINS, Cynthia Carvalho (org). **Conflitos**

territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas. São Luís: EDUEMA, 2020.

SANTOS, Milton. Salvador: Centro e Centralidade na cidade Contemporânea. In GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org). **Pelo Pelô: história, cultura e cidade.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995, p.18.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO JULIÃO. "Periculosidade". **O Metalúrgico.** Ouro Preto, ano IV, número 34, fev. de 1987.

_____. "Leia, medite e reflita". **O metalúrgico.** Ouro Preto, julho. de 1993.

_____. "Estamos em luto". **O metalúrgico.** Ouro Preto, março. de 2005.

_____. "Meio ambiente". **O Sindical.** Ouro Preto, ano I, número 1, nov. de 1981.

SOUZA, Eduardo. "Qual o impacto ambiental de cada material de construção?". **ArchDaily Brasil.** 24 Jul 2022.

SWITKES, Glenn (2005). Impactos ambientais e sociais da cadeia produtiva do alumínio na Amazônia. **International Rivers,** 2005.

THE FEDERAL ARCHITECT. Washington DC, abril de 1932.

TROCATE, Charles e COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Barragens de mineração na Amazônia - o rejeito e seus riscos associados em Oriximiná.** São Paulo: Comissão pró índio, 2021

WOLOSKER, Sigismundo. O alumínio na construção civil. **Acrópole,** 203, 1955, p.498

ZEVI, Bruno. **Storia dell'architettura moderna.** Turim: Einaudi, 1950.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE NA AMÉRICA LATINA: A EXTRAÇÃO (I)LEGAL DE ABYA YALA A LA RINCONADA

Adriana Aguiar Pérez¹ (UFRJ/UFAM)

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o ouro (i)legal na América Latina (LA). Objetiva-se discutir as profundas contradições entre grandes quantidades de ouro produzidas e altíssimos níveis de pobreza, contaminação e destruição ambiental. Tais fatores determinam as condições de vida e trabalho na região, principalmente dos que sobrevivem do garimpo e dos afetados pela atividade. A acumulação primitiva por espoliação se torna permanente, empobrecendo ainda mais os povos originários e tradicionais. Abordou-se o objeto por meio do pensamento social crítico considerando a colonialidade do poder como expressão máxima da racionalidade eurocêntrica com uso extensivo da violência física e ideológica. O conflito causado pela extração do ouro é expressão das lutas de classes e se constitui parte da questão latino-americana. O Estado assume centralidade nos processos legais e de direito. A responsabilidade da contaminação, destruição e pobreza extrema é transferida para as regiões produtoras por meio das novidades discursivas de dominação ideológica, a partir do que, os demandantes do ouro (i)legal legalizam o crime, legitimam o saqueio e justificam a contaminação/destruição e perpetuam a pobreza estrutural. Analisou-se o caso de La Rinconada, na região de Puno, Peru. Alguns países, instituições e organizações figuram como pivôs na manutenção do *status quo*, agravando as péssimas condições de vida e trabalho nos países periféricos, obstaculizando as possibilidades de emancipação que despontem na América Latina.

Palavras-chave: América Latina; Colonialidade do poder; Ouro (i)legal; Saqueio; Conflito socioambiental.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge da pesquisa de doutorado defendido no ano de 2021² no qual se discute a acumulação de capital e sua relação direta com saqueio de ouro (i)legal³ na América Latina (AL) (Aguiar, 2021), uma questão recorrente na região, e avança na pesquisa de pós doutoramento⁴ em 2023. Algumas determinações se elucidam pelo tratamento teórico na relação do particular com o universal. Tais processos atendem à atualização da acumulação primitiva (Marx, 1996) perpetuada por meio da espoliação (Harvey, 2004). A *colonialidade do poder* (Quijano, 2020) expressa a contradição originada na AL no contexto de sistema mundial moderno (Wallerstein, 1974).

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Amazonas.

² Doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa de doutorado financiada pela CAPES.

³ Aguiar (2021) explica que optou pela grafia do i de ilegal entre parênteses para indicar que o ouro passa desde a produção no garimpo por processos de ilegalidade até legalizar-se perdendo durante esse trajeto qualquer marca de suas origens ilegais, o que o torna irrastrável, talvez sua característica mais singular. Quando ilegal é escrito de forma comum o texto é de outros autores.

⁴ Pós-Doutorado Estratégico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) 2023-2024 com bolsa de pós-doutorado financiada pela CAPES.

Países como Suíça, EUA e Canadá e outros, são os maiores demandantes de ouro (i)legal. Segundo Castilla (*et. al.* 2015, tradução livre) empresas ligadas ao *London Bullion Market* financiam secretamente com milhões de dólares a compra de ouro ilegal na América do Sul. Os países demandantes desse produto, *transferem a responsabilidade da contaminação e da pobreza para os países saqueados usando mecanismos de manipulação ideológica com a responsabilidade social – as novidades discursivas* (Aguiar, 2021). A produção de ouro (i)legal ocorre por meio do garimpo, que ocupa grandes quantidades de mercúrio que, depois de usado é despejado no meio ambiente. Além da contaminação, as consequências socioambientais do garimpo são devastadoras, já que desmata grandes extensões de florestas e bosques nativos, reduz a fauna e a flora drasticamente e afeta diretamente os povos originários e tradicionais em suas formas ancestrais de relação com a natureza. O ouro (i)legal é irrastrável e atrai o crime organizado que atua diretamente nas cadeias de produção e distribuição. Castro (2016, tradução livre) afirma que “em 2016, as organizações criminosas no Peru lucraram 2,6 bilhões de dólares com a produção e venda de ouro obtido ilegalmente; enquanto as redes dedicadas ao tráfico de drogas tiveram rentabilidade de 500 a um bilhão de dólares” o que na opinião do autor é uma diferença abismal.

O Estado ocupa um papel central nessas relações, já que é legislador, mediador e ao mesmo tempo tem seus cargos de representação ou de confiança ocupados por defensores dos interesses dos que geram a demanda por ouro (i)legal. A respeito da lei e do direito, Pachukanis (1977) os analisa sob a lógica da mercadoria estruturada por Marx, nesse sentido, tanto a lei quanto o direito são alienados, já que a mercadoria traz em si o gérmen da alienação. Ora, o Estado é o ente que está entre interesses opostos na exploração dos recursos ao mesmo tempo em que regulamenta a exploração e julga entre interesses opostos. Interesses antagônicos geram conflitos/desentendimento (Rancière, 1996) que são mediados no âmbito do Estado. Centenas de toneladas de ouro são contrabandeadas anualmente da América Latina para os países centrais. Nesse trajeto, o ouro contrabandeado é branqueado, sai dos países produtores como sucata ou resíduo é transformado em barras pelas refinarias e preparado para entrar no mercado. Entre os países demandantes dessa produção, a Suíça possui as maiores refinarias do mundo, capazes de transformar o produto recebido em lingotes de alto padrão para serem comercializados no mercado de ouro de Londres, sem qualquer comprometimento por suas origens e pelo rastro de sangue que deixa atrás. O texto possui sete seções: a Introdução que contextualiza o tema a partir de seus principais conceitos; Fundamentos da acumulação primitiva permanente traz uma revisão teórica em clássicos que explicam o saqueio de ouro na AL; O Estado, a lei e o direito de contaminar que articula o papel do E no estabelecimento da lei e garante diversos direitos; O Conflito para teorizar a importância do desentendimento; Do garimpo ao London Bullion

Market Association – LBMA que evidencia a origem da demanda; La Rinconada, cidade que recebeu de um pesquisador suíço o título de “lugar mais imundo da Terra” expressa a particularidade e as Considerações finais onde as perspectivas críticas indicam que a resistência ainda é a maior possibilidade dos latino-americanos na defesa de suas riquezas.

Fundamentos da acumulação primitiva permanente

Marx (1996) explica que o capital é uma relação e não uma coisa, e que a acumulação primitiva é o processo histórico que precede ao capitalismo, no qual ocorre a separação entre produtor e seus meios de produção. A base desta separação é a expropriação fundiária do produtor rural e a transformação de terras comunais em propriedade privada, cuja usurpação foi facilitada e legalizada pelo Estado cuja intervenção armada e violenta, resultou na transição da produção de subsistência para produção em escalas sempre crescentes, para atender à demanda por matérias primas da indústria nascente, já que para atender ao mercado era preciso competitividade. Daí uma revolução agrária o que beneficiou a consolidação do sistema capitalista ao mesmo tempo em que os trabalhadores foram alienados em relação à terra, gerando um exército de pessoas expropriadas dos meios de produção, despreparadas para o mercado de trabalho que se consolidava, era a criminalização da pobreza dos expropriados. Os atuais conflitos relacionados à mineração na AL são exemplo contemporâneo específico resultantes da expropriação de terras comunais. Marx (1996) expressou preocupação com a dinâmica de uso dos recursos naturais, com a conservação do solo, do meio ambiente e com as consequências do uso indiscriminado do planeta e seus impactos devastadores para as gerações futuras, para o autor, os interesses dos comerciantes e fabricantes contra a monarquia em favor do desenvolvimento acelerado do capital são também observados na AL, o capitalismo dependeu desses interesses para saquear recursos substanciais para seu desenvolvimento e consolidação. Para Cueva (1983) os Estados mais poderosos se aproveitaram da debilidade dos países pobres para perpetuar e aprofundar a pobreza pela expropriação dos recursos, já que a acumulação primitiva ocorreu em escala mundial, a acumulação no centro correspondeu à desacumulação nas periferias.

Almaraz Paz (1967) descreve em detalhes o caso da Bolívia (Marx, 1996 também comenta sobre a extração de prata nas minas bolivianas), onde o poder político foi conformado por meio da dominação econômica dos barões do estanho, as perdas e a imposição sempre recaíam sobre as massas indígenas, que foram forçadas a trabalhar até o esgotamento, para manter uma pequena elite com privilégios absurdos. Nesse contexto, prevalecia a visão racista de Carlos Víctor Aramayo, um dos barões do estanho. Seu argumento era que se não quisesse prejudicar os trabalhadores, deveria pagar salários baixos, porque o trabalhador boliviano, devido à sua educação incipiente, ainda não

tinha necessidades que os povos mais adiantados possuíam, e, portanto, não sabiam o que fazer com o excedente em salário. De acordo com o autor, os norte-americanos da Missão Mac Gruder e o especialista argentino, Dr. Pedro Escudero, questionaram essa visão, porque em suas análises a produção de estanho diminuiu devido à precária alimentação desses trabalhadores. As duras condições de trabalho na mineração na Bolívia, persistem até hoje. Os massacres na Bolívia são uma marca incontestável dessa forma de produção, a esse respeito Aguiar (2021, p. 61) apresenta um quadro com 29 massacres, dos quais 7 foram na Bolívia. As precárias condições de trabalho dos mineiros, incluindo crianças e adolescentes e mulheres, com jornadas de trabalho insalubres superiores a 16 horas, cujos salários são insuficientes para cobrir suas necessidades básicas, e estão sujeitos à silicose, doença pulmonar ocupacional causada pela exposição a partículas inaladas de sílica com morte precoce dos mineradores.

Wallerstein (1974) refletindo sobre as dimensões espaciais do capitalismo, considera centro e periferia, tanto na Europa, onde ocorreram os movimentos iniciais da economia-mundo, e depois nas colônias das Américas, África e Ásia em relação ao centro. Esse aspecto é importante porque considera regiões inteiras fora da Europa como partes do sistema mundial, cujo modo de produção é o capitalismo no qual a estrutura é a concentração da propriedade privada e a acumulação. As análises do autor sobre a América Latina e a África, revelam contradições que se expressam por meio dos conflitos e das lutas de classes. O autor dedica especial importância à dimensão temporal em sua análise, devido ao processo de acumulação precedente ao capitalismo durante a crise do feudalismo e a consolidação do capitalismo como nova forma de produção. Essa dimensão temporal importa para o objeto, já que a duração das concessões de exploração mineral em vários países é estendida às vezes por séculos. Entre a crise do feudalismo e surgimento do capitalismo, as economias-mundo se serviam das importações de ouro e prata e outras matérias-primas das Américas para promover o desenvolvimento na Europa. O trabalho servil dos indígenas era explorado na produção agrícola e nas minas, o que ocorria no sistema de *encomiendas* na América Espanhola e escravidão dos africanos traficados para o Brasil e para os EUA. Para Wallerstein (1974) as economias-mundo do século XV e XVI consideravam a abundância de terras comunais como meios de produção ineficientes pelo uso da agricultura extensiva, enquanto a agricultura intensiva (monoculturas) exigia força de trabalho livre, isso justificou as expropriações das terras em várias regiões.

Quijano (2020) identifica no sistema mundo moderno a delimitação em seis âmbitos: econômico, social, cultural, demográfico, psicológico-social e político, entendendo que essas esferas se articulam em torno de disputas pelo controle do trabalho, da 'natureza', do sexo, da subjetividade e da autoridade. O autor introduziu o conceito de "colonialidade" para descrever um fenômeno que é

uma marca histórica na gênese do capitalismo na América Latina desde sua invasão. A colonialidade é um conceito que permite analisar a contradição como característica inerente a diversos lugares do mundo, marcados por relações colonialistas a partir da transformação das “economias-mundo” em capitalismo no século XVI, o autor concorda que a acumulação primitiva teve papel chave no sucesso dessa transformação. Quijano (2020) esclarece que a classificação humana por meio da raça e a colonialidade do poder, se consolidaram a partir da invasão e dominação da América Latina e continuam vigentes ainda no séc. XXI. Nesses processos, o Estado desempenha papel central na relação com a exploração dos recursos humanos e materiais, ouro e prata mais especificamente. O autor discute a imposição da racionalidade eurocêntrica no Novo Mundo e explica como isso suplantou as identidades originárias para atender às necessidades do sistema em consolidação, argumenta ainda que é essencial entender o Estado como um complexo de várias determinações que usa muitos mecanismos de dominação ideológica, naturalizando processos violentos e exterminadores.

Este novo sistema mundial produziu novas identidades históricas estruturadas sobre as ideias de raça e divisão social. A classificação por raça se expandiu por todos os continentes. O controle do comércio mundial foi garantido aos brancos dominadores pela apropriação de mercadorias produzidas com a exploração do trabalho gratuito de índios e negros e pelo controle das colônias de onde saía ouro, prata e demais matérias-primas extraídas das periferias. Quijano (2020) afirma que a perspectiva eurocêntrica de civilização é unilinear e unidirecional e questiona o protagonismo eurocêntrico como sendo os exclusivos produtores da modernidade e da modernização dos povos não europeus, devendo-se, portanto, considerar também as influências de culturas anteriores à colonização. Quijano (2020) identificou dois processos associados que determinaram a produção deste espaço/tempo que se transformaram em eixos centrais desse novo padrão de poder: *a criação de um código que diferencia conquistadores e conquistados e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho e seus produtos, bem como dos recursos na América Latina: a raça que implica numa forma nova de gestão do trabalho e da produção.*

Harvey (2004) atualiza a teoria dos processos de acumulação primitiva mostrando que isso ocorre por meio da *expropriação por espoliação*, nesse processo ocorrem a mercantilização e a privatização da terra; a expulsão violenta de populações destas terras; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive a água e o ar); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de

escravos; a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios radicais de acumulação. O autor afirma que a expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra se acelerou em países como o México e a Índia nas três últimas décadas do séc. XX. Harvey (2004) afirma que a privatização de recursos como a água, são com frequência por insistência do Banco Mundial e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. A escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual impulsionado por atividades como a mineração e o garimpo). Essas formas de sociabilidade geram o problema do subconsumo, que surge pelo constante empobrecimento dos trabalhadores.

O Estado, a lei e o direito de contaminar

É necessário visibilizar a importância do Estado latino-americano na esfera legislativa para identificar a lei como base do direito e ao mesmo tempo como fonte originária de conflitos, pois todo processo de expropriação, espoliação, exploração, extermínio, escravidão, etc. dependem do Estado como ente mediador das relações sociais em qualquer sociedade. Para estabelecer e manter a ordem o Estado utiliza a legislação e a força, inclusive com violência. Rohling (2014) esclarece o que é “lei legítima”, o conceito vem da concepção *rawlsiana* para uma sociedade democrática, onde a lei legítima é o resultado da aplicação do conteúdo da ideia de razão pública, formado por um conjunto de concepções políticas razoáveis de justiça, em discussões de normas coercitivas. Mas, se há lei legítima, há lei não legítima, nesse caso, as leis não legítimas requerem legitimação junto à sociedade para que mesmo ilegítimas os cidadãos as obedeçam. Pachukanis (1977) oferece uma perspectiva crítica a respeito do direito e da lei. O autor identifica a relação entre o direito e mercadoria, por isso o direito é alienado e alienador. O direito burguês é contraditório dentro de sua própria origem, dos seus preceitos e, também em sua prática, nesse sentido, o direito traz em si as características próprias da mercadoria, pelo que ocorre a coisificação do ser e de suas relações. Para o Estado, a lei é determinante no ordenamento da sociedade burguesa e na manutenção de suas estruturas e formas, a lei existe em função da propriedade privada. A relação de compra e venda apenas se dá frente à existência da propriedade de algo capaz de ser trocado/vendido. Como a relação de compra e venda precisa ser assegurada, o contrato é a lei que regula a relação de compra e venda e coloca limites, que, quando rompidos, instala o conflito, e o conflito, no campo da disputa, se transforma em litígio, o que também exige a presença do Estado, e por conseguinte da lei. A função governativa consiste, em primeiro lugar, em formular a lei comum (geral), que é condição de existência das leis concretas, relativas a cada espécie de relação de reciprocidade dos agentes. A lei geral precisa, em seguida, ser

concretizada nas formas particulares, referentes às variedades de relações de reciprocidade. Assim, outro aspecto da função legislativa vem a ser o de concretizar a lei (o direito) em leis específicas (direitos particulares).

Como ente legislador, o papel do Estado é central. A abstração impessoal do poder de Estado, agindo no espaço e no tempo, com uma regularidade e uma continuidade ideais, corresponde ao sujeito impessoal e abstrato do qual ele é o reflexo. Esse poder abstrato tem um funcionamento perfeitamente real na organização do aparelho burocrático, do exército permanente, das finanças, dos meios de comunicação, etc. O Estado no século XXI assim como no séc. XVI está imerso em contradições próprias ao sistema mundo moderno, mesmo com os carregamentos de ouro, prata e outras matérias-primas que ainda são saqueadas da América Latina. O saqueio na atualidade se ampliou com a falsa ideia de que a liberalização do comércio e a criação de áreas de livre comércio implicaria em oportunidades de desenvolvimento para os países periféricos. Contrários a isso, os ambientalistas têm se preocupado particularmente com a intensificação do comércio à raiz da liberalização, já que isso implica em maior emissão de poluentes e que o uso de materiais tóxicos se intensifique. A combinação de ambos elementos certamente aumentou os derramamentos transfronteiriços e agravou os problemas ambientais globais como os de Mariana e Brumadinho em MG.

A implementação e consolidação do neoliberalismo a nível global na década de 1990 ampliou as formas de acumulação do sistema para atender os interesses de mercado e trouxe sérias implicações para a América Latina, com mudanças de leis particularmente no âmbito da exploração mineral. Essas mudanças facilitaram a ação de empresas contaminadoras que destroem o meio ambiente, levando a consequências econômicas e ambientais significativas. O ideal neoliberal defende a privatização de ativos patrimoniais e serviços públicos, facilitando a acumulação e a concentração de recursos. O neoliberalismo globalizado, submeteu os Estados aos seus imperativos, a legalidade e a legitimidade da acumulação e da propriedade privada são possíveis por meio da disseminação dos ideais políticos de dignidade e liberdade, cidadania e democracia, todos são valores centrais da civilização. Na realidade, o uso retórico desses valores serve apenas aos interesses privados assegurados com a hegemonia do neoliberalismo. A centralidade do Estado reside também na capacidade de negociar a partir de interesses representados por grupos particulares. Harvey (2008, p. 78) explica que “Embora os neoliberais reconheçam o problema, [...] a maioria concorda que, se de fato necessárias as intervenções devem operar por meio de mecanismos de mercado [imposição de taxas e oferecimentos de incentivos, *venda de direitos de poluir* e assim por diante]”. (HARVEY, 2008, p. 78, grifos nossos). O direito de poluir corresponde ao direito de contaminar, que transforma

paraísos naturais em *paraísos de contaminação* (Aguiar, 2021) cujo termo paraíso de poluição foi inicialmente utilizado por Birdsall e Wheeler (1993), Zeng e Zhao (2009) e Gill *et. al.* (2009).

O conflito

A expropriação das terras, o trabalho forçado, a subjugação e outras formas de dominação e acumulação são causadoras de conflitos, por isso, é necessário também, discutir a natureza do conflito nas relações sociais onde os interesses são contraditórios. Nesse sentido, Rancière (1996) entende que o conflito é uma parte fundamental das relações sociais e tem um papel central na política, já que traz para o cenário público interesses polarizados. O conflito pode levar a avanços, mas também pode resultar em retrocessos que chegam à barbárie. A política é uma dimensão mais ampla da vida social, o que engloba também a esfera eleitoral e abrange todas as relações de (re)produção na vida humana. Por isso, a linguagem é uma ferramenta crucial para a ordem social. As elites dominantes lutam pela desmobilização da crítica e desarticulação do conflito. Para isto lançam mão de recursos como responsabilidade social e *Licença Social para Operar* (LSO), que são mecanismos que resolvem temporariamente os conflitos a favor do empresariado, em detrimento das populações afetadas. Estes conceitos, considerados tecnologias, foram desenvolvidos nas universidades dos EUA e se disseminaram pela América Latina e África.

Os conflitos são uma das expressões das lutas de classes. Os conflitos socioambientais são característicos da exploração de minerais preciosos como o ouro. Aguiar (2021, p. 26) informa que a partir de dados do Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) cerca de 284 conflitos da mineração haviam sido registrados, entre os quais figuravam “48 casos são devido ao ouro e se localizam em 14 países: Argentina – 3; Brasil – 4; Chile – 5; Colômbia – 4; Costa Rica – 2; Equador – 2; El Salvador – 1; Guatemala – 1; Guiana Francesa – 1; Honduras – 2; México – 7; Panamá – 3; Peru”. Esses dados expressam a importância dos conflitos pela ótica dos oprimidos, que estão sendo espoliados em todos os seus bens. De acordo com Wallerstein (1974) os conflitos por expropriação de terras ocorrem desde o séc. XI formando bases para a acumulação prévia que daria condições materiais ao surgimento e consolidação do capitalismo no séc. XVI. Nos casos da mineração, os conflitos geralmente são iniciados por descumprimento da legislação, geralmente por parte dos empresários ou mineradores/garimpeiros. Aguiar (2021) identificou que cerca de 39 alterações legais ou novas leis foram criadas para favorecer a exploração mineral. A centralidade do Estado nos processos é real, pois a gestão legal é tendenciosa, já que favorece sempre o capital ao negociar com os direitos de contaminar.

O Canadá é um dos países que mais interesse possuem na debilidade dos Estados latino-americanos e africanos. Este país possui *know-how* na arte de dissimular estratégias de saqueio de

ouro e legalização destes processos. Um caso polêmico é o conflito narrado por Deneault (2008) e também pelo Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais (OLCA), no qual a mina de Bulyanhulu, na Tanzânia, de propriedade da empresa canadense Sutton Resources Ltda., foi adquirida pela Barrick Gold Corporation Limited. A concessão para explorar a mina foi obtida em 1994 e “usando sua influência política e a presença de ex-chefes de Estado em seu conselho consultivo, obteve acesso ao local. A empresa esperava por esta concessão desde [...] 1990, [já que as] reservas ultrapassam US \$ 3 bilhões” (DENEULT, 2008, p. 16 – tradução livre). O conflito começou em 1994, quando a empresa recebeu os direitos do governo para explorar a mina. Em 1995, a Sutton recorreu à Suprema Corte da Tanzânia para expulsar milhares de garimpeiros da área. Em 1996, as autoridades tanzanianas expulsaram os mineiros artesanais de suas casas e de seu local de trabalho. A atuação imperialista-pragmatista do Canadá e a retórica usada nestes processos é o que realmente interessa aqui, pois o país é conhecido mundialmente por características de simpatia, diversidade e multiculturalidade, mas a realidade não mostrada com tanta ênfase é a que Deneault revela. Ora, “o governo canadense procurou influenciar a história, [...]. Em suma, era melhor que a Tanzânia existisse sem os tanzanianos” (DENEULT, 2008, p. 16-17, tradução livre).

Do garimpo ao London Bullion Market Association – LBMA

O maior impulso para a produção de ouro (i)legal na América Latina desde sua invasão está associada ao valor do ouro, hoje os preços do metal são ditados pelo mercado internacional cujo ente principal é o LBMA. Como a produção de ouro (i)legal está diretamente associada ao garimpo, pode-se afirmar com segurança que o maior incentivo à garimpagem vem desse mercado. Para que o garimpo continue vigoroso é necessária determinada atuação dos governos nos Estados latino-americanos. A partir desta postura governamental, em todas as esferas de governo, o ouro produzido nos garimpos é legalizado, comercializado e exportado para grandes refinarias na Suíça, EUA e outros. A tabela de Cruz (2019) mostra as quantidades de ouro produzidas na América Latina naquele período:

Tabela 1 Produção de ouro na AL (2019)

País	% da produção ilegal	Produção legal em Toneladas	Produção ilegal em Toneladas
Peru	28%	152	60
México	9%	120	12
Brasil	10%	80	9
Colômbia	80%	11	45
Venezuela	91%	2	16
Guiana	22%	15	4
Equador	77%	3	9
Bolívia	31%	7	3
Nicarágua	13%	9	1

Fonte: Cruz (2019).

A tabela mostra que a produção de ouro (i)legal é expressiva e que o escoamento desses recursos definitivamente produz o que Semo (1973) chamou de desacumulação no outro extremo. A afirmação de Semo reitera a contradição irreconciliável entre opostos nos processos de exploração. PERES *et al.* (2023, p. 2311) afirma que a principal atividade econômica em várias regiões da Amazônia é o garimpo e que o crescimento desta atividade nos últimos anos é exponencial “tendo em vista o aumento do preço desse ativo no mercado internacional e a fragilização das políticas públicas de proteção ambiental e gestão territorial” e cita o exemplo da Bacia do Tapajós.

Segundo a INTERPOL (2022) a extração de ouro ilegal na América Latina tem efeitos devastadores, pois a procura por este ativo é crescente e atrai o crime organizado, no qual ocorre tráfico de pessoas, violação dos direitos humanos e crimes financeiros. Em função deste contexto criou-se uma equipe especializada para apoiar os países na luta contra a mineração ilegal de ouro na América Latina. O maior atrativo para a participação do crime organizado se deve à irrestreabilidade e à demanda do mercado.

Tabela 2 As maiores refinarias de ouro do mundo

Nº	Empresas	País	Capacidade por ano em T.
1	Valcambi	Suíça	1400
2	Metalor-Group	Suíça	650
3	Rand Refinery	África do Sul	600
4	Tanaka Kikinzoku Kogyo	Japão	540
5	Heraeus-Group	Alemanha	500
6	Pamp	Suíça	> que 450
7	Argor-Heraeus	Suíça	400
8	The Perth Mint	Austrália	> que 300
9	Royal Canadian Mint	Canadá	300

Fonte: APA (2014, p. 31)

O conteúdo da tabela 2 é uma evidência incontestável que identifica a origem da demanda. Qualquer empresa em qualquer setor produtivo quer ocupar sua capacidade máxima para obter o máximo possível de lucros, isso não é diferente com as refinarias de ouro, sejam elas grandes ou pequenas. O problema está em que, para satisfazer às necessidades das refinarias nos países centrais, os países periféricos e semiperiféricos, onde se localizam as maiores jazidas do mundo, são obrigados a arcar com o ônus socioeconômico e ambiental dessa demanda.

Segundo informações da WWF (2023, p. 1) são lançadas aproximadamente “150 toneladas de mercúrio por ano na região” devido ao garimpo de ouro. Segundo o *Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development* (IGF) (2017, p. 4, tradução livre) “a mineração artesanal e de pequena escala [...] é a fonte das maiores liberações de mercúrio, estimadas em 1.400 toneladas por ano em 2011, de acordo com a Convenção de Minamata”, atividade na qual cerca de “40,5 milhões

de pessoas estiveram diretamente envolvidas na ASM⁵ em 2017, contra 30 milhões em 2014, 13 milhões em 1999 e 6 milhões em 1993. Isso se compara com apenas 7 milhões de pessoas trabalhando na mineração industrial em 2013” (IGF, 2017, p. 4). Apesar dos dados fornecidos o *Gold Better Initiative*⁶ crê que a atividade é geradora de empregos para esses 40,5 milhões de trabalhadores, esse projeto divulga que as empresas trabalham por atender às regras de normalização, como é o caso da lei *Dodd Frank*⁷, Diretriz de *Due Diligence*⁸ e a Convenção de Minamata, buscando saber as origens do ouro que utilizam em seus processos produtivos. A crescente demanda do mercado, a alta dos preços, as facilidades em extrair e exportar o ouro (i)legal e a irrestreabilidade são os incentivos para a expansão da atividade. De acordo com Manzolli e Rajão (2022, p. 2) a Agência Nacional de Mineração (ANM) protocolou “1.585 requerimentos de lavra garimpeira, etapa inicial para quem busca obter o título de lavra garimpeira que autoriza a exploração, e 252 títulos outorgados. Já os requerimentos de pesquisa somaram 4.375, com 3.140 títulos publicados e 85 guias de utilização emitidas” no período de jan/21 a jun/22. Os autores contabilizaram “158 toneladas totais produzidas no período (jan/21-jun/22) no Brasil, 110,7 T foram atribuídas como legais (70%) 35,7 T como potencialmente ilegais (23%) e 10,5 t como ilegais (7%)” (Manzolli, Rajão, 2022, p. 8).

O jornal econômico *Gestión* (2014, tradução livre) noticiou que a mineração legal no Peru relatou ao governo o total de 178 toneladas de ouro para exportação no ano [anterior]. Entretanto, a alfândega peruana, registrou exportações totalizando 290 toneladas. De acordo com o jornal “uma fonte do ministério disse que a diferença de 112 toneladas, [...], foi em grande parte atribuída à extração de ouro por mineiros ilegais que vazou para a cadeia de exportação do Peru”. O mesmo jornal afirmou que todo o ouro produzido na Bolívia em 2014 foi exportado para os EUA, cerca de 24 T, a questão está em que a Bolívia não produz grandes quantidades de ouro e divide fronteiras de aproximadamente 1000 km com o Peru, facilitando o escoamento do ouro ilegal de um para o outro

⁵ Artisanal or small-scale mining (ASM) corresponde a Mineração de artesanal ou de pequena escala.

⁶ Disponível em: <https://www.planetgold.org/better-gold-initiative>.

⁷ “A Lei de Reforma Financeira e Proteção ao Consumidor *Dodd-Frank* [...] foi sancionada [...] em 11/07/2010, quando entrou em vigor. A Lei realiza uma profunda reforma financeira cobrindo quase todos os aspectos do setor de serviços financeiros em resposta à pior crise financeira [...] com o objetivo de restaurar a confiança dos investidores na integridade do sistema financeiro.” (CNMV, 2021) Cf. CNMV – COMISIÓN NACIONAL DEL MERCADO DE VALORES. *Boletín internacional*. Barcelona, Espanha, mar. 2021. Disponível em: <https://www.boletininternacionalcnmv.es/ficha.php?menu_id=&jera_id=&cont_id=90>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁸ “[...] *Due Diligence* [...] é um processo de investigação ou auditoria de um investimento, um negócio ou unidade, ou a compra de um produto potencial. Tem por objetivo a confirmação de todos os factos associados [...] de uma empresa.” (DACEBA, 2019 – tradução livre). Cf. DACEBA – Asesorías, consultorías, e bufetes de abogados. *Due diligence factores claves de éxito*. In: _____. *Blog de actualidad jurídica, legal, TL...* Madrid, Espanha, 17 ago. 2019. Disponível em: [https://www.asesoriasempresa.es/blog/duediligence#:~:text=Due%20Diligence%20\(tambi%C3%A9n%20conocido%20como,y%20financiera%20de%20una%20empresa.>](https://www.asesoriasempresa.es/blog/duediligence#:~:text=Due%20Diligence%20(tambi%C3%A9n%20conocido%20como,y%20financiera%20de%20una%20empresa.>). Acesso em: 3 dez. 2020.

país para ser exportado. O cerne dessa questão está na Amazônia. Com dados atualizados, Castro (2022, tradução livre) afirma que no Peru “as operações bancárias suspeitas ligadas à mineração ilegal atingem mais de 3.900 pessoas, segundo um relatório da Unidade de Inteligência Financeira (UIF). Desse grupo, 64% correspondem a pessoas físicas e os 36% restantes a pessoas jurídicas” e que “Uma análise da Fundação para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável (FCDS) afirma que na Amazônia do Brasil, Colômbia e Peru existem 9.060 áreas de exploração mineira localizadas em mais de 32.000 quilômetros quadrados”. O autor afirma ainda que o Peru “tem 26% de atividades ilícitas em áreas protegidas e 14% em territórios indígenas. [...] Colômbia, o número se divide em 27% na ANP e 7% em territórios indígenas, [...] no Brasil [...] chegam a 13% em áreas protegidas e 7% em terras de comunidades na Amazônia”. Os povos originários e tradicionais geralmente pertencem aos territórios onde a dinâmica produtiva do ouro (i)legal ocorre, o que implica diretamente sobre as formas de vida e trabalho dessas comunidades. A intensificação da mineração de garimpo nos países Amazônicos é uma constante exponencial.

Basta (2023, p. 1) menciona que, segundo a “Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), há 4.114 pontos de mineração ilegal em todo o bioma. Juntos, eles despejam mais de 150 toneladas de mercúrio por ano na região”. A mineração ilegal, é, como exposto, a responsável pelas emissões de mercúrio no meio ambiente. De acordo com Basta (2023) a queima do amálgama na mineração do ouro libera vapores de mercúrio que são inalados, causando graves danos a vários órgãos, incluindo pulmões, cérebro, rins e glândulas endócrinas. O mercúrio é descartado nos rios, onde se transforma em metilmercúrio, uma forma orgânica do metal. Este metilmercúrio entra na cadeia alimentar e se acumula nos peixes e outros animais aquáticos, alimentos consumidos pelos povos originários e tradicionais da região. O mercúrio no corpo acarreta uma série de problemas de saúde, incluindo alterações sensoriais, motoras e cognitivas irreversíveis. É especialmente perigosa para as gestantes, pois pode afetar o feto, podendo levar a aborto, morte fetal ou atrasos no desenvolvimento da criança.

La Rinconada

O Estado é o ente mediador da relação entre mineradoras, garimpeiros e cidadãos. A produção de ouro, legal ou não, é relevante, assim como a exportação e o contrabando deste metal. A situação analisada no contexto da América Latina discute o caso particular de La Rinconada no Peru. La Rinconada está localizada nos Andes peruanos com altitude de 5.100 m acima do nível do mar, é a cidade mais alto do mundo. Entre 2001 e 2009, a população foi estimada pela National Geographic em 30.000 pessoas, com a alta no preço do ouro nos últimos 15 anos, La Rinconada superou os 50 mil habitantes em 2012. O clima de tundra alpina, com verões úmidos e invernos secos. A temperatura

média anual é de 1,3 °C podendo chegar a 25 graus Celsius negativos segundo Pieth (2019, p. 2, tradução livre), o autor crê que La Rinconada é uma favela mineira e a considera o “lugar mais imundo da terra”, o autor assume essa visão e se pergunta: – “Como conseguiu essa reputação?”, e, responde para si mesmo e para seus leitores: – “em apenas poucos anos, a população deste campo de mineração aumentou para mais de 60.000 pessoas”. As chuvas alcançam a precipitação média anual de 707 mm. Sua economia gira em torno da extração de ouro, mas a cidade carece de infraestrutura e serviços para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dos moradores. Pieth (2019, tradução livre) assegura que a cidade é “um centro de prostituição forçada, junto com Madre de Dios. Mulheres, [...] da Bolívia e do Peru, são atraídas [...] para campos de mineração, onde suas carteiras de identidade são tiradas delas e forçadas à prostituição” o autor afirma ainda que “dos 60.000 habitantes, aproximadamente 4.000 são prostitutas forçadas. Mais de 50% dessas meninas são menores, algumas com até 12 anos de idade. Todas vivem em extrema privação e risco, e muitas são vítimas frequentes de violência (PIETH, 2019, p. 2, tradução livre).

É difícil falar sobre a cidade devido sua à realidade, pois o órgão responsável pelas estatísticas do país, o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) não faz qualquer menção à cidade nos seus relatórios ou informes oficiais, esse dado foi revisto para esta publicação consultando os Boletins Especiais *Proyecciones de Población Total según Departamento, Provincia y Distrito* de nº 26 e 27 que correspondem aos anos de 2018/2020 e 2018/2022 respectivamente, além disso, “O povoado é alvo de muita curiosidade e falas preconceituosas, promessas falsas, interesses de todos os tipos, alguma pesquisa e muita omissão do Estado, além de proporcionar fama e fortuna para alguns e ser desgraça e infortúnio para muitos” (Aguiar, 2021, p. 208). A altitude é um fator de difícil adaptação, já que nessa altura as pessoas passam a sofrer do “mal da montanha” condição que implica em “uma série de condições neurológicas, como fadiga, dor de cabeça, confusão mental e perda de memória, o quadro pode ser fatal se agravar para um edema cerebral” (MUOTRI, 2015). O Lago de Cerro Lunar cujas águas eram cristalinas recebe o despejo de mercúrio e outros químicos da mineração, atualmente está negro e contaminado. A cidade não dispõe de esgoto sanitário ou de coleta “montanhas de lixo se acumulam por quilômetros ao longo da via de acesso. Urubus e outros animais rasgam as sacolas de plástico que encobrem a paisagem e *o local inteiro fede – literalmente – até o alto do céu*” afirma Pieth (2020, p. 3, tradução livre, grifos nossos), a água potável é conseguida nas geleiras onde a contaminação por mercúrio é reiterada na literatura consultada.

García; Medina e Priester, (2008) atestam que a atividade minerária é praticada em La Rinconada desde 1950, até que em 1998 passou à Corporación Minera Ananea S.A. os autores notificam a existência de disputa entre os mineiros cooperativados e mineiros informais, as

escavações ultrapassam os 100 m adentro das rochas das montanhas com riscos de desabamentos que ocorrem repetidamente, a retirada do ouro é por meio extremamente seletivo implicando em elevada quantidade de resíduos e na destruição do meio ambiente, os métodos de manejo do mercúrio são muito rudimentares o que pode estar causando um certo efeito estufa resultando no derretimento do gelo com deslizamentos, aumentando o risco de acidentes, além disso, a “produção anual de ouro é estimada em 2,4 MT/Au, cujo valor bruto [em 2008] [...] é da ordem de US \$ 65.000.000” (GARCÍA; MEDINA e PRIESTER, 2008, p. 9 – tradução livre).

Figura: Vista aérea dos caminhos para uma mina em La Rinconada



Fonte: SPDA-ACTUALIDAD AMBIENTAL (2014)

García; Medina e Priester, (2008) comentam que o maior desafio do Projeto Gama era construir uma *base de confiança* em um contexto de *cultura de conflitos*. O Proyecto Gama (Gestión Ambiental en la Minería Artesanal) é um projeto de cooperação bilateral entre os governos da Suíça e do Peru, com o objetivo de melhorar a situação ambiental da mineração artesanal. Este projeto foi implementado em várias fases entre 2000 e 2008, cujo enfoque era melhorar as condições de trabalho e de vida dos mineiros artesanais e suas famílias, além de reduzir os problemas ambientais associados à mineração artesanal. De acordo com García; Medina e Priester, (2008) a estratégia usada era a negociação por *conscientização objetivando a formação de consenso e apaziguamento dos conflitos*. O discurso de fortalecimento dos sujeitos para seu protagonismo é a parte da estratégia que não se revela aos trabalhadores da mineração artesanal, cooperativada ou garimpeiros para que independente das condições ou consequências da atividade, eles continuem produzindo inclusive com risco de suas próprias vidas e de suas famílias. Os autores consideram chave no processo de

negociação de conflitos o acompanhamento ativo e permanente, já que com esta atuação é possível *identificar os problemas precocemente e garantir a intervenção oportuna antes que crises incontroláveis se irrompam.*

Quadro – Benefícios do consenso para a mineração

Benefícios para a mineração artesanal	Benefícios para a mineradora e mineração artesanal	Benefícios para a mineradora
Receber por atribuição ou transferência de partes não econômicas do depósito; Receber matéria-prima para lavagem; Obter reconhecimento legal e / ou títulos para mineiros artesanais; Disponer de serviços de treinamento e assessoria para mineradores artesanais e comunidades (técnico, segurança, saúde, jurídico, organização, meio ambiente, manuseio de explosivos, entre outros); Receber serviços de resgate e emergência; Receber serviços sociais (saúde, educação, transporte, água potável e infraestrutura para as comunidades mineradoras do entorno); Receber assessoria para abrir novas frentes de trabalho; Disponer de transporte para seus produtos.	Chegar a acordos de compra de produção mineira artesanal através da empresa; Compartilhar informações técnicas e geológicas; Colaborar na extração da parte compartilhada do depósito com garimpeiros; Subcontratar a reabilitação de locais explorados para mineiros artesanais (dando-lhes a possibilidade de retrabalhar filar e retrabalhar minas subterrâneas, etc.); Recrutar mineiros artesanais e membros da comunidade para a operação de mineração e a prestação de serviços ou bens relacionados.	Economizar em geologia e na descoberta de jazidas para a empresa, por mineiros artesanais; Usar mineiros artesanais para prospecção e exploração (cavando trincheiras, poços, etc.); Explorar filar por mineiros artesanais; Explorar peças pequenas e economicamente difíceis do depósito por mineiros artesanais.
Evitar os custos da informalidade		Evitar os custos dos conflitos

Fonte: García; Medina e Priester (2008)

Um projeto para a eliminação gradual do trabalho infantil na mineração artesanal foi desenvolvido pela OIT cujos resultados foram divulgados em 2004. 2.572 crianças foram atendidas em La Rinconada e Cerro Lunar na fase II do projeto, no qual a “conscientização, mobilização social, ampliação e melhoria [...] de educação e criação de creches, melhoria [...] de saúde locais e melhoria das relações sócio trabalhistas; [...] consolidando um modelo de desenvolvimento que melhora a qualidade de vida das famílias” (OIT, 2004, p.5, tradução livre) foram as estratégias usadas. Outro dado relevante diz respeito a 33% da população é de crianças e adolescentes onde 75,6% deste total eram crianças e 24,4% adolescentes e a renda de 47,9% das famílias era abaixo de 100 dólares. Crianças entre 6 a 14 anos trabalhavam no pallaqueo, quimbaletes e llamperos, os de 15 a 19 anos eram saqueros, pallaqueros, quimbaletes ou na trituração e moagem. Depois disso, não foram encontradas outras informações sobre a presença da OIT na cidade. De acordo com a OIT (2024) estima-se que aproximadamente “um milhão de crianças trabalhem ilegalmente” na mineração em todo o mundo.

O Gef Gold Program⁹ foi implementado entre os dias 18 e 19 de fevereiro de 2019, com o objetivo de investir parcos 180 milhões de dólares em ajuda a 8 países da América Latina cuja produção do ouro (i)legal implica em altos índices de contaminação por mercúrio. Se consideradas apenas as 112 toneladas de ouro que saíram do Peru sem qualquer controle estatal, poder-se-ia fazer uma operação matemática para saber o valor exato do ouro exportado em dias atuais, ora, 122 toneladas equivalem a 112.000.000 gramas. O grama no goldprice.org custa 76,56 dólares em 15/04/2024. Ao multiplicar 112.000.000 por 76,56 ter-se-ia a módica quantia de 8.574.720.000 dólares. Tem-se, portanto, que 180 milhões de dólares representam apenas 2,1% dos 8.574.720.000 (oito bilhões, quinhentos e setenta e quatro milhões, setecentos e vinte mil) dólares das 112 toneladas que saíram do Peru sem deixar rastro. É nesta conta e neste discurso que reside o engodo das ajudas e dos projetos que vêm dos países e organismos que recebem todo o ouro (i)legal que saqueiam da América Latina. Portanto, “Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. (ACSELRAD, 2010, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Solón¹⁰ em algum momento de suas reflexões afirmou que “As leis são semelhantes às teias de aranha, detêm os fracos e débeis e são desfeitas pelos fortes e poderosos”. Mesmo tendo sido dito há muitos anos, a reflexão ainda espelha situações no cotidiano das periferias. Ao longo do texto foram tratados os temas do Estado e a questão legal, os direitos e os direitos de contaminar, a violação de direitos, a corrupção, o poder econômico ditando as rédeas do poder político para que o ouro (i)legal continue a ser produzido e saqueado das regiões periféricas do capitalismo central para fins de acumulação permanente.

Países como Suíça, EUA, Canadá e outros do LBMA estão na vanguarda de pesados investimentos na produção de ouro (i)legal, esperando ávidos as centenas de milhares de toneladas que chegam todos os anos para as refinarias com as maiores capacidades do mundo, sem que isso sequer arranhe suas imagens de potência, de países cultos, alegres e multiculturais. Estes países são mestres na arte de transferir a responsabilidade da contaminação e destruição do meio ambiente para os países periféricos e em consequência transferem a responsabilidade da pobreza para os pobres. Os mecanismos que utilizam para fazer a transferência reside no poder do discurso de

⁹ Disponível em: <https://www.thegef.org/events/implementation-launch-gef-gold-programme>.

¹⁰ (GUTIÉRREZ, 1988, p. 235).

tecnologias de mediação de conflitos e em ações de responsabilidade social onde projetos que valem cerca de 2% do valor saqueado anunciam salvar o meio ambiente com o suposto investimento em dólares para diminuir o despejo de mercúrio nos rios e florestas inclusive porque o garimpo é uma atividade que (do seu ponto de vista) “melhore” as condições de vida de mais 40 milhões de pessoas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) interferem diretamente nas determinações econômicas e políticas dos países em periféricos ditando orientação para as políticas econômicas, políticas públicas e sociais, os Estados nacionais das periferias acatam tais recomendações e os resultados dessa combinação, na realidade, só beneficiam os mercados, pois transferem para os países centrais grandes quantidades de recursos que deveriam ser investidos em setores sociais, mas são gastos em setores financeiros.

O garimpo de ouro, (i)legal ou não, tem consequências devastadoras para os povos originários e tradicionais e para o meio ambiente a nível global. Isso inclui a exploração do trabalho infantil a prostituição forçada e o tráfico de pessoas, a degradação ambiental causada pelo uso de mercúrio e outros produtos químicos, a violência e a instabilidade social acompanham a indústria do ouro. A riqueza gerada pelo garimpo beneficia apenas às empresas e consumidores dos países ricos. Isso levanta questões sobre a distribuição justa dos benefícios da mineração de ouro e a responsabilidade das empresas e consumidores que se beneficiam dela, as comunidades locais arcam com o ônus desses processos.

As poucas ações de responsabilidade social por parte dos países receptores é um mecanismo de transferência de responsabilidade em todos os níveis, além do mais, serve para limpar a imagem nos casos em que algum resquício das operações fique. É importante reconhecer e questionar as estruturas de poder que sustentam a indústria do ouro. Isso inclui as divisórias que separam as sociedades metropolitanas das sociedades coloniais – centro e periferia. A colonialidade do poder que mantém o mundo dividido entre saqueadores e expropriados, explorados nos seus territórios, corpos e subjetividade até exaurir-se. Essas são questões complexas e desafiadoras e requerem uma reflexão cuidadosa e ação coletiva para serem abordadas, além de ações que reduzam até a eliminação desta atividade empobrecedora, em todos os sentidos, dos países periféricos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H., 2010. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados* 24, 103–119. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142010000100010>.

AGUIAR, P. A. América Latina – Montanhas de ouro, rios de sangue: A extração (i)legal de Abya Yala a La Rinconada. Rio de Janeiro, 2021. Tese de doutorado, 272 f. disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10874411>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ALMARAZ PAZ, Sergio. **El podery la caída**: el estaño en la historia de Bolivia. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1967.

APA – ASOCIACIÓN PARA LOS PUEBLOS AMENAZADOS. **Responsabilidad de las refinerías de oro en las violaciones de los derechos humanos y actividades ilegales en el Perú**. Editores: Anna Friedli, Christoph Wiedmer, Mar. 2014. Disponible em: <https://www.gfbv.ch/wp-content/uploads/gfbv_peru_spanisch_low_k.pdf>. Acceso em: 21 jan. 2021.

BASTA, Paulo Cesar. Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00111823, 2023.

BIRDSALL, Nancy; WHEELER, David. Trade Policy and Industrial Pollution in Latin America: Where Are the Pollution Havens? **Journal of Environment & Development**, p. 137-149, 1993.

CASTILLA, Ó.; LUNA, N.; TORRES, F. Oro sucio: la pista detrás del London Bullion Market. **Recuperado de Ojo Público**: <https://ojo-publico.com/especiales/oro-sucio-la-pista-detras-del-london-bullion-market>, 2015.

CASTRO, Aramis. Las rutas del oro ilegal: mapas satelitales muestran expansión minera en la Amazonía. **Ojo Público**, 30 out. 2022. Disponible em: <https://ojo-publico.com/ambiente/territorio-amazonas/mineria-ilegal-oro-avanza-la-amazonia-brasil-colombia-y-peru#:~:text=La%20Amazon%C3%ADa%20de%20Per%C3%BA%20registra,lugares%20ceranos%20de%20comunidades%20ind%C3%ADgenas>. Acceso em: 15 abr. 2024.

CASTRO, Aramis. Perú: minería ilegal generó más ganancias que el narcotráfico. **Huella Minera**, 26 abr. 2017. Disponible em: <https://huellaminera.com/2017/04/peru-mineria-ilegal-genero-mas-ganancias-narcotrafico/>. Acceso em: 15 abr. 2024.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Tradução de Carlos A. Machado. São Paulo: Global, 1983.

GARCÍA, Edgardo; MEDINA, Guillermo; PRIESTER, Michael. Construyendo consensos en la minería artesanal- Desde el conflicto minero, hacia la formalización de la minería artesanal en la zona de la Rinconada, Perú. 2008. Disponible em: <https://www.studocu.com/pe/document/universidad-tecnologica-del-peru/individuo-y-medio-ambiente/construyendo-consensos-en-la-mineria-artesanal-del-curso/22200662>. Acceso em: 15 abr. 2024.

GESTIÓN. Redacción. Lucha contra minería ilegal de oro en Perú crea ruta de contrabando por Bolivia. In: GESTIÓN. Mercados. Lima/Peru: Gestión Empresa Editorial El Comercio S.A, Lima/Peru, 25 nov. 2014. Disponible em: <<https://gestion.pe/economia/mercados/lucha-mineria-ilegal-oro-peru-crea-ruta-contrabando-bolivia-83708-noticia/?ref=gesr>>. Acceso em: 26 jan. 2021.

Gill, Fozia Latif/Viswanathan, K. Kuperan et. al. (2018). The critical review of the pollution haven hypothesis. In: *International Journal of Energy Economics and Policy* 8 (1), S. 167 - 174.

GUTIÉRREZ, Mario Andrade. **Antología de pensamientos, apotegmas, proverbios, refranes, reflexiones, parábolas, y axiomas de hombres célebres**. Editorial Gisbert y Cía., 1988, p. 235.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. Boletín Especial N° 27 titulado Perú: Proyecciones de Población Total, Según Departamento, Provincia y Distrito, 2018-2022. Disponible em: https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1860/libro.pdf. Acceso em: 15 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. Boletín Especial N° 26 titulado Perú: Proyecciones de Población, Según Departamento, Provincia y Distrito, 2018-2020. Disponible em: https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1715/libro.pdf. Acceso em: 15 abr. 2024.

Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development (IGF). (2017). *Global Trends in Artisanal and Small-Scale Mining (ASM): A review of key numbers and issues*. Winnipeg: IISD.

INTERPOL. Los efectos devastadores de la extracción ilegal de oro en América. 28 de abril de 2022. Disponível em: <<https://www.interpol.int/es/Noticias-y-acontecimientos/Noticias/2022/Los-efectos-devastadores-de-la-extraccion-ilegal-de-oro-en-America-Latina>>. Acesso em: 13 out. 23.

MANZOLLI, B. A., RAJÃO, R. (2022) Boletim do Ouro 2021-2022. CSR/UFMG.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas, v. 1. Livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

MUOTRI, Alysso. O mal das montanhas e os neurônios do Monge. In: GLOBO. G1 – Espiral, 15 jan. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/blog/esprial/post/o-mal-das-montanhas-e-os-neuronios-do-monge.html>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **La Rinconada**: Realidad Minera Artesanal Emblemática – Sistematización de Resultados en el Proyecto: Programa para la prevención y eliminación progresiva del trabajo infantil en la Minería Artesanal en Sudamérica II FASE. Puno, Perú: OIT/Programa IPEC/Programa de Erradicación del Trabajo Huaranca Infantil en la Minería Artesanal de Sudamérica/CARE PERÚ. Proyecto Regional Puno, dez. 2004. Disponível em: <https://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_IPEC_PUB_6567/lang-es/index.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Child labour in mining and global supply chains**. Bangkok: OIT, 2024. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-manila/documents/publication/wcms_720743.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Coimbra: Centelha, 1977.

PERES, Lucas Garcia Magalhães et al. Identificação de garimpos na Amazônia brasileira por meio de detecção de mudanças e índices de vegetação em imagens PlanetScope. Anais do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, São José dos Campos, SP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2023.

PIETH, Mark. Gold laundering. In: Basel Institute on Governance. **Quick Guide Series**. Basileia, Suíça, 02 mar. 2020; Disponível em: <https://baselgovernance.org/sites/default/files/2020-08/qq16_gold_laundering.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PIETH, Mark. Gold laundering: the dirty secrets of the gold trade. Zurich: Elster & Salis, 2019. E-book Disponível em: <<https://baselgovernance.org/sites/default/files/2019-06/Gold%20Laundering%20flyer%20EN.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PROYECTO GAMA. Gestión Ambiental en la Minería Artesanal. Disponível em: <https://www.gama-peru.org/gama/tiki-index.php>. Acesso em: 15 abr. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117 - 142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf> Acesso em: 13 set. 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Organização e prefácio de Danilo A. Clímaco. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996. 144 p. (Coleção TRANS).

ROHLING, Marcos. O conceito de lei, lei legítima e desobediência civil na teoria da justiça como equidade de John Rawls. **Synesis**, v. 6, n. 2, p. 83-106, jul/dez. 2014. Disponível em: <<https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37135/1/O%20conceito%20de%20Lei.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

SEMO, Enrique. **Historia del capitalismo en México**: los orígenes, 1521/1763. México: Ediciones Era. SA, 1973.

SPDA – SOCIEDAD PERUANA DE DERECHO AMBIENTAL. El rincón dorado: minería informal en Puno. In: _____. SPDA-Actualidad Ambiental: **Noticias**. 04 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.actualidadambiental.pe/el-rincon-dorado-mineria-informal-en-puno/#jp-carousel-22138>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Tradução: Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Edições Afrontamento; v. I; New York: Academic Press, 1974.

WWF-BRASIL; OTCA. **NOTA TÉCNICA**: Contaminação por mercúrio na Amazônia. Julho 2023. Disponível em: <https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/notatecnica_otca.pdf>. Acesso em: 27 fev. 24.

ZENG, Dao-Zhi; ZHAO, Laixun. Paradies of pollution and industrial agglomeration. *Journal of Environmental Economics and Management*, v. 2, p. 141-153, 2009.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

SALVAGUARDA DO ACERVO DOCUMENTAL E MEMORIAL DA MINERADORA ICOMI

Ana Cristina Rocha Silva¹ (CEMEDHARQ/UNIFAP)
Elke Daniela Rocha Nunes² (CEMEDHARQ/UNIFAP)

RESUMO: Empreendimento produtivo de maior envergadura da história do Amapá, a exploração do minério de manganês desenvolvida ao longo de cinquenta anos pela ICOMI se firmou na trajetória histórica do estado, tornando-se elemento privilegiado para a compreensão das memórias e identidades locais. Apesar da relevância, no Amapá, a ausência de políticas públicas voltadas ao cumprimento da legislação arquivística tornou-se um risco à integridade da documentação histórica da ICOMI. A fim de reverter os prejuízos culturais desse cenário de negligência, é que surgiu o projeto Salva-guarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI, que vem sendo executado no âmbito do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). O projeto objetiva salvar o acervo da ICOMI, por meio de técnicas de higienização, catalogação e digitalização, a fim de tornar a documentação histórica da mineradora acessível à pesquisa acadêmica e à sociedade civil. Com a primeira edição financiada pelo PROFID/UNIFAP, o projeto já digitalizou um quantitativo significativo de documentos. Contudo, muito há a ser feito, notadamente no campo da museologia social. O texto que segue objetiva apresentar o referido projeto, de maneira a descrever suas justificativas, objetivos, função social, etapas realizadas e desafios enfrentados. Os resultados apontam um cenário profícuo para a ciência, para a cultura e para a produção do conhecimento histórico. Ademais, indicam a situação calamitosa da preservação documental no Amapá, bem como sinalizam a pertinência da interdisciplinaridade nas ações de salvaguarda.

Palavras-chave: ICOMI; produção mineral; salvaguarda; arquivo; memória.

INTRODUÇÃO

Sancionada em 8 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos Públicos (Lei nº 8.159/1991) estabelece a política nacional de arquivos. No Art. 1º, ela define ser “[...] dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. A

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá. Integra o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIFAP. Doutora em Ciências/Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA (2021). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas (UNIFAP-2014). Licenciada e Bacharel em História (FAMA-2010). Diretora do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e Patrimoniais do Amapá (CEPAP/UNIFAP). Colaboradora do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). E-mail: ana-cristina@unifap.br

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá. Coordenadora do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá (2001). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2010). Doutora em História pela UNISINOS (2018). Tem experiência na área de História e atua principalmente com os seguintes temas: aglomerados de exclusão, mineração, vila operária, gestão da informação, salvaguarda de acervos e arquivos. E-mail: elke.nunes@unifap.br

despeito dessa legislação, no Amapá, esse acesso é deficitário, pois estado não possui um arquivo público que conserve o seu acervo documental.

Assim, ao longo dos anos, documentos importantíssimos para a salvaguarda das memórias e identidades locais têm se deteriorado nos interiores de instituições públicas e privadas. Mais que isso, a inexistência de um arquivo público também reverbera na produção científica. Com dificuldades de acesso a fontes históricas, a pesquisa acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação existentes no Amapá acaba sofrendo limitações.

Essa realidade manifesta o espaço periférico que a valorização da memória documental do estado ocupa na agenda das políticas públicas locais. Embora a preservação da memória histórica não seja comumente considerada como uma demanda imediata, há de se reconhecer que a construção de uma sociedade democrática não se completa sem a socialização do conhecimento sobre sua trajetória histórica. No Amapá, a reunião documental é uma emergência coletiva, em especial para a academia que se dedica a construir conhecimento a partir desse tipo de acervo.

É sabido que a mineração de manganês capitaneada pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) em Serra do Navio/AP foi o primeiro, maior e mais duradouro empreendimento produtivo da história do estado. Indo além, o projeto ICOMI foi o primeiro grande empreendimento minerador na Amazônia. Portanto, a documentação gerada ao longo das cinco décadas de atuação da empresa constitui elemento privilegiado de compreensão da história e memória do Amapá e da região.

Apesar dessa importância, atualmente, o corpo documental da mineradora ICOMI está guardado de maneira inadequada, em espaços oficiais e não oficiais vinculados à empresa. O mesmo ocorre com os acervos particulares mantidos pelos ex-funcionários e seus familiares. Uma vez acondicionado de maneira inadequada, todo o acervo histórico está vulnerável ao desaparecimento. Daí a necessidade do uso de técnicas capazes de salvaguardá-lo.

A fim de minimizar os prejuízos decorrentes desse contexto de negligência, é que surgiu o projeto Salva-guarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI, doravante Salva-guarda do Acervo ICOMI. O projeto objetiva salvar a documentação histórica do primeiro grande empreendimento minerador da Amazônia, por meio de técnicas de higienização, catalogação e digitalização. A intenção é tornar essa documentação histórica acessível à pesquisa acadêmica e à sociedade civil.

Dito isto, nas páginas que seguem, este texto apresentará o projeto, a fim de situar suas justificativas e objetivos. Para tanto, o texto discutirá as relações entre os documentos, a construção de conhecimento histórico e o papel da digitalização. Na sequência, descrevem-se a relevância social

e acadêmica do projeto, a origem dos documentos tratados, a potencialidade das pesquisas envolvendo a memória social do projeto ICOMI, além dos desafios envolvendo a musealização do acervo.

OS DOCUMENTOS, O CONHECIMENTO HISTÓRICO E A DIGITALIZAÇÃO

Os documentos (*latu sensu*) se constituem como elementos essenciais aos primeiros passos da pesquisa histórica. Ao passo em que o historiador os interroga e os problematiza, o conhecimento vai se construindo (Pinsky; Luca, 2015; Bloch, 2001). Ainda que sejam apresentados como “prova” para determinado fato, os documentos não devem ser vistos como espelhos fidedignos da realidade de determinada época ou período. Eles precisam ser analisados e questionados por meio de técnicas metodológicas rigorosas, a fim da identificação das relações de poder e vieses ideológicos subjacentes.

A pensar-se com Le Goff (2003, p. 547), “[...] o documento não é inócuo, mas uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época e da sociedade que o produziram”. Nessa perspectiva, o documento “[...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 2003, p. 545). Os documentos viabilizam a compreensão dos processos humanos no tempo e no espaço, pois são fontes subsidiárias e complementares do *métier* do historiador.

Nos termos de Reis (2004, p. 123), na medida em que são consultados e explorados, os documentos tornam-se fontes de conservação e “recuperação” da memória coletiva, permitindo o surgimento de novas interpretações a respeito do passado. Para o historiador, o documento é fonte inesgotável de informação. Assim, ele pode ser interrogado sob vários ângulos e perspectivas, bem como a partir de diversos métodos. Portanto, perguntas diferentes feitas aos mesmos documentos podem apontar para respostas distintas.

Ao longo dos tempos, a noção de documento foi se ampliando. Notadamente, em meados do século XX, quando a historiografia ocidental se distanciou daquela história eminentemente política e se aproximou de novas abordagens, problemas, objetos e metodologias (Burker, 1992). Nesse sentido, fontes documentais diversas passaram a ser utilizadas na construção do saber histórico, a exemplo de imagens iconográficas, jornais, fontes orais, correspondências, obras literárias, canções, filmes, dados estatísticos, testamentos, dentre outros.

Segundo Custódio e Pantoja (2021, p. 728), a digitalização dessas fontes consiste na “[...] reprodução por varredura eletrônica em disco ou outro suporte de alta densidade que permite a visualização do documento em terminal e, por sua vez, possibilita o acesso de mais de um usuário à

fonte, além disso, mantém os originais em segurança”. De acordo com os autores, a digitalização exige um trabalho prévio que engloba a higienização e a catalogação.

Considerando os benefícios que proporciona (preservação e acesso facilitado), a digitalização de acervos históricos necessita compor as políticas públicas de desenvolvimento local/regional (Custódio; Pantoja, 2021). Nas palavras dos autores supracitados, “[...] provavelmente a digitalização seja uma das últimas garantias de se manter viva as informações arquivísticas de um estado e a disponibilidade destas para as gerações futuras” (Custódio; Pantoja, 2021, p. 730).

Em se tratando da documentação histórica vinculada ao projeto ICOMI, a digitalização há de somar com a construção de conhecimento sobre o empreendimento produtivo de maior envergadura da história do Amapá. Tal projeto não só impactou no crescimento demográfico e econômico do estado (Monteiro, 2004; Porto, 2007), como também introduziu o modo de produção fordista no mesmo. Assim, modificou modos de vida e estabeleceu um rigoroso controle social associado à ideia de modernidade e qualidade de vida (Berman, 2016; Nunes, 2014; Paz, 2014). Portanto, a preservação da documentação histórica derivada do projeto ICOMI é essencial para a construção de conhecimento histórico sobre o Amapá e a Amazônia.

O PAPEL SOCIAL E CIENTÍFICO DO PROJETO

Na Amazônia Oriental Brasileira, o processo de valorização industrial de recursos minerais se iniciou em meados do século XX, com a exploração das reservas de manganês de Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá (Nunes, 2014; 2018). De acordo com Nunes (2018), por aproximadamente duas décadas, a exploração de manganês capitaneada pela ICOMI permaneceu como a única extração mineral industrial significativa na Amazônia Brasileira. Cenário que só se modifica de modo mais expressivo a partir de 1964, com as políticas desencadeadas pelo golpe civil-militar.

A documentação gerada ao longo das décadas de atuação da mineradora constitui elemento privilegiado de compreensão da história e memória do Amapá e da Amazônia, durante o século XX. Por tais motivos, o trabalho de higienização, catalogação e digitalização realizado pelo projeto Salva-guarda do Acervo ICOMI cumpre função social e científica relevante, pois viabiliza o acesso a fontes documentais sobre o mais pioneiro empreendimento mineral da região.

Os acervos associados ao projeto ICOMI possuem documentos de natureza diversa. Neles, constam álbuns fotográficos da construção e funcionamento das estruturas da empresa, dados contábeis, contratos, projetos pilotos para atividades econômicas variadas, relatórios de produção, além de documentos associados à rotina administrativa, à comercialização mineral, à vida funcional, à saúde e à educação dos trabalhadores e de seus familiares.

Os acervos também informam sobre os processos sociais que envolveram as milhares de pessoas que atuaram de maneira direta ou indireta na mineradora. Portanto, mais do que viabilizar a salvaguarda de bens materiais (documentos), o projeto somará com a compreensão de processos históricos. Assim, poderá manifestar uma miríade de aspectos, a exemplo de relações de poder, de construção de identidades, de questões de gênero, de gestão ambiental, de organização social e espacial, de aspectos arquitetônicos, de políticas de saúde, de diretrizes educacionais, de gestão de recursos humanos, de política contábil, de política mineral, de segurança do trabalho, de relações com movimento sindical etc.

Quando organizados, os documentos se tornam fontes privilegiadas de informações. Contudo, para viabilizarem a construção de conhecimentos, eles precisam estar acessíveis, a qualquer tempo, a pesquisadores e à sociedade civil. De acordo com o que prevê a legislação brasileira, esse conjunto de registros sociais constitui um patrimônio documental que deve ser preservado como garantia da identidade local ou regional.

Motivado por esse propósito, o projeto Salvaguarda do Acervo da ICOMI vem sendo desenvolvido no âmbito do Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo da UNIFAP (CEMEDHARQ/UNIFAP), único centro do Amapá devidamente registrado no CONARQ, até então. O CEMEDHARQ é uma unidade acadêmica que objetiva salvaguardar patrimônios identitários e culturais do estado e seus municípios, constituídos por documentos físicos e pela memória social local.

A princípio, a execução do projeto se deu a partir do trabalho voluntário de professores/pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao centro. Conforme descrito mais adiante, essa atuação voluntária foi essencial para a etapa de coleta do acervo. Em virtude de dificuldades de acesso a fundos de financiamento, o tratamento dos documentos ficou parado por um período. Esse acesso só veio em meados de 2023, quando o projeto foi acolhido pelo Programa de Formação, Capacitação, Aperfeiçoamento e Idiomas – PROFID³, programa institucional que subsidia a execução de projetos de extensão, na UNIFAP.

A equipe da primeira edição do projeto foi composta da seguinte maneira: Profa. Dra. Ana Cristina Rocha Silva e Profa. Dra. Elke Daniela Rocha Nunes – coordenadoras; Raiane Albuquerque Silva – técnica administrativa; Yan Quintela Brito, Caíque Tenório Farias, Kaylane Pena de Souza e Ana Cristina Gomes de Moraes – monitores de graduação selecionados via edital. Vitória Santos Esteves, Daniel Conceição de Jesus Souza e Bruno Markus dos Santos de Sá – monitores voluntários.

³ O PROFID é um programa institucional vinculado ao Departamento de Letras e Artes (DEPLA) da UNIFAP e coordenado pelo Prof. Ms. Melque Lima. A página do PROFID está disponível no link: <https://www2.unifap.br/profid/>

Os discentes que atuaram na monitoria do projeto foram todos capacitados pelo CEMEDHARQ/UNIFAP e, hoje, já contribuem na capacitação de outros discentes que buscam qualificação na gestão documental. Dito isto, além de contribuir para a salvaguarda de documentos importantes para a compreensão de processos históricos do Amapá e da Amazônia, o projeto aqui apresentado também soma para a qualificação profissional de estudantes de graduação e pós-graduação da UNIFAP.

A ORIGEM DOS DOCUMENTOS TRATADOS

O corpo documental que vem sendo tratado pelo projeto advém de três fontes principais, a saber: 1) o acervo doado pelo senhor José Luiz Ortiz Vergolino, último diretor/presidente da ICOMI; 2) o acervo doado pela Associação dos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários da Fundação CAEMI de Previdência Social (APAAB-FUNCAEMI); e 3) acervos particulares doados por ex-funcionários da mineradora.

O acesso ao primeiro acervo só foi possível por conta da preocupação do senhor José Luiz Ortiz Vergolino. Engenheiro de profissão, ele chegou ao Amapá na década de 1960 para atuar na ICOMI. Trabalhou por décadas e foi o último diretor/presidente da mineradora, sendo o responsável por encerrar das atividades da empresa e entregar as estruturas construídas para o Governo do Estado do Amapá, em fins do século XX.

Ao longo dos anos trabalhados, o senhor Ortiz Vergolino guardou muitos documentos oficiais e não oficiais. Preocupado com a salvaguarda desse patrimônio, no ano de 2022, por meio de tratativas junto ao CEMEDHARQ/UNIFAP, ele doou todo o seu acervo para a universidade, de maneira que os documentos pudessem ser disponibilizados à pesquisa acadêmica. Ao entregar oficialmente o acervo, Ortiz Vergolino manifestou suas motivações:

[...] a gente entende que é uma prestação de serviço final, mas muito útil para a sociedade amapaense [...] esse acervo vai englobar todos os contratos da empresa, a sua contabilidade, os seus projetos realizados e não realizados, estudos gerais sobre possibilidades econômicas, a parte de saúde muito grande, a parte de mineração, de geologia, vai englobar tudo [...]. E principalmente, a gente tem esperança de que os pesquisadores e historiadores que vão se debruçar sobre esse manancial de informação, a gente espera que eles produzam estudos e análises na altura do que a companhia representou para o Amapá (Vergolino, 2022, entrevista).

Imagem 1 a 2: Coleta do acervo documental doado à UNIFAP pelo senhor Ortiz Vergolino



Fonte: Projeto Salvaguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI.

Formado por uma documentação variadíssima, o acervo doado por Ortiz Vergolino era volumoso e foi recolhido gradualmente pelos monitores do CEMEDHARQ/UNIFAP. Conforme se vê nas Imagens 1 e 2, acompanhados da coordenação do centro, eles se deslocavam semanalmente até a residência de Ortiz, na cidade de Santana-AP. Lá, a cada semana, a equipe recebia um quantitativo de documentos das mãos de Ortiz, reconhecia e inventariava o material.

O segundo acervo documental tratado pelo projeto Salvaguarda do Acervo da ICOMI deriva da Associação dos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários da Fundação CAEMI de Previdência Social (APAAB-FUNCAEMI), sediada no Rio de Janeiro-RJ. De acordo com os representantes da APAAB-FUNCAEMI, após a realização de uma prospecção para o futuro, a instituição previu a possibilidade de seus sócios não estarem mais vivos em um prazo de oito anos. Por conta disso e considerando o valor histórico do acervo documental que a instituição detinha, surgiu o interesse em doá-lo à UNIFAP.

Conforme o Boletim Informativo nº 57 da APAAB-FUNCAEMI, em 17/11/2021, o Conselho Consultivo da associação já havia aprovado essa destinação. Foi, então, que se iniciaram as tratativas para a assinatura do Termo de Recolhimento para guarda permanente do acervo no CEMEDHARQ/UNIFAP. O referido documento foi assinado em solenidade pública pela Profa. Dra. Verônica Xavier Luna (então Coordenadora do CEMEDHARQ), pelo Prof. Dr. Júlio Sá (Reitor da UNIFAP), e por representantes da APAAB-FUNCAEMI. Feita a assinatura do termo, a equipe do CEMEDHARQ se deslocou até o Rio de Janeiro para catalogar, ordenar e embalar a documentação histórica, de maneira a enviá-la para a UNIFAP, no Amapá.

Além da Profa. Dra. Verônica Luna, a equipe que recolheu o acervo era composta pela Profa. Dra. Elke Daniela Rocha Nunes e pelo discente Antônio de Oliveira Lopes Neto. O recolhimento ocorreu no período 06/06/2022 a 15/06/2022. Ao todo, foram trazidas 24 caixas repletas de documentos históricos. Não se limitando aos documentos relativos à ICOMI, a equipe trouxe documentos das empresas vinculadas ao grupo CAEMI, tais como a MBR, Jari Celulose, Brumasa, dentre outras.

Acrescente-se uma rica documentação sobre Augusto Antunes, fundador da ICOMI. Em meio aos documentos sobre ele, destacam-se dados biográficos, projetos realizados e não realizados, envolvimento político etc. A APAAB-FUNCAEMI também doou um conjunto de artefatos. Abaixo, se tem um registro da chegada dos membros do CEMEDHARQ na sede da APAAB-FUNCAEMI.

Imagem 3: Equipe do CEMEDHARQ/UNIFAP que recolheu o acervo doado pela APAAB-FUNCAEMI, Rio de Janeiro-RJ, junho de 2022



Fonte: Boletim APAAB-FUNCAEMI nº 57 (2022).

O terceiro corpo documental que vem sendo tratado pelo projeto provém dos acervos particulares dos ex-funcionários da mineradora. Nele, constam as informações não oficiais do projeto ICOMI no Amapá, as quais revelam aspectos do cotidiano, no âmbito dos espaços de trabalho, lazer, saúde, educação e religiosidade.

OS DESAFIOS DA MUSEALIZAÇÃO

Os acervos das famílias icomianas chegaram até o projeto por meio da divulgação nas redes sociais. Essa aproximação se intensificou a partir de junho de 2023, na aula inaugural do

PROFID/UNIFAP, financiador da primeira edição do projeto. Na ocasião, os projetos financiados pelo programa foram desafiados a organizar uma mostra de suas ações, em uma pequena tenda de 3mx3m. Como o projeto Salva-guarda do Acervo ICOMI possuía documentos e artefatos, a coordenação decidiu organizar uma pequena expografia com o material.

Então, além de banners, foram providenciados módulos em MDF para a exposição de alguns objetos. A ansiedade e o afeto das famílias icomianas diante da expografia surpreendeu a equipe. Eram muitas as pessoas emocionadas ao visualizarem as fotos, os contratos de trabalho e os artefatos expostos. Desde então, aumentou o volume do recebimento dos acervos particulares.

Em setembro de 2023, em meio à programação da 17ª Primavera dos Museus na UNIFAP, também montamos a expografia e o fenômeno se repetiu. Em dois dias de evento, aproximadamente 500 pessoas visitaram o espaço do projeto, superando todas as expectativas das coordenadoras. Abaixo, se vê alguns aspectos da expografia.

Imagem 4 a 7: Expografia do projeto Salva-guarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI



Fonte: Projeto Salva-guarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI

O sucesso da expografia manifestou a necessidade de pesquisas sobre o lugar da ICOMI na memória social do estado do Amapá. Também indicou que os documentos e artefatos expostos não se limitavam a falar da mineradora. Independentemente do passado histórico da empresa, aqueles objetos também falavam da “vida vivida” (Certeau, 1994) e do passado de cada uma das milhares de famílias que tiveram suas trajetórias atravessadas pelo projeto ICOMI.

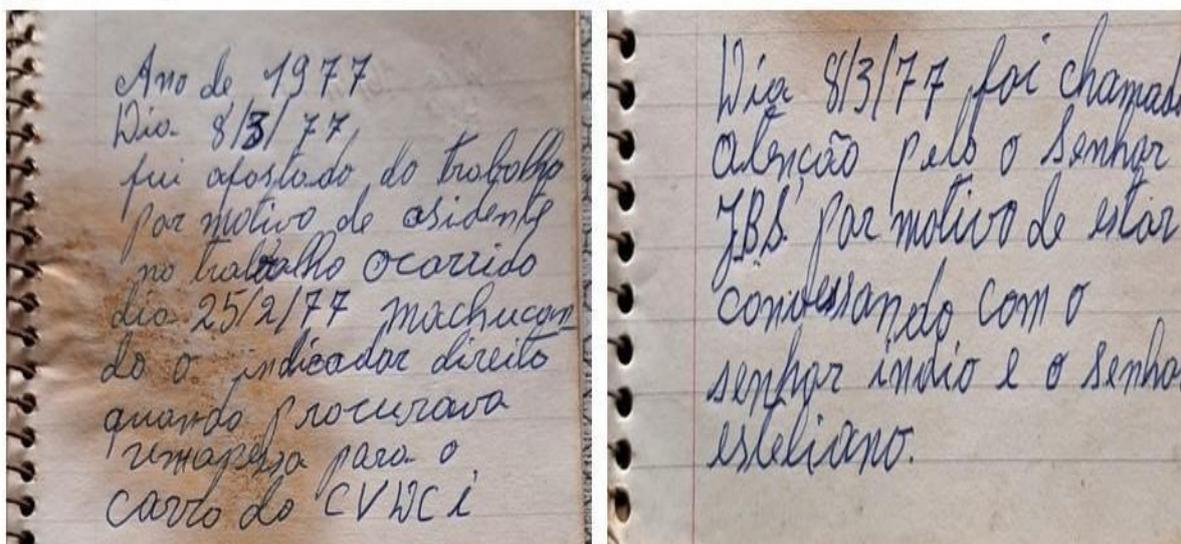
Logo, cada artefato e documento exposto é um lugar de memória (Nora, 1993) e possui lógicas próprias que merecem ser problematizadas pela pesquisa científica. Assim, é mister que os

fenômenos acerca da memória social do projeto ICOMI sejam problematizados sob ângulos distintos e pelos mais diversos campos do saber, a fim do rompimento com análises e perspectivas usuais.

Adiante, segue um documento oriundo dos acervos particulares das famílias icomianas. Trata-se de um diário pessoal do senhor Pedro Antônio da Silva Filho⁴, contratado pela ICOMI em 07 de março de 1961, para exercer a função de ajudante de carpinteiro. No diário, ele registra acidentes e advertências no trabalho. De acordo com os familiares, na década de 1980, o funcionário perdeu um dos olhos em um desses acidentes e, desde então, passou a utilizar uma prótese de vidro.

O curioso é que, apesar da gravidade, não há registro desse sinistro, em meio aos escritos do ex-funcionário. Segundo informações da família de Pedro Antônio da Silva Filho, ele só acionou a justiça do trabalho depois de aposentado e após muita insistência da família, amigos e da médica oftalmologista. O afeto em relação à empresa foi o principal motivo da demora. Pelo exposto, vê-se a pertinência de estudos dedicados à memória social do projeto ICOMI. Muito já se produziu sobre a empresa. Contudo, os fenômenos sociais não se esgotaram e a documentação levantada pelo projeto Salvasguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI abre muitas possibilidades de discussão.

Imagem 4 e 5: Diário pessoal de Pedro Antônio da Silva Filho, ex-funcionário da ICOMI



Fonte: Projeto Salvasguarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI.

Importa esclarecer que a expografia montada para o projeto não foi pensada no planejamento inicial das ações a serem executadas. Ela surgiu para atender uma demanda do PROFID e, posteriormente, se manteve em virtude dos apelos da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

⁴ Na ICOMI, era comum os funcionários se tratarem por apelidos. O senhor Pedro Antônio da Silva Filho ficou conhecido pelo apelido de “Ceará Cachorro”.

Esses apelos manifestam o desejo de mais espaços de memória, por parte da sociedade amapaense. Também revelam a profusão de questionamentos que a mineradora provoca no meio científico.

As demandas descritas têm desafiado a coordenação do projeto a pensar nas possibilidades de fruição da expografia. À medida em que o projeto avança, os usos dela têm sido objeto de análise e uma questão se coloca como urgente: a necessidade de visibilizar as contribuições dos milhares de trabalhadores comuns que fizeram a ICOMI se tornar a maior referência da história industrial do Amapá. Para além disso, por meio da expografia e com base nas diretrizes da museologia social, o projeto pretende instigar reflexões acerca da pertinência ou não dos projetos de desenvolvimento fundados no economicismo e na ideia linear de progresso.

Nessa perspectiva, convergindo com a produção científica da Amazônia (Ravena; Marin, 2021), a partir do acervo documental tratado pelo projeto, a exposição haverá de destacar as incompatibilidades entre as políticas desenvolvimentistas e a região. Agravadas pela pandemia de Covid-19, essas contradições avançam sob a sociodiversidade e biodiversidade regional, ameaçando modos de vida, intensificando processos de homogeneização cultural e gerando impactos ambientais, conforme descrevem Silva e Simonian (2023).

Isto posto, a partir da expografia, o projeto SalvaGuarda do Acervo Documental e Memorial da Mineradora ICOMI pretende problematizar os grandes projetos pensados para a Amazônia. Para tanto, diálogos interdisciplinares se impõem e já sinalizam um cenário profícuo para a ciência, para a cultura e para a produção de conhecimento histórico.

No que diz respeito a este último, as fontes levantadas por meio do projeto sinalizam que o Amapá e a Amazônia não ocuparam espaços periféricos, em meio a movimentos de abrangência nacional. Ao contrário disso, tiveram um protagonismo relevante em contextos que marcaram a história do Brasil. Em outras palavras, a partir dos documentos salvos pelo projeto SalvaGuarda do Acervo ICOMI, a comunidade científica haverá de ter elementos para compreender que o estado e a região não estavam à margem da história, e sim no centro dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incluídos no rol dos bens que se encaixam na definição de patrimônio cultural nacional, os documentos históricos devem ser preservados como garantia da preservação da identidade local ou regional. Para tanto, no Brasil, é competência comum da União, Estados e Municípios – em cooperação com a sociedade – possibilitar o acesso e a fruição desse patrimônio, a partir de uma igualdade material (Brasil, 1988). Em que pese a obrigação conjunta dos entes federados, no Amapá, o patrimônio documental ocupa espaço periférico na agenda das políticas públicas.

Essa realidade reverbera na deterioração e perda de fontes históricas. Portanto, há de se reconhecer que a preservação documental é uma emergência coletiva, no Amapá. Dito isto, ao salvar a documentação histórica do primeiro grande empreendimento minerador da Amazônia, o projeto SalvaGuarda do Acervo ICOMI contribui para minimizar os prejuízos culturais impostos pela ausência de políticas públicas voltadas à legislação arquivística.

Executada entre os anos 2023 e 2024, a primeira edição do projeto ICOMI já tratou volume significativo dos acervos sob sua guarda. Contudo, limitações de ordem financeira e estrutural ainda impedem a conclusão total dos trabalhos. Assim, a coordenação do projeto concentra esforços para acessar novos fundos de financiamento, de maneira a dar continuidade ao tratamento da documentação. A fim de facilitar o acesso aos documentos já digitalizados, a coordenação também pleiteia parcerias para a construção de uma base de dados que permita a busca do acervo, nas plataformas digitais.

Enquanto isso não se efetiva, a equipe segue fazendo o que é possível para salvaguardar a memória documental da ICOMI. Nesse percurso de luta, agradecemos a colaboração dos estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao CEMEDHARQ/UNIFAP, que trabalharam e trabalham de modo voluntário, em muitos momentos. Também agradecemos ao PROFID/UNIFAP, pelo compromisso com a preservação dos elementos que compõem a memória do Amapá.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Modernidade – ontem, hoje e amanhã**. In: Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade; [tradução Carlos Felipe Moíses, Ana Maria L. Ioriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKER, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão.; PANTOJA, Leandro de Freitas. Digitalização de documentos históricos no Amapá: uma alternativa de preservação da memória cultural. In: JÚNIOR, José Petrucio de Farias *et al.* (orgs.) **História, Arqueologia e Educação Museal: patrimônio e memórias**. Teresina-PI: EDUFPI, 2021. p. 717-740.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, 2004. p. 5-41.

NUNES, Elke Daniela Rocha. **Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973**. 2018. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

_____. **O controle social exercido pelo ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 a 1975**. Macapá: UNIFAP, 2014.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá**: Transformações econômicas e institucionais (1943-2000). Macapá: edição do Autor, 2007.

RAVENA, Nirvia.; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Amazônia**: as ameaças das políticas desenvolvimentistas. Belém: NAEA, 2021.

REIS, José Carlos. **Escola do Annales**: a inovação em História. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SILVA, Ana Cristina Rocha.; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Território, educação e pandemia: a vulnerabilidade das populações agroextrativistas do PAE Maracá, AP. In: SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes.; MATHIS, Armin.; CASTRO, Fábio Fonseca de. (ORG). **Ciência na Amazônia**: desenvolvimento, sustentabilidade e diversidade em tempos de COVID-19. Belém: NAEA, 2023. p.199-222.

VERGOLINO, José Luiz Ortiz. ALMEIDA, A. B. de. **Entrevista concedida à Elke Daniela Rocha Nunes a respeito da doação do acervo da ICOMI para a Universidade Federal do Amapá**. Santana-AP, Monte Alegre. 30. abr. 2022. (Anotações de E. D. R. N.; arquivo pessoal).



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

“COMUNIDADE DO CAJUEIRO LUTA CONTRA CONSTRUÇÃO DE PORTO EM SEU TERRITÓRIO”: COMO A ZONA RURAL II DA ILHA DO MARANHÃO TRANSFORMOU-SE EM UM DOS PONTOS FOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO.

Isabela Marisa Câmara Sousa¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo a análise crítica sobre o contexto que tornou o território do Cajueiro, comunidade tradicional situada na zona rural da capital, em área de interesse para a fixação de um porto privado, apoiado por um oligopólio chinês com apoio do governo do Estado. Para além disso, torna-se necessário o exame sobre a formação econômica do Maranhão, inserido dentro de uma lógica em nome do “desenvolvimento” a partir das exigências do Capital e que o coloca em cenários de conflitos territoriais a várias décadas. A base conceitual para investigação a ser realizada parte dos conceitos de espaço, abordados por Bourdieu (2013) e Harvey (2005 e 2011), e em especial, para estudar a conjuntura espacial do Maranhão, contaremos com Trovão (2008) e Cano (1992). Ademais, para a imersão no conflito socioambiental, serão expostos os estudos de Arcangeli (2020 e 2018), Vazzi (2017) e Burnett (2022). A metodologia utilizada contará com materialismo histórico dialético de Marx (2008) e os estudos de Foucault (1979) sobre as relações de poder, principalmente entre o Estado e o indivíduo, visto que a partir dos fatos observados no estudo, chega-se a necessária reflexão acerca dos pontos controversos, principalmente nas tramas políticas que permeiam os interesses públicos e privados no referido campo empírico a ser estudado.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Comunidades Tradicionais; Conflitos Socioambientais; Estado.

1. INTRODUÇÃO

O Maranhão, desde os tempos coloniais, é marcado por violências aos povos e territórios tradicionais, precisamente os povos indígenas, remanescentes de quilombos e os que se inserem em uma dinâmica de modo tradicional de existência, ensejando em sangrentos conflitos pelo território almejando a expansão econômica em nome do “desenvolvimento”. Boaventura Sousa Santos (2022), demonstra que estes conflitos, na contemporaneidade, se reproduzem em outras formas colonialistas, podendo ser representadas pela própria lógica da globalização e do Capital, atrelados ao Estado visando o crescimento econômico a todo custo, através da instalação de megaempreendimentos em territórios de comunidades tradicionais na região amazônica.

Assim, a partir de expectativas de crescimento através de logísticas portuárias, o Estado cada vez mais incentivou a promoção da expansão, alinhando-se a atores

¹ Advogada, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Residente na Clínica de Acesso à Justiça na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), isabelamcamara@icloud.com

econômicos internacionais e ao capital privado, e diante desse contexto, é possível constatar que há um direcionamento no planejamento de expansão do projeto portuário maranhense.

É no Cajueiro, comunidade tradicional pertencente à Zona Rural II de São Luís, que aflora mais um embate em face do processo de expansão do capital no estado. Trata-se do conflito socioambiental entre a comunidade e a empresa WPR, com a fixação de porto privativo, denominado “Porto São Luís”, apoiado em uma aliança entre o Estado e o capital privado, sob o discurso de “desenvolvimento” regional enquanto sinônimo de crescimento econômico. No entanto, muito antes, a região, com sua suposta vocação portuária, já foi palco de outros conflitos socioambientais.

A base conceitual da problemática irá se direcionar para os estudos sobre o conceito de espaço, através de Bourdieu e Harvey, assim como a noção de desenvolvimento enquanto crescimento econômico apresentada por Castro (2018). Por outro lado, a imersão no campo empírico será explorada através da identificação do referido conflito socioambiental através de Arcangeli (2018), Vazzi (2017) e Burnett (2022).

Em uma primeira parte, o presente trabalho se debruça sobre a conjuntura de conexão do Estado do Maranhão com projetos de expansão econômica em nome do desenvolvimento, no intuito de compreender como a região é marcada por contextos conflituosos. Destarte, a partir do recorte específico em relação ao campo empírico investigado, a segunda seção é dedicada à caracterização social, cultural e econômica do Cajueiro, a fim de compreender o território enquanto comunidade tradicional. Por fim, a última seção, expõe o embate existente entre a Comunidade do Cajueiro, o Estado e a iniciativa privada em face a um porto privado na região.

No intuito de identificar as contradições dos fenômenos que envolvem o conflito socioambiental em todos os campos de embate, dentro da Comunidade do Cajueiro diante do avanço do Capital em seu território, no judiciário, e também nos ambientes econômicos e políticos, optou-se por utilizar, o materialismo dialético histórico de Marx (2008), por se tratar de um estudo contínuo, com uma conjuntura dinâmica, necessitaremos emergir em uma realidade não estática e abstrata visto que para o Autor, é esse o caminho para um processo de síntese, partido do concreto e o conhecimento de determinações diversas, para autêntica reprodução da realidade do objeto pelo pesquisador.

2. EM NOME DO “DESENVOLVIMENTO”: como o Maranhão se insere na rota de mega empreendimento portuários financiados pelo Capital.

A problemática pretendida nesta seção relaciona-se à própria formação política, social e econômica do Maranhão, precisamente a região litorânea do estado, representada pela Ilha de São Luís. A ocupação do Maranhão possui início na era colonial no século XV - ainda que considerada tardiamente - com as capitânicas hereditárias. Cabral (1992, p.59) expõe a existência de dois caminhos explorados e determinantes do desenvolvimento do estado:

As duas linhas que dirigiram o povoamento maranhense, ocupando áreas geograficamente específicas, estruturaram duas bases econômicas diferenciadas, fundamentadas uma na agroexportação e outra na pecuária e definiram relações sociais e padrões de comportamento bastante característicos. Em função disso, definimos em nosso estudo que a ação colonizadora maranhense se processou via atuação de duas frentes de expansão com estruturas e características próprias. O tipo de colonização verificado teve influência nas tensões e conflitos que marcaram o longo e denominado processo de integração das duas regiões.

Somando a esse entendimento, Trovão (2008, p. 12), amplia a análise das frentes de ocupação, expondo as duas regiões do estado: Litorânea, tomada pelo Golfão Maranhense, e Sertão, compreendendo o Vale do Parnaíba e a região delimitada como Pastos bons. A frente de ocupação pelo litoral do estado torna-se importante de ser descrita para o exame da problemática pretendida, visto que se pretende observar a dependência e subordinação do estado desde a colônia. Os interesses de fixação e controle do governo de Portugal sob o território maranhense como um todo, foram marcados pela utilização de práticas de conquista, como a violência, a escravidão, expropriação dos nativos de seu território, imposição da religião - com o objetivo de civilizar e conformar os indígenas (Cabral, 1992, p. 62).

Assim, após a superação das ameaças externas de ocupação com o consequente domínio efetivo, os portugueses direcionaram os esforços para o desenvolvimento econômico e integração, assim como toda a região Nordeste, com o restante do Brasil - a priori com agricultura e extrativismo com a utilização da mão-de-obra escrava dos nativos. Um dos projetos considerados exitosos nos interesses integrativos foi a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará no século XVIII, responsável sistematizar a

comercialização, a nível nacional e internacional, do algodão, arroz, cana de açúcar e os escravos africanos, intensificando sua exportação a partir da cidade de São Luís (Cabral, 1992, p. 75).

Em suma, o Maranhão, enquanto parte da região Nordeste, possui uma dinâmica econômica de aproximações e distanciamentos, sobretudo, de características de dependência. Neste ponto, necessita-se esmiuçar o conceito de região que guia este estudo de aprofundamento da conjuntura socioeconômica do Maranhão, enquanto estado pré-amazônico no Nordeste. Oliveira (1981, p.27) explora a região enquanto espaço de reprodução do capital, nesse caso, distanciando-se do sentido geográfico. A partir das teorias marxistas, o processo de reprodução do capital exprime-se pelas formas de acumulação primitiva, centralização e concentração do capital, sendo, essencialmente, desigual, o que não seria diferente em relação à economia maranhense.

A cidade de São Luís, também chamada de Ilha de Upaon-Açu ou Ilha do Maranhão, hodiernamente a capital do estado, firmou-se como via de escoamento marítimo, devido a identificação, desde os tempos da colonização, de suas características naturais de navegabilidade de profundidade, direcionando a região para a recepção de projetos portuários. Entre avanços e declínios das atividades econômicas exploradas no Maranhão, e num contexto nacional, - o algodão, a indústria têxtil e a cana-de-açúcar no Vale do Munim, Itapecuru e Pindaré, a mandioca e a pesca na Baixada Maranhense, outros, dos anos 1870 a 1960, o raio de exploração da atividade portuária se expandiu e consolidou a atividade portuária na Praia Grande (Pereira, 2018, p.76).

São nos anos de 1950 a 1980 que podemos identificar uma crescente tendência dos discursos desenvolvimentistas pautados na necessidade de integração do mercado nacional, regionalização e privatização, com a recepção de grandes projetos nacionais, principalmente na região da Amazônia oriental e no Nordeste, o que inclui o Maranhão. A origem do sentido de desenvolvimento que advém de um contexto mundial pós-segunda guerra mundial, principalmente do ocidente, alinhando-se ao discurso do Presidente Norte-Americano Harry Truman, proferido em 1949, contando com ideologias do crescimento enquanto “ganho”, basicamente reproduzindo as ideias de um grupo social dominante visando o aumento da acumulação de riquezas como progresso (Castro, 2018, p. 04).

O início de grandes políticas públicas visando o progresso do país, se deu ainda no segundo governo da Era Vargas (1951-1954), onde as forças governamentais se voltaram para o rompimento de estruturas ainda coloniais, focando na modernização do país, principalmente no povoamento da região Amazônica e na resolução de problemas hídricos do Nordeste (Pereira, et. al, 2022, p.8). Destarte, o governo de Juscelino Kubistchek (1956 a 1961), marcado por um planejamento rigoroso com metas grandiosas para o Brasil, deu continuidade às políticas estatais de desenvolvimento regional no país.

Para a região Nordeste, foram pensadas duas políticas públicas voltadas resolver “a questão regional” que supostamente ameaçava o desenvolvimento da região Centro-Sul: o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), datado de 1956, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), datada de 1959².

Em suma a “intervenção planejada” da SUDENE, como refletiu Pereira (2004, p. 06) possuía como objetivo resolver uma desigualdade econômica e industrial entre o Nordeste e o Centro-Sul, que segundo estudos do GTDN, impactava no desenvolvimento do Brasil como um todo. O Maranhão, primeiramente, se fixou a região Nordeste por decreto federal³, destarte, fora colocado como ponto focal da política pública, visto que os estudiosos o consideravam como um grande produtor de alimentos e mão-de-obra, e assim era necessário se buscar uma “colonização” do estado, a fim de recepção dos chamados “excedentes populacionais” da industrialização no país, o que não obteve êxito e só causou grandes conflitos socioambientais e fundiários no estado.

O golpe militar sofrido no Brasil em 1964, também é um marco histórico dos pensamentos expansionistas e do ideal de desenvolvimento nacional enquanto crescimento econômico, representando um “segundo ciclo do desenvolvimento no país”. As políticas públicas de progresso nacionais continuaram, focadas na projeção internacional a qualquer

² Em suma, a SUDENE, segundo Costa (2013) possuía o objetivo de desenvolver o Nordeste, contando com as pesquisas do GTDN, pretendendo a inserção da região no contexto industrial do país, estruturando sua configuração fundiária e divisão do trabalho para a recepção de investimentos industriais, principalmente dos capitais que dominavam o centro-sul do Brasil. A aliança entre um Estado “planejador”, ou seja, intervencionista, e o capital privado, buscavam com essa política pública, um desenvolvimento que projetasse a região de acordo com os pensamentos dominantes (Oliveira, 1981, p. 25).

³ O Decreto n.º 47.860 de 9 de março de 1960 fora responsável por aprovar o Regulamento da Lei n.º 3.69 de 15 de dezembro de 1959 - que criava a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Ademais, em seu Art. 1º, §1º, a norma instituiu que o Nordeste era composto “pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia”.

custo do Brasil enquanto potência econômica. Como um dos focos de investimento, a região Amazônica possuía projetos específicos: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia e o Fundo Para Investimento Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) (Bruzaca, 2014, p.123).

Ainda no projeto de exploração econômica do suposto “potencial” da Amazônia, nos anos 1970, emerge o Programa Grande Carajás (PGC), iniciado em 1979, emergiu com o objetivo de exportação de matérias primas extraídas na região - no entanto, no fundo, era visto como uma grande possibilidade pagamento da dívida externa do Brasil. Juntamente ao projeto de extrativismo do minério de ferro, toda uma estrutura foi viabilizada para o escoamento da produção: ferrovias, usinas hidrelétricas, e com O PGC deu continuidade a um ciclo de “desenvolvimento” à qualquer custo, causando em toda a sua extensão conflitos socioambientais, expropriações e violências, e com grande reflexo para o Maranhão: a Estrada de Ferro Carajás ⁴ e o Porto do Itaqui (Bruzaca, 2014, p. 124).

Construído para ser um dos maiores 10 (dez) portos do mundo, o Itaqui⁵ é também um projeto dos anos 1970, fixado na Baía de São Marcos, pautando-se na vocação a partir da localização no litoral e a profundidade específica para a recepção de grandes projetos. O início de suas operações ocorreu em 1983, movimentando derivados de petróleo e trigo, destaca-se, a partir do Consórcio Alumar e Alcoa - derivado do PGC - o escoamento do minério extraído tornou-se de grande volume, também de *commodities* agrícolas enquanto atividade de grande importância para o Estado. Fazendo parte do Complexo Portuário da Baía de São Marcos, ligando-se inclusive ao Distrito Industrial de São Luís (DISAL) ⁶

⁴ O processo de instalação da estrada de ferro fora bastante turbulento., construída a base de expropriações e conflitos territoriais, inaugurada no ano de 1985, que atravessava diversos estados - Goiás, Tocantins, Maranhão - objetivando a viabilização de escoamento do ferro de maneira mais eficiente com destino ao Porto do Itaqui (Domingues, 2023, p.108).

⁵ Em meio a sua concretização, diversos processos de violência foram executados no território: espoliação, desapropriação através de remoções compulsórias, transferência dos moradores da comunidade do Boqueirão, inviabilização do modo de vida e trabalho da comunidade, práticas já entendidas pacificamente no Brasil como precedentes em conflitos socioambientais, se repetindo em conjunturas atuais (Santana, 2018, p. 12).

⁶ O Distrito Industrial de São Luís (DISAL) foi instituído pela Lei Estadual n.º 7.646 em 1980, localizando-se no Maracanã, com uma distância de 18 km do Porto do Itaqui. O intuito de sua criação foi o de possibilitar a necessária infraestrutura às indústrias e empresas localizadas no Estado. Em 2019, o governo Flávio Dino, instituiu a partir da Lei Ordinária n.º 11.013, de 24 de abril do mesmo ano, o Novo Complexo Industrial e Portuário do Maranhão, agora, o DISAL soma-se a estrutura portuária da Ilha, compreendendo o Porto do Itaqui e adjacentes, sendo inclusive, administrado pela EMAP.

contando com dois portos para a sua expansão, incluindo o almejado para a região do Cajueiro: o Porto São Luís. (Clementino, 2017).

Contudo, retrocedendo a fixação época de implantação do Itaqui, foi a empresa Amazônia Mineração S.A que deu início aos estudos sobre a futura localização do Porto e de outros projetos, como por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, buscando entender principalmente o cenário fundiário da área, que antes compreendia a comunidade do Boqueirão. Em meio sua concretização do porto, diversos processos de violência foram executados no território: espoliação, desapropriação através de remoções compulsórias, transferência dos moradores do Boqueirão, inviabilização do modo de vida e trabalho da comunidade, práticas já entendidas pacificamente no Brasil como precedentes em conflitos socioambientais, se repetindo em conjunturas atuais (Santana, 2018, p. 12).

Dos primórdios, o Maranhão ainda busca o reconhecimento enquanto região próspera, desenvolvida e integrada com o restante do país, e constata-se, que de fato, em todas as políticas públicas direcionadas para os movimentos de expansão do Capital de repetem, a dinâmica é a mesma. As exigências do capital tornam-se obrigatórias e desastrosas, gerando uma reprodução que apenas se aproxima da exploração econômica sem limites dos recursos naturais e das forças de trabalho, para além disso, almejando sempre a superação daqueles que não se inserem no modo capitalista de produção

3. A CARACTERIZAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E TERRITORIAL DO CAJUEIRO ENQUANTO COMUNIDADE TRADICIONAL

A configuração da Comunidade do Cajueiro partirá de sua relação com a localidade que se insere, contando com abordagens históricas, sociais e econômicas, possuindo o materialismo histórico dialético como base, visto que o marxismo traz a concepção que o homem é produto da história, e não da natureza, visto que o mesmo se insere enquanto agente transformador do meio em que se insere. Além das concepções de espaço, a partir de Bourdieu (2013) e Harvey (2005 e 2011), ligando-se ao conflito socioambiental a ser estudado, visto que se insere em uma dinâmica da expansão do capital na qual emergem contradições em consequência a esse movimento.

Para Bourdieu (2013, p. 133), os seres humanos assumem uma relação diferente com o espaço a partir de dois papéis: enquanto seres biológicos e agentes sociais, no primeiro

apenas situam-se ocupando um lugar, e no segundo apropriam-se e são apropriados, no espaço físico e social, caracterizando-se a partir de onde está inserido. Ainda, o espaço define-se em duas dimensões exploradas pelo o Autor, o espaço físico e o espaço social, o primeiro como sendo uma abstração que vem a ser realizado através dos campos construídos a partir das relações, formando assim, um agrupamento de campos, para além disso:

O espaço social fisicamente realizado (ou objetivo) se apresenta como distribuição, no espaço físico, de diferentes espécies de bens e serviços e também de agentes individuais e grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente: domicílio fixo ou residência principal) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital, e também da distância física em relação a esses bens, a qual também depende de seu capital). É essa dupla distribuição no espaço dos agentes enquanto indivíduos biológicos, e dos bens, que define o valor diferencial das diversas regiões do espaço social realizado (Bourdieu, 2013, p. 136).

Assim, entende-se de maneira nítida que há uma dinâmica simbólica de existência dos seres humanos em determinado espaço social a partir do que os mesmos constroem, basicamente em face aos lugares e posições do espaço social que ocupam, em relação ao capital que detém. No caso de ocupação em determinado espaço social, Bourdieu (2013, págs.140 e 141) fala sobre a presença de capital social de relações ou capital cultural⁷, formando uma reunião de traços que legitimam o pertencimento, o poder sobre o espaço.

A comunidade tradicional do Cajueiro localiza-se na parte do sudoeste de São Luís, constituída por moradores, famílias tradicionais de agricultores, pescadores e extrativistas, que vivem de maneira secular através de uma relação com o entorno e a natureza.⁸ O território situa-se em uma área banhada pela Baía de São Marcos, reconhecida por ser uma das mais profundas do mundo, onde podemos localizar a praia do Parnauçu –

⁷ O autor em seus estudos construiu a concepção de capital sob algumas faces, dentre elas a social e cultural. O capital social segue a lógica da acumulação, porém distancia-se do determinismo econômico. Em suma, ele se define pelas relações sociais que um indivíduo pode construir a depender da sua rede de contatos na sociedade, a partir das trocas que este realiza com outros indivíduos, detendo maior quantidade de capital social a depender da amplitude de suas relações. Por outro lado, capital cultural liga-se a ideia de saberes, conhecimentos, habilidades, competências adquiridas por meio de diplomas e títulos (Bourdieu, 2017, p.194).

⁸ Formado por partículas consideradas como modo tradicional, historicamente, o Cajueiro pertencia a Vila do Cajueiro, assim como outros territórios tradicionais - Andirobal, Guarimandiba e Morro do Egito, contando com festividades religiosas características, agricultura familiar, a pesca rudimentar, resistem a base de um sentimento de pertencimento, há de se perceber uma organização própria para a sobrevivência, a partir de sua capacidade de cooperação e defesa do que ali se formou, contando com carga histórica que formam a comunidade tradicional, caracterizada por somas de recordações históricas e a resistência de quem ali pertence (Mendonça; Marinho, 2016, p. 65).

que contribui para a prática da pesca, com uma diversidade marinha. A vegetação nativa, denominada “mata de capoeira”, por conta de uma técnica secular da agricultura familiar, onde também podemos encontrar babaçual, é utilizada para a exploração de outras atividades.

Como maneira de proteger o seu modo de vida tradicional e a natureza de seu território, a comunidade do Cajueiro juntamente a outras comunidades pleiteiam através de décadas a criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim, projeto que reflete como a comunidade reúne o sentimento de pertencimento e relação com a natureza, conforme demonstra o mapa:

RESEX
Fonte:



Figura 1:
Tauá-Mirim;
#Colabora

Os debates de criação iniciaram-se em 2002, no entanto possuem raízes desde o início da industrialização da região que comporta o polo industrial e portuário de São Luís, almejando a proteção do território. A viabilidade de criação foi atestada desde 2007, sendo apresentada para o governo estadual, que formalmente deveria expor ao governo federal, para através de um decreto, instituir a RESEX. - O que nunca ocorreu devido aos interesses nítidos do Estado na expansão geográfica de investimentos para a região (Vazzi, 2018, p.86).

O sentido de comunidade pertencente⁹ a um território culturalmente tradicional se relaciona à percepção também de uma identidade. Diante de todas as turbacões,

⁹ Importante explicar porque a expressão “pertencimento” aqui merece destaque. Nela construiremos a base para entender o porquê de chamarmos o Cajueiro de “comunidade tradicional”, merecendo resistir frente a projetos desenvolvimentistas opostos. Anteriormente, descrevemos particularidades de como vivemos. Diante

identificamos diversas manifestações identitárias. Focando no paradigma dos conflitos socioambientais: uma identidade legitimadora, traduzindo-se nas instituições dominadoras que buscam modificar o território em face de suas ambições desenvolvimentistas. Por outro lado, a identidade relacionada à resistência dos oprimidos, que buscam através da formação de movimentos ir de encontro a dominação da perspectiva legitimadora (Arcangeli, 2018, p. 28).

O conceito de espaço coloca-se em contradição a partir do sentido que lhe é colocado: ao passo que os moradores do Cajueiro vivem à décadas em uma relação de pertencimento ao território que baseia a construção de sua identidade, por outro lado os campos econômicos, políticos e jurídicos orbitam com seus respectivos interesses a fim de dar outro sentido ao local. Harvey (2005, p. 48) a partir de seus estudos referentes à expansão capitalista e teoria da acumulação, traz uma análise do espaço. O capitalismo enquanto modo de produção possui uma conjuntura cíclica - contando com exploração e possíveis crises, mas sempre pautada na acumulação. Assim, a partir desse propósito, a criação de oportunidades para atingi-la utiliza, inclusive, a expansão geográfica.

A dinâmica de expansão geográfica do capital compreende a perspectiva do espaço enquanto mercadoria, utilizando-se de estratégias para a minimização dos sentidos sociais e identitários do mesmo. A dinâmica de exploração para a abrangência das fronteiras para a acumulação do capital proporciona disputas que culminam na expropriação dos indivíduos de seus espaços, além da destruição da natureza que compõe o espaço, como ocorreu desde os primórdios com a população indígena, povos e territórios tradicionais. As necessidades do capitalismo moldam a paisagem e o espaço ao seu espelho, tornam-se a geografia da acumulação, partindo justamente da atribuição da natureza enquanto produto (Harvey, 2011, p. 153 e 154).

Assim, as reflexões sobre o espaço e a problemática que emerge a partir das diferentes concepções que utilizam-se para a sua descrição, nos remete às contradições que ocasionam, a partir da dinâmica de expansão geográfica do capital, por exemplo, o próprio conflito socioambiental entre o Cajueiro e os apoiadores do empreendimento portuário. Ao passo que a Comunidade do Cajueiro resiste ao tempo as turbações trazidas com a expansão

disso, percebemos que as memórias históricas, a partir de ações coletivas, construíram as estruturas sociais, políticas e econômicas, criando esse sentimento de comunidade (Alves, 2016, p. 6).

do mercado internacional em São Luís, a fim de proporcionar o “desenvolvimento” do Maranhão, a aliança do Estado e o Capital é, em suma, a maior representação da negação de existência do território, abrindo espaços para o desaparecimento de um modo de vida diferente do capitalismo vigente.

4. UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: o Cajueiro frente a fixação de porto privado apoiado pela aliança entre o Capital e o Estado.

O conflito socioambiental que orbita o território da Comunidade do Cajueiro desde o ano de 2014 é pautado na recepção do empreendimento portuário denominado TUP Porto São Luís LTDA. O projeto é financiado pelo capital internacional, antigamente pelo conglomerado de empresas CCC e hoje pela empresa de energia COSAN¹⁰, contando com apoio do próprio governo do estado do Maranhão. A contextualização do presente artigo será desenhada a partir dos estudos de Arcangelli (2018 e 2020), Vazzi (2017) e Burnett (2022). O embate possui diversas esferas de representação, inclusive já se encontra judicializado, mas nesse estudo seguiremos para a compreensão do desenrolar nos campos econômicos e políticos.

O interesse sobre o território da Zona Rural II onde localiza-se o Cajueiro tem início desde os anos 1970, conjuntamente à demarcação da região escolhida para sediar o Distrito Industrial de São Luís. Assim, com a proximidade do território da comunidade tradicional ao Complexo Industrial e Portuário do Itaqui, o que soma ao escoamento da produção do minério e de *commodities*, como a soja e a celulose, iniciaram-se os processos de degradação e espoliação do território. Atualmente, o direcionamento de empenho para a implantação do megaempreendimento do Terminal Portuário São Luís na Praia de

¹⁰ A configuração do conglomerado de empresas nacionais e internacionais que permeiam o contexto do megaempreendimento necessita ser minuciosamente explicada, visto que importa no próprio entendimento do conflito socioambiental. Segundo a notícia do veículo “Portos e Navios”, o investimento bilionário conta com a participação de uma das maiores empresas do ramo de infraestrutura da China, a China Communications Construction Company (CCCC), que possui a maior cota de ações no empreendimento do retroporto. Por outra via, a francesa Lyon Capital é responsável pela prospecção de empreendimentos, principalmente na área de infraestrutura. Em um contexto nacional, é a WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais, também denominada TUP São Luís, que está à frente de todo o processo de recepção e instalação do empreendimento. Entretanto, a empresa WPR encontra-se diretamente ligada a WTorre Empreendimentos Imobiliários LTDA, negócio que possui certa notoriedade nos ramos de construção, propriedades comerciais, desenvolvimento imobiliário (Portos e Navios, 2018). Contudo, em 2023

Parnauçu é justificada em sua localização geográfica, isto é, a região banhada pela Baía de São Marcos, possuindo como objetivos o escoamento e armazenamento das respectivas produções, conforme a imagem que simula o TUP:

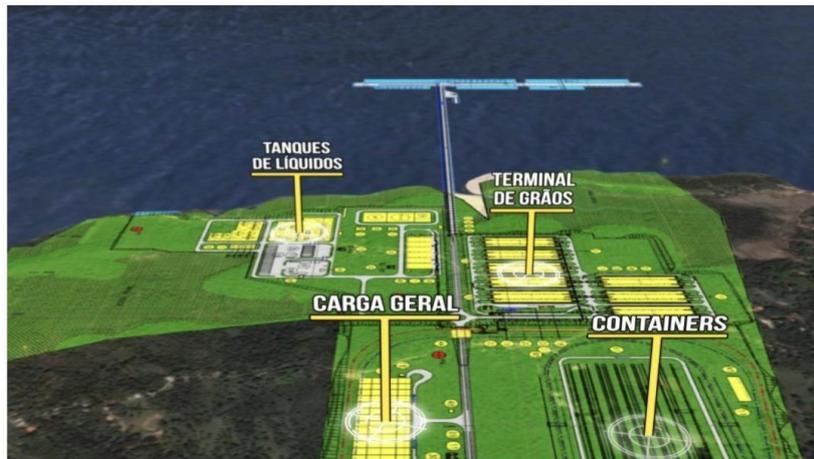


Figura 02: Implantação e disposição do TUP São Luís. Fonte: Maranhão Hoje, 2020.

O megaprojeto é avaliado em bilhões de reais, somado a promessas de “desenvolvimento econômico” para o Estado do Maranhão, que tornou o caminho de sua implantação menos burocrático, visto que em meio de projetos em nome do “desenvolvimento econômico”, o Estado capitalista geralmente está aliado ao capital privado, representando um estágio do capitalismo mundial, caracterizado pela expansão mundial onde países desenvolvidos visam a dominação de países subdesenvolvidos, “marginalizados”, almejando a fixação de uma oligarquia econômica (Furtado; Alves, 2021, p. 1261).

Dos primeiros passos para a viabilização do projeto, ainda em 2014, até os dias atuais, diversos embates e consequências severas tumultuaram a existência da comunidade tradicional. Desde processos administrativos de Desapropriação de parte do território por Interesse Público, Licenciamento Ambiental e o Lançamento da Pedra Fundamental, ajuizamento de Ações Coletivas pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE) e de Ações Judiciais por advogados populares em defesa dos interesses dos moradores do Cajueiro. Nessas arenas de conflito, é nítido que os interesses do Capital se sobrepuseram aos do território tradicional, visto que muitos procedimentos burocráticos foram feitos de

maneira morosa, sem conhecimento e participação dos maiores afetados pelas injustiças ambientais causadas pelo empreendimento (Sousa, 2020, p. 55).

Em meio a esses processos, continuando no mesmo lapso temporal, a propriedade coletiva do território do Cajueiro foi negada diversas vezes pelo Estado, chegando em vias judiciais. Basicamente, a partir da suposta compra por parte da WPR, a comunidade do Cajueiro levantou a existência do título extrajudicial que lhe foi concedido da área anos atrás, recebendo respostas quanto à legitimidade do documento. Contudo, a percepção que levantou-se com a conjugação entre o Estado e o Capital, foi que essa “negatória” de existência, na verdade, seria uma tentativa de grilagem do território, somada a toda violência instituída pelos “novos proprietários”, a partir da própria polícia estatal e de seguranças privados (Vazzi, 2017, p. 237).

Em contrapartida, formou-se uma resistência socioambiental, abordada por Alves (2014) composta principalmente pela Comunidade do Cajueiro e seus moradores, e também pela sociedade civil e acadêmica como um todo. Os acontecimentos do “Reage São Luís” e “Movimento em Defesa da Ilha” foram importantes mecanismos de oposição ao projeto da empresa WPR, levantando a bandeira da desingularização de sua composição – não somente por aqueles afetados diretamente. Esses movimentos de resistência foram responsáveis, e ainda são, por dar visibilidade ao contexto do embate, buscando sempre a sua paralisação e redução dos danos.

A maior consequência das ações expropriatórias fora a perda do direito à moradia das famílias constituídas no Cajueiro, sendo essa situação consequência da violência utilizada durante a desapropriação e também dos processos que questionam a propriedade do território. No campo jurídico, as diversas ações judiciais se perpetuam no tempo, muito se deve a baixa celeridade do judiciário, no entanto, as pendências e estratégias de protelação também ajudam a ineficiência do mesmo, fazendo com que o sentido de justiça tão desejado seja apenas uma aspiração distante (Burnett, 2021, pgs. 7 a 9).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura analisada, os moradores do Cajueiro possuem prerrogativas que foram afetadas diretamente com a recepção do projeto da WPR, inclusive em relação aos

modos tradicionais de vida, ao espaço no qual se inserem, visto que os impactos ambientais, sociais e econômicos que sofreram com as alterações para a recepção do porto privado trarão consequências para o meio ambiente e a forma de vida pautada na tradição, relatados nas pesquisas empíricas de Arcangelli (2018), Vazzi (2017) e Burnett (2022)

O conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro perpassa vários tipos de impactos e campos de manifestação, possuindo um movimento de luta singular¹¹. O enfoque ao campo político e econômico, principalmente com a análise da expansão capitalista através do espaço, possibilitou a percepção da mudança da carga de significado do espaço a partir dos interesses propostos. Posto isto, um grande impacto trazido em nome do Capital são as tentativas de modificação da perspectiva territorial - passando o Cajueiro de zona rural para zona industrial, visando o aniquilamento do modo de vida tradicional.

Por parte do Estado, não há preocupação na manutenção da referida Comunidade, são vistas como um empecilho para o “desenvolvimento” econômico, enquanto instrumento mercadológico. O seu conjunto cultural e o natural – hoje se encontra como mercadológico – está em vias de fomentar uma injustiça ambiental. É notório que as fases desenvolvimentistas do Brasil sempre pendem para o lado do crescimento econômico, espelhando o panorama do modelo econômico capitalista liberalizado, que emerge ferozmente com a globalização. O caso Cajueiro demonstra a aliança que faz o Estado com o capital privado, conveniente com o neoliberalismo se ocultando da fomentação direta dos interesses econômicos, e se distanciando do desenvolvimento enquanto objetivo e direito fundamental na criação de oportunidades democráticas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARCANGELI, Saulo Costa. **A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui – Bacanga: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

¹¹ O desenrolar do embate gerou diversos núcleos e processos de enfrentamento para os envolvidos, o levante da resistência, a partir da soma de diversos atores, como por exemplo, os próprios moradores, estudiosos, advogados, arquitetos, geógrafos, somam a composição do movimento social. A repercussão jurídica e legal, através das ações judiciais movimentadas desde 2014 até os dias atuais, representam vieses e interesses divergentes: ao passo que algumas buscam tutelar e salvaguardar os direitos dos moradores da comunidade, outras visam unicamente garantir as ingerências da empresa WPR e suas pretensões de instalação do porto privativo.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro: a luta de uma comunidade pelo direito de existir**. São Paulo: Editora Sundermann, 2020.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2014. BRASIL.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja, « Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil », L'Ordinaire des Amériques [Online], 221 | 2016, posto online no dia 18 novembro 2016. Disponível em <<https://journals.openedition.org/ordea/3178?lang=pt#quotation>> Acesso em: 28.08.2023.

BLOGSPOT, Cajueiro Resiste! 2014, disponível em: <https://cajueiroresiste.blogspot.com/search?updated-max=2014-11-17T10:00:00-08:00&max-results=7&reverse-paginate=true&start=11&by-date=false>.

BRASIL. Decreto n.º 6.040/07 - **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, 7 de fevereiro de 2007.

BRUZACA, Ruan Didier. REMANESCENTES DO POVO QUILOMBOLA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA: a duplicação da estrada de ferro Carajás e conflitos com as comunidades de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru Mirim/MA, REVISTA DO CURSO DE DIREITO | UFMA, São Luís, Ano IV, n. 8, jul/dez 2014 .

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. Estud. av., São Paulo, v. 27, n.79, p. 133-144, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a10.pdf>

BURNETT, Frederico Lago. **Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais do Cajueiro, São Luís, Maranhão**. Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2021.

CABRAL, M. S. C. **A frente de expansão na colonização maranhense: a litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior** In Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luis: SIOGE, 1992, p. 58-137.

CANO, W. **Linhas gerais da dinâmica regional até a crise de 1929 In Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1981, p. 42-71

CASTRO, E. **Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre o desenvolvimento**. Papers do NAEA, janeiro, 2018.

CLEMENTINO, José. **São Luís: cidade portuária em transformação**. Revista de Ciência & Tecnologia , v. 21, n. 41, p. 3-14, 2017. Disponível em < <file:///C:/Users/hugop/Downloads/4063-19991-3-PB.pdf>> Acesso em: 25/08/2023.

DOMINGUES, Lohanne Caroline Correia. **“E aí vumbora, vamo na luta”: territorialização contra hegemônica e resistências sociais das comunidades de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil** – São Luís, 2023.

FURTADO, Marivania Leonor Souza; ALVES, Rayssa Cristina Silva. **CONFLITOS TERRITORIAIS E RACISMO AMBIENTAL NA ILHA DO MARANHÃO: o caso da comunidade cajueiro**. *Ciência Geográfica*, Bauru, V. XXV, N.º. XXV., p. 1254-1265, jan. 2021

HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005,p. 127-162.

HARVEY, David, O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo, Boitempo, 2011.

PEREIRA, Danielle Silva. **Sociedade e natureza: uma análise do “espaço socioambiental” do Porto do Itaqui - São Luís - MA, no período de 1970-2017** – São Luís, 2018

PORTOS E NAVIOS (org.). **Lançada pedra fundamental do Porto São Luís**. 2018. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/lancada-pedra-fundamental-do-porto-sao-luis>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOUSA, Isabela Marisa Câmara. **DIREITO E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO: os reflexos da atuação Judiciária no conflito socioambiental da Comunidade do Cajueiro e WPR**, monografia apresentada ao curso de Direito - UNDB, 2020.

SANTOS, Boaventura de S. **Pós-colonialismo, descolonialidade e epistemologias do sul -Boaventura Sousa Santos -março 2022, CES**. Educação Antirracista Portugal. Youtube. 11 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WwIMh3JNM94>. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

SILVA, Silvana dos Reis. **Histórias locais, projetos globais: As tramas jurídicas e o processo ambiental do Porto São Luís em Cajueiro**, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; MARINHO, Samarone Carvalho. **Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção**. Repocs, v. 13, n. 26, jul/dez., 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Isabela%20Sousa/Downloads/5141-15973-1-SM.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

MESQUITA, B.A. **Grandes Projetos de Investimento na Amazônia e As questões do Desenvolvimento Regional. in Povos Tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Organizadores: Rosa Elizabeth Acevedo Marim, Jurandir Santos de Novaes, UEA, 2015.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling; ALMEIDA; Jalcione. Desenvolvimento e conflito ambiental: a construção do discurso dos “espaços vazios” em megaprojetos no litoral sul do Espírito Santo, Brasil. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 26, 2021

OLIVEIRA, F. **Introdução In Elegia por uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981, p. 13-44

VAZZI, Viviane Pedro. **“Quem não pode com a formiga não assanha O Cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA**. 2017. 308 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

DA ACUMULAÇÃO À FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CAPITAL DA MINERADORA NORSK HYDRO

Gedson Thiago do Nascimento Borges¹ (UFPA)

Ellem Cristina de Sousa e Sousa² (UFPA)

Clóvis Simões Vargas Júnior³ (SECTET)

RESUMO: O artigo parte da análise da financeirização para então iniciar uma investigação pertinente ao capital da mineradora Norsk Hydro. A hipótese desta pesquisa aduz que, o capital da referida multinacional manifesta características específicas que corrobora para a perpetuação de uma dinâmica de acumulação de capital centrada na esfera financeira. Desse modo, o objetivo deste artigo é evidenciar os elementos que reforçam o avanço da financeirização presentes no bojo das atividades minerais executadas pela Norsk Hydro. Ao longo do texto, busca-se primeiramente, fazer um enquadramento da riqueza produzida pela mineradora Hydro, dentro do contexto da lei geral da acumulação capitalista e a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista, com base no modelo teórico marxista. Ademais, enfatiza-se aspectos do desenvolvimento histórico da mineradora Norsk Hydro, particularmente, assinala-se a dimensão da acumulação de capital na perspectiva de uma periodização da formação do capital da referida mineradora. Em seguida, o artigo trata do modelo de estratégias corporativas, associado aos movimentos de Redes Globais de Produção (RGP). A partir de então, evidencia-se as seguintes estratégias específicas: 1) maximização do valor ao acionista; 2) centralização de ações com empresa financeiras e 3) participação nas tomadas de decisões da empresa. Por fim, apresenta-se dados sobre a financeirização da mineradora Norsk Hydro com base nas análises comparativas e estatística descritiva.

Palavras-chave: Norsk Hydro; Acumulação de capital; maximização do valor ao acionista, Financeirização.

INTRODUÇÃO

O artigo propõe fazer uma investigação sobre a dinâmica de acumulação de capital da mineradora Norsk Hydro. Desse modo, busca-se evidenciar os elementos que reforçam a presença do componente da financeirização em detrimento da esfera da produção, assinalando com isso, que a mineradora Hydro apresenta a dinâmica de uma empresa financeirizada. Nesse sentido, destaca-se que esse assunto é de extrema relevância, pois caracteriza a atual fase do capitalismo.

Este trabalho parte da hipótese em que a dinâmica de acumulação de capital da mineradora Norsk Hydro contém forte participação de diversas empresas financeiras, e nesse sentido, a presença dessas empresas financeiras no conselho de administração da Hydro fortalece a dimensão da

¹ Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Ciências Econômicas, UFPA, Brasil. Email: gedsonthiago@ufpa.br

² Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, UFPA, Brasil. Email: ellem.hist@gmail.com

³ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, SECTET, Brasil. Email: clovis.vargas@sectet.pa.gov.br

estratégia de Maximização do Valor ao Acionista, de maneira que, isso corrobora para perpetuação de uma dinâmica de acumulação de capital centrada na esfera financeira.

Para desenvolver a pesquisa, utiliza-se como métodos o levantamento de referências bibliográficas, a coletas de dados secundários com base na estatística descritiva e análise comparativa, a fim de executar uma análise assertiva. Ademais, buscou-se embasamento teórico nos modelos de acumulação de capital, tal como tratados em Marx, com destaque para a dinâmica da “lei geral da acumulação capitalista” (MARX, [1867] 2013).

Portanto, na primeira seção, destaca-se os elementos teórico pertinente a lei geral da acumulação e a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista, sendo que, este o modelo teórico marxista nos apontará o caminho para desenvolver o artigo. Na seção seguinte, destaca-se a relevância das redes globais de produção (RGP) para a dinâmica da financeirização mostrando o comportamento da diversificação no mercado internacional e apontando para as características específicas do modelo de estratégias corporativas. Na terceira seção do estudo, apresenta-se os dados e conteúdos financeiros que comprovam a hipótese levantada, sendo esta demonstrada por meio de informações extraídas diretamente dos relatórios financeiros da própria mineradora Norsk Hydro, além disso, destaca-se a presença de empresas financeiras no conselho de administração da mineradora Hydro, assim como, um volume crescente de ações que atua como mecanismo de intermediação entre a riqueza produzida na esfera da produção e transferida para esfera financeira. Na última seção apresenta-se as considerações finais.

1 LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO

1.1 A Lei geral da Acumulação e a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista

O modo de produção capitalista em escala ampliada pode ser depreendido, segundo a assertiva de Marx, em um processo que direciona pelo menos parte do mais-valor para reconversão em capital, ou seja, a cada ciclo de produção capitalista, se configura como condição *sine qua non* de perpetuação de reprodução do capital. Nesse sentido, se pelo menos uma parcela do mais-valor não for reconvertida consecutivamente em capital, este processo de valorização não consegue alcançar o patamar da acumulação e, por conseguinte, tal processo não passa de uma reprodução simples.

No entanto, a classe capitalista jamais permanece na condição de não acumulação, pois, se assim o fosse “o mais-valor seria gasto até a última migalha e não haveria mais do que a mera reprodução simples” (MARX, 2013, p. 656).

Muito embora, a classe capitalista vive constantemente o conflito entre consumir ou não o mais-valor ganho, ilustrado por Marx como o dilema faustiano, todavia, ela acaba por aplicar parte

do mais-valor em capital, como relembra Harvey, “movidos pelas leis coercitivas da concorrência e pelo desejo de aumentar o seu poder social em forma dinheiro ilimitada, os capitalistas reinvestem porque esse é o único meio de permanecer no negócio e manter sua posição de classe” (HARVEY, 2013, p. 239).

Assim sendo, a acumulação torna-se um aspecto essencial do capitalismo, de modo que, ela expressa a vocação histórica da burguesia, uma vez que, a classe capitalista estabelece maneiras de intensificar a busca incessante pela acumulação de capital, como Marx sinalizava “acumulai, acumulai, eis Moisés e seus profetas [...], portanto, poupai, poupai, isto é, reconvertei em capital a maior parte possível do mais-valor ou do mais-produto! Acumulação pela acumulação, a produção pela produção” (MARX, [1867] 2013, p. 670).

Diante desse aspecto, depreende-se que a acumulação de capital é a razão de ser da produção capitalista. Contudo, sobre esse aspecto torna-se importante apreender como o mais-valor gerado pela exploração da força de trabalho transforma-se em propriedade do capitalista.

Observa-se primeiramente, segundo os pressupostos teóricos de Marx, que a lei de troca de mercadorias está baseada numa comutação entre equivalentes, visto que, as relações econômicas que ocorrem no mercado estão estabelecidas nesse princípio.

Todavia, no processo de produção capitalista em escala ampliada, o mais-valor que é reinvestido em capital, a cada ciclo de produção, confronta no mercado, de um lado trabalhadores de outro capitalistas. Considerando essa relação destaca-se que o capitalista sempre compra força de trabalho e o trabalhador sempre vende, porém, nessa perspectiva a lei de troca sofre alterações, como assinala Marx “a troca de equivalentes, que aparecia como operação original torceu-se ao ponto de que agora a troca se efetiva apenas na aparência [...] a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente” (MARX, 2013, p. 659).

Assim, fica evidente que há uma conversão das leis de propriedade que regem a produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, como apresentadas por Marx na epígrafe do capítulo 22 de *O capital*. “a transformação do mais-valor em capital”.

Adensando a análise da acumulação de capital que trata a transformação das leis de troca em leis de apropriação capitalista, assinala-se que no início de qualquer produção capitalista, ou seja, quando o capital põe em marcha pela primeira vez certos meios de produção e força de trabalho, ele de fato efetiva a compra de força de trabalho, dado que a outra parte, a classe trabalhadora, está sempre condicionada a vender sua força de trabalho.

No entanto, ocorre que nessa condição inicial a mercadoria, força de trabalho, é paga obedecendo a lei da troca, ainda que, a classe trabalhadora tenha alienado seu valor de uso, o trabalho, para a classe capitalista sendo que, esta última se apropria da geração de mais-valor. Todavia, a partir da reconversão sucessiva desse mais-valor, ou parte dele em capital, segue-se que não é mais o capital adiantado que movimenta os meios de produção e força de trabalho e sim o mais-valor capitalizado, em outras palavras, o trabalho alheio não pago.

Portanto, é sobre esse mais-valor capitalizado, como fruto unicamente do trabalho da classe trabalhadora, que a classe capitalista se intitula proprietária, sem respeitar nenhuma relação de equivalência.

Nessa perspectiva, a lei de troca da mercadoria, na qual tem como referência a troca de bens equivalentes, assinala que a referida lei perde o seu sentido para que a classe capitalista possa exercer seu direito de apropriação. Relacionado a isso, Harvey destaca que “como a troca de equivalentes pode produzir um não equivalente, isto é, mais-valor, e como a noção original de direitos de propriedade é invertida, tornando-se um direito de apropriação do trabalho dos outros” (HARVEY, 2013, p. 245).

Portanto, essa assertiva traz consigo, a noção de direito de propriedade antagônica ao princípio *lockiano* de que a propriedade é direito de quem gera valor ao misturar seu trabalho a terra.

Sendo assim, o êxito do capitalismo para transformar as leis de propriedade que regem a produção de mercadoria em leis de apropriação capitalista está no fato aludido pela noção de direito burguês em que dá legitimidade “a cisão entre propriedade e trabalho” e, portanto, “torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos” (MARX, 2013, p. 659).

Então, o capitalismo na defesa de seus interesses trata a mercadoria força de trabalho segundo uma concepção que nega a relação da lei de troca de bens equivalentes e a partir da capitalização do mais-valor fica evidente a separação entre propriedade e trabalho.

Em síntese, assinala-se que nessa perspectiva ocorreu uma troca não equivalente entre salário e trabalho efetivo, na qual o capital saiu favorecido porque paga pela força de trabalho um valor abaixo do que de fato ela vale.

Sendo assim, o conteúdo teórico pertinente a acumulação de capital tratado aqui, permite lançar luz e compreender a dinâmica de acumulação de capital do setor mineral global. Busca-se evidenciar que a acumulação de capital é um processo cuja raiz reside na dimensão produtiva, ainda que a esfera financeira some elevados recursos. Diante disso, o cenário do setor mineral se traduz em

um espaço relevante para averiguar o aspecto de alargamento entre a dimensão produtiva e financeira na dinâmica de acumulação de capital.

1.2 Acumulação de Capital no Setor Mineral Global e a participação da Norsk Hydro.

Na perspectiva da economia política o modo de produção capitalistas se move dialeticamente a partir da interação entre capital e exploração da força de trabalho, tendo como objetivo singular a produção de riqueza material e o lucro obtido nesse processo.

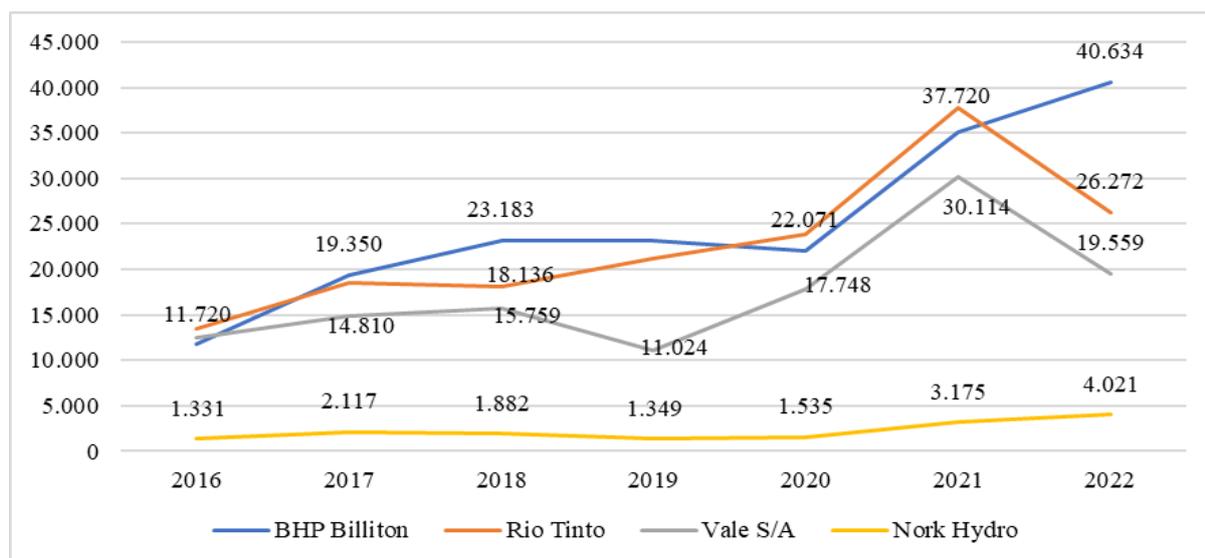
Essa dimensão pertinente ao processo de criação de riqueza pode ser apreendida em diversas relações de produção social. Desse modo, observa-se que o setor mineral ocupa uma posição relevante, uma vez que, o consumo material de minerais para indústria, assim como para construção civil foi impulsionado a um nível de destacado consumo, visto em períodos econômicos recentes.

Nesse sentido, ainda no século XX, os eventos globais como a segunda revolução industrial, as duas guerras mundiais, além do período conhecido como a era de ouro do capitalismo foram marcantes para o setor industrial mineral, pois, esse período pode ser definido como um momento de elevadas taxas de crescimento do consumo de minerais. Corroborando com essa perspectiva, assinala-se que a intensidade de uso de minerais nas atividades produtivas ganhou fôlego com a expansão do comércio mundial e o adensamento da atividade industrial principalmente nos países desenvolvidos (HOBSBAWM, 1995; SAES, 2018; BORGES, 2021).

Atualmente, a dinâmica do setor mineral pode ser evidenciada por meio do recorte das atividades de extração e beneficiamento mineral realizadas pelas principais multinacionais do referido setor econômico. Tomando como referência os dados do gráfico 01 assinala-se que o lucro (EBITDA)⁴ das grandes multinacionais do setor mineral atingiu patamares relevantes. Em 2017 a BHP Billiton atingiu um lucro de US\$ 19.350 bilhões, seguido pelas também mineradoras, Rio Tinto US\$ 18.580 bilhões, Vale S/A US\$ 14 bilhões e Norsk Hydro US\$ 2.117 bilhões.

⁴ EBITDA é uma sigla em inglês que significa “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”, ou seja, Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Gráfico 01 EBITDA¹ das mineradoras BHP Billiton, Rio Tinto, Vale S/A² e Norsk Hydro³ de 2016 a 2022, em milhões de US\$ preço corrente



Fonte: Relatório de Referência Vale S/A 2019, 2022 e 2023; Relatório anual BHP Billiton 2020 e 2022; Relatório estratégico Rio Tinto visão geral 2020 2022; Relatório anual Norsk Hydro 2017, 2018, 2019, 2022.

1 EBITDA, Sigla em inglês que corresponde ao Lucro antes do Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

2 EBITDA Vale S/A conversão de R\$ para US\$. Cotação 30/12/2016. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 3,2591 Real/BRL - Cotação 29/12/2017. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 3,308 Real/BRL - Cotação 31/12/2018. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 3,8748 Real/BRL - Cotação 31/12/2019. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 4,0307 Real/BRL - Cotação 31/12/2020. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,1967 Real/BRL - Cotação 31/12/2021. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,5805 Real/BRL - Cotação 30/12/2022. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 5,2177 Real/BRL.

3 EBITDA Norsk Hydro conversão de Coroa Norueguesa para US\$. Cotação 30/12/2016. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,6174 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 29/12/2017. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,2012 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2018. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,684 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2019. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,7666 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2020. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,5353 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 31/12/2021. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 8,8205 Coroa norueguesa/NOK - Cotação 30/12/2022. 1 Dólar dos Estados Unidos/USD = 9,8624 Coroa norueguesa/NOK

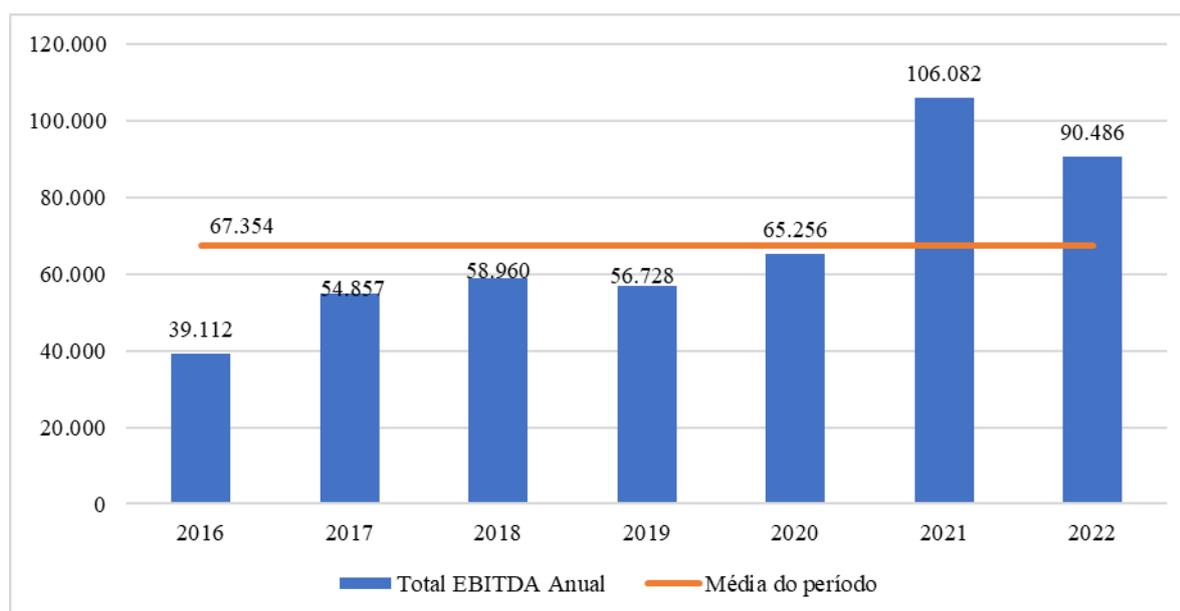
Cabe destacar que, mesmo no período de Pandemia da COVID-19, o lucro das mineradoras em tela passou por um leve arrefecimento seguido de uma momentânea estagnação, pois, delimitando o período de 2019 e 2020 o lucro das referidas mineradoras mantiveram-se em uma trajetória relativamente horizontal, com destaque para a mineradora BHP Billiton que operou com uma taxa de crescimento negativo em -4,69% para o lucro do biênio.

A dinâmica do setor mineral mundial apresentou um expressivo desempenho no ano de 2022, ainda que, passando a considerar a redução nos lucros da mineradora Rio Tinto e Vale S/A, com uma queda em relação ao ano anterior de 30,35% e 35,05% respectivamente, ainda assim, os lucros das referida mineradoras foram maiores aqui, do que no biênio permeado pela pandemia de COVID-19.

É importante tomar nota que, somente em 2022 a mineradora BHP Billiton alcançou um lucro no patamar de US\$ 40 bilhões. Ademais, destaca-se que no período assinalado no gráfico 01 a Norsk Hydro apresentou um salto nos seus lucros, perfazendo uma trajetória que foi de US\$ 1.331 bilhões para US\$ 4.021 bilhões, correspondendo a uma taxa de crescimento do lucro de 202%.

Pela ótica das quatro multinacionais elencadas no gráfico 02, observa-se que o setor mineral global segue movimentando elevados níveis de lucro. Conforme o recorte temporal do referido gráfico, o ano de 2021 correspondeu a um volume de recursos acima dos cem bilhões de dólares (USD). A média do lucro no período, cerca de US\$ 67 bilhões foi uma marca superior aos anos 2016 a 2020, corroborando nessa perspectiva, ao fim do *boom* dos preços das *commodities* minerais ocorrido no fim da primeira metade da década de 2010, além do rebaixamento da atividade econômica oriundo da crise sanitária, contribuíram para uma margem de lucro ligeiramente estagnada (SERRANO, 2013; UNCTAD, 2017; BORGES, TRINDADE, 2022).

Gráfico 02 EBITDA Total por ano da BHP Billiton, Rio Tinto, Vale S/A¹ e Norsk Hydro² de 2016 a 2022, em milhões de US\$ preço corrente



Fonte: Relatório de Referência Vale S/A 2019, 2022 e 2023; Relatório anual BHP Billiton 2020 e 2022; Relatório estratégico Rio Tinto visão geral 2020 2022; Relatório anual Norsk Hydro 2017, 2018, 2019, 2022. 1 EBITDA Vale S/A conversão de R\$ para US\$ *idem* gráfico 01.

3 EBITDA Norsk Hydro conversão de Coroa Norueguesa para US\$ *idem* gráfico 01.

2 EMPRESAS MULTINACIONAIS (EMN) E AS REDES GLOBAIS DE PRODUÇÃO (RGPs)

2.1 Escopo teórico das Redes Globais de Produção (RGPs)

Pesquisas acadêmicas realizadas no Reino Unido no início dos anos 2000 começaram a desenvolver um estudo sobre as diferentes formas de entender como a economia global estava se organizando. O debate se concentrava em englobar todos os processos importantes pertinente a dimensão da produção, originando assim a visão sobre as Redes Globais de Produção (RGPs) como uma forma de fornecer um quadro teórico e metodológico apropriado para a investigação de atividades econômicas organizadas em escala global.

De acordo COE, DICKEN & HESS, (2008) e GEREFFI, (1994)⁵, a globalização econômica é definida principalmente pela formação de sistemas multinacionais de produção de matérias-primas, bens e serviços intermediários e finais. Na percepção dos autores em tela, as redes globais de produção são o resultado da fragmentação das etapas produtivas em diferentes países e regiões, buscando aproveitar as vantagens comparativas⁶ de cada localidade e maximizar a eficiência e a competitividade das empresas. No contexto deste estudo, é importante observar que a dinâmica das Redes Globais e produção podem ser tratadas e apreendidas na perspectiva da mobilidade do capital no espaço conforme análise da economia política sob a perspectiva marxiana.

A abordagem das RGP permite analisar as dinâmicas complexas e multifacetadas dos sistemas multinacionais de produção, bem como os impactos desses sistemas na economia global e nas estruturas produtivas e sociais em diferentes países e regiões. Essa linha de pensamento destaca a importância da coordenação e colaboração entre os diversos entes específicos envolvidos nas redes globais de produção, incluindo o capital (o foco analítico), o Estados, trabalhadores e movimento sociais. (MILANEZ, 2018).

A perspectiva recai principalmente na análise da dinâmica de acumulação de capital. Desse modo, são as empresas multinacionais (EMN) que correspondem ao centro do estudo juntamente com seus fins específicos, que são desde baixos custos, lucratividade, uma maior parcela do mercado, entre outras. As EMN desempenham um papel fundamental com suas expertises para se adaptar as particularidades enfrentadas, consistindo na conversão de valores e assumindo formas próprias de renda.

A dinâmica da acumulação de capital promove a interação entre capital e força de trabalho estabelecendo desse modo formas de regulação econômica. Sendo assim, essa interação pode favorecer ou não, como por exemplo pode fornecer abertura para um determinado mercado.

De acordo COE, DICKEN & HESS, (2008), são criadas estruturas descontinuamente territoriais, a redes criam articulações onde o capital pode ser profundamente influenciado pelos contextos sociopolíticos pelos quais estão enraizados. Por atravessar as fronteiras de países estão

⁵ Globalização na perspectiva de Marx refere-se ao processo em que o capitalismo se expande além das fronteiras nacionais, conectando diferentes regiões do mundo por meio do comércio, investimentos e tecnologia. Marx acreditava que a globalização impulsionava a exploração capitalista, fortalecendo o poder das grandes empresas e enfraquecendo a classe trabalhadora. Ele argumentava que a busca por mercados e recursos em nível global levava à exploração intensificada dos trabalhadores e à desigualdade social. Além disso, Marx previa que a como um estágio inevitável da globalização, mas que ampliaria as contradições internas do capitalismo, aumentando as crises econômicas e os conflitos sociais.

⁶⁶ Vantagens Comparativas - na perspectiva de Marx refere-se fragmentação das etapas produtivas e a busca pelas vantagens comparativas não são vistas como mecanismos positivos, mas sim como componentes de um sistema econômico global que resulta em prejuízo para os trabalhadores e ao meio ambiente.

sujeitas as barreiras regulatórias e por condições locais. O capital e a força de trabalho interagem entre si, criando uma complexidade de relações, por isso baseiam-se em três categorias: o enraizamento, poder e o valor.

A primeira categoria é o Enraizamento, sendo assim, para o estudo de RGP's se tornar operacional destaca-se que, a compreensão dessa categoria corresponde a dimensão do enraizamento territorial, haja visto que, o poder se restringi a localização do capital pertinente ao fato de emanar controle sobre os meios de produção. Nesse sentido, ele assume o caráter de enraizamento de rede por estar conectado com os demais objetos do trabalho, e por possuir relações sociais de produção local. Ademais, assinala-se o enraizamento social que corresponde a origem do capital e suas multiplicidades que advém do modo de produção capitalista. E por último o conceito de enraizamento material que é fundamentado nas características físico-materiais dos territórios, muito importante para o estudo dos setores de recursos naturais (MILANEZ, 2018).

A segunda categoria corresponde a noção de Poder que está relacionado a capacidade que o modo de produção capitalista tem de estabelecer relações sociais de produção centrado na influência do capital, portanto, nesse estudo o poder do capital pode se expressar das seguintes maneiras, poder corporativo, institucional e coletivo. Uma propriedade dessas relações é que muitas das vezes são desiguais por alguns não possuírem acesso a ativos tais como: capital dinheiro, conhecimento, recursos naturais, tecnologias, entre outros.

Segundo Milanez (2008), a discursão sobre a categoria Poder possui três dimensões, onde as relações sociais se defrontam com: um conflito aberto e observável, com um bloqueio de interesses dos outros e com um conflito latente onde tenha um consenso manipulado.

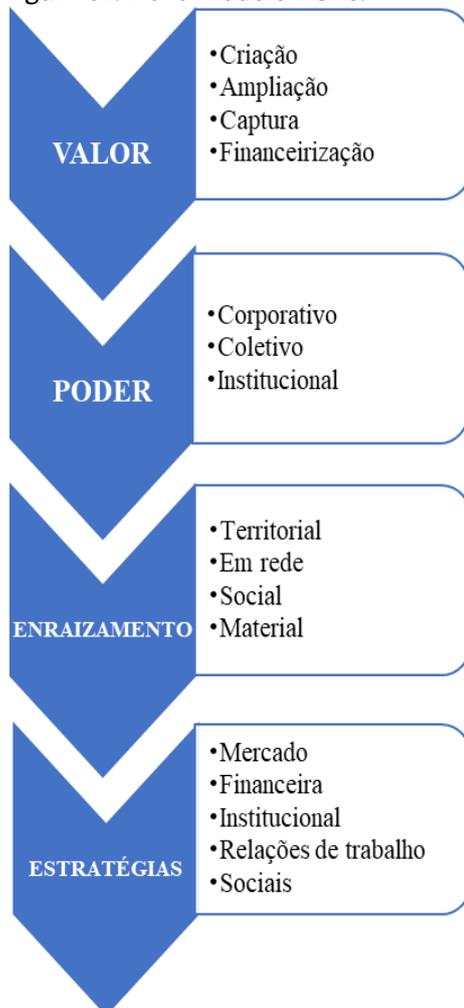
A terceira categoria é o Valor, que tem como referência a mais-valia, marxiana. Inicialmente teremos uma criação de valor dentro da dinâmica capitalista, por meio trabalho e da conversão de possibilidades de renda. O debate também estuda a ampliação e captura do valor por meio de transferências e aprimoramento de tecnológica dos produtos/serviços dentro e fora das redes. Um ponto a ser ressaltado é que valor gerado em um determinado local seguirá o caminho da dinâmica da acumulação de acordo com as questões de expectativas, direitos e obrigações.

Como processo adicional ao valor da RGP's temos a financeirização, que consisti na valorização fictícia do capital, ou seja, o distanciamento entre a riqueza produzida mediante a utilização dos meios de produção e a dimensão financeira *per si* (monetário), causando uma multiplicação financeira do valor com a geração de rendas econômicas, em que vão se estabelecendo sem base real da economia.

Nesse novo cenário temos os intermediários financeiros que são grupos, formados por instituições financeiras e instituições bancárias. Esses grupos intervêm nos mercados financeiros, fazem as diferenças entre o valor capitalizado a taxa de lucro. Segue, desse modo, que as riquezas ganham uma dimensão artificial gerada pela alocação de recursos no mercado de ações e títulos de dívidas pública e privada. Nesse sentido, as decisões que esses investidores institucionais, ou seja, a *haute finance* passam a tomar no mercado se traduz em uma medida de grande influência, ocasionando uma mudança significativa nas dinâmicas da acumulação de capital.

De acordo com Milanez (2018) para superar algumas das limitações do escopo teórico pertinente a RGP, utiliza-se a conceituação relacionada a teoria do valor trabalho a fim de desenvolver um arcabouço teórico funcional. Sendo assim, associado à essa perspectiva assinala-se a noção de uma nova categoria, denominada estratégia que se relaciona como os demais elementos pertinentes a dinâmica da acumulação. Ao ser empregada faz com que altere o enraizamento, amplia o valor e aumenta o poder do capital, fazendo uma interação com outras categorias. Abaixo o panorama proposto para a análise da RGP:

Figura 01. Novo modelo RGP.



Fonte: Milanez, B. *et al.* (2018). Elaboração própria

Essa adaptação é crucial para analisar com melhor clareza a dinâmica do capital. Pois essa nova categoria nos permite estudar as relações sociais de produção e principalmente analisar a narrativa da acumulação de capital, suas relações de poder e pressões estruturais. Portanto, com base nos conjuntos de entes ligados a dinâmica do capital (empresas, consumidores, trabalhadores, organizações sociais e governo), descreve seis abordagens diferentes: estratégias de mercado, financeiras, institucionais, laborais, sociais e territoriais.

As relações com os consumidores e concorrentes está diretamente ligada a estratégia de mercado, desde a alocação de recursos, portfólio de ativos e as estruturas de comercialização, ao posicionamento do capital em relação aos seus concorrentes é parte da noção desta estratégia. Já a estratégias institucionais envolvem os exercícios de seu poder direcionado para o governo, devendo exercer influência regulatória forte e consciente, outro ponto é a regulação trabalhista, de investimento e questões comuns aos demais setores.

O trabalho é determinante para a geração de mais-valor, por isso há a estratégias de relações de trabalho que consiste em toda relação de trabalho direta e as subcontratações e inclui também os sindicatos que influenciam e lutam por seus direitos. As estratégias sociais se apreendida na influência exercida pelas corporações sobre os padrões sociais, no processo de conhecimento, na sociedade a partir da interação e escalas múltiplas.

E por último assinala-se a estratégias financeiras. Sendo assim, destaca-se que essa estratégia é imprescindível para entender como a dinâmica de acumulação de capital se movimenta quando lidam com a distribuição dos recursos econômicos, com o endividamento e controle proprietário. Em um cenário em que, cada vez mais, vem se priorizando a relação com a *haute finance* em detrimento da relação produtiva, isso corrobora para que as estratégias financeiras se destaquem. Nesse sentido, seja pela abertura de capital no mercado financeiro, para obter mais recursos, criando uma estrutura acionária, seja obtendo recursos externos por meios de empréstimos. Diante desse cenário prevalece a participação das grandes corporações nas tomadas de decisões dentro das empresas.

Sendo assim, ressalta-se que o foco dessa pesquisa é justamente destacar o processo da financeirização. Portanto, busca-se destacar como as empresas assediada pela *Haute finance* decidem reduzir a dimensão produtiva e por conseguinte, buscam ampliar a dimensão pertinente ao processo de financeirização, com ênfase na evolução do sistema de crédito.

Portanto, assinala-se que um dos entes responsáveis pela propagação desse processo são as EMN, as instituições financeiras e as instituições bancárias, que passam a intervir de forma cada vez mais consistente nos mercados financeiros.

De acordo com Husson (2010), a financeirização pode ser compreendida como a diferença entre lucro e acumulação, assim o lucro não acumulado corresponde à distribuição de rendas financeiras. Em paralelo vem a mobilidade que esses grandes capitais adquirem, configurando um cenário onde essa grande massa de capital exerce pressões nas tomadas de decisões por possuírem direitos sobre a produção. Chamada de a era do “capital financeiro”, porque o capital passa a ser entendido como como um valor em processo e caracterizando por ser circulante e lucros crescentes.

Pela evolução histórica as grandes EMN, passam por um processo de expansão crescente de seus ativos cria a necessidade de abertura de capitais em grandes bolsas de valores, evidencias desse processo é visto nos movimentos de incorporar, realizar fusão, praticar acordos como *joint-ventures*, e criar investimentos.

3 ELEMENTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DA MINERADORA NORSK HYDRO

3.1 Composição dos Acionistas

A mineradora Norsk Hydro é uma empresa que apresentou elevada rentabilidade nos últimos anos, impactando diretamente as estratégias e distribuição de seus recursos econômicos. No processo de financeirização, observa-se como característica a presença de intermediário financeiro como, instituições financeiras e bancárias participando do capital da multinacional norueguesa, assim, destaca-se esse movimento pertinente a financeirização mediante o quadro acionista, de ações ordinárias, abaixo.

Através do quadro apresentado, podemos observar a presença de diferentes acionistas em empresas de diversos setores e provenientes de várias regiões do mundo. Essa diversidade de acionistas reflete a complexidade da composição acionista, sendo uma peça fundamental na governança corporativa e na tomada de decisões estratégicas das empresas. Os acionistas detêm a propriedade das ações e, portanto, têm direito a participar das assembleias de acionistas e votar em questões importantes. Dependendo do número de ações que possuem, eles podem ter maior ou menor influência nas decisões da empresa.

Quadro 02: Quadro Societário Norsk Hydro.

Acionistas	Ações	% de Ações	País	Negócio	Nicho de Negócio
Nærings- Og Fiskeridepartementet	708.865.253	34,3	Noruega	Órgão Governamental	Ministério do Comércio e Pescas
Folketrygdfondet	126.424.614	6,1	Noruega	Órgão Governamental	Ministério das Finanças
State Street Bank And Trust Comp	65.554.564	3,2	EUA	Holding Bancária	Fundos Mútuos, Investimentos Coletivos.
Norsk Hydro Asa	33.365.442	1,6	Noruega	Industria Sustentáveis	Industria Alumínio e Energia
Jpmorgan Chase Bank, N.A., London	28.521.461	1,4	Londres	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários

Continuação

Acionistas	Ações	% de Ações	País	Negócio	Nicho de Negócio
State Street Bank And Trust Comp	28.372.949	1,4	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
State Street Bank And Trust Comp	28.046.673	1,4	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
Jpmorgan Chase Bank, N.A., London	26.901.836	1,3	Londres	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários
J.P. Morgan Se	25.695.980	1,2	Alemanha	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários
Clearstream Banking S.A.	24.387.502	1,2	Alemanha	Facilitador de Pós-Negociações	Fundos, Estratégia Empresarial e Mobiliários
The Bank Of New York Mellon Sa/Nv	23.638.004	1,1	Bélgica	Instituições Financeira	Banco Gestão de Ativos e Investimento, mobiliários
State Street Bank And Trust Comp	22.610.036	1,1	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
Jpmorgan Chase Bank, N.A., London	20.395.060	1	Londres	Instituições Financeira	Banco de Investimento, Gestão de Ativos e Mobiliários
Euroclear Bank S.A./N.V.	17.963.375	0,9	Holanda	Instituições Financeira	Transações de títulos, Gestão de Ativos

State Street Bank And Trust Comp	17.097.331	0,8	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
State Street Bank And Trust Comp	16.529.828	0,8	EUA	Holding Bancária	Fundos de Investimentos e Gestão de Ativos
Caceis Bank	14.544.039	0,7	França	Instituições Financeira	Banco, Gestão de Ativos e Mobiliários
Goldman Sachs & Co. Llc	14.239.251	0,7	EUA	Instituições Financeira	Financeira
Verdipapirfondet Klp Aksjenorge In	13.287.093	0,6	Noruega	Instituições Financeira/ Seguros	Fundo de Investimento, Finanças e Seguros
Hsbc Bank Plc	12.513.655	0,6	Londres	Instituições Financeira	Banco
20 maiores acionistas no total	1.268.953.946	61,3			
Outras ações	800.121.515	38,7			
Total	2.069.075.461	100,00			

Fonte: *Apud* Site Hydro, vários (hydro.com, acesso em: 25/04/2023).

O quadro 02 apresenta instituições financeiras como *State Street Bank and Trust Company*, *JPMorgan Chase Bank* e *Goldman Sachs & Co. LLC*, que detêm significativas participações acionárias em diversas outras empresas. A concentração do capital da Norsk Hydro nas mãos de instituições financeiras e bancos assinalam que o setor financeiro exerce influência nas decisões da mineradora norueguesa. Essas instituições possuem grandes volumes de ações e desempenham um papel significativo, desde fornecer capital e expertise assim como evidenciam mediadas centradas no retorno financeiro de curto prazo em detrimento de mediadas associadas a dimensão produtiva.

No entanto, é importante destacar que nem todos os acionistas têm o mesmo interesse e objetivo. Alguns buscam o lucro financeiro de curto prazo, enquanto outros estão mais interessados no crescimento sustentável e no impacto social e ambiental das empresas. Essas diferentes perspectivas podem levar a conflitos de interesse entre os acionistas e influenciar as políticas e práticas adotadas na condução da acumulação de capital da mineradora Hydro.

No quadro seguinte, destaca-se a quantidade de ações detidas por membros do Conselho de Administração da mineradora Norsk Hydro, pretende-se com isso exemplificar a interligação entre a financeirização e a composição acionista.

Quadro 03: Acionistas Membros do Conselho de Administração Corporativa

Ações detidas por membros do Conselho de Administração Corporativa		
Nome do Membro	Cargo	Qt. Ações
Hilde Merete Aasheim	President & CEO	141.292
Paul Warton	Executive Vice President, Hydro Extrusions	16.431
Eivind Kallevik	Executive Vice President, Hydro Aluminium Metal	85.382
Pål Kildemo	Executive Vice President, Chief Financial Officer	24.472
Anne-Lene Midseim	Executive Vice President, Legal and Compliance	42.419
Arvid Moss	Executive Vice President, Hydro Energy	184.357
Hilde Vestheim Nordh l	Executive Vice President, People & Safety	35.969
John Thuestad ²	Executive Vice President, Hydro Bauxite & Alumina	75.423
Therese Rød Holm	Executive Vice President, Communication & Public Affairs	1.277
Trond Olaf Christophersen	Executive Vice President, Corporate Development	5.772
Total		612.794

Fonte: *Apud* Site Hydro, (hydro.com, acesso em: 17/06/2023).

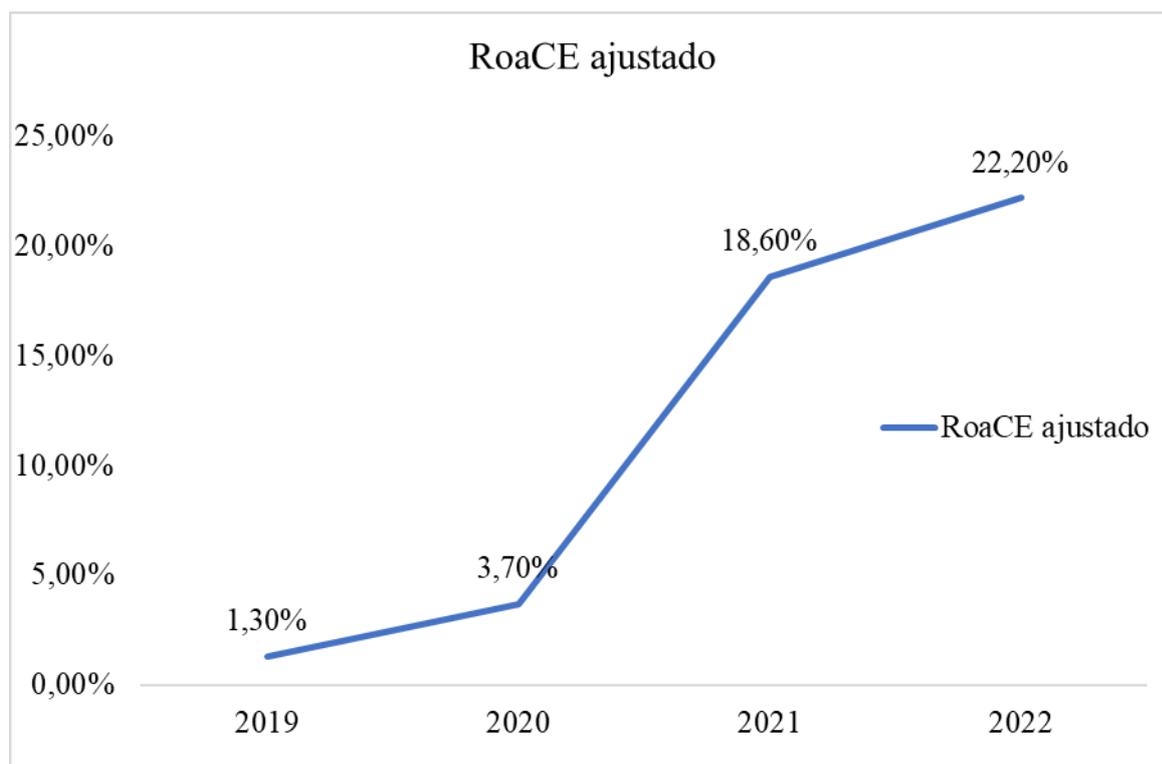
É interessante observar que os membros do Conselho de administração possuem uma participação acionária direta na empresa, de modo que, isso se traduz em um alinhamento de interesses entre a administração e os acionistas. Inclusive ressalta-se que há membros do conselho de administração da Hydro que possuem ações de propriedade de empresas.

No contexto da financeirização, a relação entre a composição acionária e a tomada de decisões torna-se ainda mais relevante. A ênfase na maximização do valor para os acionistas (MVA) pode levar a decisões voltadas para o curto prazo, em busca de retornos financeiros imediatos. Isso pode gerar um conflito com os interesses de longo prazo da empresa, como investimentos em pesquisa e desenvolvimento, expansão de mercado e sustentabilidade. Para mitigar essas preocupações, é necessário assegurar a transparência, a prestação de contas e a independência das decisões, de maneira que, isso é essencial para garantir que a composição acionária e os interesses dos acionistas sejam adequadamente equilibrados.

3.2 Relação da Dívida Bruta e Gastos de Dividendos.

A utilização de indicadores para medir a saúde financeira da empresa é uma prática comum e importante na análise de negócios. No caso da Norsk Hydro, apreende-se que eles empregam o indicador do Retorno sobre o Ativo (ROA) em seus relatórios anuais, conforme apresentado no gráfico 04, demonstrando o crescimento nos últimos quatro anos.

Gráfico 04: RoaCE ajustado anual – em %



Fonte: Site Hydro, (hydro.com). Elaboração Própria

O ROA é um indicador que mede a eficiência com que uma empresa gera lucro a partir dos recursos investidos pelos acionistas e pelo investimento total de ativos. Quando esse indicador apresenta uma porcentagem elevada, conforme assinalado no gráfico 04, isso indica que a mineradora Hydro está utilizando seus ativos para alcançar uma excelente rentabilidade, ou seja, elevados lucros. Além disso, é mencionado que a ROA indica que a empresa não possui dívidas altas, porém tem altos gastos com dividendos. É importante destacar que altos gastos com dividendos podem estar relacionados a uma das características da financeirização. De maneira mais clara, quanto maior é o gasto com dividendo, maior é sua relação com capital fictício.

3.3 Maximização do Valor de seus Acionistas (MVA).

O MVA (Maximização do Valor Adicionado) é uma medida financeira que busca avaliar o valor econômico gerado pela empresa em relação ao seu custo de capital. Indica se a empresa está gerando valor para os acionistas, ou seja, se o retorno sobre o capital investido é superior ao custo de capital. Os dados de distribuição do valor acionado da Hydro é uma estratégia agressiva utilizada para a empresa adquirir acionistas.

Segundo a política de acionista da Norsk Hydro os seus acionistas é para receber um mínimo de 50% do lucro líquido ajustado como dividendo ordinário ao longo do ciclo e a política de

dividendos tem um piso de Coroa norueguesa NOK 1,25 por ação. De acordo com ROCHA (2019) as grandes companhias brasileiras optam por pagar 25% do lucro líquido como dividendo, logo essa distribuição de dividendos a maior reflete o objetivo de proporcionar aos seus acionistas retornos competitivos em comparação com investimentos alternativos em empresas comparáveis.

Quadro 04: A tabela de histórico de dividendos.

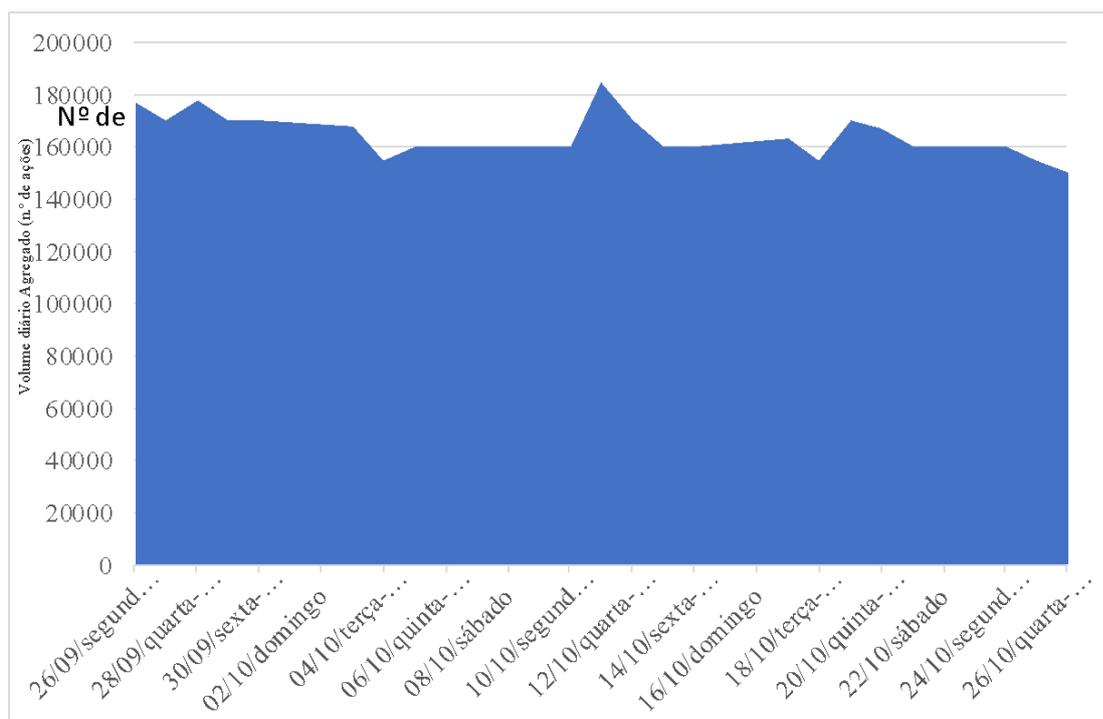
Ano	Dividendo por Ação (NOK)	Data da Saída	Data do Pagamento	Tipo
2021	1,45	21.09.2022	30.09.2022	Especial
2021	2	11.05.2022	20.05.2022	Especial
2021	3,4	11.05.2022	20.05.2022	Comum

Fonte: Site Hydro, (hydro.com). Elaboração própria.

Dentro de sua estratégia de MVA, a Norsk Hydro adota a política de que períodos em que os lucros são elevados, optar por realizar a recompra de ações para além do pagamento de dividendos ordinários. Isso reduz o número de ações em circulação e aumenta a participação dos acionistas existentes na empresa. No Gráfico 05 há um recorte temporal da recompra de ações do período de 26/09 a 26/10 de 2022. Nesse recorte é notório que em todos os dias úteis desse período houve a recompra. Essa medida pode ocorrer por várias razões, como sinalizar confiança no futuro da empresa, aumentar o valor por ação, otimizar a estrutura de capital ou distribuir lucros aos acionistas.

A manutenção de uma posição financeira sólida e uma classificação de crédito de investimento são fatores cruciais para mitigar riscos e apoiar o desenvolvimento estratégico dos negócios da Hydro. É essencial ter acesso a recursos financeiros externos para maximizar a criação de valor ao longo do tempo, desde que seja mantida uma exposição ao risco aceitável. Com o objetivo de assegurar o acesso ao capital em termos atraentes, a Hydro tem a intenção manter uma classificação de grau de investimento por parte das principais agências de classificação, como a Standard & Poor's e a Moody's.

Gráfico 05: Recompra de Ações Hydro (Set-22 a Out-22)



Fonte: Site Hydro, (hydro.com). Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos de acumulação de capital e de Redes Globais de Produção RGP buscou-se evidenciar a dinâmica da financeirização presente nas estratégias da mineradora Norsk Hydro. Tal artigo busca registrar a discussão sobre financeirização concatenando a dimensão da acumulação de capital mineral como uma base crescente de riqueza sendo apropriada pela lógica dos retornos financeiros. A partir de tal análise, foi identificado que a mineradora Norsk Hydro atua como um ente que gera relevante produção de riqueza mineral e apresenta uma estrutura de produção enquadrado na perspectiva de Redes Globais de Produção (RGPs), atuando em um mercado globalizado, altamente concentrado, e cada vez mais financeirizado.

Observou-se que, a mineradora Hydro tem ganhado poder na esfera internacional e, conseqüentemente, sua capacidade de capturar valor do lado da receita aumentou no período recente. O avanço da lucratividade desta multinacional por meios de aquisições fusões e principalmente a abertura de capital, fez com que a mineradora Hydro admitisse na composição do seu capital a participação de fundos de investimento, bancos e outras Holding ligadas ao setor financeiro.

Como demonstrado, anteriormente, a presença de empresas financeiras no capital da Norsk Hydro totalizou mais de 15 empresas com percentual razoável de ações, e nesse sentido, com poder

de influência sobre o capital da Hydro. Nessa perspectiva assinala-se que o conselho de administração da mineradora Hydro foi caracterizado pela presença de relevantes quantidades de ações proprietárias sob o domínio dos executivos de Norsk Hydro, os quais tem direito a voto e por conseguinte, direito nas tomadas de decisões do capital da Hydro, assim como, os referidos executivos detêm ações que resultam em estratégias que priorizam o retorno financeiro em detrimento ao retorno operacional. Os números financeiros assim como seus indicadores apontados pela empresa em seus relatórios comprovam o objetivo de maximizar a distribuição de lucros aos acionistas, como medidas prioritárias.

Portanto, os elementos destacados anteriormente corroboram para evidenciar a a confirmação da hipótese. Sendo assim, a mineradora Norsk Hydro perpetua a dinâmica de acumulação de capital centralizada na espera financeira, evidenciados pelos elementos que caracterizam a financeirização tais como: participação de diversas empresas financeiras, a dimensão da estratégia de maximização do valor ao acionista.

REFERÊNCIAS

HOBBSAWM, Eric J. Os anos Dourados. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**, 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERRANO, F. **A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos**. Revista oikos. v. 12, n. 2. P.168-198, julho, 2013.

SAES, B. M. **Comércio ecologicamente desigual no século XXI: Evidências a partir da inserção brasileira no mercado internacional de minério de ferro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

BORGES, Gedson Thiago do Nascimento. **A acumulação, concentração e centralização de capital e a financeirização: uma análise do capital da CVRD à Vale S.A.** Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia. Instituto de Ciências Sociais Aplicada. Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2021.

BORGES, Gedson Thiago do Nascimento; TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Economia Política da Financeirização no Segmento Mineral Brasileiro: O Caso da Vale S/A**. Revista de Estudos Sociais, Cuiabá-MT V. 24, n. 49, 45-69, 2022.

UNCTAD. (United Nations Conference on Trade and Development) (2017). **Commodities and Development Report 2017: Commodity Markets, Economic Growth and Development**. United Nations publication, New York and Geneva, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I o processo de produção do capital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARDOSO, José Guilherme da Rocha et al. **A indústria do alumínio: estrutura e tendências**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 33, p. 43-88, mar. 2011.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MILANEZ, Bruno (2013). **A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação**. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (BA)

MILANEZ, B. et al. (2018). **A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 2(2),

COE, N. M., DICKEN, P., & HESS, M. (2008). **Global production networks: realizing the potential**. Journal of Economic Geography, 8(3), 271-295.

HUSSON, M. **Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital**. In: BRUNHOFF, S. et al. (Org.). A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010, p. 303-336.

História da empresa (Apenas Inglês), 2023. Disponível em: <https://www.hydro.com/pt-BR/sobre-a-hydro/nossa-historia/>. Acesso em: 08 de abril 2023.

Sobre a Yara Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.yarabrasil.com.br/sobre-yara/sobre-a-yara-brasil/>. Acesso em: 08 de abril 2023.

PINTO, Lúcio Flávio. A maior multinacional da Amazônia, 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-maior-multinacional-da-amazonia/>. Acesso em: 08 de abril 2023.

Korn- og Foderstof Kompagniet (KFK), 1896-2002. Disponível em: <https://danmarkshistorien.dk/vis/materiale/korn-og-foderstof-kompagniet-kfk-1896-2002>. Acesso em: 26 de abril 2023.

Norsk Hydro - Store Norske leksikon. Disponível em: https://snl.no/Norsk_Hydro#:~:text=Norsk%20Hydro%20ASA%20er%20et,prosent%20av%20aksjene%20i%20Oselskapet. Acesso em: 26 de abril 2023.

Empresas históricas: Norsk Hydro. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/historia/empresas-historicas-norsk-hydro/>. Acesso em: 26 de abril 2023.

Hydro bate recorde de produção de bauxita e alumina no Brasil no 4º trimestre. 2016. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/hydro-bate-recorde-de-producao-de-bauxita-e-alumina-no-brasil-no-4o-trimestre/>. Acesso em: 12 de junho 2023.

ROCHA, André. Valor Investe, 2019. **O dividendo obrigatório será sempre 25% do lucro líquido**. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/blogs/andre-rocha/post/2019/12/o-dividendo-obrigatorio-sera-sempre-25percent-do-lucro-liquido.ghtml>. Acesso em: 18 de junho 2023

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; SARTI, Fernando. **Vale: Uma empresa financeirizada**. Le Monde Diplomatique: Observatório da Economia Contemporânea. Osasco (SP), v. 139, Fev. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/> Acesso em: 10 de abril 2023

Total de Ações Ordinárias em Circulação de NORSK HYDRO ASA. Disponível em: <https://br.tradingview.com/symbols/OSL-NHY/financials-statistics-and-ratios/total-shares-outstanding/>



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

A AMAZÔNIA COMO FRONTEIRA DE COMMODITIES: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA ECONOMIA DO DENDÊ EM TOMÉ-AÇU

Ricardo Thomaz Santos¹(UFPA),

Nírvia Ravena²(UFPA)

Rodrigo Oliveira Santana³(ESTÁCIO)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a atuação do Estado Brasileiro no incentivo à produção de dendê no Estado do Pará, discutindo como esses incentivos estão transformando a agricultura familiar na região, o que pode ser visto como elementos que permitem a perpetuação da Amazônia como fronteira de *commodities*, nesse sentido, para exemplificação dessa transformação, elegeu-se com objeto de estudo o município de Tomé-Açu, o que se justifica pela elevada participação de seus agricultores familiares na cultura do dendê e sua alta produção no estado do Pará. Além da conclusão, na primeira parte será apresentada a ação estatal e como isso vem transformando a Amazônia em uma fronteira de *commodities*, desde a borracha até o Dendê. Em seguida serão apresentadas algumas Políticas Públicas Federais, como, o Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), ligado ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) em 2010, e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Eco para o Dendê (Pronaf-Eco Dendê) e as suas repercussões na vida do agricultor, o que será evidenciado por meio entrevistas realizadas juntos aos agricultores na cidade de Tomé-Açu

Palavras-chaves: Amazônia. Dendê. Fronteira. *Commodities*. Tomé-Açu.

INTRODUÇÃO

O percurso histórico das políticas de desenvolvimento para a Amazônia brasileira tem servido mais aos interesses exógenos do que endógenos e por ser uma região natural rica, com um precioso banco genético, uma densa e exuberante floresta, com reservas minerais de alto valor e detentora de um grande patrimônio cultural, a Amazônia merece um modelo de desenvolvimento responsável e sustentável.

É nessa perspectiva que o presente artigo se propõe a abordar a ação do Estado brasileiro como agente transformador da realidade do agricultor familiar na Amazônia, observando, algumas

¹ Professor Universitário. Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil. email: ricardosantos.adv@gmail.com

² Cientista Social. Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPER. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – UFPA, Brasil. E-mail: niravena@uol.com.br

³ Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra - UC, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio do Pará, Brasil. E-mail: rodrigo.santana@estacio.br

consequências do Programa de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf Eco Dendê e como isso tem impactado a reprodução do sistema de commodities.

Nesse sentido, para exemplificação dessas transformações, elegeu-se com objeto de estudo o município de Tomé-Açu, o que se justifica pela elevada participação de seus agricultores familiares na cultura do dendê e sua alta produção no estado do Pará

O texto aborda a questão proposta a partir de análises qualitativas, sendo a pesquisa resultado de um levantamento bibliográfico e documental, além de também ter sido realizado estudo empírico, por meio de pesquisa de campo realizada no município de Tomé-Açu. O artigo, então, está organizado em quatro seções. A seção seguinte traz uma breve apresentação da ação do Estado e a transformação da Amazônia em fronteira de *commodities*. Em seguida será feita uma abordagem de como as políticas de crédito serviram como molas propulsoras do Dendê em Tomé-Açu. A seção três se dedica a apresentação do olhar do agricultor familiar sobre o dendê em Tomé-Açu. A última parte traz as considerações finais do estudo.

A ação do Estado e a transformação da Amazônia em fronteira de *commodities*

A Amazônia é alvo de constantes intervenções estatais, sob a justificativa de garantir o desenvolvimento, tanto dos indivíduos, como da região que foram da borracha até o dendê, minério e soja.

A transformação da borracha em recurso econômico e a sua grande procura no mercado internacional impulsionaram a intervenção estatal e a ocupação das várzeas nas cabeceiras dos rios, cujo auge se deu entre 1879 e 1912, conforme Homma (2001), uma vez que a Amazônia abrigava estoques naturais de borracha, o que favoreceu o crescimento da sua extração na região, que, antes, era feita em pequena escala e apenas para atender as necessidades locais.

Visando melhorar o transporte da produção, bem como ocupar as áreas de terra firme e facilitar o transporte fluvial, foram construídas as Estradas de Ferro Belém-Bragança (1883-1908), Madeira-Mamoré (1907-1912) e de Tucuruí (1905- 1944), servindo, ainda, como apoio à coleta e à exportação da borracha (HOMMA, 2001).

Nesse contexto é que se inicia o primeiro período expressivo de contribuição da Amazônia à acumulação mundial, que provocou uma das maiores transformações históricas da Região, redefinindo todo um corpo de relações sociais, tanto no seu interior, como entre ela e outras sociedades (LEAL, 2010).

Dentre essas transformações, destacam-se: (i) a passagem da Amazônia de condição de mero empório de produtos de consumo, para a de empório de matérias- primas, sendo um espaço

para o suprimento das demandas internacionais; (ii) a ocupação das últimas áreas remotas da Região que ainda estavam livres da presença direta do colonizado; e (iii) a consolidação da burguesia regional subsidiária à esfera internacional da acumulação, e que, desde aí, cumpre o papel de agente das medidas da organização da produção em nível mundial, reproduzindo-as segundo as exigências que essa organização em escala planetária faz à Amazônia (LEAL, 2010).

A rede de controle regional para a produção gomífera, distribuída por Belém, Manaus e Iquitos – as duas primeiras, no Brasil e, a última, no Peru – sediavam essa burguesia, que passou a controlar, diretamente, um sistema de trabalho que, vinculado, em uma ponta, às exigências globais da acumulação, e, em outra, atado às condições naturais e sociais existentes na Amazônia, reproduziu, mais uma vez, relações de exploração profundamente desumanas da força de trabalho que se encontrava na sua base (LEAL, 2010).

Nesse sentido, visando garantir a oferta de mão de obra na região, o governo central começou a agir no sentido de promover a ocupação do espaço amazônico via a imigração da população e de investimentos (BECKER, 2009), com a chegada de um grande número de migrante vindo do Nordeste fugindo da seca.

A borracha teve o fim do seu ciclo com o término da Segunda Guerra Mundial e com o surgimento da borracha sintética, obtida a partir de derivados de petróleo.

Com o advento da Constituição de 1946 foi quebrada um pouco da lógica que se vinha observando até então, a de centralizar os investimentos no centro-sul, face a inserção no texto Constitucional da criação de um plano de valorização regional (DE OLIVEIRA, *et al*, 2012).

Na década de 50, a visão da política regional do Governo Federal para a Amazônia assumiu duas vertentes: (I) ocupação territorial, cuja estratégia principal era incentivar e apoiar a migração de nordestinos e (II) forte privilégio ao setor primário, basicamente para o extrativismo vegetal (MARQUES, 2007).

A produção extrativista vegetal tornou-se o objetivo final, o que resultava em pouco interesse pelos outros setores da economia regional, razão pela qual não havia grandes incentivos para a industrialização, sendo que o conhecimento sobre a exploração mineral se mantinha bastante incipiente (MARQUES, 2007).

Nesse período destaca a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960, favorecendo a mudança do contexto de desenvolvimento Amazônico (de civilização de várzeas para civilização de terra firme), com a expansão da pecuária, entendida como a melhor forma de ocupação, que combinava com a escassez de mão de obra e a abundância de terra, sob a égide da segurança

nacional (HOMMA, 2001), bem como ocorreu o deslocamento das madeiras do Sul em direção à Amazônia.

Em 1970, já sob o regime militar, surgiu o Plano de Integração Nacional, que tinha como objetivo a ocupação das terras amazônicas por meio de projetos de colonização, sendo selecionadas algumas áreas para o recebimento desses projetos como estratégicas para o desenvolvimento regional, com a construção de grandes estradas, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, que serviriam como corredores de desenvolvimento.

Gradualmente, a exploração da madeira emergiu como a atividade econômica predominante nos novos espaços abertos na fronteira, suplantando a agricultura familiar e estabelecendo um novo padrão de uso da terra.

Após as crises mundiais do petróleo de 1973 e 1978, os países desenvolvidos, passaram a transferir para os países periféricos as indústrias altamente consumidoras de energia, como a produção de ferro, alumínio e celulose, o que acabou gerando modificações na fronteira amazônica, a partir de 1980, tendo em vista que muitas empresas mudaram para essa região.

Como o Brasil passava por um momento de baixo crescimento econômico e vivia um grande desgaste político, o governo federal aceitou negociar a transferência dessas empresas para a Amazônia, na expectativa de vir a ter lucro com eles no futuro, fase que ficou conhecida como a de “grandes projetos” (LOUREIRO, 2009, p. 85).

Um desses projetos é o programa Grande Carajás, implantado a partir da década de 1980, acoplado a um conjunto de investimentos em infraestrutura que constitui a mais recente experiência de desenvolvimento baseado no extrativismo mineral. A magnitude dos estoques de recursos minerais a baixo custo e a intenção de evitar os problemas ambientais decorrentes do processo de beneficiamento nas economias desenvolvidas, induziram à instalação de atividades eletrointensivas na Amazônia. É o que acontece, por exemplo, com o beneficiamento da bauxita, para a produção de alumínio, em que 79% do custo final de produção é o da energia elétrica, razão principal para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (HOMMA, 2001).

A exploração mineral capitalista intensiva, visando ao aproveitamento de imensos estoques de recursos minerais, é a base da economia amazônica. A dependência absoluta dos Estados Unidos, Japão e União Europeia em minerais estratégicos, contrasta com a existência de grandes estoques na Amazônia.

Nesse período, a fronteira Amazônica descolou-se, cada vez mais, da noção de terra de trabalho para se vincular à exploração dos recursos naturais, surgindo à fronteira de *commodities*, baseada, mais uma vez, em interesses exógenos.

A articulação da fronteira ultrapassou o espaço interno do país e passou a acontecer por meio da expansão dos negócios ligados ao mercado global, destacando-se as *commodities* minerais, a soja, a madeira e o gado (LOUREIRO, 2009).

Um dos problemas dessa nova fronteira é a competição das *commodities* com os pequenos produtores na luta pela terra, uma vez que os grandes produtores de soja e de gado, além de utilizarem terras próprias, costumam arrendar terras de pequenos produtores agrícolas. Além disso, a crescente demanda por solos tem elevado os preços das propriedades, o que acaba deixando o campesino ou agricultor familiar à margem dos grandes produtores.

Na prática, a Amazônia, como fronteira, articula-se e é impulsionada, direta e mais intensamente, pelo mercado internacional e, muito menos, pela conjuntura e pelo mercado nacional.

São as *commodities* que vêm influenciando a abertura acelerada de novos espaços de produção, que alcançam e rasgam o coração da floresta, abrindo-a, simultaneamente, em várias direções e dificultando as ações de fiscalização e de controle por parte do Estado.

Esses produtos são exportados pelos estados amazônicos e vendidos *in natura* ou como semielaborados, como têm ocorrido há séculos. Embora, nas formas de sua extração e exploração sejam utilizadas de tecnologias avançadas (grandes plantas industriais, equipamentos pesados e outros), o modelo repete-se secularmente concentrando renda, aproveitando-se da superexploração do trabalho humano e com uma enorme exaustão da natureza.

A agricultura mundial passou, a partir da Segunda Guerra Mundial, por uma série de alterações decorrentes do processo de modernização, sendo que como visto, o estado teve papel fundamental nessa transformação, sempre buscando o desenvolvimento.

Contudo, historicamente é possível perceber que os instrumentos de mensuração do que seria considerado esse desenvolvimento, sempre foram baseados nos interesses exógenos, o que acabou gerando a contestação dos padrões de desenvolvimento regional existentes.

Entretanto, deve-se tomar cuidado também com essas contestações, para que não se fique refém de um modelo dualista, onde, de um lado, tem-se o centro, supostamente desenvolvido e do outro, a periferia.

Essa cautela deve ser tomada, pois, as políticas públicas não devem beneficiar apenas um grupo ou região em detrimento aos demais, mas sim reduzir a desigualdades regionais e superar os atrasos, sem esquecer de nenhuma região, baseadas em planejamento e nos macros cenários.

Tanto no Brasil, quanto na Amazônia, surgiu um conjunto de políticas autoritárias, cujos impactos alteraram as relações de trabalho e território. No cenário amazônico, pode-se citara

colonização espontânea e dirigida, que instalou novos assentamentos humanos e projetos agropecuários com contexto histórico e perspectiva produtiva totalmente exógena à região, constituindo campanhas de desterritorialização da Amazônia em prol do agronegócio e da reestruturação do mercado de terras (ALMEIDA; MARIN, 2010) a abertura de rodovias e expansão da fronteira agromineral (HÉBETE, 2004).

Em síntese, haveria pelo menos cinco controvérsias sobre os resultados dessas políticas desenvolvimentistas autoritárias: i) a ocupação econômica do território com base em grandes empreendimentos agropecuários acabou deixando de lado os pequenos e médios projetos agrícolas; ii) os resultados econômicos beneficiavam muito mais o capital exógeno e não estimulavam atividades locais como forma de impulsionar o desenvolvimento regional; iii) os projetos econômicos fomentados possuíam efeitos reduzidos de criação de emprego; iv) o incentivo à monocultura em detrimento de outras produções, afetando a segurança alimentar das regiões; e v) os altos impactos ambientais, que estão esgotando as riquezas amazônicas.

Outra crítica a essas políticas desenvolvimentistas é que elas perpetuaram alguns conceitos: i) o primeiro conceito se refere ao padrão econômico voltado para uma economia de exportação que acaba sendo a motivação dominante na ocupação regional, é a chamada economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos (BECKER, 2009), no caso na Amazônia, essa ocupação foi feita em alguns “booms” devastadores no ponto de vista ambiental, e que estavam ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional (borracha, madeira, pecuária e minérios); ii) outro caso é que essas políticas não utilizaram do conhecimento e concepções baseadas em um modelo endógeno, uma vez que não é interessante ao interesse exógeno a perda da autonomia, o que acaba prejudicando o desenvolvimento local e c) o terceiro conceito refere-se aos modelos espaciais propriamente ditos. No padrão das relações externas, exógeno, o modelo básico utilizado é o das redes de articulação externa, constituídas por vias de circulação e seus nós, núcleos que asseguram a produção e sua concentração para exportação. Já o padrão endógeno é necessariamente baseado em áreas relativamente extensas e isoladas, dependentes que são de populações que vivem de produtos naturais locais (BECKER, 2009).

No âmbito regional, alguns governos estaduais, buscaram modificar esse panorama baseado em interesses exógenos, visando privilegiar as populações locais, trazendo o desenvolvimento dos municípios, sem grandes prejuízos, principalmente a fauna e flora locais. Exemplo disso foi a ação do Governo paraense que estabeleceu em 2010 um Protocolo

Socioambiental para a produção de Óleo de Palma no Estado, assinado por oito das doze empresas atuantes, cujas diretrizes são: não-estabelecimento de novos empreendimentos produtivos em áreas cujo desmatamento da cobertura florestal primária tenha sido realizado após o ano 2006; a implantação das áreas produtivas de forma a evitar a ocorrência de plantios contínuos (monoculturas) entre duas ou mais unidades produtivas e a uniformização da paisagem; a integração de agricultores familiares e produtores de pequeno, médio e grande porte; o não-estabelecimento de plantios em áreas de populações tradicionais, indígenas e quilombolas, sem o seu livre, prévio e informado consentimento; a adoção de relações de trabalho pautadas pelo respeito, confiança, comprometimento e observância das normas trabalhista (BECKER, 2009).

Além disso, restaurou-se a rodovia PA 150, com o fito de facilitar o escoamento da produção de dendê de município de Tomé-Açu, passando pela cidade do Acará até chegarem em Belém.

Em tese, esse protocolo, estabelecido pelo Estado do Pará, serviria à diminuição do desmatamento, à integração dos agricultores familiares e ao combate à monocultura.

As políticas de Crédito como molas propulsoras do Dendê em Tomé-Açu

A formação da fronteira de *commodities*, favorecida pela intervenção estatal, tende a reduzir o campesinato e o papel do pequeno agricultor, substituídos pelos grandes produtores das *commodities*, como a soja e o dendê. A agricultura familiar e a sua base fundiária, a pequena propriedade, foram relegadas a segundo plano, e até mesmo, esquecidas pelo Estado nesse processo de “modernização”.

Todavia, sabe-se que a agricultura familiar tem um papel preponderante na promoção do desenvolvimento econômico do país e no aumento qualitativo das condições de vida da população, possibilitando a redução das desigualdades sociais, desconcentrando a geração de renda, reduzindo o êxodo rural e proporcionando divisas (MENDES & GUEDES, 2010).

A categoria participa, significativamente, da produção de algumas culturas alimentares fundamentais na mesa do brasileiro, como a mandioca (70%), o feijão (70%), o milho (46%), o café (38%) e o arroz (34%), como mostra o Censo Agropecuário de 2006. A atividade mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, produzindo e gerando renda no meio rural do país. Sua importância também está ligada ao reconhecido potencial na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais, dados os saberes tradicionais que acumulam (REYMÃO & SANTOS, 2016).

As camadas menos favorecidas da produção familiar nas áreas rurais vivem, quase que exclusivamente, das atividades agrícolas, produzem para a subsistência e não são remuneradas. Normalmente, as famílias têm um grande número de filhos e são as que mais migram para as médias e as grandes cidades brasileiras (MENDES & GUEDES, 2010).

Com o advento da Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006, o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural passaram a ser entendidos como aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina, como critérios, o uso da mão de obra familiar na atividade agrícola, a necessidade de obtenção da maior parte da renda familiar da propriedade rural e o tamanho da propriedade de até quatro módulos fiscais, que corresponde ao tamanho mínimo que uma propriedade rural precisa ter para garantir a sobrevivência de uma família, variando entre os municípios.

É justamente esta forma de produção que se encontra em evidência, atualmente, no meio rural brasileiro, ao agregar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que cultua valores e tradições, conformando uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais.

O agricultor familiar tem grande importância para o mercado interno, uma vez que, enquanto o latifundiário pensa em se integrar ao mercado, produzir *commodities* em economia de escala, destinando a sua produção não alimentícia ao mercado externo, o agricultor familiar produz à margem desse processo, para a sua subsistência e, também, a da sociedade, garantindo a segurança alimentar, sendo essa a primeira contribuição da agricultura familiar.

A agricultura familiar também tem função sócio cultural, pois significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. O aumento dos problemas enfrentados pelas populações de grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, de produtos produzidos de forma artesanal, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza. Essa tendência tem resultado na valorização

da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural (ALTAFIN, 2007).

Também é parte desse processo a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, com o aproveitamento racional dos recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio cultural. Nesse contexto, o agricultor familiar é reconhecido como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores. Isso significa dizer que a componente cultural do modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, nessa componente, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque (ALTAFIN, 2007).

Em que pese o constante desenvolvimento técnico e científico do setor agrícola nas últimas décadas, é necessário que o Estado se dedique à criação e ao aperfeiçoamento de políticas públicas que viabilizem as atividades da agricultura familiar no país, e não apenas atendam aos interesses exógenos.

A agricultura familiar, se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento regional descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade (MENDES & GUEDES, 2010).

Um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que deve, principalmente a uma série de estudos, realizados na década de 1990, com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), e que vieram a embasar o governo brasileiro a executar uma política econômica e social com foco na agricultura familiar e, sobretudo, disponibilizando recursos para financiar a produção, equipamentos e a infraestrutura produtiva nas propriedades destes agricultores familiares, o que lhes agregariam valor.

O surgimento deste programa é um marco no que se refere à atuação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que, até então, eram designados por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

O Pronaf tornou-se um importante instrumento para a discussão do desenvolvimento rural no país, pois seu significado na definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares é fundamental.

Ao disponibilizar recursos financeiros para a categoria social dos agricultores familiares, fazendo com que aumentasse, significativamente, o acesso destes ao sistema financeiro, pode-se

dizer que o programa vem cumprindo uma fração considerável de seus objetivos originais, especialmente quando estados, regiões e setores tradicionalmente deixados à margem pelas políticas públicas, passaram a receber tratamento prioritário.

Aproveitando a existência de um crescente interesse mundial por fontes alternativas de energia, principalmente por aquelas que contribuam para diminuir as emissões de CO₂, característica das fontes tradicionais de energia fóssil, o governo federal criou uma política pública que uniu o trabalho com a agricultura familiar e a produção de biodiesel, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB (Programa Biodiesel) é um programa interministerial do governo brasileiro que objetiva a implementação, de forma sustentável, técnica e economicamente, da produção e do uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, com a geração de emprego e de renda.

O PNPB foi implantado pela Medida Provisória nº 214/2004, a qual foi, posteriormente, convertida na Lei nº 11.097/2005 (conhecida como Lei do Biodiesel), em janeiro do ano seguinte, tendo estabelecido a adição do Biodiesel ao óleo diesel na proporção de 2 % (B-2). Em 2005 e 2007, essa adição era facultativa, tornando-se obrigatória a partir de 2008. Posteriormente, esse percentual de adição foi elevado para 5 % (B-5), em 2013, 6 % (B-6), e tem sido majorada com frequência, tanto que atualmente, 12%, com aumento gradativo de 1% ao ano, até totalizar 15% em 01/04/2026, conforme a resolução 16 do Conselho Nacional da Política Energética

Muito embora a soja seja predominante na produção do biodiesel, o que acaba excluindo o agricultor familiar, uma vez que precisa de áreas muito grandes para o cultivo, o dendê surge como uma alternativa a esse cenário, pois precisa de menores áreas para o cultivo, possibilitando que o agricultor familiar, com os seus 4 (quatro) módulos fiscais, participe dessa lavoura, pelo que muito se tem debatido, nos ramos acadêmico e científico, sobre a utilização de outras oleaginosas como opção e que possam ser desenvolvidas também fora dos latifúndios.

Como alternativa para diversificar as fontes de matérias-primas para o combustível, reduzindo a dependência da soja e do sebo bovino, surgiu o dendê – também chamado de palma, com bom rendimento na fabricação de biodiesel.

Essa palmeira destaca-se como a de maior potencial para suprir as demandas de óleos vegetais no bioma amazônico, até mesmo pelo fato de a Amazônia possuir, aproximadamente, 70 (setenta) milhões de hectares considerados como áreas aptas para o cultivo do dendê (RAMALHO FILHO, 2010).

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2015), 01 (um) litro de óleo vegetal pode substituir 1 (um) litro de óleo diesel, sendo que, para esse mesmo litro de óleo diesel, seriam necessários um pouco mais de 2 (dois) litros de petróleo.

Uma outra vantagem da cultura do dendê seria a sua longa vida útil econômica, que pode chegar a até 30 anos, com a produção distribuída durante todo o ano. O manejo do palmar (dendezal) é capaz de absorver grande quantidade de mão de obra, criando um emprego direto a cada 5 hectares de plantio (BARCELOS et al, 1999).

Os estados da Bahia e do Pará são os maiores produtores de dendê no Brasil e a contribuição do dendê para a produção de biodiesel ainda é pequena, cenário que deverá ser modificado, nos próximos anos, face ao aumento da produção de dendê nessas regiões, bem como às constantes políticas públicas de incentivo pelo governo federal, em especial, pelo programa Pronaf-Eco dendê, no qual é inserida a agricultura familiar.

Destaca-se que o instrumento inovador adotado para efetivar a dimensão social do PNPB foi a criação do Selo Combustível Social, que é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aos produtores de biodiesel que comprarem matérias-primas da agricultura familiar nas distintas regiões do país.

Na prática, são estabelecidos coeficientes de redução das alíquotas do PIS/PASEP e do COFINS para cada região.

Embora fosse uma das prioridades do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) para a região Norte, desde a sua criação, em 2004, o dendê (ou palma) somente passou a receber investimentos mais vultosos, após o Zoneamento Agroecológico do Dendê e do Programa de Produção de Palma de Óleo, em 2010.

Em síntese o Pronaf, lançado em, em 1996, fez parte de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil que tinha, como um dos seus eixos, o fortalecimento da agricultura familiar para a criação de novas atividades econômicas geradoras de ocupações produtivas, de renda e de cidadania. Representa também, a legitimação dos agricultores familiares enquanto categoria social e a viabilização, por parte do Estado brasileiro, do seu acesso aos benefícios da política agrícola (MATTEI, 2014).

O programa ampliou o acesso dos agricultores familiares ao sistema financeiro e vários autores o apontam como fundamental para o desenvolvimento rural no país, ao ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural (MATTEI, 2014).

Desde o seu surgimento, o Pronaf passou por mudanças importantes e, a criação do Eco Dendê como uma das linhas de financiamento, conforme já discutido nesse trabalho, foi parte do movimento de incorporação de novas linhas de apoio não apenas a seguimentos até então excluídos, como também para o reconhecimento e a legitimação de novas atividades do meio rural.

O Pronaf-Eco Dendê é resultado da parceria do governo federal com o governo do estado do Pará visando à expansão da dendecultura na Amazônia. Viabilizou o financiamento de agricultores familiares e sua participação no Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo do governo federal. Essa política pública prometia o fortalecimento e o desenvolvimento aos agricultores familiares por meio de um crédito diferenciado que, tanto lhes asseguraria geração de renda, como o financiamento de investimentos em técnicas capazes de minimizar o impacto da atividade rural no meio ambiente e um bom convívio do agricultor com o bioma amazônico.

Muitos agricultores de Tomé-Açu firmaram contratos de parceria com esse programa e junto com Moju e São Domingos do Capim, o município tem sido muito atendido pelo Pronaf-Eco. Por essa razão elegeu-se Tomé-Açu como cidade a ser estudada, além do que, esse município tem uma economia voltada à agricultura, o que possibilita um estudo comparativo do dendê com outros cultivos, o que passa a se expor.

Tomé-Açu é um município situado na mesorregião nordeste do Estado do Pará, com população de, aproximadamente, 61.095 (sessenta e um mil e noventa e cinco) habitantes. Ao Norte, faz limite com os municípios de Acará e Concórdia do Pará; ao sul, com o de Ipixuna do Pará; ao leste, com os de Tailândia e Acará e ao oeste com os de Ipixuna e Aurora do Pará (IBGE, 2016), com forte influência japonesa, em face da grande quantidade de imigrantes nipônicos, possuindo a terceira maior colônia japonesa do Brasil, sendo que o seu modelo de desenvolvimento agrícola, para as condições da região amazônica, tem despertado grande interesse da área acadêmica (FLOHRSCHUTZ et al., 1983).

A base da cultura agrícola da região é a pimenta do reino, produto que teve o seu boom na região no período de 1952 a 1954, quando a colônia conheceu o verdadeiro período de ouro do chamado “diamante negro” da Amazônia (HOMMA, 2001). Ocorre que, em meados do ano 2000, o agricultor começou a sofrer com problemas de roubo das produções, em virtude da alta dos preços da pimenta-do-reino, influenciada ainda pela desvalorização do real em 1999, tornaram-se objeto de cobiça de bandidos.

Os pequenos produtores de pimenta do reino, então, foram obrigados a encontrar outras fontes de renda, capazes de auxiliar na diminuição dos prejuízos causados pelos roubos das produções de pimenta, passando a incorporar outras culturas em suas lavouras, como o cacaueteiro,

o cupuaçuzeiro e o açazeiro, bem como fruteiras anuais como o maracujazeiro, aproveitando as estacas das pimenteiras, antes ou após a morte delas (HOMMA, 2004).

Foi esse panorama, somado às boas condições edafoclimáticas que favorecem o desenvolvimento da palmeira do dendê no município e atraíram investimentos de grandes empresas, como a Agropalma, Vale/Biopalma e a Petrobrás/Galp. A enorme capacidade produtiva da região levou o governo federal, no dia 6 de maio 2010, a anunciar o Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que é uma continuidade do PNPB, como foco na inclusão social, uma vez que atribui ao agricultor familiar o papel de cultivar o dendê, restringindo a expansão da dendeicultura apenas a áreas antropizadas, proibindo a supressão de mata nativa e direcionando a expansão da atividade para a recuperação de áreas degradadas, estando ligado ao Pronaf-Eco Dendê.

Em virtude dessas políticas públicas, muitos agricultores familiares resolveram trocar a produção da pimenta do reino pelo cultivo do dendê. Outros fatores também contribuíram, como a maior resistência do dendê a pragas, o que não acontece com a pimenta, que é constantemente atacada pela *fusariose* (TREMACOLDI, 2010). Aliado a isso, dado que a vida útil do dendê é de até 30 (trinta) anos, contra, apenas, 12 (doze) anos da pimenta, em tese isso possibilitaria ao agricultor ter uma produção constante por mais tempo do que com a pimenta, não sendo necessário ter novos custos com a fase de plantio. Far-se-iam necessárias, “apenas”, a adubação e a colheita do dendê. De modo que o agricultor teria uma produção, ininterrupta, por mais tempo do que a pimenta.

A forma como a agricultura familiar foi inserida na cadeia da palma de óleo no Pará foi considerada pelos bancos como sendo pioneira. Segundo Becker (2009), os defensores dessa inserção alegam que ela representaria uma inovação no modo de produzir palma de óleo em pequenas comunidades na Amazônia, pois consagraria uma nova forma de ocupação e da repartição do território amazônico, com base em vocações diferenciadas, o que possibilitaria a consolidação do povoamento nas regiões já ocupadas.

Visando subsidiar as análises desse suposto pioneirismo e levantar informações sobre os resultados do programa em estudo, realizou-se uma pesquisa de campo no município de Tomé-Açu, com intuito de verificar se a concessão de crédito por meio do Pronaf-eco dendê em parceria com as empresas está trazendo desenvolvimento econômico, ambiental e social aos agricultores familiares, cujo detalhamento é objeto da seção seguinte

O olhar do agricultor familiar sobre o dendê em Tomé-Açu.

Para o levantamento de informações desse artigo sobre o Pronaf-Eco Dendê, metodologicamente foram realizadas entrevistas com agricultores familiares de Tomé Açu, por

meio de um conjunto de questões (roteiro aberto) sobre o tema estudado permitindo, ao entrevistado, falar livremente sobre assuntos que surgiram como desdobramentos do tema principal.

O roteiro buscou enfocar três grupos de questões: o primeiro grupo a respeito à atividade agrícola, trazendo questionamentos sobre o que o agricultor fazia antes de trabalhar com o dendê, qual a produção, a jornada de trabalho e etc. Um dos objetivos é averiguar como o agricultor se inseriu na cadeia produtiva do dendê. O segundo grupo abordará o financiamento por meio do Pronaf, estando relacionado à forma como ele conseguiu o crédito, quais as exigências que foram feitas, bem como o valor do crédito tomado. O terceiro grupo refere-se às expectativas que o agricultor tinha ao se inserir na produção de dendê e sua opinião sobre trabalhar na atividade, questionando-se sua visão acerca das possíveis melhorias ou não na condição de vida, após a contratação do crédito para financiar o plantio.

As respostas foram então catalogadas, apresentando-se, por meio de transcrição os trechos mais relevantes à elucidação do problema da presente pesquisa, como dados primários.

Visando garantir o sigilo dos entrevistados, bem como evitar qualquer represália, seja das empresas parceiras, dos bancos, de líderes locais, ou mesmo de outros produtores, os agricultores entrevistados serão identificados pelas letras do alfabeto, com exceção de X que será usado para denominar o diretor de uma das empresas, que foi citado por todos eles.

Uma característica geral dos trabalhadores entrevistados em Tomé-Açu é que todos foram inseridos da mesma forma na produção do dendê: a convite de um diretor da mesma empresa que produz dendê.

Outro ponto em comum é que possuir certa experiência no trabalho com o dendê, ao contrário do existente em outras regiões, como dito por eles ao serem questionados o que faziam antes de produzirem dendê:

“Antes de plantar dendê, eu era operador de máquinas na Biopalma” – Agricultor C.
“Antes de plantar qualquer coisa, fui trabalhar na Agropalma, lá conheci o dendê achei bonito e disse que queria plantar” – Agricultor J.

A promessa de retorno financeiro constante com a plantação do dendê foi o principal motivo que ensejou a inserção dos agricultores familiares de Tomé Açu nessa produção, os quais foram informados que ganhariam valores acentuados todos os meses e, em especial, nos meses de maior colheita, como vislumbrado em algumas entrevistas:

“Rapá, a questão foi o dinheiro, né, pelo que eles falaram ainda não chegou no que prometeram. Disseram que na fase adulta, iam tirar cerca de 7 mil reais por mês

com a produção, mas agora tá dando no máximo uns mil, mil e pouco, na safra da no máximo, 3 a 4 mil” - Agricultor A.

“Queria melhorar a vida, ter mais dinheiro, recebo 1680 reais de 3 em 3 meses, agora teve um reajuste para 1756, recebo até o início da produção do dendê, a expectativa é de tirar uns 2500 por mês, vou tentar tirar mais” - Agricultor H.

“Quero ganhar um a mais todo mês, o diretor X falou que eu ia ganhar depois de 6 anos, por volta de 8 mil por mês, tirando 30 toneladas por mês. Nós já tivemos produção de tirar 19 toneladas por mês, cerca de 5 mil reais na safra, normalmente nós tira todo mês 2 a 3 mil, e agora na entressafra tá tirando uns 200 reais” - Agricultor L.

Todos os agricultores familiares, entrevistados foram visitados pelo representante da mesma empresa, Senhor X, que tinha a incumbência de apresentar o suposto projeto de inserção do agricultor familiar na dinâmica de produção do dendê por meio de financiamento pelo Pronaf Eco Dendê, o qual só tinha pontos positivos e não demonstrava nenhum risco ao agricultor, como se infere das respostas abaixo:

“Vieram atrás de mim, no meu terreno, o Diretor X, que apresentou o dendê, falou alguns detalhes, dizendo que era um projeto muito bom. Eu disse que não ia fazer, mas depois andei investigando e falei, é como a nossa área não serve para nada, vou tentar, falei com o Diretor X que resolveu tudo para mim” - Agricultor B.

“A empresa fez uma palestra, reuniu o pessoal da área, mostraram como funcionava o dendê, falaram, e em seguida, foram atrás das pessoas que mostraram interesse. Primeiramente a palestra foi na Calmaria. A pessoa que me procurou no meu terreno foi um dos engenheiros da empresa. O diretor X, ele apresentou o custo benefício do dendê, com uma produtividade a cada 15 dias. Não me falou nada ruim do dendê, só as coisas boas” - Agricultor C.

“O diretor X, veio atrás de mim, apresentou o projeto e pergunto se nós queria plantar, eu disse que não queria mais plantar, mas queria que meus filhos plantasse. Ele não disse risco nenhum do dendê, ele disse que ia plantar e ia ter toda vez uma a mais na sua mesa do que apenas o da lavoura, de pimenta, cacau, cupuaçu, farinha” - Agricultor D.

“O diretor X, que me apresentou o projeto, eu já entrei sabendo que tudo tem risco, como a praga, mas eu sei esse risco por conta da minha experiência com outras culturas, como o cupuaçu, não porque apresentaram, porque só falaram coisas boas” - Agricultor F.

“O diretor X, veio aqui me falou um monte de coisa boa, que eu ia ganhar sempre um dinheiro e eu resolvi meter a cara, sempre estou precisando de um, ne?” – Agricultor J

Na dinâmica encontrada no município de Tome-Açu, o agricultor familiar ingressa na produção do dendê por meio de uma empresa parceira que compraria o dendê, sendo que essa empresa toma todas as providências no sentido de viabilizar a concessão do financiamento por meio do Pronaf Eco Dendê.

Ocorre que ao se analisar as cédulas de crédito bancário disponibilizadas pelos agricultores, percebe-se que o contrato é feito diretamente com o Banco, inexistindo menção direta à empresa representada por X, muitos embora os agricultores entrevistados tenham assinado o “contrato de parceria” com essa empresa, que nada mais são do que contratos de adesão.

Dessa forma, o processo de inserção dos agricultores familiares na produção de dendê por meio dos contratos de “parceria”, via Pronaf-Eco Dendê, tem trazido muitas limitações ao agricultor. Ao invés de trazer liberdades, acaba gerando mais entraves, uma vez que vem sendo imposto um padrão homogêneo de produção centrado nos interesses do capital, o qual torna o produtor dependente do pacote tecnológico e econômico da empresa e dos preços estipulados por ela, colocando os agricultores em uma condição de vulnerabilidade e submissão, integrando-se na condição de mão de obra para a produção do dendê, dependentes das determinações das empresas sobre a forma de produção e a assistência técnica.

Um exemplo desse padrão imposto é a estipulação do preço do dendê, Vieira (2015), afirma que as empresas que trabalham com dendeicultura realizam, em regra, um cálculo para chegarem ao valor que deve ser pago pelo Cacho do Fruto Fresco, obedecendo a seguinte proporção:

Fórmula do Cálculo do Cacho de Fruto Fresco do dendê para o agricultor familiar					
Valor do Cacho Fruto Fresco de Dendê para o campones integrado	=	Valor da Tonelada de óleo de dendê em Roterdam no dia	X	Valor do Dolár em real no dia	x 10

		100			

Fonte: Vieira (2015).

Analisando essa fórmula é possível vislumbrar que o valor do óleo de dendê no Brasil é regido pelo valor do óleo de dendê no porto de Roterdã na Holanda, valor esse que oscila de acordo com o mercado internacional da *commodities*, deixando os camponeses em situação de vulnerabilidade (VIEIRA, 2015), até mesmo porque não podem vender as suas produções para terceiros.

Além disso, para que alcance o preço máximo pelo produto, o camponês deve observar, rigorosamente, todo o protocolo relacionado ao padrão de qualidade na produção, sob pena de, em não o fazendo, incidirem descontos proporcionais aos problemas apontados, unilateralmente, pelo próprio comprador (VIEIRA, 2015).

A utilização desse tipo de contrato entre agricultores familiares e as empresas parceiras, bem como os bancos, desencadeia, portanto, um processo de determinação do que se produzirá e a

concentração de capital a partir do trabalho do agricultor, gerando, ainda, um controle direto ou indireto sobre sua propriedade, produção e ritmo de trabalho. O fato de o agricultor ter que cumprir um conjunto de exigências e critérios produtivos impostos a ele por contrato faz com que possam ser comprometidas, parcial ou totalmente, outras atividades, porventura, desenvolvidas na propriedade, violando, ainda, a sua autonomia, em decorrência da necessidade de ocupar parte de sua terra e trabalho com a cultura e forma determinada no contrato (SAMPAIO, 2014).

Essas exigências retiram a autonomia do agricultor familiar que vai em sentido contrário ao desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais – sociais, econômicas, políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou discutir a ação do Estado brasileiro na transformação da agricultura familiar por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sob o viés ambiental

Em seguida, verificou-se o papel do Estado como agente modificador, buscando o direito ao desenvolvimento daqueles que ali habitam, sendo que uma das formas da ação estatal é a implementação de políticas públicas, como é o caso do Pronaf, sendo disponibilizada uma linha de crédito específica, o Pronaf-Eco – Dendê.

O dendê surgiu, então, como uma grande esperança para o agricultor familiar, uma vez que a política pública prometia significativas melhorias de renda a esses trabalhadores, que, inclusive, estabeleceriam uma “parceria” com grandes empresas, as quais seriam responsáveis por disponibilizar, tanto as informações técnicas, quanto os instrumentos necessários à plantação, além de garantir a compra de suas produções.

A expansão da cadeia produtiva do dendê foi concebida como elemento indutor de desenvolvimento agrário e sustentabilidade na Amazônia paraense.

No entanto, não foi o que se evidenciou na pesquisa empírica, realizada no município de Tomé-Açu, onde por meio das entrevistas, restou evidenciado que o risco proporcionado pela cultura do dendê é repassado apenas ao agricultor familiar, reproduzindo-se um modelo de exploração baseado em interesses exógenos.

Em todas as dimensões, exige-se que o Estado seja ativo e facilitador, por meio das políticas públicas; contudo, cabe, também, aos atores existentes se envolverem e escolherem um desenvolvimento a longo prazo, e não atrelado, apenas, aos aspectos econômicos, mesmo porque esses aspectos não devem ser considerados como entraves ao desenvolvimento.

Faz-se necessário, portanto um rompimento com o modelo tradicional e autoritário de desenvolvimento, desenvolvendo-se uma concepção sobre a importância da unidade familiar camponesa no processo de desenvolvimento e uma visão crítica à instalação dos grandes projetos na Amazônia e do avanço do projeto de integração Nacional, sendo que um dos fundamentos básicos dessa concepção é a defesa da constituição de um novo paradigma de desenvolvimento, cujos preceitos envolvam a sustentabilidade no uso dos recursos naturais (eco desenvolvimento; desenvolvimento sustentável) e a promoção de melhorias nas condições de vida das populações amazônicas (LIRIO, 2011).

As proposições desse modelo desenvolvimentista fundamentam-se no apoio à organização de pequenas empresas agroalimentares e no fortalecimento do agricultor familiar, como mecanismos de se efetivar, de fato, o desenvolvimento rural, associado à preservação do meio ambiente, aproveitando-se dos conhecimentos endógenos, de forma a garantir os anseios do futuro, respeitando-se as gerações futuras, o que não é evidenciado em Tomé-Açu.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Wili; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel (Orgs). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010, p. 141-183.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. Pag. 13. disponível em: <www.portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em 10/04/2024.
- BARCELOS, E.; RODRIGUES, F. M.; MORALES, E. A. V. *Dendeicultura: alternativa para o desenvolvimento sustentável no Amazonas*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 1999. 19 p.
- BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. P. 7
- DE OLIVEIRA, Wesley Pereira; MACHADO, Natalia Menezes e TRINDADE, José Raimundo Barreto. *Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia: Borracha, nordestino e floresta: a economia e a sociedade Amazônica nos dois ciclos gomíferos*. Belém: UFPA, 2012, v.1.n.1
- FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; HOMMA, A.K.O.; KITAMURA, P.C.; SANTOS, A.I.M. *O processo de desenvolvimento e nível tecnológico de culturas perenes: o caso da pimenta-do-reino no nordeste paraense*. Belém, CPATU, 1983. (EMBRAPA- CPATU. Documentos, 23) p. 15.
- HÉBETE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004, vl. P. 75-88
- HOMMA, A. K. O.. *Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia*. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001, Belém, Pará. Anais. Belém, Pará: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001. P. 3-8.
- LEAL, Aluizio Lins. *Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política)*. In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). *Revista de Estudos Paraenses (edição especial)*. Belém: IDESP, 2010. p. 23-24.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento*. São Paulo. Empório do Livro, 2009. P. 85-87.

MARQUES, Gilberto. Estado e Desenvolvimento na Amazônia: a inclusão da Amazônia na reprodução capitalista brasileira. 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 89.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Revista Econômica do Nordeste.v.45,p.71-79,2014.

MENDES, Francisco Coelho; GUEDES, Cezar Augusto Miranda. Políticas públicas de inovação e desenvolvimento da agricultura familiar no Rio de Janeiro e em Córdoba. In: VIII Congresso de La Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU). Anais. Porto de Galinhas, Grupo Temático: 26 – Estudios Sociales de La Ciencia y La Tecnología, 2010.p.19.

RAMALHO FILHO, Antonio. Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia. Editores: Antonio Ramalho Filho et al. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. P. 17

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; SANTOS, Ricardo Thomaz. O crédito à agricultura familiar na Amazônia e os desafios do Pronaf para a efetivação do princípio segurança alimentar. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, Brasília, 2016. Anais. Brasília: CONPEDI

TREMACOLDI, Célia Regina. Principais Doenças Fúngicas da Pimenteira-do- Reino no Estado do Pará e Recomendações de Controle. Embrapa, Amazônia Oriental, Belém-PA, 2010. p.10

VIEIRA, Ana Carolina. A integração camponesa ao monocultivo do dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. Dissertação (Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

TRANSFORMAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS EM TRACUATEUA-PA: REPERCUSSÕES DO PROCESSO DE AVANÇO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO

Tuany Maria Sousa Moura (IFPA)¹,
Lucas do Rosário Luz (IFPA)²
Raimundo Ferreira do Rosário (IFPA)³
Vilciney Paulo do Carmo Silva (IFPA)⁴

RESUMO: No nordeste paraense, a microrregião bragantina foi, ainda no século XVII, uma das primeiras zonas de ocupação do Pará com o desenvolvimento e instalação de colônias agrícolas para o abastecimento de alimentos ao longo do trajeto Bragança- Belém de considerável destaque até a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1940 (LEANDRO E SILVA, 2010). Nesse aspecto, a cidade de Tracuateua-PA (200km de Belém), incluída na Zona Bragantina, estaria inserida tradicionalmente na leitura acadêmica como uma área de pós-fronteira, consolidada no avanço do capital (WANDERLEY, 2018; BECKER, 1990). Contudo, na última década, observamos um processo de atualização dessa fronteira a partir da chegada do agronegócio e de grandes produtores que vem redesenhando o espaço social da região em busca de se estabelecer sob o modelo das *commodities* alimentícias e/ou pecuárias. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi compreender de que forma a chegada desses “agentes de modernização” repercutem no modo de reprodução social do campesinato e como estes últimos trabalham suas formas de resistência frente à esta nova fase de desterritorialização (HAESBAERT, 1997). A pesquisa foi de natureza qualitativa com a utilização de instrumentos da cartografia social, por meio da realização de grupos focais, entrevistas e visitas às comunidades mais afetadas. Como resultados, observamos relatos sobre uma redução na quantidade de famílias com áreas produtivas, redução na diversidade de cultivos, formação de ilhas de isolamento, formação de latifúndios (com o assédio a compra de terras a baixo preço) e proletarianização do agricultor. Na área socioambiental temos: desmatamento e perda da biodiversidade, uso de agrotóxicos associados à atividade pecuária com possível contaminação dos rios e restrição ao acesso de espaços outrora coletivos. Por outro lado, contrariando a colonização cultural, constatamos a continuidade de processos de construção identitária através de um intenso calendário de atividades culturais, festividades e torneios que desenvolvem um sentido de comunidade e pertencimento. Na perspectiva do conceito de fronteira, estes resultados podem refletir na sua atualização (WANDERLEY, 2018). Na categoria socioambiental, observamos impactos semelhantes ao processo de chegada do capital em regiões nas quais se misturam relações capitalistas e não capitalistas de produção (MARTINS, 1997) e, no que se refere à dimensão simbólica, nos deparamos com um processo de construção da alteridade a partir da disputa de territorialidades.

Palavras-chave: campesinato; reprodução social; territorialidades.

¹ Professora da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais, Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará (IFPA- Campus Bragança), Brasil. Email: tuanymoura@ifpa.edu.br

² Graduando em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: lucasdorosarioluz@gmail.com

³ Graduando em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: raimundo022rosario@gmail.com

⁴ Graduado em Licenciatura em Educação do Campo: ciências humanas e Sociais, IFPA- Campus Bragança, Brasil. Email: vilcislva77@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tracuateua é uma cidade localizada no Nordeste Paraense, mais precisamente, na chamada Microregião Bragantina e até o ano de 1997 fazia parte da cidade de Bragança. Ela encontra-se distante 188km da capital Belém e seu principal acesso é pela BR 316.

A microrregião Bragantina⁵ compreende uma classificação que engloba treze municípios circunvizinhos no trajeto de ocupação e povoamento da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB). Essa zona foi a primeira fronteira de colonização do estado do Pará. Segundo Leandro e Silva (2010), a frente de expansão dessa região foi resultado da resistência de uma classe não-proprietária ao trabalho compulsório nas fazendas e áreas de exploração da borracha. Esses trabalhadores livres, mestiços, caboclos, africanos recém-libertos ou fugidos foram-se somando à imigração do branco europeu e do nordestino, pressionando a fronteira e abrindo espaços de ocupação. Essa formação, por sua vez, vai levar à composição de um campesinato diverso que foi se adaptando aos biomas locais, compondo identidades, articulando espaços e transformando-os em territórios de reprodução social e cultural⁶.

Segundo as informações do IBGE (2010) cerca de 70% da população de Tracuateua mora na zona rural e o recenseamento do total de 2.718 estabelecimentos agropecuários no ano de 2006 mostrava que 88% das propriedades no município não chegavam ao tamanho de 20 hectares (BARBOSA *et al*, 2010), sendo classificados, portanto como pequenas propriedades⁷ ou minifúndios.

Contudo, nos últimos anos, a composição dessas territorialidades vem sofrendo com a chegada de sistemas de produção voltados ao modelo do agronegócio que cada vez mais aumenta seus limites físicos e simbólicos⁸. Na tabela abaixo, elaborada por Nogueira (2022), a partir do Censo

⁵ Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé Açu, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará e Tracuateua

⁶ Em Tracuateua, essa população vai se dividir entre as regiões dos campos naturais, região de colônia e cidade. Na região dos campos, situados na costa litorânea, atualmente, funciona a área da RESEX Marinha de Tracuateua com aproximadamente 2500 famílias. Trata-se de populações tradicionais, que sobrevivem da pesca, agricultura e criação de pequenos animais. Nessa região temos a existência de dois quilombos: o quilombo do Jurussaca e o do Torres e, por fim, a área urbana onde mora a minoria da população (cerca de 30%) segundo os dados do IBGE (2010).

⁷ Segundo o site da EMBRAPA, o módulo fiscal no município de Tracuateua corresponde a 55 hectares. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. Na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), a definição de pequena propriedade descreve um imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais e média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais), ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais.”

⁸ MALHEIRO (2022) defende a relação a desterritorialização física e simbólica, uma vez que a chegada da economia das commodities está relacionada ao consumo cultural e religioso que constrói subjetividades suscetíveis, inclusive à posicionamentos políticos de extrema direita.

Agropecuário de 2017 do IBGE, podemos observar que 10,61% dos estabelecimentos agropecuários concentram 50,51% da área total das terras agricultáveis do município, enquanto que a agricultura familiar que representa 89,39% dos estabelecimentos se divide entre os outros 49,49% das terras.

Tabela 1. Número, área (ha) e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários no município de Tracuateua – 2017.

Tipo de Agricultura	Estabelecimento		Área (hectares)		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	2.746	89,39	14.024	49,49	11.586	87,32
Não familiar	326	10,61	14.314	50,51	1.683	12,68
Total	3.072	100,00	28.338	100,00	13.269	100,00

Fonte: Elaborado por Nogueira (2022) a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA 2022)

Diante desse cenário, o objetivo da pesquisa iniciada a partir de abril de 2023 foi compreender os impactos das transformações do processo de avanço da desterritorialização do capital no campo, sobretudo, na sua fase atual, de inserção do agronegócio na região.

METODOLOGIA

A motivação para este estudo veio da experiência em sala de aula com os alunos da Licenciatura em Educação do campo: Ciências Humanas e Sociais do IFPA-Campus Bragança. Ao ministrar as disciplinas de Sociologia do Trabalho no Campo e, mais recentemente, Sociologia rural, nos aproximamos da discussão sobre a questão agrária no Brasil e no Pará e os relatos sobre a chegada de grandes fazendeiros em Tracuateua se tornou recorrente. A partir desse fato, iniciamos, em 2023, um projeto de pesquisa⁹ em duas comunidades que estavam, dentre as regiões apontadas pelos estudantes, como as mais afetadas, a saber: a comunidade da Mangueira e do Caranã que se situam na região da colônia do município próximo à BR-308.

A pesquisa foi de natureza qualitativa com inspiração na utilização de instrumentos da Nova Cartografia social, por meio da realização de grupos focais, entrevistas e visitas às comunidades mais afetadas. Utilizada por sociólogos e antropólogos, a partir da década de 1990, a cartografia social tem como objetivo a construção de mapas que possibilite a identificação socio-cultural de uma população associada à paisagem construída coletivamente, como destaca Almeida (2013):

Poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas

⁹ A pesquisa contou com o financiamento de um Edital interno da Assistência Estudantil do IFPA, EDITAL nº 01/2023/PROPPG.

que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. (ALMEIDA, 2013, p.157)

Assim, a cartografia social nos ajudou a compreender como se dá a apropriação do espaço em território para as comunidades. Quais são os elementos importantes e o que significam, que relações sociais engendram, observar como foram sendo transformados, identificar os usos, as memórias estabelecidas situadas nos espaços e eventos da comunidade.

A primeira atividade da pesquisa de campo foi realizada na comunidade da Mangueira, situada a 3km da sede do município, na escola E.M.E.F. Manoel Tito da Luz, onde reunimos um grupo de 16 pessoas, entre jovens, adultos e idosos da região. A dinâmica consistia em: realização de uma mística para abertura, seguida de apresentação do projeto com leitura e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguidos de uma roda de conversa, lanche e construção da cartografia da comunidade pelos presentes.

A roda de conversa funcionava como uma introdução ao tema e consistia em um cenário composto por elementos da agricultura familiar: sementes de feijão, café, abano, tipiti, vasos de barro, bandeiras de luta, ferramentas, dentre outros (figura 1). Cada participante era encorajado a escolher um objeto do centro da roda e falar a respeito da sua relação com ele. Durante essa dinâmica conseguimos observar a leitura geracional das transformações da região, além da identificação ou não as ferramentas tradicionais de representação da atividade camponesa.



Figura 1- Montagem da Mística e da Roda de Conversa com elementos da agricultura familiar. Fonte: arquivo da pesquisa.

Após essa dinâmica os participantes foram distribuídos em dois grupos escolhidos de forma aleatória para a construção do mapa temático da comunidade. O grupo 1 ficou responsável por retratar a chegada do membro mais antigo da comunidade até e o grupo 2 desenharia a comunidade com a configuração atual. Deixamos a classificação do “antes” e “hoje” para o próprio grupo que

consideraram as mudanças do “antes” a partir do ano de 1979 a 1997 e o “hoje” foi retratado com a configuração de 2013 aos dias atuais.

Para mobilizar os grupos sugerimos alguns pontos de análise, tais como: Como era a comunidade “antigamente”? (pensar em como descrever o espaço); Espaços de lazer/Espaços de trabalho/Espaços produtivos (o que era produzido?); Espaços de uso comum/Espaços de uso privado; Como era o acesso? Estrada? Oferta de serviços públicos e privados; Zonas de conflito/ Espaços de manifestações culturais/ Espaços sagrados e/ou religiosos. Ambos os pontos serviram como referencia para o grupo do “antes” e do “hoje”.

O mesmo processo se repetiu na comunidade do Caranã, onde participaram da dinâmica 7 pessoas. É importante observar que as dinâmicas se complementavam e durante a confecção dos mapas, havia um diálogo e busca de entendimento das mudanças e suas percepções por parte dos moradores que relacionavam fatos da sua vida com as transformações do espaço; ou ainda, os pesquisadores se revezavam na compreensão das informações e entendimentos. Assim, algumas entrevistas surgiram dentro da confecção dos grupos.

É importante relatar que os nomes dos entrevistados e participantes foram preservados, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim como detalhes que pudessem identifica-los.

DESENVOLVIMENTO

O processo de desterritorialização no campo e o Agronegócio

O entendimento do agronegócio hoje compreende uma lógica que extrapola a atividade da agricultura em si ou mesmo a definição de “setor agrícola” chegando a dimensionar uma rede de controle e poder de capital transnacional articulada com empresas nacionais e apoio no congresso da chamada “bancada ruralista” (MONERAT, 2014).

Essas empresas se articulam no financiamento, fornecimento de máquinas e insumos, energia, comunicações, pesquisa, produção, beneficiamento, circulação, exportação, dominando diversas cadeias produtivas envolvidas no processo.

Foi durante os governos militares e a chamada modernização conservadora no campo que assistimos ao início da expansão dos setores que integram desde a produção de sementes ao beneficiamento e exportação, nas chamadas agroindústrias. O Estado teve participação ativa nesse processo: primeiro na realização de uma política de terras (assentamento), seguida pelo investimento em pesquisas de correção do solo no cerrado, melhoramento genético de sementes, criação de

políticas de incentivo de desenvolvimento¹⁰ e crédito (GRAZIANO DA SILVA *et al*, 2006; HEREDIA *et al*, 2010) e melhoramento das infraestruturas locais.

Na Amazônia, o avanço das fronteiras seguiu o caminho de exploração desenhado pelos investimentos estatais. Os estudos indicam que as frentes pioneiras¹¹ dessa economia do agronegócio avançam em algumas direções principais na Amazônia paraense: na região do sul do Pará, composta pelo Pólo Carajás, assim como os municípios Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu (GODFREY, 1989) ; a região oeste do Pará no entorno da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), com um movimento proveniente do Maranhão, ganhando as terras de Paragominas e do Tocantins, em direção ao Sudeste do estado (PASSOS, 2017) e nos municípios de Santarém, Altamira, Itaituba e Novo Progresso, ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) (CASTRO; CASTRO, 2022).

Já na região estudada, em Tracuateua, observamos o avanço na formação de latifúndios, onde na transformação das terras de herança em terras à venda, disponíveis para a acumulação do capital. Isso ocorre em uma Zona de tradição na agricultura camponesa formada por pequenas propriedades em avanço recente e acelerado, semelhante ao que Wanderley (2018) discute como uma atualização do conceito de fronteira. Assim, apesar da microrregião Bragantina ser historicamente uma das primeiras zonas de ocupação, existem ainda alguns bolsões de terras que são ocupadas por várias comunidades familiares de camponeses e assim, estão coexistindo com a formação de latifúndios que tem experimentado a produção de *commodities*. Vejamos o depoimento de um dos entrevistados quanto à assédio na compra de terras na região:

Pesquisadora: chegou alguém perguntando se o senhor queria vender?

Entrevistado: um gaúcho perguntou pra mim. Ele disse assim: “ei rapaz, vamo vender o terreno”. Eu disse é, se você tem 5 bilhões pá meter na mão do caboco. Ele nunca mais tocou nesse assunto. Não com orgulho, mas minha mãe deixou um lugar pra onde eu ficar. Eu digo pros meus filho que eles vão ficar sem eu, assim como eu não tenho mais pai nem mãe (...). Uns parente pá banda do Caraná já venderam tudo o terreno, não faz muito tempo não. Eu fui na rua, um amigo meu disse assim “ei tu não me arruma lá umas 10 tarefa de mato?” Eu disse não, meu mato é pouco e nós trabalha, ele olhou pra mim e disse: é tu faz isso porque tu tem. Eu disse: olha rapaz, pelo amor de Deus não diga isso. Pois assim como eu tenho vocês tinham, por que vocês venderam? Por que vocês venderam? Por causa de 5 mil reais, você vendeu e agora, minha gente ali, não é falando mal, mas não é falando da vida de ninguém (...). Você vendeu esse terreno por pouco dinheiro. (Trecho da entrevista com um morador da comunidade)

¹⁰ Para citar alguns desse período: o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), o Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (criado em 1975), o PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972) e o Padap – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (1973) (HEREDIA, 2010).

¹¹ José de Souza Martins (1997) diferencia frentes de expansão e frente pioneira. A primeira estaria relacionado ao crescimento demográfico e a segunda ao avanço da fronteira econômica pelos agentes de modernização (bancos, fazendeiros e até o próprio Estado) no processo de construção de um espaço capitalista.

Na entrevista, o nosso interlocutor descreve uma situação latente na comunidade, algumas famílias, por exemplo, venderam senão toda, a parte produtiva das suas terras permanecendo somente com o espaço da casa, passando a buscar trabalho ou na lavoura de outros ou migrando para outras regiões para trabalhar como bóia fria e/ou na pesca em Santa Catarina.

Conforme o entrevistado acima menciona, também foi possível constatar por meio da roda de conversa, um problema geracional na continuidade do trabalho com a terra:

Um dos participantes falou sobre a perda da identidade e dos conhecimentos tradicionais, “muitos jovens hoje não sabem fazer um paneiro, um abano, plantar uma roça, torrar uma farinha”. Relatou também que, “hoje tudo é comprado, não se planta mais”. Uma das participantes relatou sua história de vida com suas irmãs na agricultura, mostrando a forma da mulher camponesa nos trabalhos da lavoura, “papai só fazia mandar roçar a roça e eu e minhas irmãs que tomava de conta, nós plantava, colhia, carregava a mandioca na cabeça até no rio. Na hora de torrar a farinha, era nós que torrava e depois o papai vendia e nós comprava as despesas de casa e as coisas para nós”. Os jovens ficaram tímidos observando as falas dos adultos, testemunharam a diferença dos modos de vida na labuta diária como era antes e como está no dia de hoje. Um dos jovens pegou a farinha e disse, “eu sempre trabalhei com

os meus pais na roça, mais tenho até vergonha de falar que eu não sei torrar a farinha”. Outra jovem falou dos grãos de café que estavam em exposição, “esse café me lembra minha mãe quando eu era criança, nós estendia a lona em baixo e ia colher o café. Nessa época aqui tinha muitos pé de café e mamãe torrava e nós não comprava, hoje não tem mais “. Outra jovem relatou sobre a cultura do feijão caupi, no período essa cultura agrícola movimentava a economia do município, muitas casas da comunidade foram construída com o dinheiro da venda do caupi. (Fonte: Diário de campo de um dos pesquisadores em 18/08/2023)

Assim, o agronegócio vem apresentar uma fronteira física de alteridade em um espaço que já tem seus dilemas provenientes da relação rural-urbano. As falas deixam explícitas as diferenças entre as gerações de moradores mais idosos e os mais jovens. Essa quebra na continuidade das atividades agrícolas, no saber de produzir na terra e até o interesse por outras atividades que não seja a de trabalho com a agricultura por parte das novas gerações podem facilitar o processo de desterritorialização, pois uma vez que ocorre a morte do patriarca da família, os filhos podem achar pertinente a ideia de vender as terras e migrarem para a cidade.

Ainda no trecho da entrevista podemos observar que o interlocutor possui um sentimento especial pela terra herdada de herança da mãe, há o laço de construção familiar e identitária, diferente do uso do espaço pelo agronegócio que segue uma lógica restrita de mercantilização, onde o território só tem valor de mercadoria. No caso estudado é quase um contrassenso dizer que o agronegócio forma territórios, uma vez que sua ação não promove a identificação com o espaço, pelo contrário, sua relação com o espaço é de não-lugar, uma vez que o único objetivo é a obtenção de lucro por meio da especulação e/ou exploração. Já a relação do camponês com a terra é, segundo SILVA

(2007), uma relação identitária, como terra de produção e reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Para o entendimento do termo territorialização, desterritorialização, vamos usar a definição de Raffestin (1993) para o primeiro e Haesbaert (1997) para o segundo. Raffestin explica as “territorialidades” a partir da transformação do “espaço”. Este seria a unidade preexistente, que, a partir da ação social, da apropriação por um grupo, se territorializa. Dessa forma, territorialidade estaria relacionado ao processo de apropriação de um espaço, de reivindicação de um lugar por um grupo. A territorialidade teria assim, três elementos na sua composição: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Já a desterritorialização estaria mais relacionada à dimensão econômica do território. Trata-se da contradição Capital-Trabalho na produção do espaço de disputa entre as classes sociais (HAESBAERT, 1997). Nesse caso estudado, as múltiplas carências associadas ao pouco acesso de políticas públicas no campo tornam esse público vulnerável à venda de terras a baixos preços.

Outra figura mencionada é a do gaúcho. O termo é usado para designar grupos “de fora” que, à princípio, foram usados para facilitar a entrada do modelo de produção do agronegócio na Amazônia por meio dos assentamentos criados na década de 1970 nos governos militares. A narrativa entorno do “gaúcho” é construída sobre a imagem do “desbravador”, como aquele que foi pioneiro em construir espaços produtivos onde existia um “vazio” demográfico ou econômico, ignorando toda a política de financiamento e direcionamento do estado ao setor. Outros atributos que constitui a imagem desse personagem social seria origem/ descendência italiana e alemã proveniente do movimento migratório do século XIX no sul do país e regiões vizinhas. Interessante destacar que esses grupos já tinham conhecimentos dessa cultura e tinham herdado a maneira européia de trabalhar com a terra que consistia na derrubada total da mata para em seguida plantar o sistema de monocultura, isso os caracterizou como o “agricultor do limpo” (SILVA, 2007; GODFRAY, 1989; HAESBART, 1997).

A compreensão do processo segundo as comunidades

Das representações trabalhadas nos grupos focais, observamos pontos de alguma forma contínuos que mudaram os espaços e as relações de, pelo menos duas gerações, com eles. Dentre esses, destacam-se a redução na diversidade da produção na agricultura, o crescimento do latifúndio, a redução de acessos aos espaços de uso comum e os impactos no processo de desmatamento e uso de agrotóxicos.

Em relação a agricultura, destaca-se uma redução das áreas destinadas a produção que está relacionada, justamente à venda de terras, mas também a um processo de dependência da

colonização química. O avanço e a produtividade da agricultura para a produção familiar estavam muito relacionados à uma maior utilização de terras, no esquema de corte e queima, onde relatam que o solo respondia bem até certo período, após a década de 70/80 foi introduzida a utilização de adubo químico. Até 2015 existia uma cooperativa que atendia aos pequenos agricultores fornecendo adubo e trator em troca de uma porcentagem da produção. Contudo, a cooperativa fechou e o preço do feijão caiu, a partir da concorrência da produção em outros locais, o que fez com que o preço não compensasse mais sua produção.

Como os preços do mercado deixaram de compensar a produção para a venda de determinados produtos, como o arroz, o café e o feijão, hoje o único produto que é colocado para a venda é a farinha, os demais existem somente para o consumo. Portanto, a limitação do tamanho do terreno, seguido pelo empobrecimento do solo, dependência no uso de fertilizantes, preço de mercado, criaram o cenário que temos hoje nas duas comunidades.

Em relação as consequências ambientais, foi relatado que o manancial de 3 rios (Braço Seco, Pontilhão e Cabeceira do Bebe àgua) que ficam nos terrenos comprados por um dos empreendimentos do agronegócio que nasciam na região do Caranã estão sofrendo um processo de aterramento. Também o rio conhecido como Fundo do Terreno é por onde escoam todos defensivos, agrotóxicos e outros produtos usados na produção da fazenda. Os rios são usados pela comunidade para banho, lavar roupas e pescar. O produto inicial de cultivo desses grandes produtores de início foi a soja, o arroz e hoje o maior produto é a criação de gado e búfalos.

Atualmente, segundo contam os moradores são poucas as famílias que ainda produzem.

Outro elemento importante observado, é que poucas famílias possuem terreno agrícola. Os lotes que restam estão sendo vendidos para o gaúcho. “Está ficando difícil até para conseguir lenha próximo” informou um morador. Poucas pessoas produzindo, não há sementes crioulas. (Caderno de Campo, em 03 de novembro de 2023).

Perguntamos quantas famílias moram aproximadamente na região, e ele falou que eram 70 famílias em média. Dessas 70, somente 20 ou 30 famílias tem espaço de produção. As demais não tem mais lotes produtivos. (Cadernos de Campo, em 03 de novembro de 2023)

Contudo, é importante notar também que as comunidades mantêm ainda muitas tradições no âmbito cultural. Quando perguntado no mapa para os mais jovens, quais eram os espaços que eles mais gostavam, eles citaram o açude/rio e o campo de futebol.

O futebol e a igreja são formas de socialização significativa na comunidade. Existem dois clubes de futebol que disputam na comunidade e são responsáveis também por organizarem festas.

Os rios/açudes são usados para banho, lazer, lavar roupa e quando falta energia toda comunidade usa o rio como fonte de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar durante a realização da pesquisa que o avanço da mais atual forma assumida na exploração do capitalismo no campo, notadamente, o agronegócio, vem a se somar a uma longa trajetória de expropriação no campo, onde, aparentemente, vem se renovando e se atualizando em regiões de fronteiras de ocupação antiga.

A falta de acesso às políticas públicas para o agricultor familiar promove uma aceleração desse processo por meio da criação de condições vulneráveis na qual o pequeno produtor se encontra e o torna, muitas vezes, suscetível a venda de terras a preços muito baixos. Além disso, a urbanidade ideológica, o envelhecimento do produtor rural e o rompimento geracional das tradições também tem contribuído para a falta de perspectivas no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras” in Povos e Comunidades Tradicionais. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. 2013.

BARBOSA, Merivan da Silva; SANTOS, Marcos Antonio Souza; SANTANA, Antonio Cordeiro de. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E TECNOLÓGICA DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO-CAUPI NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, NORDESTE PARAENSE. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v. 5, n. 10, jan./jun. 2010

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos NAEA* • v. 25 n. 1 • p. 11-36 • jan-abr 2022

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Consulta: “Módulos Fiscais”, pesquisa realizada em 06/09/19. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>> Acesso em: 22/03/2023

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. & DEL PORTO, E. (2006), “(Re)Negociação das dívidas agrícolas”. *Anais do XLIV Congresso da Sober*, Fortaleza.

GODFREY, Brian. *Frentes de expansão na Amazônia: uma perspectiva geográfico-histórica*. Geosul, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. *Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil*. RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. *CONTRIBUIÇÃO À INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO NA ZONA BRAGANTINA DO ESTADO DO PARÁ*. Paper do NAEA 272, Outubro de 2010.

MALHEIRO, Bruno. Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e a fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazonia Latitude Press, 2022.

MARTINS, José. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo/SP: Contexto, [2009] 1997.

MONERAT, JULIO. FUNDAMENTOS SOCIO-ANTROPOLÓGICOS APLICADOS AO MEIO RURAL. APOSTILA. INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. Disponível em<
<https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/fundamentos-sc3b3cio-antropolc3b3gicos-aplicadosao-meio-rural.pdf>>

NOGUEIRA, AMANDA DA SILVA. ESTRUTURA E DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA, NORDESTE PARAENSE. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, p.38, 2022.

PASSOS, Messias Modesto dos. BR-163, de Cuiabá a Santarém. Ci. & Tróp. Recife, v. 41, n. 1, p. 139-164, 2017.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Revista Geografias Vol.3, N°1. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2007.

WANDERLEY, LUIZ JARDIM DE MORAES. REPENSANDO A NOÇÃO DE FRONTEIRA NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI. Terra Livre São Paulo Ano 31, Vol.1, n 46, 2018.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

A PSICOLOGIA E OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES À PRODUÇÃO DE ATINGIDOS

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues¹ (PPGP-UFPA/CRP-10)
Jueuda Duarte Guerra² (PPGP-UFPA/CRP-10)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir sobre a atuação da psicologia no contexto dos grandes projetos na Amazônia, propondo um deslocamento prático da noção de atuação da psicologia em situações de emergências e desastres para atuação junto às populações atingidas. Para tanto, resgatamos alguns marcos importantes no campo da regulamentação da atuação profissional da psicologia no tocante a atuação nas situações de risco, emergências e desastres para, em seguida, debater sobre o papel da(o) psicóloga(o) no contexto amazônico, mais especificamente, nas regiões entrecortadas pelos grandes projetos, sejam eles minerais, hidrelétricos, portuários etc. Para este debate, ancoramo-nos no acúmulo da psicologia social crítica latino-americana, fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Dialogamos também com a prática de orientação profissional efetuada pelo Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região Pará e Amapá (CRP-10), em especial no desenvolvimento do Projeto CRP-10 ao Seu Lado, para concluir que, na Amazônia, a atuação da psicologia deve estar comprometida com a análise e transformação da realidade visando transformá-la para a garantia dos direitos dos seus povos e que, portanto, é indispensável uma prática que se processe junto às populações atingidas pelos grandes projetos.

Palavras-chave: psicologia; grandes projetos; atingidos; CRP-10; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A psicologia brasileira já tem mais de 60 anos desde a sua regulamentação como profissão, mas o debate sobre a sua atuação profissional em situações de risco, emergências, desastres e calamidades públicas é relativamente recente. Por outro lado, se olharmos para a Amazônia, os grandes projetos, sejam eles minerais, hidrelétricos, portuários, hidroviários ou ferroviários, começam a ser implementados ainda na década de 1970, pela Ditadura Civil-Militar, tendo como suas marcas, por exemplo, o Projeto Ferro Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí e o Complexo Industrial-Portuário de Vila do Conde, no Pará. Estes grandes projetos, dentre muitos outros que os sucederam, por sua vez, produziram e ainda produzem centenas milhares de pessoas como atingidas por seus impactos sociais, ambientais e econômicos, populações ribeirinhas, camponesas, indígenas, quilombolas, trabalhadores extrativistas e nas periferias dos centros urbanos.

Nestes marcos, este trabalho visa discutir o papel da psicologia e das(os) psicólogas(os) neste contexto, retomando o acúmulo dos debates e diretrizes nacionais sobre atuação da psicologia em situações de riscos, emergências e desastres, principalmente a partir das iniciativas do Conselho

¹ IFCH-PPGP-UFPA/CRP-10, Brasil. E-mail: robertdr.psi@gmail.com.

² IFCH-PPGP-UFPA/CRP-10, Brasil. E-mail: jureuda@gmail.com.

Federal de Psicologia (CFP) e das elaborações de alguns profissionais/pesquisadores. Em seguida, discutiremos sobre as definições de grandes projetos no contexto da Amazônia e sobre o conceito de atingido para, na sequência, apresentar alguns resultados da atuação do Conselho Regional de Psicologia (CRP-10) através do Projeto CRP-10 ao Seu Lado, a partir de sua experiência junto às(aos) psicólogas(os) que atuam em diferentes regiões do Pará entrecortadas por diferentes grandes projetos.

O lugar de onde falamos é o da psicologia e, mais especificamente, da psicologia social crítica, considerando as especificidades da formação do ser social a partir dos pressupostos teórico-metodológico-políticos do materialismo histórico-dialético. Um campo que se desenvolve na psicologia, criticando-a e propondo uma abordagem crítica da realidade, concebendo a produção dos sujeitos na perspectiva da unidade, sem dissociar as suas dimensões subjetivas e objetivas, individuais e coletivas, econômicas e ideológicas, macro e microestruturais (VAISMAN, 2009; CHAGAS, 2013).

A psicologia social crítica, portanto, na medida em se fundamenta na realidade social da América Latina, através da contribuição de importantes psicólogas e psicólogos como Martín Baró, Maritza Montero, González-Rey e Silvia Lane, ganha materialidade em abordagens como a psicologia comunitária e a psicologia da libertação, constituiu-se em um modo de pensar e intervir na realidade social enquanto uma práxis, tendo em vista a superação e a transformação radical das condições estruturantes que determinam a exploração, a opressão e a dominação na sociedade capitalista (LANE, 1989; MARTÍN-BARÓ, 2013).

Nosso objetivo, deste modo, é propor um deslocamento para a prática profissional, aproximando-a de uma posição para atuação junto às populações atingidas por grandes projetos na Amazônia. Ressaltamos que a nossa orientação está fundamentada na Psicologia Social Crítica Latino-americana, sendo esta assentada sobre os pressupostos do materialismo histórico-dialético, que delega à(ao) psicóloga(o) a tarefa histórica de analisar criticamente a realidade objetivando transformá-la a fim de superar as estruturas sociais fundadas na exploração e na opressão de classe. Deste modo, não nos furtamos também ao papel político desempenhado pela psicologia, afirmando a necessidade de uma profissão comprometida com a defesa e garantia de direitos das populações amazônicas.

1. ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE RISCO, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) – Resolução CFP nº 010/2005 – estabelece, em seu Art. 1º, alínea “d”, que é dever da(o) psicóloga(o) “prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou emergência, sem visar benefício pessoal” (CFP, 2005). Até este momento, porém, da publicação do CEPP, o debate sobre este campo de atuação profissional ainda era incipiente no Sistema Conselhos de Psicologia³, sendo este dispositivo da resolução um importante marco para o avanço dessas discussões a nível nacional.

Até o momento, era comum encontrar profissionais de psicologia dispersos pelo Brasil, prestando serviços voluntários de atendimento a vítimas de incêndios, alagamentos, enchentes e deslizamentos de terra. Na maioria das vezes, estes atendimentos estavam pautados no caráter paliativo ou remediativo frente às perdas e abalos emocionais provocados como consequência das situações de emergência. Destaca-se, também, a atuação de psicólogos(os) junto às políticas de Defesa Civil no atendimento às pessoas e famílias afetadas pelos acontecimentos. Visando, ao mesmo tempo, valorizar e sistematizar essas práticas, mas também refletir sobre diretrizes para este fazer profissional, o CFP propões a realização de encontro nacional para reunir estes profissionais, pesquisadores e estudantes na área.

Deste modo, o CFP realizou em Brasília, de 07 a 10 de junho de 2006, o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, tendo como tema “Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades Mais Seguras”, realizado em parceria com o Ministério da Integração Nacional e a Defesa Civil. A segunda edição do Seminário ocorreu de 23 a 25 de novembro de 2011, também em Brasília, sendo marcado pela articulação com a Rede Latino-Americana de Psicologia em Emergências e Desastres⁴.

Em ambos os Seminários, um dos principais pontos de discussão esteve relacionado ao caráter preventivo da atuação da psicologia, considerando o papel da(o) psicólogo na gestão dos riscos e na construção de planos de prevenção para o cuidado às pessoas afetadas. Como proferiu o psicólogo Marcos Vinícius na mesa de abertura do I Seminário:

Lastimavelmente, a tradição ao tema das emergências e desastres tem sido de negligência em relação aos aspectos relativos à prevenção. Costumamos dizer que Deus é brasileiro, e que isso nos garantiria em várias circunstâncias. Efetivamente, para romper essa inércia, essa atitude cultural, que é a de se desprevenir, de se desproteger diante dos eventos e que tem produzido tantas perdas, não somente

³ O Sistema Conselhos de Psicologia é a organização nacional que congrega o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

⁴ Informações relativas ao I e II Seminários estão disponíveis no site: <https://emergenciasedesastres.cfp.org.br/>.

materiais, mas principalmente humanas, gostaríamos de colocar a Psicologia das emergências e desastres como um recurso fundamental na área do conhecimento e na área profissional para que possamos transformar esse aspecto cultural (CFP, 2006).

Dos dois Seminários foram produzidos cadernos de textos com as discussões das mesas de debates⁵ e, ainda em 2011, o CFP publicou o livro *Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação*⁶. Na sequência, em 2013, foi publicada a *Nota Técnica Sobre Atuação de Psicólogos(os) em Situações de Emergências e Desastres, relacionadas com a Política de Defesa Civil* e, em 2016, esta foi atualizada sob a forma da *Nota Técnica Sobre Atuação da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres, relacionadas com a Política de Proteção e Defesa Civil*⁷. Evidentemente, o CFP estava preocupado com a atuação das(os) profissionais na interface com as políticas públicas, tanto que, em 2021, através do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP), foram publicadas as *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Gestão Integral Riscos, Emergências e Desastres*⁸.

Este processo revela o amadurecimento das discussões na categoria e comprometimento do CFP com o tema, tendo em vista a transição de uma posição centrada na atuação profissional tão somente nas situações emergenciais para a perspectiva preventiva, considerando a gestão integral dos riscos associados aos acontecimentos. Do mesmo modo, o papel político da psicologia neste processo também passou a ser pautado, corroborando para um deslocamento da prática profissional voltada ao questionamento das motivações das situações de emergências e desastres e a defesa dos direitos humanos violados por estas situações e seus agentes, como figura nas Referências Técnicas:

É preciso questionar o que caracterizamos como riscos, emergências e desastres, compreendendo que no Brasil situações de extrema vulnerabilidade social são naturalizadas a tal ponto, que deixamos de tratá-las e nomeá-las como desastrosas e emergenciais. É fundamental que o fazer da Psicologia não normalize situações violadoras dos direitos humanos, pelo contrário, promova o enfrentamento constante das injustiças e desigualdades sociais. Para tanto, é necessário que as(os) profissionais se integrem intersetorialmente às políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Educação, Defesa Civil etc. Nessa direção, essa Referência

⁵ Disponíveis em: <http://www.cprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/emergencias-desastres.pdf> e <http://www.abrapede.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Textos-Geradores.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2014.

⁶ Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/emergencias_e_desastres_final.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2024.

⁷ Disponíveis em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/NOTA-T%C3%89CNICA-SOBRE-ATUA%C3%87%C3%83O-DE-PSIC%C3%93LOGA-O-EM-EMERG%C3%84NCIAS-E-DESASTRES.pdf> e <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

⁸ Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/027-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologas-os-na-Gestao-Integral-de-Riscos-Emergencias-e-Desastres.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

Técnica é um instrumento potente para demarcação do compromisso ético-político da Psicologia com a sociedade brasileira (CFP, 2021).

No campo acadêmico, por sua vez, existem diversos pesquisadores que vêm se dedicando ao tema da atuação da psicologia em situações de riscos, emergências e desastres, com destaque para os trabalhos de Trindade & Serpa (2013), Weinstraub et al (2015) e Silva, Silva & Bafuri (2023). Por outro lado, vêm crescendo, ao longo dos anos, as pesquisas dedicadas aos impactos na saúde mental de pessoas e comunidades atingidas por grandes projetos, sejam por barragens hidrelétricas ou rompimentos de barragens de rejeitos minerais, como as de Marques et al (2018), Pozzebon & Ferreira (2018) e Noal, Rabelo & Chachamovich (2019).

Destaco, também, os estudos na psicologia que buscam investigar os impactos e transformações provocadas pelos grandes projetos a nível da subjetividade dos atingidos por grandes projetos, tanto no âmbito individual quanto coletivo, tais como os de Morais & Monteiro (2019), Silva, Bucher-Maluschke & Mori (2021) e Rodrigues (2022). É neste sentido, mas fazendo um recorte para o contexto dos grandes projetos na Amazônia, que pretendemos contribuir com o que já vem sendo acumulado, em uma perspectiva crítica, deslocando o entendimento para uma posição voltada à atuação da psicologia junto às populações atingidas.

2. OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA E O CONCEITO DE ATIGIDO

São inúmeros os trabalhos, nos mais variados campos do conhecimento, dedicados ao tema dos grandes projetos. Não obstante que, dentre estes estudos, alguns acabem se limitando aos seus impactos ambientais (SILVA & SILVA, 2011), não são poucos os que buscam compreendê-los e problematizá-los de maneira multidimensional, sem ignorar suas especificidades no que diz respeito ao meio ambiente, mas tomando-as como indissociáveis de suas dimensões sociais, econômicas e políticas e suas consequências sobre os atingidos.

É importante destacar que existe um acúmulo histórico de consideráveis pesquisas sobre as Usinas Hidrelétricas (UHE) no Brasil que são fundamentais para a análise e compreensão dos grandes projetos. Em nosso país, as primeiras grandes barragens remontam sua construção à época da ditadura militar, momento em que o Estado brasileiro passou a investir no setor hidrelétrico visando suprir a demanda que crescia a taxas superiores à oferta de energia (HON, 2016). Nesse contexto, foram construídas importantes usinas e delas se desdobraram um conjunto de estudos. Destacam-se, neste quesito, os realizados por Sigaud (1986) sobre os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, no caso das barragens de Sobradinho e Machadinho, bem como os de Germani

(2003) e Magalhães (2007), analisando os conflitos envolvendo a hidrelétrica de Itaipú e os deslocamentos compulsórios provocados pela barragem de Tucuruí, respectivamente.

Importantes também, são as investigações sobre as especificidades das hidrelétricas na Amazônia (FEARNSIDE, 2015; SILVA JÚNIOR & PETIT, 2015), em especial sobre a UHE Belo Monte, no Pará, que impôs novos desafios, principalmente no campo da definição e reconhecimento dos atingidos (MAGALHÃES & CUNHA, 2017; ESTRONIOLI, 2021). Ao mesmo tempo, para além do esforço em ampliar a análise sobre os grandes projetos, visando apreendê-los cada vez mais nas suas variedades de efeitos, dimensões e escalas, o empenho de buscar uma visão integrativa, articulada e multimodal entre os diferentes grandes projetos merece, certamente, ser referido. Destacam-se trabalhos como os de Leal (2016), Castro (2017), Porto-Gonçalves (2017) e Marques (2019), que discutem a Amazônia em perspectivas históricas, sociológicas, políticas e geográficas, tomando a inter-relação e a complementariedade de grandes projetos, como hidrelétricas, indústrias minerárias, estradas, ferrovias, hidrovias e portos como constitutivas da realidade amazônica e de seu papel na acumulação capitalista.

Os estudos que se concentram sobre o tema da mineração também merecem especial atenção, visto que a indústria minerária vem cumprindo o papel de, ao mesmo tempo, impulsionar e aglutinar um conjunto de outros grandes projetos para atender às suas necessidades, sejam elas energéticas, em subsídios e insumos, infra-estruturais, de transporte e escoamento da produção. Avolumam-se, nessa direção, diversos estudos que discutem de maneira crítica o Programa Grande Carajás (PGC) – um dos exemplos de funcionalidade intermodal dos grandes projetos na Amazônia, mas com a base produtiva assentada sobre os minérios (VALVERDE, 1989; COELHO, 2015).

Mais recentemente, sobressaem-se importantes pesquisas sobre os graves crimes, travestidos de desastres e que se tornam grandes tragédias, decorrentes da exploração mineral no Brasil – especialmente os praticados pelas mineradoras Vale e PHP Billiton nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho, em 2015 e 2019. Neste campo, vão trabalhos como os de Mansur et al (2016), Zhou et al (2016), Losekann (2018), Zhou (2019) e Laschefski (2020), com análises precisas sobre os efeitos sociais, econômicos, políticos e ambientais acarretados por estes crimes. Por fim, as pesquisas sobre os grandes projetos em Barcarena, como as de Tourinho (1991), Fialho Nascimento (1999), Hazeu (2015), Maia (2017) e Castro (2019), ganham aqui destacada relevância, visto que, desenvolvidas por importantes pesquisadores da Amazônia, contribuem para a problematização das indústrias minerárias instaladas no município, seu papel na estratégia capitalista e na formação socioeconômica regional, bem como seus impactos que se fazem sentir nos modos de vida das comunidades tradicionais de seu entorno.

Todos estes trabalhos, contudo, são fruto de uma realidade concreta, edificada sobre um modelo econômico voltado à produção de mercadorias, mas que tem como meio a exploração de bases naturais altamente lucrativas e que impacta diretamente a vida de inúmeras pessoas. Os atingidos, portanto, por vivenciarem as consequências acarretadas pelos grandes projetos, expressam, a partir da sua realidade, todas as características que podem ser encontradas em algumas das definições mais gerais, como sínteses teóricas do que são os grandes projetos. Deste modo, para Becker (1997, p. 63), há que entendê-los como uma forma espacial, caracterizada:

1) pela escala gigante da construção, da mobilização de capitais e mão de obra; (2) pelo isolamento, implantando-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; (3) pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; (4) pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não qualificada.

Estas características dos grandes projetos são reforçadas por Castro (2019), que também parte da consideração de que eles são enclaves, porque exploram regiões inteiras sem integrá-las efetivamente aos circuitos mais amplos de produção da riqueza. A autora, porém, acrescenta alguns elementos que são dignos de nota, pois remetem diretamente à realidade imediata dos atingidos. Os grandes projetos:

2) impõe uma dinâmica expansionista, processo contínuo de apropriação de novos territórios e de seus recursos naturais, para atender a produção de commodities – minerais, florestais e do agronegócio; 3) têm dinâmicas frequentemente acompanhadas de crimes relacionados à terra, como a grilagem, expulsão da terra de famílias de moradores (deslocamentos forçados), morte de lideranças locais, inviabilidade de reproduzir a vida e o trabalho devido a contaminação de mananciais, entre outros; 4) produzem alto grau de externalidades, não reconhecidos pelos empreendimentos como passivos, nem produtores de danos sociais e ambientais; 5) e, por serem megaempreendimentos com produção intensiva, contém um componente de alto risco, e imprevisibilidade, cujo controle humano pela gestão e pela tecnologia, tem se revelado inconsistente, inseguro e ineficaz (p. 17).

Sobre o conceito de atingido, de acordo com o que já foi demonstrado pela Comissão Mundial de Barragens (CMB/ONU, 2000) e de estudos do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana (CNDH, 2010), as violações aos direitos das populações atingidas estão intimamente relacionadas ao conceito de atingido. Do mesmo modo, segundo Vainer (2005) e MAB (2019) a noção de atingido é um conceito em disputa, que diz respeito à legitimação de direitos e de seus detentores. Entretanto, a história demonstra que, de um lado, é só a luta que garante os direitos dos atingidos e, de outro, esta é uma luta desigual, onde as forças políticas e econômicas em disputa são também determinantes e, na maioria das vezes, corroboram para um esvaziamento da amplitude necessária da noção de atingidos e a consequente violação de seus direitos.

Deste modo, Vainer (2005), ao propor uma abordagem sobre o conceito de atingido que supere a definição de “alagados” ou “expropriados da terra” e, extraindo suas considerações a partir das prescrições de organismos internacionais para a garantia dos direitos dos atingidos por hidrelétricas, ajuda-nos a pensar em uma concepção de atingido com caráter amplo e que possibilite sua aplicação a um conjunto de outros grandes projetos. Entre as recomendações do *International Financial Corporation* (IFC), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), a noção de atingido remete ao conjunto de processos econômicos, sociais, culturais e ambientais deflagrados pelos grandes projetos “e que possam vir a ter efeitos perversos sobre os meios e modos de vida da população” (VAINER, 2005, p. 08).

Já a Comissão Mundial de Barragens (CMB), criada em 1997 pelo BM, sistematiza uma compreensão de atingidos que considera, além dos elementos já propostos pelas agências multilaterais, dimensões espaciais e temporais na consideração dos impactos advindos dos grandes projetos. Deste modo, é dada ênfase às transformações provocadas nos modos de vida dos atingidos, tanto pelo ciclo dos grandes projetos – que compreende desde o anúncio da obra, passando pela sua construção até o momento em que estiver operando – quanto pelo conjunto de outros projetos e programas associados ao principal e que também produzem consequências em diversas escalas, momentos e lugares (VAINER, 2008).

Mas é a partir das experiências dos atingidos com os grandes projetos e, mais especificamente, de suas experiências de enfrentamento, que emergem as concepções sobre a noção de atingido efetivamente voltadas a garantia de seus direitos. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um exemplo que, ao longo dos anos, vem ampliando e qualificando sua definição de atingidos na medida em que foi aprofundando a sua estratégia de luta. Das primeiras reivindicações nos anos 80 por indenizações justas e reassentamentos para todos os atingidos, consagradas em palavras de ordem como “Terra por Terra” e “Terra sim, Barragens não!”, o movimento, ao aprofundar a sua compreensão sobre o modelo energético brasileiro e propor um projeto de transformação radical da sociedade, ao longo dos anos 90 e principalmente a partir dos anos 2000, passou a defender um Projeto Energético Popular, onde água e energia não são mercadorias e devem servir para a distribuição da riqueza, com soberania e controle popular (MAB, 2021).

Deste modo, na medida em que o MAB ampliou a sua formulação estratégica, enquanto movimento social nacional, também alargou a sua base social e, conseqüentemente, a sua concepção de atingido. O movimento considera a totalidade dos atingidos pelos grandes projetos, desde os moradores das “barrancas dos rios” até os trabalhadores dos centros urbanos “atingidos pelo preço da luz” (FOSCHIERA, 2009). Ao mesmo tempo, organiza atingidos pelo conjunto dos

grandes projetos em todo o Brasil, não mais apenas de hidrelétricas, mais também de projetos minerários e das diversas ordens de infraestrutura.

3. CRP-10 AO SEU LADO E ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS

O Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região Pará e Amapá (CRP-10) é uma autarquia federal, sendo regulamentado pela Lei nº 5.766 de 1971, tendo como suas funções principais orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o) e zelar pela fiel observância dos princípios da ética e disciplina de classe. O CRP-10 foi o primeiro conselho regional de psicologia a se desmembrar na região norte, tendo sua independência e autonomia parente o Sistema Conselhos desde 1993; desde então, as suas sucessivas gestões têm atuado considerando os interesses da categoria na região, bem como as particularidades, tanto para a atuação profissional da psicologia, quanto para a sua regulamentação e orientação no contexto da Amazônia.

Deste modo, o CRP-10 considera, para sua atuação, a formação história e social da Amazônia brasileira, envolvida pela presença dos povos indígenas, que há mais de 17 mil anos já ocupavam seu território, dos povos negros sequestrados da África e escravizados, que se refugiaram nos quilombos em processos de resistência, de migrantes de várias partes do Brasil, especialmente nordestinos, recrutados para as florestas como soldados da borracha, de camponeses, ribeirinhos e trabalhadores dos centros urbanos (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Esta massa de amazônidas, no entanto, que passou por processos sistemáticos de extermínio físico e cultural, ainda hoje sofre as pesadas consequências de viver em uma região, considerada por muitos, lugar de saque, exploração e destruição (MARQUES, 2019). No período mais recente, desde os governos militares, a Amazônia foi palco de inúmeros grandes projetos, como a abertura de grandes estradas, construção de hidrelétricas, indústrias minerais, portos e hidrovias, que na medida em que elevaram a exploração de suas riquezas, pauperizaram ainda mais a vida dos seus povos.

É neste contexto que a psicologia como ciência e profissão vem se desenvolvendo nos estados da Amazônia brasileira. O sujeito da psicologia, tanto a(o) profissional psicóloga(o), quanto a população que acessa os seus serviços, são marcados, atravessados e constituídos por estas contradições; contradições que se fazem sentir nos níveis social, político, econômico, cultural e ideológicos; contradições que produzem subjetividades que implicam não apenas um modo de olhar ou pensar, mas antes de tudo um modo de intervir, um fazer, uma prática profissional na Amazônia (CFP, 2022a).

Diante disso, nos questionamos: o que caracteriza a atuação profissional de uma psicóloga que trabalha em Altamira, considerada a cidade mais violenta do Brasil, com forte presença indígena e uma população atingida pela Hidrelétrica de Belo Monte? De uma psicóloga de Melgaço, no arquipélago do Marajó, que já constou como a cidade com o pior IDH do país, onde os casos envolvendo abuso e exploração sexual de crianças são recorrentes na mídia? Ou de uma psicóloga que atua em Paragominas, município formado em sua maioria por migrantes do Centro-Oeste brasileiro que tem sua base econômica assentada sobre o agronegócio?

É na busca por respostas a estas questões, através do conhecimento da realidade das(os) profissionais de psicologia, mas também a fim de intervir para alcançar mais qualidade em seus exercícios profissionais, que foi criado, em 2014, o *Projeto CRP-10 ao Seu Lado*. Este projeto, que tem como seu objetivo principal levar o CRP-10, através de suas ações, para as diferentes regiões do Pará e Amapá, aproximando-se das(os) profissionais de psicologia em seus territórios de atuação, funciona também como um guarda-chuva de várias frentes de atuação, através do trabalho articulado entre a Coordenação Técnica (COTEC) e Coordenação Administrativa e Financeira (COAF) do Conselho, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Apesar dos 10 anos de execução deste projeto, para este texto, enfocaremos apenas as reflexões e aprendizados a partir da prática nos últimos dois anos, principalmente das atividades desenvolvidas em 2023. Neste ano específico, passamos a desenvolver o *CRP-10 ao Seu Lado* aliado a um processo de organização da categoria, visando construir núcleos regionais compostos por psicólogas(os) que passaram a atuar como representantes regionais do Conselho, formando Comissões Regionais de Interiorização. Neste processo, ao passar por cidades como Santarém, Itaituba, Tucuruí, Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Altamira, no Pará, dialogamos com inúmeras(os) profissionais que têm as suas práticas atravessadas pela presença ou pelas consequências dos grandes projetos na Amazônia.

Estes atravessamentos estão ligados, necessariamente, ao modo como são produzidos os atingidos pelos grandes projetos, principalmente, na dimensão psicossocial dessa produção e suas consequências para a atuação profissional das(os) psicólogas(os) que invariavelmente atendem ou prestam os seus serviços para estas pessoas. Rodrigues (2022), em pesquisa sobre o modo como são produzidos os atingidos pelos grandes projetos no município de Barcarena⁹, no Pará, argumenta que essa produção ocorre como a síntese de um processo que é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo,

⁹ Barcarena é uma cidade que concentra inúmeros grandes projetos em seu território e entorno, concentrando empresas de beneficiamento mineral, como a Hidro-Alunorto, Albras e Imerys, o Porto de Vila do Conde, um projeto de termelétrica e em vias de receber uma hidrovía e uma ferrovia.

individual e coletivo, econômico e ideológico e que, portanto, os impactos na saúde mental dos atingidos estão relacionados ao conjunto das demais transformações produzidas em seus modos de vida.

Ainda segundo o autor, Barcarena, por sua particularidade, também representa uma síntese do modo de operação do capitalismo na região amazônica através da instalação dos grandes projetos, servindo como um exemplo da implementação da estratégia do capital na Amazônia e que, desta forma, o modo da produção dos atingidos em Barcarena é semelhante àquele dos demais territórios amazônicos onde existem grandes projetos. Olhando para a prática das(os) psicólogas(os) nestes territórios, por outro lado, pudemos observar também inúmeras semelhanças no trabalho junto às pessoas, famílias e populações atingidas pelos grandes projetos.

Tanto em Tucuruí como Altamira – cidades que sofrem as consequências diretas de duas Usina Hidrelétricas – encontramos psicólogas(os) atuando em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e hospitais que atendem um conjunto de sujeitos produzidas como atingidos, como pessoas em sofrimento mental devido à perda de suas casas, seus territórios e suas memórias devido o lago da barragem, famílias em busca de benefícios sociais pela perda de seus meios de subsistência e trabalhadores desempregados pós fase operária das obras, crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, pessoas internadas ou em tratamento vitimadas pela violência que se tornou comum após a chegada dos grandes projetos.

Em Santarém e Itaituba, encontramos profissionais que atendem pessoas adoecidas física e mentalmente pela ingestão do mercúrio lançado nos rios pelo garimpo ilegal na região e outras, atingidas pelos grandes portos e estradas que abrem as fronteiras do agronegócio na Amazônia. Em meio a esta população, destacam-se as comunidades indígenas como vítimas singulares desses empreendimentos. Já em Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, as(os) psicólogas(os) atuam com sujeitos produzidos como atingidos nos rastros do trilho do trem, retirados de suas casas e vendo as riquezas minerais de suas regiões sendo vendidas sem nada para eles ficar; pessoas atingidas pela mineração na Serra dos Carajás, ansiosas e com medo de que aconteça com elas o mesmo que ocorreu em Mariana e Brumadinho.

Os grandes projetos na Amazônia, portanto, ao mesmo tempo em que determinam a produção dos atingidos – sobredeterminada pela estratégia capitalista de produção de mercadorias – produzem os sujeitos dos serviços de psicologia, principalmente, usuários das políticas públicas. Os grandes projetos produzem os atingidos, mas também produzem uma prática da psicologia, uma prática como síntese da ciência e profissão que, no fazer profissional, se efetiva como atuação junto

aos atingidos. Pautar uma atuação profissional das(os) psicólogas(os) na Amazônia junto às populações atingidas por grandes projetos, é também contribuir com a definição do que são os grandes projetos e com o conceito de atingido, principalmente, para a definição de atingidos como sujeitos de direito. Deste modo, a afirmação da atuação da psicologia junto aos atingidos, também resgata a essência do compromisso social da psicologia, voltado efetivamente à garantia de direitos, mas também à emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são as tarefas da psicologia na defesa da Amazônia e seus povos? Este é um questionamento que nos acompanha, como pesquisadores e como psicólogas(os) que fazem girar a roda do CRP-10. Neste questionamento, partimos do princípio de que um conselho de classe pode contribuir não apenas para regulamentar, fiscalizar e disciplinar uma profissão, mas também para o desenvolvimento da profissão enquanto ciência e para a transformação da realidade.

Nessa direção, consideramos o acúmulo histórico empreendido pelo Sistema Conselhos de Psicologia no campo da elaboração, da sistematização e da produção de diretrizes sobre a atuação de psicólogas(os) em situações de riscos, emergências e desastres; mas também propomos uma supressão desta noção, no sentido de superá-la, mas sem aniquilá-la, conservando os seus aspectos mais desenvolvidos, principalmente a crítica que passou a ser empreendida à própria noção de desastres e ao caráter particular da defesa dos direitos humanos na atuação da psicologia.

O que propomos, é um direcionamento para uma atuação da psicologia junto às populações atingidas por grandes projetos, particularmente no caso da região amazônica. Para tanto, precisamos conceituar o que são grandes projetos e o que são – ou quem são – os atingidos, atentando-nos principalmente para o modo como os primeiros produzem estes últimos. Nessa conceituação, é indispensável considerar a unidade na diversidade como um elemento chave para se pensar o sujeito produzido como atingidos pelos grandes projetos e que, nas políticas públicas principalmente, constitui-se como usuário dos serviços de psicologia.

Para a psicologia, portanto, atuar junto às populações atingidas por grandes projetos na Amazônia, significa reconhecer o passivo histórico do estado brasileiro para com as pessoas atingidas, o lugar relegado à Amazônia no cenário nacional e as políticas desenvolvimentistas pensadas para a região, que exploram suas riquezas e destroem os ecossistemas, transformando os modos de vida dos seus habitantes e impactando em suas saúdes. Mas fundamentalmente, porque a produção de atingidos é resultado dessa realidade, a atuação da psicologia junto à estas pessoas deve

estar aliada às suas lutas e seus processos de resistência, visando transformar a realidade pois, para os atingidos, é apenas através da luta que se garante e efetiva a conquista de direitos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Berta K. *Amazônia*. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CFP. *Resolução CFP nº 010/2005, aprova Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP)*. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

CFP. *Cartilha do I Seminário Nacional Psicologia das Emergências e Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras*. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/emergencias-desastres.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2024.

CFP. *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Gestão Integral Riscos, Emergências e Desastres*. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/027-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologas-os-na-Gestao-Integral-de-Riscos-Emergencias-e-Desastres.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. (A questão mineral no Brasil: v. 1).

CMB/ONU. *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões. Um sumário*. Relatório da Comissão Mundial de Barragens, Trad. de Carlos Afonso Malferrari, novembro de 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

CNDH. *Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, Relatório Final*. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Brasília, D.F. 2010. Disponível em: http://www.epsvj.fiocruz.br/upload/material%20noticias/Relatorio_Final_CDDPH.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

CFP. *CURTAS – CRP-10 Pará e Amapá*. In *Revista Diálogos*. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2022a. p. 96.

ESTRONIOLI, Elisa Mergulhão. *UHE Belo Monte e as concepções especiais do conceito de atingido por barragem: uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira-PA*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA/PPGEO, Belém, 2021.

FEARNSIDE, Philip. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. *Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: [s.n.], 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105035>. Acesso em: 12 de março de 2021.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. O Destino de uma comunidade “cabôca” frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curupeté). 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

HAZEU, M.T. *O NÃO-LUGAR DO OUTRO: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

- HOHN, D. C. *Geração de energia elétrica e territorialização: o caso da Usina Hidrelétrica Estreito*. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/148008>. Acesso em: 15 out. 2018.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M. & CODÓ, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 10-19.
- LEAL, Aluizio Lins. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 85-103, novembro de 2016.
- LOSEKANN, Cristina. “Não foi acidente!”: o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréia. (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil*. Marabá, PA: iGuana, ABA, 2018. p. 67-112.
- MAB. *O lucro não vale a vida: análise do MAB sobre o crime da vale em Brumadinho/MG*. São Paulo: Movimento dos Atingidos pro Barragens, 2019.
- MAB. *A organização dos grupos de atingidos e atingidas. A força da organização*. Movimento dos Atingidos por Barragens, Secretaria Nacional do MAB. São Paulo, 2021.
- MAIA, Roseane de Oliveira Martins. *Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”*. Tese de Doutorado. Orientadora Rosa Elisabeth Acevedo Marin. Belém: NAEA/UFPA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9062>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.
- MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; PINTO, R. G.; GONÇALVES, R. J. A. F. & COELHO, T. P. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio & TROCATE, Charles (orgs.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. *Lamento e Dor: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese de Doutorado. Orientado por Jean Hébertte do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et Sociétés. Belém: UFPA, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1952/1/Tese_LamentoDorAnalise.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2020.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa & CUNHA, Manoela Carneiro da (orgs.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC* [livro]. São Paulo: SBPC, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 1996, p. 7-27. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acessado em: 09/10/2020.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología política latino-americana. Trad. LACERDA JR, Fernando. *Psicologia Política Latino-Americana*. *Psicologia Política*, vol. 13, nº 28, set.-dez., 2013, p. 555-573.
- MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARQUES, G. S.; GIONGO, C. R.; CRUZ, F. K. T. & MENDES, J. M. R. *Deslocamento forçado e saúde mental: o caso da hidrelétrica de Itá*. *Revista de Estudios Sociales*, n. 66, octubre-diciembre, p. 30-41. 2018.
- MORAIS, Tamires de Jesus & MONTEIRO, Claudia Aline Soares. *Deslocamentos compulsórios e construção da subjetividades: análise a partir de projetos de desenvolvimento*. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v.10, n.2, p. 51-57. 2019.
- NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura & CHACHAMOVICH, Eduardo. *O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale*. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 35, n. 5, p. 1-7. 2019.
- PORTO-GOLÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônia: tensões territoriais em curso. In: *Revista Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões*. v. 3, n.11. São Paulo: Outras Expressões, 2018. p. 14-21.

- PORTO-GOLÇALVES, C. W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- POZZEBON, Franciele Luísa & FERREIRA, Vinicius Renato Thomé. *Sintomas depressivos, de ansiedade e de estresse em habitantes de município realocado por barragem*. *Psico*, Porto Alegre, vol. 49, n. 2, p. 187-195. 2018.
- RODRIGUES, R. D. M. *QUANDO FALAM OS RIOS DA AMAZÔNIA: um estudo na Psicologia Social Crítica sobre a produção de atingidos por grandes projetos em Barcarena, Pará*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará (UFPA)/Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP). Belém, 2022.
- SILVA, B. G. A.; SILVA, I. R. & BAFURI, L. F. O papel do psicólogo frente a situações de desastres. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e4755.
- SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira & PETIT, Pere. Hidrelétricas na Amazônia: Impactos energéticos, sociais e ambientais. In: SILVA, Idelma Santiago da; et. al. *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira*. Marabá: UNIFESPA, 2015.
- SILVA, Jonas Carvalho e; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro & MORI, Valéria Deusdará. *A subjetividade de uma família atingida por barragem na situação de deslocamento forçado*. *Revista Subjetividades*, vol. 21(1), p. 1-12. 2021.
- SIGAUD, Ligya. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 1986. Disponível em: <http://www.ppgasmn-ufRJ.com/uploads/2/7/2/8/27281669/c9.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2021.
- TOURINHO, Helena L. Zagury (Coord.). *Repercussões socioeconômicas do complexo Albrás-Alunorte em sua área de influência imediata*. Belém: IDESP, 1991. (Relatório de pesquisa).
- TRINDADE, Melina Carvalho & SERPA, Monise Gomes. *O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 279-297. 2013.
- VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.
- VAISMAN, Ester. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. *Perspectiva*, Florianópolis, vol. 27, n. 2, jul./dez. 2009, p. 441-459.
- VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1989.
- WEINTRAUB, A. C. A. de M. et al. Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 19, núm. 53, 2015, pp. 287-297.
- ZHOURI, Andréa. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da ecologia política. In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). *Dossiê desastres da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 41-50.
- ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. TEIXEIRA, Raquel. O. S.; ZUCARELLI, Marcos C. ; LASCHEFSKI, Klemens ; SANTOS, Ana F. M. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e cultura*, v. 68, pp. 36-40, 2016.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

OS SÍTIOS OCULTOS EM VILA ITUPANEMA E VILA NOVA, BARCARENA (PA): MEMÓRIAS E AFETOS DO QUE NÃO SE VÊ - COM OS OLHOS

João Daltro Paiva (PPGDS – MEG)

RESUMO: Os sítios camponeses ribeirinhos até os anos 1980 do século XX prenominaem na paisagem de Barcarena (PA). Contudo, no decorrer das décadas de 1970-1980 esta paisagem foi abruptamente alterada com a implantação de um complexo industrial e portuário no município, operada como reocupação territorial na lógica do desenvolvimentismo industrial, sob os marcos dos “Grandes Projetos na Amazônia”, materializado na remoção e deslocamentos forçados dos sítiantes. Passados 40 anos, a pesquisa se voltou à tricentenária Vila de Itupanema e a contemporânea Vila Nova, em vista de identificar a permanência ou dissolução socioespacial dos sítios, como modo singular de relação ser humano e não-humanos. Sob os marcos teóricos da pesquisa socioespacial, articulou-se a análise dos sítios na perspectiva de paisagem integradora, como *tempo em espaço*, de maneira a emergir a multidimensionalidade dos sítios camponeses ribeirinhos. A discussão se deu em torno da sobreposição dos territórios corporativos aos sítios centenários da população local, e os processos de remoção e de deslocamentos forçados, assim como as estratégias de permanência e existência *como sítiantes*, categorizados neste trabalho como *Sítios Ocultos*. Esta categorização foi um dos resultados centrais da pesquisa, evidenciando que os sítios referenciados socioespacialmente como lugar de memórias e afetos estão ativos mesmo sob um contexto de pressões múltiplas que poderiam resultar no seu apagamento da paisagem. Apesar de não serem mais visíveis na paisagem, não houve um apagamento dessas socioespacialidades, ainda que tenha havido pressões sociais, econômicas e culturais para o apagamento radical dos sítios, até mesmo das memórias dos sítiantes.

Palavras-chaves: Barcarena; Sítios Ocultos; Camponeses Ribeirinhos..

Introdução

O artigo está organizado em cinco seções. A Introdução, onde apresenta-se a estrutura desenvolvida ao longo do texto. Na segunda seção são apresentadas as informações necessárias para que o leitor se situe preliminarmente quanto ao que versa o estudo, a apresentação do perfil dos interlocutores e das interlocutoras da pesquisa e as opções técnico-metodológicas: estudo de caso e a entrevista semiestruturada.

A terceira seção tem como foco os marcos teóricos que sustentam este estudo. Ele é desenvolvido no formato de revisão bibliográfica, onde são discutidas as categorias fundamentais de abordagem correlacionadas a uma das marcações sociais, econômicas e culturais das ruralidades amazônicas: a socioespacialidade *sítios camponeses ribeirinhos*. São abordados também conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial, em vista de apresentar as opções teóricas feitas na dissertação, sob a perspectiva da Ecologia Política e seu diálogo com categorias analíticas advindas da Geografia, da Antropologia e da Pesquisa Socioespacial.

Na quarta seção abordam-se as transformações socioterritoriais impulsionadas em Barcarena (PA), no contexto da implantação dos grandes projetos na Amazônia, a qual se materializou no município pela instalação de um complexo industrial-portuário, iniciado em 1975, instalado em 1985 e que ainda continua em curso. A discussão se dá em torno da sobreposição dos territórios corporativos aos sítios centenários da população local, tendo como principal efeito as remoções e deslocamentos compulsórios de sítiantes para a instalação do complexo industrial-portuário, assim como as estratégias de permanência e existência *como sítiantes* que suas famílias ativaram, entre elas, a res(significação) dos sítios camponeses ribeirinhos como *Sítios Ocultos*.

Finalmente, a quinta seção é constituída pelas considerações finais, com destaque à categoria dos Sítios Ocultos em Barcarena, na medida em que, por meio dela, se evidencia que os sítios passaram a ser referenciados socioespacialmente como lugar de memórias e afetos e que estão ativos mesmo sob um contexto de pressões múltiplas que poderiam resultar no esquecimento. Apesar de não serem mais visíveis na paisagem, para esses sítiantes não houve um apagamento dessas socioespacialidades em Vila Itupanema e dentre as famílias deslocadas para Vila Nova, ainda que tenha havido pressões sociais, econômicas e culturais para um processo de apagamento radical dos sítios, até mesmo das memórias desses sítiantes.

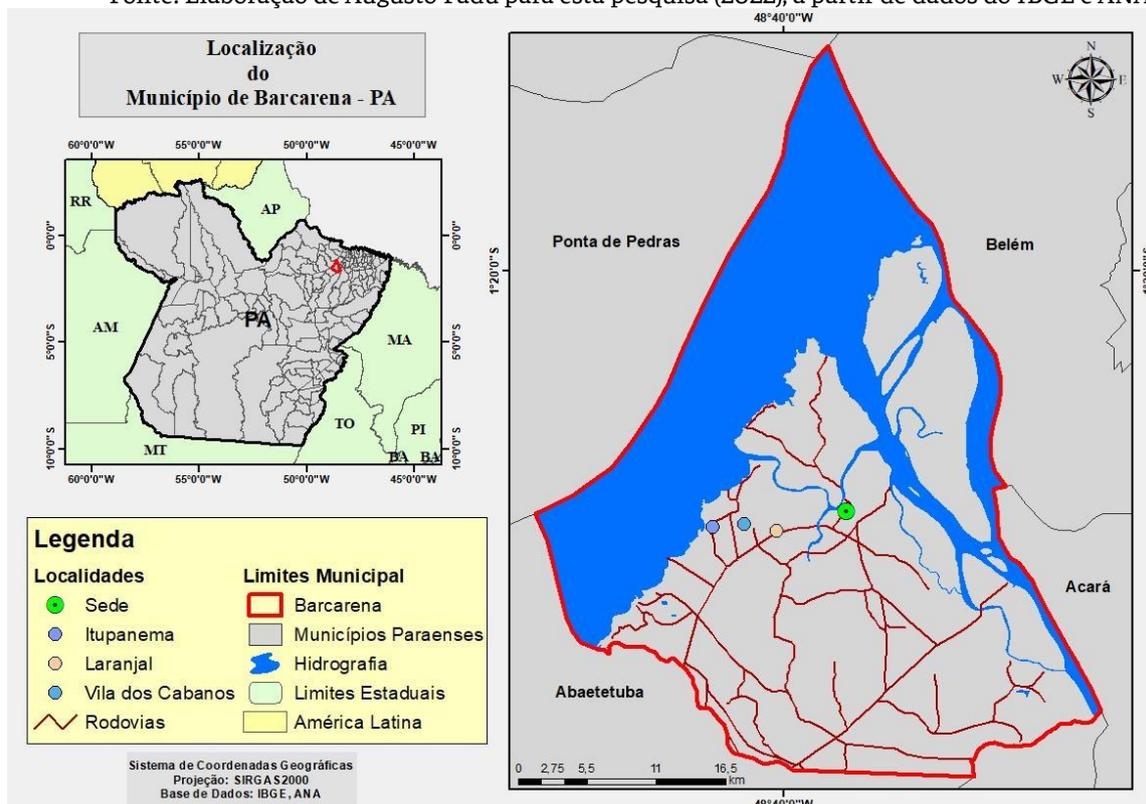
Localização e breve caracterização socioambiental de Barcarena (PA)

Barcarena situa-se no Estado do Pará, se localiza na mesorregião Metropolitana de Belém e na microrregião de Belém, fazendo parte da Região de Integração Tocantins. Sua sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 01° 30' 24 "de latitude Sul e 48° 37' 12" de longitude a Oeste de Greenwich. O município tem os seguintes limites: ao Norte, a Baía de Guajará e município de Belém; ao Sul, os municípios de Moju e Abaetetuba; ao Leste, a Baía de Guajará e o município de Acará; e a Oeste, a Baía do Marajó.

No censo demográfico de 2022 (IBGE, 2023), o município apresentou uma população total de 126.650 habitantes, o que equivaleu a um crescimento populacional de 26,83% em relação ao Censo de 2010. Esta população está distribuída em uma área total de 1.310.336 Km², correspondendo a uma densidade demográfica de 96,65 hab/Km².

A cobertura vegetal primária remanescente é identificada como floresta ombrófila densa, a qual sofreu alterações antrópicas significativas: entre 1984 e 2010, houve a perda de 27% da cobertura florestal, o crescimento da vegetação secundária em 166,25% (CARMO, 2015), dinâmicas relacionadas diretamente à agricultura, extração madeireira e atividade industrial (SANTOS, 2018). Quanto à hidrografia, Barcarena está referenciada no *Golfão Marajoara*, o qual é composto pela Baía do Marajó e outros contribuintes hídricos.

Fonte: Elaboração de Augusto Fadu para esta pesquisa (2022), a partir de dados do IBGE e ANA



Passados cerca de 40 anos do início da instalação do complexo industrial portuário, este estudo volta-se aos sítios camponeses ribeirinhos em Barcarena e mais precisamente em Vila Itupanema e Vila Nova, em vista de responder à seguinte questão: frente ao processo de territorialização corporativa, quais estratégias e práticas para permanência e pertencimento em aliança com águas, terras e florestas, as famílias sitiadas deslocadas construíram, na Vila Itupanema e Vila Nova, como lugares de existência? O presente artigo, a partir dessa questão central, tem como objetivo geral: Descrever as estratégias e percursos familiares de (re)construção socioespacial camponesa ribeirinha de sitiadas moradores de Vila Itupanema e Vila Nova, após 40 anos da instalação do complexo industrial-portuário em Barcarena, PA.

Perfil dos interlocutores e interlocutoras no estudo e procedimentos técnico-metodológicos

Participaram da pesquisa pessoas que vivenciaram os deslocamentos compulsórios, a interdição de áreas onde estavam seus sítios e que, sob condições adversas, buscaram *(re)localizar* e *(re)enraizar* a si e suas socioespacialidades no Assentamento Vila Nova e em Vila Itupanema. Foram entrevistadas 16 pessoas, tendo como critério de seleção: serem adolescentes, jovens ou adultos no período entre 1983 e 1985 e residirem atualmente na Vila Itupanema ou Vila Nova, seja no antigo sítio ou outra forma de ocupação, posse ou propriedade.

Deste total, 75% eram do sexo feminino – 12 mulheres - , 75% do sexo masculino – 12 homens. Em relação à etnia ou cor, 31% - 5 pessoas – se declararam pardas, enquanto que 69% se declaram como Outra – subdivida em Morena, Moreno, Morena Clara, Moreno Castanho, Entremeado indígena com parda - e nenhuma se declarou branca. Quando se coloca em cotejo a declaração *parda* e declaração *outra*, observa-se que, ao final, a totalidade das interlocutoras e interlocutores se percebe como pessoas não-brancas.

Em relação à faixa etária, tratou-se majoritariamente de pessoas idosas, na faixa de 61 anos até acima de 81 anos, pois eram os adultos no período em que ocorreram os deslocamentos compulsórios de suas famílias, entre os anos 1983 a 1985, totalizando 12 pessoas, equivalendo à 75% dos participantes. Os demais 25% (4 pessoas), à época da implantação do complexo industrial portuário, eram adolescentes.

Em relação aos procedimentos metodológicos para a construção dos dados, optou-se pelo Estudo de Caso, como descrito por Severino (2007) e os aportes adicionais de Yin (2001). Para o alcance dos objetivos deste estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica das temáticas relacionadas ao objeto de pesquisa: o sítio camponês ribeirinho como modalidade socioespacial de relações múltiplas entre seres humanos, terras, águas e florestas. O estudo realizou pesquisa de campo, por meio de pela entrevista semiestruturada (MANZINI, 1990/1991) aplicada junto as famílias deslocadas/removidas dos seus sítios e reassentadas em Vila Nova, assim como aquelas que permaneceram em seus respectivos sítios, porém sob condições adversas, especificamente em Vila Itupanema e Vila Nova.

A pesquisa seguiu a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), sendo que o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTIC) e obteve parecer positivo em 24 de novembro de 2021, autorizando sua realização por meio da Certificação de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), sob o registro 52346621.1.0000.0173.

Manejando conceitos entre lugares da memória e tempos-paisagens

Neste trabalho, o manejo das categorias e conceitos, como instrumentais descritivos e analíticos, tem a intenção de identificar os imbricamentos e relações multidimensionais acerca dos sítios e dos campesinatos ribeirinhos. Essas interpenetrações não invalidam o manejo dos conceitos, mas alertam que se deve evitar essencialismos e o enquadramento da realidade à teoria.

Campesinatos ribeirinhos: para além dos essencialismos

Retomando de forma panorâmica o debate acerca da condição camponesa, o que estava em questão era o processo de diferenciação do campesinato no capitalismo, colocando ao debate teórico e político sua permanência, reprodução ou dissolução nesse modo de produção. Shanin (2005) dialoga com os aportes de Lenin (LENIN, 1968, 1971 *apud* SHANIN, 2005) e Kautsky (1980), os quais - com as devidas nuances e distinções - indicaram a condição do campesinato como transitória, seja pela sua radical dissolução ou sua incorporação ao capitalismo como assalariados rurais ou burguesia rural.

Shanin (2005) posiciona-se pela permanência social do campesinato. Uma permanência que se espalha para o que ele denomina de *intermodos*, no sentido que se trata de uma forma ou especificidade social e econômica que mostrar-se-á presente não somente em um determinado modo de produção - por muitos identificados como sendo o feudalismo - de tal forma que estaria aí encapsulado e se expressaria no modo de produção capitalista como resquício, nesse caso, de formas sociais feudais. Ao contrário, o reconhecimento de que o campesinato tem esse caráter de transferência *intermodos* atribui complexidade à realidade e ao próprio campesinato, assim como evidencia sua capacidade de agência (SHANIN, 2005).

Neste trabalho, esse esforço descritivo e analítico se relaciona com a condição ribeirinha desses campesinatos. Hebéte, Magalhães e Maneschy (2002), demonstram a heterogeneidade dos campesinatos na Amazônia paraense, destacando a multidimensionalidade sócio cultural e não somente a multifuncionalidade produtiva dos campesinatos. Esses campesinatos amazônicos compartilham elementos de identidade, expressos nas reivindicações históricas em que pautam sua dignidade e autonomia, assim como nas suas lutas reais e vivas, do Brasil colônia ao Brasil atual, num esforço não somente de adaptação, mas de originalidade (HEBÉTTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002). Essa concepção foi desenvolvida em trabalho posterior, com um claro posicionamento pela existência de campesinatos amazônicos e que, por isso, possuem singularidades que delineiam identidade (MOREIRA; HEBÉTTE, 2009).

É neste aspecto, que se insere a inferência de que parte dos campesinatos amazônicos se constituíram como campesinatos ribeirinhos, cabendo assim uma análise sobre como o termo adquiriu ao decorrer do tempo social e histórico a condição de categoria social. O termo *ribeirinho*, em suas possíveis origens históricas, conotava o comportamento de reação de indígenas aos desmandos das autoridades coloniais e indígenas no contexto dos *descimentos* no Vale Amazônico no período de execução do Diretório dos Índios, assim como, a pretensão por estes povos indígenas de uma autonomia relativa dentro da sociedade colonial (COELHO, 2006).

Contudo essa conotação não se manteve no tempo. A partir da análise de dois dicionários (BLUTEAU, R., revisto e ampliado por SILVA, A.M., 1789; PINTO, L.S.M., 1832), observa-se que, de modo geral, até o século XIX atribuía-se ao termo ribeirinho uma conotação vinculada ao contexto ecológico e de paisagem ao qual esse determinado indivíduo estaria circunstanciado: as margens dos rios. No século XX essa concepção adquiriu também uma valoração moral de inferiorização da condição ribeirinha, parametrizada em relação a outros sujeitos por uma suposta dolência (SOUZA, B., 1939)

No âmbito acadêmico, o termo ribeirinho como expressão de incompletude humana manteve-se hegemônico até o século XIX. Esse quadro só teve uma mudança significativa a partir dos anos 1950, com as pesquisas realizadas por antropólogos e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros que deram visibilidade e romperam com a marginalização em que as populações ribeirinhas estavam colocadas (ARENZ, 2015).

Essas populações começam a ter maior visibilidade política nos anos 1980, sendo que esta afirmação política se expressou como afirmação identitária à medida que foram constituindo organizações sociais para o enfrentamento político daqueles interesses que colocavam em risco sua existência, ao mesmo tempo em que, essas formas organizativas incorporaram na sua narrativa política e se autonominaram como ribeirinhos e tradicionais (LIRA; CHAVES, 2016).

Os sítios camponeses ribeirinhos nas Amazôniaas

Pode-se recorrer a Ellen Woortmann (1983) para acessar elementos de análise dos campesinatos amazônicos. Ainda que a autora esteja circunstanciada ao sertão sergipano e as formas como os campesinatos dessa região se reproduziram num contexto de expansão da ocupação e uso da terra pela pecuária, seu trabalho sobre o sítio camponês alcança um caráter de categorização quanto ao sítio camponês como um “sistema de partes articuladas” (WOORTMANN, E., 1983, p. 200), que é operado a partir de um dado conhecimento camponês sob a lógica de manutenção, mas voltada para sua automanutenção, ainda que isso não signifique isolamento e autossuficiência, ou ainda, uma autonomia econômica absoluta.

Em outro período cronológico e região – Rio Solimões - Witkoski (2004) identifica os ambientes de trabalho dos camponeses ribeirinhos amazônicos como o compósito de terra, floresta e água, tendo a floresta de terra firme como um marcador da singularidade dessa campesinidade. Para o autor, as florestas emergem como espaço de trabalho – sob a marca do extrativismo -, como território e espaço conquistado pelo *andar* nas florestas e pelo *fixar-se* nelas (WITKOSKI, 2004).

Segundo o autor, a dinâmica produtiva das famílias camponesas amazônicas é caracterizada pela multifuncionalidade, a qual possibilita um leque amplo de enfrentamento das adversidades para sua manutenção em seus territórios e construção de seus projetos de vida. Desta forma, a noção de autonomia ou de autossuficiência – mesmo que relativa – é operada com arranjos complexos, em que não somente uma atividade responde por esse ideal, mas um conjunto delas e de forma interrelacional de maneira circular com pontos de conexão com o ambiente “externo” à vida camponesa amazônica (WITKOSKI, 2004).

A pesquisa socioespacial dos sítios camponeses ribeirinhos: as paisagens-tempos

Os elementos apresentados até aqui permitem demarcar que a pesquisa acerca dos sítios camponeses ribeirinhos em Vila Itupanema e Vila Nova, em Barcarena (PA), é uma pesquisa socioespacial, pois pressupõe que as relações sociais e o espaço são articulados e valorizados em termos de densidade – e não como funcionalidade uma da outra ou como seus qualitativos recíprocos (SOUZA, M., 2020). Nesse esforço de inteligibilidade do espaço apropriado, serão utilizadas as categorias paisagem e lugar, conectando Geografia e Antropologia.

Name (2010) colabora com essa abordagem ao trabalhar o conceito de paisagem sob a perspectiva da ciência geográfica e da relação com o conceito de cultura, destacando a superação da dicotomia que uma dada percepção morfológica da paisagem gerava ao distinguir entre paisagens naturais e paisagens culturais. Esse processo teve contribuição de Denis Edmund Cosgrove (COSGROVE, 1996 *apud* NAME, 2010) que apresenta a paisagem como ferramenta analítica de compreensão do mundo, das sociedades e das paisagens por elas engendradas, assim como a indissociabilidade entre uma suposta paisagem *real* e sua representação (NAME, 2010). Trata-se, portanto de uma concepção integradora de paisagem, a qual supera um conceito funcional de paisagem como *expressão narrativa* de quem coleta/captura o contexto vital do *Outro*, o textualiza, e até mesmo o ressemantiza. Pode-se então abordar o conceito de lugar.

Tuan (1983) abordou o lugar a partir da experiência como aprendizado, de tal maneira que é a familiaridade do espaço que o torna lugar, ou seja, o lugar é significado como tal pelo sujeito e pela dinâmica que ele imprime para conhecê-lo. A partir dessa premissa, esse autor distingue espaço de lugar como uma diferenciação entre movimento (espaço) e pausa (lugar), sendo que ao lugar significado como pausa se confere igualmente uma dada materialidade.

Reforça-se assim, a noção de familiaridade como elemento constitutivo do lugar, ao mesmo tempo em que se acentua a noção de *estranhamento* como percepção do espaço, como diz o próprio autor, “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”, pois “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 83, p. 151). Com isso, o sentido

de lugar adquire o caráter de estabilização do sujeito individual ou coletivo. Sendo o lugar o âmbito da familiaridade, se trata igualmente do âmbito da vida e nesse aspecto relaciona-se com o tempo.

Por isso, “[...] a concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o *lugar*, o movimento, a matéria” (OLIVEIRA, 2014, p. 5, grifo da autora). Desta forma, o lugar como mundo de significados organizados tem simultaneamente caráter de estabilidade, mas igualmente de dinamicidade e da conflitividade que é inerente ao movimento, à mudança e transformação. Essa multivalência do lugar - expressa em estabilidades e dinamicidades - se deve a que será aí, no *lugar*, que aflorarão as crises que colocam em estado de crisálida o espaço representado e que se conecta aos processos de (re)significação espacial.

Considerando-se que a paisagem é tempo materializado em que os diferentes tempos se conectam e se intersignificam (BENDER, 2002 *apud* LEAL, 2013), configurando as *paisagens-tempos*, o processo de implantação da Albras/Alunorte impulsionou a formação de *paisagens-tempos* diferentes, correlacionadas, conectadas e intersignificantes, porém, não necessariamente, integradas, mas em condição de tensionamento antitético.

Assim, ancorado no conceito de *paisagens-tempos*, a análise dos processos ocorridos em Barcarena (PA) e que envolveram de forma direta as famílias de sítiantes a partir dos anos 1970-1980 é um apelo dialógico às memórias e sua relação com os 40 anos de instalação do complexo industrial portuário em Barcarena (PA) e a emergência de *lugares de memória*, os quais podem ser materiais e concretos, assim como simbólicos e abstratos e contribuem para consolidar uma determinada versão de passado desta ou daquela sociedade (NORA, 1993). Ainda que a abordagem de Nora (1993) diga respeito às histórias nacionais, essa concepção da necessidade de uma intencionalidade para que a memória não seja dissoluta é aplicável às dinâmicas de (re)significação dos sítios camponeses ribeirinhos.

Essa irrupção de outras *paisagens-tempos* em Vila Itupanema e Vila Nova, em Barcarena (PA), guardando semelhanças e diferenças com outras localidades pelo mundo, ocorreram e ocorrem em nome de um possível futuro sintetizado simbolicamente nas promessas de progresso da indústria de alumínio e, materialmente, na instalação da maior planta de beneficiamento de alumínio do mundo. Por isso, a aproximação e escuta das falas das famílias de sítiantes referencia-se na noção de *lugar de memória*, enquanto abordagem analítica ancorada na busca em (re)descobrir os “[...] lugares de outrora [...]” (MELLO, 2014, p. 59), compreendidos como o lugar do passado que habita nos sujeitos e que, nesta condição, ganha permanência e atualização dentro de um certo contexto marcado pelas dinâmicas de mudança socioespacial.

Será a partir deste cenário que, ao longo da próxima seção, os interlocutores e as interlocutoras neste estudo convidam a retomar as *paisagens-tempos* de Vila Itupanema e Vila Nova naquilo que elas têm de substantivo: sua intertextualidade, como tempo-espaço “[...] produzido, contemplado, interpretado e muitas vezes consumido[...]” (NAME, 2010, p. 178), onde os sítiantes emergem como sujeitos, assim como as empresas e os governos, cada um com distintas intencionalidades e capacidades de exercício de poder muito diferenciadas e assimétricas.

Os sítios ocultos em Vila Itupanema e Vila Nova (Barcarena, PA)

Barcarena (PA) localiza-se em uma região de antiga ocupação humana, como registrado no Sítio Arqueológico PA –BA-84 Alunorte (LOPES *et al.*, 2019). Esse processo de ocupação teve continuidade ao longo dos períodos subsequentes, caracterizado por práticas agrícolas, extrativas e haliêuticas seculares. Bates, naturalista inglês do século XIX, constata essa ocupação de longa data em sua viagem pela Amazônia – entre 1848 a 1859 – descrevendo-a como uma paisagem marcada por uma ocupação constituída por gerações de povos e populações locais (BATES, 1944). Nesse cenário, os sítios camponeses ribeirinhos apareciam como a forma socioespacial privilegiada dessa conformação socioterritorial, resultado de um longo percurso histórico que se acentuou entre os séculos XVIII e XIX.

No século XX, os sítios continuaram a caracterizar a paisagem local, conforme demonstrado em relatório datado de 1947 da Prefeitura de Barcarena, onde são nomeados os sítios com suas atividades produtivas e, finalmente, no ano de 1982, um levantamento topográfico realizado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para identificar as posses sobre as quais se sobreporia o polígono do Distrito Industrial de Barcarena (MAIA, 2017), em que foi implantado o complexo industrial portuário, iniciado com a construção da Albras/Alunorte.

Tendo como suporte essas evidências, infere-se que os sítios camponeses ribeirinhos são, em Barcarena (PA), um elemento que compõe de forma categórica o percurso social e histórico das populações locais. Porém, houve um ponto de curva neste percurso: se trata da implantação do complexo industrial portuário – ou como os participantes locais deste trabalho nominam: *a chegada das empresas*. Esse ponto de curva redirecionou o percurso que as populações locais estavam construindo a séculos naquele município; reposicionou Barcarena (PA), a partir dos influxos e fluxos do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 e se materializou em processos de remoções e deslocamentos compulsórios das famílias de sítiantes e seu reassentamento em outras áreas de terra que não seus sítios centenários. Uma ação que se impôs aos sítiantes para que a Albras/Alunorte fosse instalada em Barcarena (PA).

Houve posses que ficaram integralmente, e outras, parcialmente, no interior do polígono. Na primeira situação, as famílias foram sumariamente removidas, deslocadas e reassentadas. Algumas daquelas que residiam na área que é objeto desta dissertação foram assentadas na assim denominada Vila Nova, em terrenos com tamanho de 10m X 60m, ou seja, 600m² para cada família. Na segunda situação, as famílias continuaram residindo na parte remanescente de seus sítios, após a demarcação do que seria a área da Albras/Alunorte e o que se tornou a área remanescente do sítio.

Haverá ainda uma terceira situação específica de Vila Itupanema. Essas famílias sítiantes moravam em Itupanema - local que uma das interlocutoras chamou de sítios-moradia - mas não tinham suas terras-roças, águas-igarapés e terras-florestas de uso comum em áreas contíguas às suas moradias na Vila de Itupanema, pois essas áreas – especialmente as roças e as áreas de uso comum - localizavam-se no que é a Vila dos Cabanos.

Desta forma, essas áreas de produção direta e de uso comum foram sobrepostas pelo polígono que demarcou a Vila dos Cabanos, a qual no projeto do complexo industrial portuário foi implantada como área residencial destinada a receber os profissionais especializados que iriam trabalhar na fábrica, sendo considerada uma aplicação em Barcarena (PA) do modelo de *company tower* recorrente em outros projetos da cadeia mineiro metalúrgica instalados na Amazônia (CARMO, 2015; SILVA CARMO; FONSECA DA COSTA, 2017).

Essa sobreposição foi processual, inicialmente, pela remoção em si mesma, na qual as famílias sítiantes tiveram expropriadas as bases materiais de sua existência como sítiantes: terras, águas, florestas, que passaram a compor a propriedade da Albras/Alunorte e não mais suas casas, quintais, roças e áreas de uso comum. Essa dinâmica continuou com o deslocamento e o assentamento compulsórios em condições extremamente precárias em Vila Nova, numa área de uso que não permitiu a essas famílias manter suas práticas de existência, ainda que tenham feito esforços para isso.

Na Vila de Itupanema, foi operada uma outra forma de ocultamento, que não está colocada na relação direta com o polígono do Distrito Industrial, mas dos significados que a chegada das empresas foi adquirindo para Barcarena (PA) e em especial para Vila Itupanema: ainda que somente duas famílias tenham sido deslocadas da vila, as condições de existência como sítiantes foram subtraídas das famílias, ao mesmo tempo em que o fluxo migratório intenso fez com que as áreas de roças e as águas-rios fossem ocultadas na paisagem, ao ponto que se transformaram como pontos de referência espacial: as roças estão lá, os rios estão ali, mas soterrados pelos arruamentos e casas, ocultos na Vila Itupanema do século XXI, como demonstra a Foto 1.

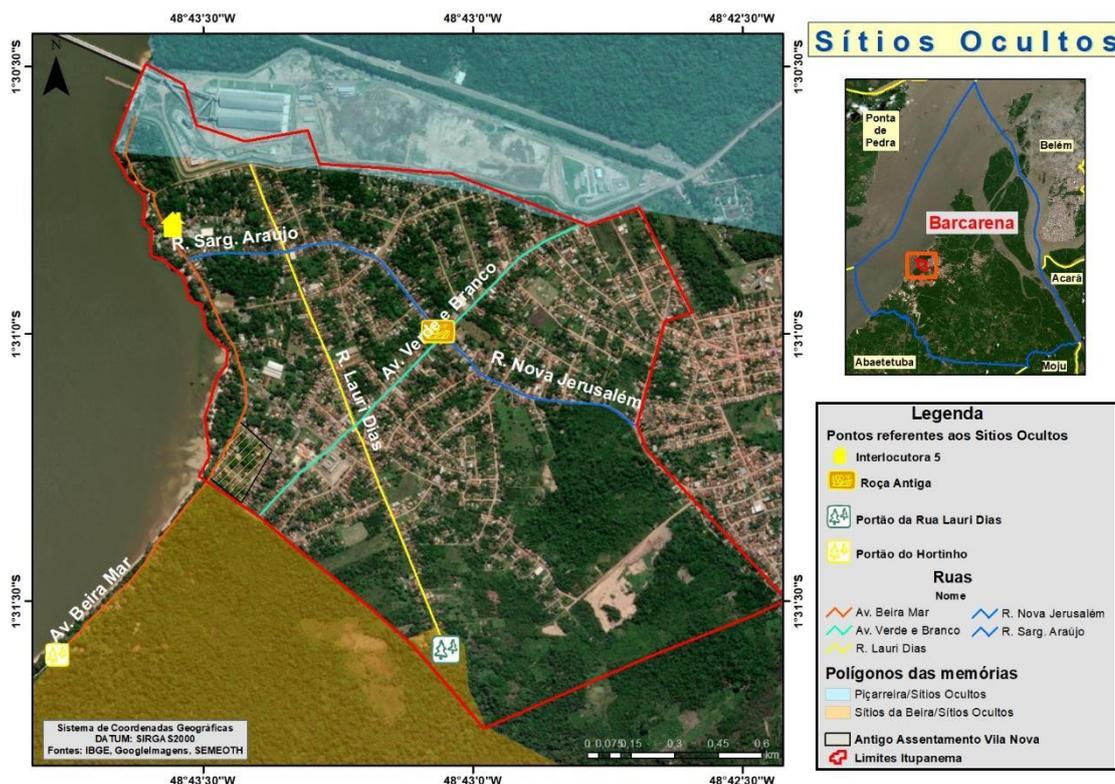
Foto 1 - Rua Nova Jerusalém, em Vila Itupanema, Barcarena (PA)



Fonte: Acervo pessoal do autor da pesquisa em 10/09/2022

O Mapa 3 demonstra os resultados de dois processos que ocorreram simultaneamente no contexto da instalação do complexo industrial portuário, com sujeitos e vetores socioespaciais diferenciados entre si, mas que têm em comum a dinâmica de *ocultamento* dos sítios camponeses ribeirinhos.

Mapa 3 - Os Sítios Ocultos, segundo as Interlocutoras e os Interlocutores e pontos georreferenciados em campo



Fonte: Elaboração de Augusto Fadu para esta pesquisa (2022), a partir de dados do Mapeamento Colaborativo Individual a partir de Carta Imagem e Levantamento de Pontos Georreferenciados em Campo; IBGE, GoogleImagens e SEMEOTH

As legendas Piçarreira/Sítios Ocultos e Sítios da Beira/Sítios Ocultos indicam áreas familiares e de uso comum dos sitiantes que foram sobrepostas pelo polígono do complexo industrial portuário, o que é corroborado pelas falas de interlocutores e interlocutoras que informam a atual Área de Proteção Ambiental da Hydro como sendo onde estavam localizados os sítios camponeses ribeirinhos das famílias deslocadas para o assentamento Vila Nova e outras áreas, entre os anos de 1983 e 1985.

Portanto, uma das dinâmicas de ocultamento dos Sítios se deu pela ação direta das empresas e dos governos à época, pois para que o complexo industrial portuário fosse instalado operou-se uma engenhosa articulação de um conjunto de estratégias entre os agentes privados empresariais e os governos nacional e estadual para que as terras ancestrais das famílias de sitiantes fossem passíveis de desapropriação e assim fosse legitimado o deslocamento dessas famílias e seu reassentamento em outras áreas de terras em Barcarena, como foi o caso do assentamento Vila Nova.

Mas o processo de ocultamento também teve um outro vetor. Conforme demonstrado no mapa 2 pelas legendas Interlocutora 5 e Roça Antiga, a expansão da área urbana em Itupanema se deu sobre as áreas das antigas roças que eram acessadas pelos sitiantes por meio dos caminhos que conectavam os subsistemas dos sítios expressos nas casas, nas casas de farinha, nas fruteiras, nos igarapés, nas matas e pelas próprias roças. Assim, ruas, casas, templos, lojas, bares e automóveis, passaram a ser os componentes da paisagem onde antes estavam localizadas as roças, matas e águas (Foto 2).

Foto 2 - Cruzamento da Avenida Verde e Branco com Rua Nova Jerusalém, em Vila Itupanema, Barcarena (PA)



Fonte: Acervo pessoal do autor da pesquisa em 10/09/2022

Neste caso, o processo de ocultamento/encobrimento não está diretamente relacionado ao polígono do complexo industrial portuário, mas à instalação da Vila dos Cabanos e ao crescimento populacional acelerado que ocorreu no município a partir dos anos 1980, o qual implicou também no crescimento da área urbana de Barcarena e, especialmente, pela ampliação de assentamentos precários, como demonstrado na fala abaixo:

[O sítio] Era denominado todinho Boa Vista, por exemplo: digamos que toda aqui a parte de Itupanema, de Vila Nova pra cá a gente considerava Boa Vista, do colégio [Presidente] Dutra pra cá.

- [Autor mostra um mapa à interlocutora]. DP: Essa área de ocupação influenciou os sítios?

Olha, acabou sim, **porque nós considerava aqui uma área rural e hoje ela é uma área urbana** (grifo nosso) e isso contribuiu, por exemplo, uma família que tem aqui de 10 filhos, a área que ele tinha de terreno pra trás ele foi distribuindo pros filhos, construindo casa e casa e com isso foi acabando. Foi acabando com área de terra, que não tem mais como plantar (...) (INTERLOCUTORA 10, Itupanema e Sítio Boa Vista, Sítio Oculto)].

Contudo ainda que multidimensionalmente violento, o ocultamento dos sítios não significou sua supressão, seu apagamento. Nessa condição de ocultamento – “aquilo que se acha escondido, encoberto” (AULETE, 2011, p. 986) - o acesso a eles se dá pela ativação e acesso às memórias das pessoas que viviam como sitiantes camponeses ribeirinhos e vivenciaram as transformações da paisagem.

Ainda que encobertos e ocultos, esses sítios são localizados e identificados pelos seus antigos moradores. As falas apresentadas abaixo são ilustrativas, mas todos os interlocutores e as interlocutoras que tiveram seus sítios sobrepostos pelo polígono do complexo industrial portuário indicaram de forma muito segura a localização desses sítios na paisagem atual.

A localização do nosso sítio é aonde é implantada a Albrás/Alunorte e uma parte da CDP, inclusive, **tem uma parte do nosso sítio que tá em pé ainda, só que tá cercada pela empresa** (grifo nosso). (INTERLOCUTORA 1, Centro, Sítio Guajará de Itupanema, Sítio Oculto).

Sítio São José. Na cabeceira do rio Murucupi, aonde a gente enxergava o peixe lá no fundo. Atrás da fábrica da Albrás/Alunorte hoje, **aonde é a bacia da Alunorte** (grifo nosso). (INTERLOCUTOR 6, Centro, Sítio São José, Sítio Sitiado).

O nosso [sítio] ainda tá lá tudinho o mato aonde é o porto CDP ali, aí pra cá tá tudinho a área lá. **Lá onde eu morava já é o porto, onde o meu tio também morava já é o porto da Albrás, fica lá** (grifo nosso). (INTERLOCUTORA 7, Beira, Sítio Guajará de Itupanema, Sítio Oculto).

Após 40 anos dos fatos e eventos, os sítios ainda estão presentes nos afetos dessas pessoas e pode-se dizer que ainda estão ativos e vivos como referências de suas vivências. Contudo, as interlocutoras indicam que eles estão invisibilizados sob o polígono do complexo industrial portuário, encobertos pela indústria: “Atrás da fábrica da Albras/Alunorte hoje, aonde é a bacia da Alunorte” (Interlocutor 6); pela estrutura portuária: “lá onde eu morava já é o porto” (Interlocutora 7); e pelo extrato de floresta que compõe a Área de Proteção Ambiental da Hydro Alunorte.

As falas *localizam* os sítios em contraponto a um determinado hoje: “tem uma parte do nosso sítio que tá em pé **ainda** [grifo nosso]” (Interlocutora 1), evidenciando que mesmo ocultos e encobertos, os sitiantes ainda os reconhecem no que atualmente se mostra como a planta industrial, a Área de Proteção Ambiental da Hydro Alunorte e a área portuária, os seus sítios, os quais são também os sítios dos *seus afetos*:

Olha, no sítio lá que a gente vivia era muito bom, pra nós era bom, né? Porque nós vivia da lavoura, eu pelo menos nasci e me criei lá, sai de lá pra vim pra cá, né? [referindo-se à Vila Nova] 40 e poucos anos. E ali a gente tinha as nossas frutas, a gente tinha as nossas criação: porco, galinha, essas coisas. A gente vivia daquilo, né? Tinha a nossa pesca que a gente vinha, pegava camarão, essas coisas. Era muito bom

do que aqui essa parte [referindo-se à Vila Nova], nós vivia tranquilo, não tinha o que tem hoje em dia aqui, não tinha lá, né? Era tudo tranquilo. (INTERLOCUTORA 14, Centro, Sítio Santo Antônio, Sítio Oculto).

A fala acima apresenta os sítios referenciados socioespacialmente como lugar de memórias e afetos que estão ativos mesmo sob um contexto de pressões múltiplas que poderiam resultar no esquecimento. Dentre estas pressões, se pode citar, especialmente, o distanciamento relacional com os sítios camponeses ribeirinhos, o qual se materializa no seu ocultamento: o que se vê não são mais os sítios, mas os Depósitos de Resíduos Sólidos (DRS) da Hydro, as instalações de armazenagem e estocagem do Porto de Vila do Conde e o *mato* – termo utilizado pelos participantes deste estudo para designar a Área de Proteção Ambiental da Hydro.

Contudo, apesar de não serem mais visíveis, para esses sitiantes não houve um apagamento dessas socioespacialidades em Vila Itupanema e dentre as famílias deslocadas para Vila Nova, ainda que tenha havido pressões sociais, econômicas e culturais para um processo de apagamento radical dos sítios, até mesmo das suas memórias.

As memórias desses *sítios ocultos*, são operadas como uma projeção de um presente contingente que necessita ser remodelado a partir do passado desejado e necessário. Se expressa como um contraponto às condições precárias de saúde, da situação e insegurança pública e até mesmo da degradação ambiental vividas em Barcarena (PA).

Assim, encontra-se nos sítios dos afetos, lembranças e memórias a idealização de uma vida marcada pelo bom viver e pelo bem viver, mas que pode vir a se perder nos meandros dos futuros possíveis em Vila Itupanema e Vila Nova, o que coloca em condição de urgência que sejam construídas estratégias coletivas de ativação e compartilhamento dessas memórias como patrimônio dessas pessoas, de suas localidades e do município de Barcarena (PA).

Considerações Finais

Dentre as categorizações dos sítios camponeses ribeirinhos engendrados em Vila Itupanema e Vila Nova nesta dinâmica, *Sítios Ocultos* é aquela que se relaciona de forma direta com a abrupta transformação da paisagem nessas localidades e na bacia do Rio Murucupi, em Barcarena (PA). No decorrer deste trabalho, um conjunto de sitiantes mostrou o que são os *Sítios Ocultos*. Trata-se daquela socioespacialidade que se mantém viva nas lembranças, memórias e narrativas dos participantes deste estudo, mas que foi progressivamente sendo escondida na paisagem pela sobreposição de outras camadas de equipamentos urbanos, outras formas de ocupação e uso do solo e até mesmo a regeneração florestal por interdição de uso.

As falas demonstraram que houve iniciativas das famílias para adaptar suas práticas ao exíguo espaço físico que tinham à disposição, mas as condições materiais para que essas adaptações tivessem o resultado esperado não tinham vindo junto com os poucos pertences que trouxeram consigo para o assentamento Vila Nova. As suas terras, águas, florestas e roças tinham ficado nos sítios interditados. Foram soterrados e ocultos pelo polígono do complexo industrial portuário e pela construção da Albrás Alunorte.

Nesse contexto, as memórias dos Sítios em Vila Itupanema e Vila Nova adquiriram um caráter de enunciação coletiva - as famílias camponesas ribeirinhas deslocadas - e pessoal - dos membros individuais das famílias - , processo que se assemelha a um espelhamento entre as famílias sitiantes e os *Sítios* como seus lugares de existências, de tal forma que pensar o lugar é discutir e dialogar sobre a existência, o ontológico, o econômico e o social.

Barcarena (PA) é conhecida nacional e internacionalmente pela presença de projetos de beneficiamento industrial da cadeia minero-metalúrgica, com destaque para a maior refinaria de alumina do mundo: a Hydro Alunorte; assim como, pelo fluxo migratório que acompanhou a instalação do complexo industrial e portuário relacionado a essa cadeia produtiva, a partir dos anos 1970. O processo de implantação do complexo continua ainda ativo, com a instalação e ampliação de

projetos de infraestrutura (portos, hidrovias, rodovias e ferrovias), sendo que esse conjunto de intervenções de cunho econômico-produtivo tem uma multiplicidade de impactos e desdobramentos econômicos e socioambientais no município.

Assim, em Vila Itupanea e Vila Nova, o choque entre os *tempos-paisagens* marcados pelo futuro idealizado nas promessas da cadeia empresarial do alumínio continuam a se friccionar com os tempos-paisagens dos sitiantes. Os sitiantes fixam uma imagem do Sítio que é igualmente uma projeção do presente e futuro desejado, de tal forma que as falas não são somente sobre o passado, mas um passado que se projeta como presentes e futuros idealizados, como disse um das Interlocutoras da pesquisa: “Do que tinha antigamente a gente sente falta hoje” (Interlocutora 1).

As memórias acessadas neste estudo se expressam como evocação - que pela própria vontade, se puxam os fios da recordação na teia do tempo - e, ao mesmo tempo, como invocação pois se chama em auxílio, os lugares, pessoas, fatos e acontecimentos *da* e *na* história. Assim, a memória, neste caso, operou como um recurso de afirmação de pertencimentos e, portanto, suas dimensões individual e coletiva se imbricam e ficam a exigir que se coloque em ação a vontade libertadora, o impulsionamento pela liberdade que se expresse como serviço generoso em favor da defesa de todas as formas de vida.

Referência Bibliográfica

ARENZ, K.H. Anticabocismo. **Revista de Estudos de Cultura**. [s.l.] N. 3. 2015. Disponível em <<https://www.seer.ufs.br/index.php/revec/issue/view/444>> Acesso em: 15 mai. 2021.

AULETE, C.; GEIGER, P. (Org.). **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BARROS, M. J. B. **Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena - Pará. 2009**. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, abril, 2009.

BATES, H. W. **Um naturalista no Rio Amazonas**. s.l. Companhia Editora Nacional. 1944 V 1. Disponível em <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/323/1/237%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2022.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade. 1720. 8 v, 2 suplementos, v. 7: [2 p. sem numeração], Volume 07: Letras Q-S, 824 p, p. 328. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5443>> Acesso em: 14 jan. 2022.

CARMO, M.B.S. **A Singularidade do Urbano de Barcarena, como Cidade Ribeirinha da Região Amazônica**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR). Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). São José dos Campos, SP, fevereiro, 2015.

COELHO, M. C. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do diretório dos índios (1751-1798)**. 2005. 433 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <[doi:10.11606/T.8.2006.tde-08062006-085817](https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-08062006-085817)>. Acesso em: 11 jan. 2022.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A.; SANTOS, I. C. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 1, p. 141-178, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/264/412>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

HEBÉTTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (org). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA – IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>

KAUSTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução C. Iperoiç. São Paulo: Proposta, 1980. 3 ed. Disponível em <https://www.academia.edu/14695609/2_Quest%C3%A3o_Agraria_-_Kautsky_1_.PDF> Acesso em: 17 mai. 2021.

LEAL, O. F. Paisagem Etnográfica: Imagens, inscrições e memória nos cadernos de campo. **Illuminuras.** Porto Alegre. v. 14, n. 34, p. 62-84, ago./dez., 2013.

LIRA, T. M.; RODRIGUES CHAVES, M. P. S. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES,** Campo Grande, v. 17, n. 1, jan./mar. 2016. p. 66-76. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf>> Acesso em: 26 dez. 2020.

LOPES, P. R. C. *et al.* Análise Goeambiental de Sítios Arqueológicos no Estuário do Rio Pará, Amazônia. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia,** Goiânia, v. 17, n. 2, p. 557-575, dez. 2019. ISSN 1983-7798. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7613/4438>> doi:<http://dx.doi.org/10.18224/hab.v17i2.7613>. Acesso em: 22 set. 2022

MAIA, R. O. M. **Territorialidades Específicas em Barcarena Confrontadas com Projetos de Desenvolvimento.** 2017. 323 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, UFPA. Belém, 2017.

MANZINI, E.J. **A entrevista na pesquisa social.** São Paulo: Didática, 1990/1991.

MELLO, J. B. F. O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. *In:* MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs) **Qual o Lugar do Espaço?: Geografia, Epistemologia, Fenomenologia.** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 33 – 68.

MOREIRA. E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de Um Campesinato nos Baixos Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. *In:* GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1. p. 187 – 207.

NAHUM. J.S. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras.** 2006. 126 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2006.

NAHUM. J.S. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Revista Geosul.** Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 65-84, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n45p65>> Acesso em: 2 abr. 2019.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na Geografia e sua relação com o conceito de Cultura. **GeoTextos.** Salvador, v. 6, n. 2, p. 163-186, dez. ,2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835>> Acesso em: 5 jan. 2022.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História.** São Paulo, v. 10, 1993. p. 7 – 28. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 29 out. 2021.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. *In:* MARANDOLA JR, E., HOLZER, W., OLIVEIRA, L. (org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Editora Perspectiva, 2012. p. 3 – 16.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDHeDC). **Relatório da Diligência Realizada em Barcarena, em 23/02/2018, com o Objetivo de Compreender as Possíveis Causas da Lama Vermelhada em Comunidades Próximas a Empresa Norsk Hydro Alunorte Brasil.** ALEPA e CDHcDC. 2018. Disponível em: <https://issuu.com/filippeburlamaquibastos/docs/relat_rio_da_dilig_ncia_realizada_e> Acesso em: 7 jun. 2021.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa. **Estatística Municipal: Barcarena.** s.l. 2021. Disponível em: <<https://www.fapespa.pa.gov.br/node/201>> Acesso em: 7 jan. 2022.

PINTO, L. F. A Desorganização do Grande Projeto. In: CASTRO, E. MOURA, E. A. F., MAIA, M. L. S. **Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço.** Belém: EDUFPA, 1995. p. 48- 58.

PINTO, L. M. S. **Dicionário da língua brasileira.** Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Páginas não numeradas. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026#page/781/mode/lup>> Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, A. T. L. M. **Análise Temporal dos Impactos Socioambientais das Barragens de Rejeito na Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi, Barcarena – PA.** 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Segurança de Barragem e Gestão Ambiental). Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia, Universidade Federal do Pará – UFPA, Tucuruí, 2018.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera,** Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1 – 21, jul/dez., 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>> Acesso em: 15 mai. 2021.

SILVA CARMO, M. B.; FONSECA DA COSTA, S. M. Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena, Pará. **Revista Brasileira de Gestão Urbana,** [S. l.], v. 8, n. 3, p. 291–305, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/22077>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SOUZA, B. J. **Dicionário da terra e da gente do Brasil.** s.l. Companhia. Editora Nacional., 1939. Disponível em: <<http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/247>> Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SYNERGIA SOCIOAMBIENTAL. **Projeto de Apoio e Incentivo à Mão de Obra Local.** Synergia Socioambiental. s.l. 2019.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução Lívia Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

WITKOSKI, A. C. Florestas de Trabalho: Os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais. In: II ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba, São Paulo. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/antonio_carlos_witkoski.pdf> Acesso em: 1º dez. 2020.

WOORTMANN. E.F. O Sítio Camponês. **Anuário Antropológico/81.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 164-203. Disponível em <<http://www.ellenfwoortmann.pro.br/artigos/artigos.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2020.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Modalidade: Comunicação Oral

“Globalizar a luta, globalizar a esperança”: a atuação da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) no marco do neoextrativismo

Beatriz Moreira de Oliveira¹(UEPA)

Mayane Bento Silva²(UEPA)

RESUMO: Assumindo franca posição antissistêmica e popular desde seu surgimento em 1993, o movimento transnacional *La Via Campesina* (LVC) dedica-se à luta pela justiça do campo, reforma agrária popular, soberania alimentar, agroecologia, direitos camponeses, bem como pelo feminismo camponês e popular. Com a virada do novo século, as dinâmicas do sistema-mundo moderno têm apresentado desafios particulares para atuação regional da Via Campesina na América Latina, articulada pela Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina). Sob as chagas do neoextrativismo e da matriz colonial de poder, perpetuam-se a exploração dos territórios e bens comuns, assim como as dinâmicas de subalternização de comunidades camponesas e tradicionais, baseadas nas categorias de gênero, raça e classe. Nesse contexto, o presente estudo de caso objetiva analisar como a Via Campesina tem se articulado para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso, utilizando como parâmetros teórico-conceituais a Análise dos Sistemas-Mundo e a Teoria Decolonial.

Palavras-chaves: Via Campesina, América Latina, Neoextrativismo, Matriz Colonial de Poder, Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais.

INTRODUÇÃO

Emergido no contexto pós-Guerra Fria, durante a década de 1990, o Consenso de Washington tornou-se marco basilar das dinâmicas do sistema-mundo moderno às portas do novo século. Nesse período, consolidaram-se os regimes orientados pelos três grandes organismos reguladores, a saber: Acordo Geral de Tarifas e de Comércio (GATT), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Cada instituição, à sua maneira, foi responsável por instaurar, subsidiar e impor aos demais países do sistema as práticas neoliberais de mercado. Para a periferia e semiperiferia agroexportadora, isso significou o avanço da Revolução Verde, resultando em concentração fundiária, despossessão e êxodo rural em favor de um modelo agrário de monocultura voltado à exportação (OCAMPO; FLORES, 2019; COSTA, 2017).

Em se tratando especialmente da América Latina, as dinâmicas de superexploração empreendidas neste ciclo do sistêmico do capitalismo passaram a assumir contornos distintos. Com

¹ Graduada em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, Brasil. E-mail: mzirtbea@gmail.com.

² Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Bacharelado em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, Brasil. E-mail: bento.mayane@gmail.com.

a virada do século, inaugura-se um novo paradigma orientador: o neodesenvolvimentismo de base neoextrativista. Marcado pela ascensão de governos progressistas, parte de um esforço de distanciamento em relação aos signos neoliberais das duas décadas anteriores, o discurso político da época era compreensivo e defensor de pautas sociais. Entretanto, apesar da incorporação desses ideais populares, o que se observa é a acentuação das violações dos direitos dessas comunidades (SVAMPA, 2017).

A esse processo paradoxal de progressismo e exploração, alicerçado no aquecimento do mercado de *commodities*, é que se chama de neoextrativismo, considerado modelo de desenvolvimento pautado na exploração de bens primários para a exportação, bem como da incorporação de novos territórios e insumos à dinâmica do capital (GUDYNAS, 2009). Enquanto projeto de domínio e morte, as novas manifestações do desenvolvimentismo estão especialmente armadas contra as comunidades subjugadas desde a *invenção* das Américas. Em outras palavras, o neoextrativismo é a expressão atual das dinâmicas coloniais na América Latina, enquanto semiperiferia do sistema-mundo moderno.

Gestado por esse momento histórico e na vanguarda dos movimentos sociais, consolidou-se o *movimento de movimentos* 'Via Campesina'. Formada por entidades de base indígenas, camponeses, trabalhadores rurais com e sem terras, pequenos e médios agricultores, assim como mulheres camponesas e imigrantes, a organização transnacional atua sob o estandarte da justiça do campo, da reforma agrária popular, da soberania alimentar, da agroecologia, dos direitos camponeses, e do feminismo camponês e popular. Nos dias atuais, a Via Campesina compreende 182 organizações locais e nacionais, distribuídas por 82 países. Essa grande rede transnacional é responsável por viabilizar a mobilização de pautas e agendas globais, para que atuem diretamente frente às problemáticas vivenciadas em nível local.

Assumindo a tarefa de articulação em nível regional, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) consagrou-se como importante ator internacional para a convergência popular. Sua criação remonta às articulações dos anos de 1989 e 1992, sob o signo da campanha "500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular" e, por seu protagonismo e capacidade de mobilização, foi peça-chave na própria construção do movimento transnacional como um todo (VIEIRA, 2012).

Por considerar o expreso protagonismo da CLOC na América Latina, o presente trabalho objetiva analisar de que forma a organização transnacional de movimentos sociais 'Via Campesina' tem se articulado na região para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso. Mais especificamente, dois objetivos orientam esta produção: 1) analisar a dinâmica neoextrativista

latino-americana no contexto da Análise dos Sistemas mundo, no marco da dominação colonial nos eixos de raça, classe e gênero; e 2) analisar os mecanismos de atuação da CLOC-Via Campesina ante às dinâmicas neoextrativistas vigentes.

Para desenvolver o presente estudo de caso, a principal fonte de dados foram documentos oficiais de elaboração própria do movimento disponíveis na internet, especificamente relatórios, informativos e manuais. Por sua vez, todos os materiais foram coletados dos sites oficiais da Via Campesina (<https://viacampesina.org/en/>) e da Coordenadora Latino-Americana de Movimentos do Campo — CLOC-Via Campesina (<https://cloc-viacampesina.net/>), entre os dias 22/11/2022 e 01/12/2022. Destes ambientes virtuais, demos especial ênfase à análise dos Relatórios Anuais da Via Campesina publicados entre 2013 a 2021.

NEOEXTRATIVISMO E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA

Na virada para o século XXI, a América Latina vivenciou um período de ascensão das tendências políticas progressistas, em um esforço de distanciamento em relação aos signos neoliberais das duas décadas anteriores. Como marca dessa ruptura, os governos latino-americanos passaram a ser mais permeáveis às questões sociais, especialmente àquelas vinculadas aos movimentos campestinos e indígenas (GUDYNAS, 2009). Apesar dos notáveis avanços desse período, em se tratando de políticas de distribuição de renda e garantias de direitos, dialeticamente se observa o avanço predatório dos grandes empreendimentos nos territórios subalternizados, motivados pela lógica desenvolvimentista neoextrativista (MERCHAND ROJAS, 2016; SVAMPA, 2017).

Isso porque, a partir do “*Consenso das Commodities*”, o discurso político progressista passa a valorizar a exploração do meio ambiente e relativizar os danos produzidos, justificando sua necessidade a partir da reversão dos ganhos logrados em políticas assistencialistas. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se elegem e mantêm tais representantes no poder a partir das mobilizações sociais contrárias às práticas extrativistas e de despossessão, a lógica neoextrativista privilegia tais atividades em prol do crescimento e centralizando a participação política à burocracia estatal, deixando os movimentos sociais à margem (LANDER, 2017).

É pertinente mencionar que os processos neoextrativistas em curso não têm sido lineares e podem ser compreendidos a partir de fases, de acordo com Svampa (2020). Entre os anos de 2003 e 2010, observa-se a “fase de positividade”, em que o *boom das commodities* possibilitou o amplo investimento em políticas sociais de distribuição de renda e redução das desigualdades, bem como de ampliação de direitos, apesar do desenvolvimentismo predatório. Já na “fase de multiplicação dos megaprojetos”, compreendido entre os anos de 2007 e 2013, intensificaram-se a mineração, a

exploração de petróleo, a hidroeletricidade e o cultivos de transgênicos. Esse período é marcado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento e pelo acirramento da conflitividade em defesa do território.

Svampa (2020) ainda aponta que, entre 2013 e 2015, percebe-se uma “fase de exacerbação do neoextrativismo”, marcada pela queda dos preços das matérias-primas, o que ampliou em sobremaneira as pressões exercidas sobre a natureza e suas comunidades tradicionais. Além disso, já em anos mais recentes houve o declínio das forças progressistas na região e o consequente retrocesso ao conservadorismo neoliberal, em razão da polarização política iniciada nos anos 2010³. Como resultado da soma desses dois fatores, a característica amenizadora do desenvolvimentismo neoextrativista é perdida, findando as concessões aos movimentos sociais e na promoção de políticas compensatórias (SVAMPA, 2020).

Em cada uma dessas fases, torna-se nítido que as violências e dilemas suscitadas pelo desenvolvimentismo neoextrativista é perpetrado contra minorias étnicas, comunidades campesinas e agricultoras. Epistemológica e ontologicamente, a subalternização desses povos e seus territórios representa um processo contínuo, arraigado à colonização das Américas, momento histórico em que se consagrou a categoria raça como marcador da diferença, sendo a matriz colonial de poder fundamentada pela colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2020; MALDONADO-TORRES, 2007; DUSSEL, 2008). As chagas impostas pela ocidentalidade moderna contra o “outro” são pautadas na interseccionalidade entre gênero, raça e classe, na tentativa de não somente subjugar as comunidades não-ocidentais, mas apagar suas existências (LUGONES, 2020).

Como efeito direto dessa conflitividade, característica do neoextrativismo e da matriz colonial de poder, observa-se a articulação de diversos atores sociais contrários ao modelo econômico vigente, formulando e fomentando um verdadeiro giro ecoterritorial, partindo da transversalização das matrizes indígena-comunitária, narrativa autonômica e feminista. Nesse sentido, Svampa (2019) argumenta que a ampliação das escalas da mobilização contestatória em níveis de coordenação internacionais foi um passo importante dado pelos movimentos sociais, o que possibilitou a construção de um pensamento ambientalista latino-americano. Por essa razão, fizeram-se necessários marcos de ação coletiva, sendo esses: bens comuns, justiça ambiental, Bem Viver e Direitos da Natureza (SVAMPA, 2016).

“GLOBALIZAR A LUTA, GLOBALIZAR A ESPERANÇA”: A ARTICULAÇÃO REGIONAL DA COORDENADORA LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DO CAMPO (CLOC-Via Campesina)

³ Nesse período, verifica-se a ascensão de líderes como Mauricio Macri (Argentina, 2015), Lenin Moreno (Equador, 2017), bem como golpes parlamentares contra representantes democraticamente eleitos – caso de Zelaya (Honduras, 2009), Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016).

Às portas do novo século e diante do novo modo de produção neoextrativista, a Via Campesina já possuía mais de uma década de organização. Desde sua fundação, assumia firme antagonismo ao sistema de produção capitalista num amplo esforço antissistêmico, denunciando os regimes e atores internacionais responsáveis pela subalternização das populações do campo – especialmente Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) –, bem como defendendo os costumes e saberes tradicionais de produção agrícola. Construídas nesse ensejo de *re-existências* e enfrentamento às instituições internacionais, ressaltam-se a defesa da soberania alimentar e da agroecologia.

O conceito de soberania alimentar foi utilizado pela primeira vez na II Conferência Internacional da LVC, em Tlaxcala, México (LVC, 1996). Desde então, o termo encontra-se cristalizado como um dos pilares principais do movimento internacional campesino. Em síntese, a soberania alimentar defende os direitos dos povos à produção, ao território e ao consumo de alimentos saudáveis, com atenção às diferentes culturas e cosmovisões que mantêm vivos os costumes alimentares tradicionais, rejeitando, assim, o padrão vigente (ROSSET, 2016).

Frente a isso, é intencional e reforçada a diferenciação entre soberania alimentar, defendida pelos movimentos rurais, e segurança alimentar, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Ao contrário de LVC, a FAO defende o “direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome” (FAO, 1996). Ou seja, condiz a um projeto omissivo quanto à subjetividade daquele que cultiva, bem como às etapas de produção na cadeia global alimentar – o único conceito atento a essas nuances é o de soberania alimentar⁴.

Como alternativa para alcançar a recuperação e o equilíbrio das relações homem-natureza, propõe-se a agroecologia. Fortemente associada ao conceito de soberania alimentar e reforma agrária, a agroecologia campesina visa produzir alimentos ecologicamente responsáveis e culturalmente inseridos na realidade das populações camponesas. Essa forma de alimentar e ser alimentado não só é relevante para a qualidade de vida no campo, mas também reflete positivamente

⁴ Aprofundando esta conceituação, lê-se em Desmarais (2002): “Essa ideia de soberania alimentar (...) está no centro do modelo alternativo de desenvolvimento agrícola que a Via Campesina está trabalhando para estabelecer. (...) . Como tal, a Via Campesina está defendendo uma mudança fundamental em quem define e determina o propósito e os termos do conhecimento, pesquisa, tecnologia, ciência, produção e comércio relacionados aos alimentos. O que a Via Campesina está falando [Via Campesina, 1996] é a necessidade de construir culturas e economias camponesas baseadas em princípios “que ainda não desapareceram completamente” como imperativos e obrigações morais, equidade, justiça social e responsabilidade social. Isso, de acordo com a Via Campesina, é o que significa construir comunidade e cultura rural” (DESMARAIS, 2002, p. 100. Tradução nossa).

no consumo das cidades, fortalece a associação dos movimentos sociais entre si e reduz os riscos de adoecimento das populações locais. Ademais, são úteis na medida em que reduzem as emissões de gás carbônico, são mais resilientes às mudanças climáticas, protegem a diversidade genética de sementes, bem como são capazes de reverter a degradação do solo e agroecossistemas (LVC, 2010; 2013b; 2018a).

Vale ressaltar também que a proposta campesina de agroecologia possui fortes raízes feministas, uma vez que “reconhece as mulheres como agentes centrais da mudança, nas plantações e nos movimentos sociais”, dando a elas “mais autonomia e empoderamento, dentro de suas famílias e comunidades” (LVC, 2018a, p. 15). É devido à forte presença feminina na estruturação familiar e produtiva do campo, assim como à marcante atuação das mulheres em suas respectivas organizações camponesas, que a luta feminina contra o patriarcado é estruturante à Via Campesina. A proposição do Feminismo Camponês e Popular é considerada o marco decisório desse processo.

Num recorte mais orientado à atuação regional, para além dos eixos de luta transnacionais, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) privilegia como pautas: o constante apoio à Revolução Cubana e o rechaço ao bloqueio sofrido pelo país; o repúdio à militarização no campo e ao conseqüente recrudescimento da repressão aos defensores da justiça fundiária; a posição prestigiada do movimento indígena e a especial defesa ao *buen vivir* (CLOC, 1997; 2002; 2005; 2010; 2015; 2019). Quanto a este último, é válida atenção especial, uma vez que o conceito de *sumak kawsay*⁵ (ou bem-viver) torna-se fundamental ao léxico e à práxis da Via Campesina na região, dado o expressivo papel das comunidades indígenas na defesa dos territórios e seus bens comuns. Além disso, o enfrentamento à violência colonial, manifestada também nas dinâmicas neoextrativistas, são peças fundamentais na agenda política da Via.

Em suas Declarações de Conferência, é possível identificar com mais clareza esses pontos de tensionamento particulares à região latino-americana:

A América Latina sofre com altos níveis de desigualdade e concentração fundiária. É o resultado de processos históricos desde a invasão colonial e a constituição de dois estados nacionais, várias décadas de neoliberalismo e processos de contrarreforma agrária que provocaram concentração e reconcentração de terras.

⁵ Caro aos teóricos decoloniais, o conceito de *buen vivir* é assim entendido por Mignolo (2007), em reflexão sobre as contribuições apresentadas por Waman Poma de Ayala no século XVII: “O ritmo das estações, a convivência no e com o mundo natural: sol, lua, terra, fertilidade, água, runas (seres vivos que no Ocidente são descritos como “seres humanos”) coexistem na harmonia do “bem viver”. Essa harmonia é significativa, no início do século XVII, quando a formação do capitalismo já mostrava desprezo pelas vidas humanas descartáveis (indígenas e negros, principalmente), submetidas à exploração do trabalho, expropriadas de sua casa (a terra onde foram), e a sua residência transformada em terreno como propriedade individual. Numa época em que os europeus, em seus projetos econômicos, não contemplavam a harmonia da vida nem o movimento das estações, mas concentravam todos os seus esforços no aumento da produção (ouro, prata, café, açúcar etc.), morresse quem morresse” (MIGNOLO, 2007, p. 38, tradução nossa).

Nos últimos anos, houve um novo fenômeno de gestão da terra por parte do estado, do agronegócio transnacional e das empresas financeiras transnacionais. A Grilagem de terras viola os direitos humanos, porque rouba das comunidades rurais suas chances de se alimentarem agora e no futuro. Reafirmamos a luta pela Reforma Agrária Integral e pela Soberania Alimentar como pilares centrais do nosso projeto de futuro. *Reconhecemos avanços como os alcançados na Bolívia*, onde a propriedade coletiva das comunidades rurais e indígenas é legalmente reconhecida e limita a concentração de terras. *No entanto, vemos que, em termos gerais, o respeito ao direito à terra e ao território na América Latina retrocedeu* (CLOC, 2010, tradução e grifos nossos).

Para articular a luta em torno desses estandartes gerais, a Via Campesina organiza-se em torno de Coletivos Temáticos de Trabalho em nível internacional. São eles: Corporações Transnacionais e Agronegócio e Direitos Camponeses; Justiça Climática, Trabalhadores Migrantes, Políticas Públicas; Oposição à OMC e aos Tratados de Livre Comércio; Agroecologia, Sementes e Biodiversidade; Terra, Água e Territórios. Orientadas por cada coletivo, são organizadas regionalmente mobilizações pontuais, protestos, campanhas, conferências internacionais, atividades de formação, dentre outros.

Entre os anos de 2013 e 2021, foram registrados pela Via Campesina em seus Relatórios Anuais em torno de 60 atividades locais nos países latino-americanos de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (LVC, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018b; 2019; 2020; 2021; 2022). Digno de especial atenção, em razão da expressiva quantidade de correspondências encontradas em referência à América Latina nos Relatórios Anuais da Via Campesina, destacam-se o Coletivo de Agroecologia, Sementes e Biodiversidade e o Coletivo de Trabalho Terra, Água e Territórios. Neles, o trabalho de formação de base conduzido pelos Institutos Latino-Americanos de Agroecologia (IALAs) e a constante articulação em defesa da reforma agrária justa e popular foram destaques.

RE-EXISTIR: A LUTA DA CLOC-VIA CAMPESINA POR AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E REFORMA AGRÁRIA NO MARCO DO NEOEXTRATIVISMO

Como metodologia central para a articulação da Via Campesina na América Latina, é indispensável apresentar os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs). A partir do pressuposto da indissociabilidade entre território-sujeitos-educação-agroecologia, os IALAs visam consolidar a agroecologia como caminho para a soberania alimentar, sendo esta responsável pela emancipação humana das comunidades camponesas. Nesse sentido, busca-se *reterritorializar* o processo educativo, numa abordagem particular à realidade sociocultural e política do campo, cujas

bases se assentam sobre a Educação do Campo e a Pedagogia Camponesa Agroecológica. Para Barbosa e Rosset (2017, p. 716), acerca da construção dessa pedagogia camponesa, entende-se:

As abordagens pedagógicas [Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Milpa e Pedagogia do Exemplo] são intrínsecas à Pedagogia Camponesa Agroecológica e apresentam as três epistemes ou visões típicas do mundo rural que convivem na LVC/CLOC — a proletária, a indígena e a camponesa —, as quais participam em um grande Diálogo de Saberes: cada uma aporta de maneira significativa a uma agroecologia diferente, de caráter político e com uma *práxis* pedagógica para a formação agroecológica e camponesa emergente.

Quanto à formação política agroecológica, os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) são fundamentais, tendo como princípios o internacionalismo, trabalho, *práxis* e organização. Atualmente, os IALAs em funcionamento são: Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Paraná, Brasil; Instituto Universitário Latinoamericano de Agroecologia “Paulo Freire” (IALA Paulo Freire), em Barinas, Venezuela; Instituto Agroecológico Latino-Americano Guaraní, no Paraguai; Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA — Amazônico), no Pará, Brasil. Ademais, conta-se também com a *Universidad Campesina* “SURI” (UNICAMP-SURI), localizada na Argentina, bem como a *Escuela Nacional de Agroecología* do Equador (LVC, 2015b).

Especificamente tratando da Pedagogia do Exemplo, a metodologia “*Campesino a Campesino*” é largamente utilizada pelos militantes da CLOC, estando presente em várias formações em agroecologia (BARBOSA; ROSSET, 2017). A *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (ANAP), de Cuba, é referência internacional desse processo, reconhecido pela Via Campesina como “a melhor forma de camponeses e agricultores familiares desenvolverem e compartilharem suas próprias tecnologias de produção e sistemas agroecológicos” (LA VIA CAMPESINA, 2013b, p. 12), posto que priorizam a transmissão horizontal de saberes entre famílias do campo, ao invés da verticalidade verificada quando um “técnico” ensina as comunidades rurais. Por esse valor reconhecido e respeitado pelas organizações de base, a expressão “*Campesino a Campesino*” (ou *From-Farmer-to-Farmer*) possui uma quantidade considerável de correspondências nos materiais produzidos pela Via Campesina e, neste caso em especial, em seus Relatórios Anuais.

Por fim, em se tratando do Coletivo de Trabalho Terra, Água e Territórios, a reforma agrária apresenta-se como pauta basilar e é recorrentemente defendida nas ações regionais da Via Campesina, sendo a Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil, evento emblemático no período analisado.

Ao trazer luz aos fóruns internacionais como importantes mecanismos de articulação transnacional da Via Campesina na América Latina, a Conferência Internacional por Reforma Agrária demonstra ser modelo ímpar. Carregada de fortes simbologias, a Conferência foi sediada em

Marabá (Pará, Brasil), entre os dias 13 e 17 de abril de 2016, em alusão aos vinte anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido na mesma região, em 17 de abril de 1996. Naquela oportunidade, reuniram-se mais de cento e trinta representantes da LVC e seus aliados, advindos de quatro continentes, dez regiões e vinte e oito países. O resultado desse processo foi a formulação da Declaração de Marabá, por meio da qual se renovaram os compromissos das entidades envolvidas com a justiça fundiária, além de defender a soberania alimentar como viés indissociável da luta pela reforma agrária popular (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018).

Na seção “A situação atual: A ofensiva do Capital contra nossos territórios em todo o mundo e os ataques à democracia” da Declaração, são identificadas as formas de expropriação comuns à América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa, onde se observa a associação entre o capital e governos, independentemente de sua ideologia orientadora; bem como fazendo referência aos (bem-sucedidos ou não) golpes de estado promovidos:

No atual período histórico, assistimos ao surgimento de *uma aliança entre o capital financeiro, as empresas transnacionais, o imperialismo, amplos setores dos Estados nacionais (quase sem levar em conta sua pretensa ideologia)*, particularmente, mas não apenas, as instituições judiciais e de segurança pública, a setores da agricultura industrial, pesca e alimentos (incluindo agronegócio e aquicultura), mineração, construção, silvicultura e outros setores extrativos, e a grande mídia. Os membros desta nova aliança estão promovendo uma avalanche de privatizações [...] estão usando a financeirização para converter tudo em commodities, [...] Essa aliança tornou-se a principal força por trás de *uma onda de tentativas de golpe de Estado, muitas das quais estão ocorrendo agora mesmo*. Esses golpes variam de “suave”, “técnico”, golpes “parlamentares” e “judiciais”, aos mais violentos golpes militares, todos eles desrespeitam a lei, as constituições e a vontade popular. (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018, p.88, tradução e grifos nossos).

Em seguida, no tópico “*Por quê lutamos contra o agronegócio*”, destaca-se que essas alianças têm resultado na utilização, em sobremaneira, das grandes propriedades rurais – antes improdutivas – em grandes empreendimentos do agronegócio.

A emergência dessa nova aliança entre o capital financeiro, o agronegócio, o Estado e os meios de comunicação de massa – e sua capacidade de disputar territórios, a opinião pública e o Estado, *mesmo onde o governo é “progressista”* – nos obrigou a realizar mais uma vez um processo de reflexão e reformulação de nossos conceitos e propostas, bem como de nossas estratégias, formas e práticas de luta.

Aqui no Brasil, vimos como o capital financeiro transformou o velho inimigo dos camponeses e trabalhadores sem-terra – os latifúndios ou latifúndios improdutivos – em agronegócios capitalizados, minas, pesca industrial e aquicultura e projetos energéticos. Na realidade, *todos esses setores ditos “produtivos” estão, em sua maioria, “produzindo” pobreza extrema e devastação ambiental* (LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2018, p. 88-89, tradução e grifo nossos).

Ao utilizar o Brasil como caso simbólico desse processo de vinculação entre Estado e capital transnacional, a Declaração evidencia o processo neoextrativista em curso na América Latina.

Demonstram como as promessas de progresso e desenvolvimento econômico, por parte de governos progressistas, acabam por produzir, na realidade, a pauperização das comunidades e a destruição do meio-ambiente. Ademais, é válido destacar que a incidência das críticas recai em sobremaneira sobre os governos de extrema-direita, ascendentes durante o período de realização da Conferência de Marabá. Como resposta a esse novo contexto, propõe-se, em associação à soberania alimentar e agroecologia, a Reforma Agrária Popular. Afirmam na seção “*O que defendemos e conclamamos: Reforma Agrária e Popular*”:

Nesse sentido, consideramos a proposta de nossos camaradas brasileiros por uma Reforma Agrária Popular, uma reforma agrária não só para os sem-terra, mas para todas as classes trabalhadoras e para toda a sociedade. Essa abordagem agroecológica e territorial da reforma agrária só pode ser conquistada por meio da luta de classes e do enfrentamento direto do projeto do Capital, incluindo seus lucros, meios de comunicação e seus agentes nacionais e internacionais. Esta é uma reforma agrária para maximizar o potencial da agricultura camponesa, da economia e do território (LA VÍA CAMPESINA et al., 2018, p. 90, tradução nossa).

Com esse propósito, a Via Campesina ressalta os avanços já conquistados ao redor do mundo, especialmente em se tratando da educação agroecológica e a retomada de territórios. A metodologia cubana “campesino a campesino” é elogiada, assim como a brasileira “Educação do e para o Campo”. Por fim, apontando a estratégias futuras, a Declaração identifica vinte e um obstáculos a serem superados por suas organizações de base, na seção “Nossos desafios”. Dentre eles, destacam-se:

Transformaremos a luta pela terra em luta pelo território, desenvolvendo um novo modelo produtivo de soberania alimentar, baseado em uma agroecologia mais “autônoma”, utilizando recursos e insumos locais próprios e resgatando nossos saberes ancestrais. [...]

Desenvolveremos uma análise do papel desempenhado pelo narcotráfico na desestabilização de nossos territórios com a cumplicidade do capital e dos governos, bem como uma estratégia para combater esse problema de forma mais eficaz.

Abordaremos a concentração empresarial em diferentes setores da economia, com destaque para a agroindústria, pesca e alimentação, mídia e sistemas financeiros, bem como os ataques frontais à democracia.

Criaremos formas de luta que gerem prejuízos econômicos para o capital, as transnacionais, os bancos e outros agentes do capital. [...]

Opor-nos-emos à ascensão do fundamentalismo religioso conservador e de direita, do racismo e da discriminação cultural. Lutaremos contra a nova onda de leis e tratados neoliberais de privatização.

Repensaremos a relação entre os nossos movimentos populares, o Estado, os partidos políticos e os processos eleitorais, tendo em conta a história e o contexto específico de cada país, e combateremos o enfraquecimento generalizado dos mecanismos internacionais e nacionais de direitos humanos (LA VÍA CAMPESINA et al., 2018, p. 90-91, tradução nossa).

Nesses tópicos, especificamente, apresentam-se as permanentes bandeiras de reivindicação da Via Campesina, isto é, a promoção da soberania alimentar e da agroecologia como indispensáveis ao processo de defesa dos territórios, bens comuns e comunidades rurais; além de inserir as novas contingências conjunturais observadas pelos movimentos em luta. São elas: a cumplicidade do Estado e a necessidade de se repensar a relação estabelecida entre governos e entidades de base, especialmente em se tratando da ascensão do narcotráfico, do fundamentalismo religioso e da extrema-direita. Também, a defesa da democracia e a proteção aos direitos humanos é reforçada. Assim, a Declaração se encerra com os votos de defesa à vida em si, em resistência incessante por meio da luta “pelo direito dos povos à terra e ao território, pela promoção da soberania alimentar e produção agroecológica, para pôr fim à fome e à pobreza” (LA VÍA CAMPESINA et al., 2018, p. 92, tradução nossa).

Esse processo de rearticulação e reformulação das *re-existências*, em resposta às próprias atualizações das formas de dominação do sistema-mundo moderno e da matriz moderna/colonial de poder, é descrito por Catherine Walsh (2018, p.45, tradução nossa). A autora, assim, defende:

A dinâmica visível da acumulação global do capital – incluindo máfias de drogas, projetos megatransnacionais (por exemplo, energia e turismo), extrativismo, contaminação da água e da terra, desterritorialização, violência e morte – é o que mais frequentemente impulsiona, organiza e orienta comunidades e lutas baseadas em movimentos, lutas que são pela vida e por uma ordem social radicalmente diferente. Embora essas lutas nem sempre sejam rotuladas por seus participantes como decoloniais (nem necessariamente enquadradas pelo conceito de decolonialidade), elas podem ser entendidas como tal por causa de suas práxis proposicionais e prospectivas em direção a um modelo diferente.

Em suma, entende-se que tanto a proposta da Educação do Campo, alicerçada na Pedagogia Camponesa Agroecológica e na metodologia Campesino a Campesino, quanto a estruturação de fóruns transnacionais antissistêmicas podem ser lidos pela lente decolonial. Isso porque representam “o trabalho contínuo de se plantar e crescer uma alternativa, apesar de e nas bordas, margens e rupturas da ordem moderna/colonial/capitalista/heteropatriarcal” (WALSH, 2018, p. 101, tradução e grifos nossos), sendo essas alternativas derivadas, portanto, das sabedorias ancestrais, negras, indígenas, femininas, jovens, camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É porque os movimentos sociais do campo *re-existem* que perdura a Via Campesina. Surgida em 1993, concomitantemente à consolidação das instituições do Consenso de Washington, a LVC hoje conta com 182 organizações locais e nacionais, distribuídas por 82 países. Contra o neoliberalismo e em defesa da agroecologia em prol da soberania alimentar, esse “movimento de movimentos” assumiu contornos particulares de articulação regional na América Latina a partir dos anos 2000, protagonizada pela Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina).

Nesse período, tem-se a inauguração de um novo paradigma orientador: o neoextrativismo. Segundo Maristella Svampa (2017), estabeleceu-se no século XXI o chamado “Consenso das Commodities”, o qual impulsionou os governos dos países latino-americanos a uma reprimarização da economia para atender às demandas do mercado externo. Assim, ao mesmo tempo em que os líderes políticos latino-americanos defendiam pautas sociais e ambientais, contraditoriamente permissivos diante da implementação de megaprojetos de impactos ecológicos e sociais.

Ao manter e aprofundar antigas dinâmicas coloniais de poder sobre as comunidades, especialmente campesinas e indígenas, percebe-se que o neoextrativismo é a expressão atual das dinâmicas coloniais na América Latina. Diante disso, a decolonialidade toma forma como processo ímpar de *re-existência* criativa desses indivíduos, motivando-os a resguardar seus saberes tradicionais e a atuar para romper com as dinâmicas gestadas pela modernidade (MIGNOLO; WALSH, 2018).

Nesse sentido, verifica-se que a CLOC-Via Campesina *re-existe* de duas principais formas: ao estruturar os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) e ao promover conferências internacionais, quer sejam da CLOC ou da Via Campesina Internacional. Quanto a essa última forma de atuação da Via, trouxemos luz a um evento emblemático: a Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil, realizada em 2016. Em subversão à imposta modernidade, as entidades de base do movimento transnacional difundem a Educação do Campo e a Pedagogia Camponesa Agroecológica (BARBOSA; ROSSET, 2017), assim como a defesa radical de uma Reforma Agrária e Popular (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: Aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705–724, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8YqVNpHcmHV6 QTwcJzvFjnk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COSTA, Luciomar Monteiro da. **Agroecologia na Amazônia desafios e perspectivas no contexto da reforma agrária**: um estudo de caso em Ariquemes-Rondônia. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) — Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186331>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Quito, V Congreso de la CLOC**. Quito: CLOC; LVC, 2010. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/congreso-de-la-cloc-declaracion-de-quito/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración Política del VII Congreso de la CLOC LVC**. La Habana: CLOC; LVC, 2019. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-politica-del-vii-congreso-de-la-cloc-lvc>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Brasília, II Congreso de la CLOC**. Brasília, DF: CLOC; LVC, 1997. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-de-brasilia-2>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de México, III Congreso de la CLOC**. Tlalpan: CLOC; LVC, 2002. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iii-congreso-de-la-coordinadora-latinoamericana-de-organizaciones-del-campo-2002-01-01>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Guatemala, IV Congreso de la CLOC**. Iximulew: CLOC; LVC, 2005. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iv-congreso>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Argentina, VI Congreso de la CLOC**. Buenos Aires: CLOC; LVC, 2015. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iv-congreso>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DESMARAIS, Annette-Aurélié. Peasants speak-The Vía Campesina: Consolidating an international peasant and farm movement. **The Journal of Peasant Studies**, v. 29, n. 2, p. 91–124, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714003943>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DUSSEL, Enrique. Meditaciones Anti-Cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 153–197, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero09/meditaciones-anti-cartesianas-sobre-el-origen-del-anti-discurso-filosofico-de-la-modernidad/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma: FAO, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 9 mar. 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, Jürgen et al. **Extractivismo, Política Y Sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009, p. 187–225. Disponível em: <http://extractivismo.com/2009/11/extractivismo-politica-y-sociedad/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2013 Annual Report**. Harare: LVC, 2014. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2013-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2014 Annual Report**. Harare: LVC, 2015a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2014-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2015 Annual Report**. Harare: LVC, 2016. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-annual-report-2015-english-version/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2016 Annual Report**. Harare: LVC, 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2016-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2017 Annual Report**. Harare: LVC, 2018b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2017-annual-report-is-out/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2018 Annual Report**. Harare: LVC, 2019. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2018-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2019 Annual Report**. [S.l.]: LVC, 2020. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2019-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2020 Annual Report**. [S.l.]: LVC, 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2020-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2021 Annual Report**. [S.l.]: LVC, 2022. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **From Maputo to Jakarta: 5 Years of Agroecology in La Via Campesina**. Jakarta: LVC, 2013b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/from-maputo-to-jakarta-5-years-of-agroecology-in-la-via-campesina/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina in Action for Climate Justice**. Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2018a. (Volume 44.6). Disponível em: <https://viacampesina.org/en/publication-la-via-campesina-in-action-for-climate-justice-radical-realism-for-climate-justice/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Peasant Agroecology for Food Sovereignty and Mother Earth: experiences of La Via Campesina**. Harare: LVC, 2015b. (Caderno n. 7). Disponível em: <https://viacampesina.org/en/peasant-agroecology-for-food-sovereignty-and-mother-earth-experiences-of-la-via-campesina-now-available/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Peasant and Family Farm-based Sustainable Agriculture Can Feed the World.**

Jakarta: Via Campesina Views, 2010. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2010/04/Small-Farmere-Feed-the-World.compressed.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala Declaration of The Via Campesina.** Tlaxcala: LVC, 1996. Disponível em:

<https://viacampesina.org/en/who-are-we/our-conferences/2-tlaxcala-1996/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA *et al.* **New Challenges and Strategies in the Defense of Land and Territory.** Bangkok:

Land Research Action Network (LRAN), 2018. (LRAN Briefing Paper Series, n. 4) Disponível em:

<https://focusweb.org/publications/new-challenges-and-strategies-in-defense-of-land-and-territory/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LANDER, Edgardo. Neoextractivismo: debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en

suramérica. **Investigaciones Sociales**, v. 20, n. 37, p. 307–314, 2017. Disponível em:

<https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/sociales/article/view/13481>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In:* HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**

hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 51–77. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.

In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127–168.

MERCHAND ROJAS, Marco Antonio. Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. **Espiral**

(Guadalajara), v. 23, n. 66, p. 155–192, 2016. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-05652016000200155&script=sci_abstract. Acesso em: 12 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto. *In:* CASTRO-

GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 25–46.

OCAMPO, José; FLORES, Luis Eduardo Bértola. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Lima:

Clacso, 2020, p. 861–920. Disponível em: [http://www.clacso.org.ar/libreria-](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=2238&campo=titulo&texto=cuestiones)

[latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=2238&campo=titulo&texto=cuestiones](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=2238&campo=titulo&texto=cuestiones). Acesso em: 9 mar. 2023.

ROSSET, Peter Michael. La reforma agraria, la tierra y el territorio: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. **Mundo Agrario**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/55894>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2020.

SVAMPA, Maristella Naomé. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 140–173. Disponível em: <https://rosalux.org.br/product/descolonizar-o-imaginario-debates-sobre-pos-extrativismo-e-alternativas-ao-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella Naomé. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. Disponível em: <http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/25058>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella Noemí. Cuatro claves para leer América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 1, n. 268, p. 50–64, 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/cuatro-claves-para-leer-america-latina/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista Nera**, n. 20, p. 58–82, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1865>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WALSH, Catherine. The Decolonial *For*: Resurgences, Shifts, and Movements. *In*: MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On Decoloniality**: concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018, p. 135–152. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822371779>. Acesso em: 9 mar. 2023.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

DIREITOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, IMPACTOS PELO CULTIVO DO DENDÊ E CONFORMIDADE COM A ROUNDTABLE SUSTAINABLE PALM OIL NA AMAZÔNIA

Martha Regina de Jesus Melo Méra¹(NAEA/UFPA),
Nirvia Ravena²(NAEA/UFPA)
Cleyton Alves Candeira Pimentel³(NAEA/UFPA)
Alana Paula de Araujo Aires⁴(NAEA/UFPA)

RESUMO: A produção global de óleo de palma desempenha um papel crucial na indústria devido à sua alta eficiência e versatilidade. No entanto, essa atividade está ligada a uma série de desafios ambientais e sociais, incluindo desmatamento, perda da fauna e conflitos de terra. Em resposta a esses desafios, surgem iniciativas voltadas para promover uma produção mais sustentável, como os padrões de certificação estabelecidos pela RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil). No Brasil, o cultivo de dendê tem experimentado um aumento significativo, especialmente na região amazônica, impulsionado pelas políticas de estímulo à produção de biocombustíveis. No entanto, esse crescimento enfrenta obstáculos significativos, como conflitos com comunidades tradicionais e áreas de conservação. Os resultados de pesquisas, obtidos por meio de formulários aplicados a trinta famílias residentes próximas às plantações de palma, evidenciam mudanças preocupantes na qualidade da água e dos alimentos consumidos, bem como uma redução na biodiversidade e um aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos. Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de reavaliar o processo de obtenção das certificações, garantindo uma participação das comunidades afetadas. Além disso, implementar medidas mais abrangentes de avaliação e controle dos impactos causados pela monocultura do dendê na Amazônia.

Palavras-chave: Óleo de palma; Amazonia, RSPO; Impactos ambientais.

INTRODUÇÃO

A necessidade de produção de óleo de palma é um tema complexo influenciado por uma série de fatores que abrangem desde demandas globais por alimentos e produtos de consumo até questões ambientais e econômicas. A produção e uso global do óleo de palma têm uma importância significativa na indústria por sua versatilidade e eficiência sendo amplamente utilizado. Por produzir uma quantidade significativamente maior de óleo por hectare em comparação com outras

¹ Mestranda em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido NAEA/PPGDSTU/UFPA. Economista, ICSA/UFPA. Graduanda em Bacharelado História IFCH/UFPA. BRASIL, e-mail. martha.mera@icsa.ufpa.br

² Doutorado em Ciência Política e Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ. Docente NAEA/UFPA. BRASIL E-mail: niravena@uol.br

³ Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA/NAEA/PPGDSTU. BRASIL cleytonacandeira@gmail.com

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA. Mestra em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, NUMA/UFPA. Especialista em Comunicação Científica na Amazônia, NAEA/UFPA. Economista, ICSA/UFPA. BRASIL E-mail: alanah.aires@gmail.com

culturas oleaginosas, como a soja ou o óleo de canola, o óleo de palma tornou-se atraente do ponto de vista econômico.

É importante reconhecer que a produção crescente de óleo de palma também está associada a preocupações significativas, incluindo o desmatamento de florestas tropicais, perda de habitat da vida selvagem, emissões de gases de efeito estufa, conflitos de terra e questões trabalhistas. Portanto, a crescente necessidade de óleo de palma também aumentou a pressão para tornar sua produção mais sustentável, com muitas organizações e empresas buscando aderir a padrões de certificação, como o da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), uma organização internacional que assim como outras organizações se propõe a legitimar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis e conciliar com a crescente demanda pelo produto.

O Brasil, como um dos maiores produtores de commodities agrícolas, tem investido na produção de óleo de palma como parte de sua estratégia para atender à crescente demanda global por alimentos e biocombustíveis. O cultivo de dendê tem crescido especialmente na região norte do país, impulsionado por políticas públicas de estímulo à produção de biocombustíveis e à diversificação da matriz energética. Na década de 1970, com a crise do petróleo, o governo brasileiro deu incentivo à produção de biocombustíveis no Brasil, que teve seu marco inicial no Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) e na década seguinte, foi criado o Plano de Produção de Óleos Vegetais para fins Energéticos (PROÓLEO), refletindo a diversificação da matriz energética nacional (PIRES DO RIO, 2011). O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2004 pelo Governo Federal, como um dos principais instrumentos de promoção da expansão de oleaginosas no Brasil (DA SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017).

Esse programa também introduziu o Selo Combustível Social (SCS) com o propósito de certificar a inclusão social de agricultores familiares nas cadeias produtivas de oleaginosas destinadas à produção de combustíveis renováveis. No ano de 2016, foi criado o Programa RenovaBio pelo Ministro de Minas e Energia (MME) a fim de "aumentar a eficiência na produção e uso de biocombustíveis" e "reconhecer que diferentes biocombustíveis contribuem de maneira diferente para descarbonização tal qual apresentada na COP-21" (BARROS, 2017).

Apesar dos investimentos, o Brasil enfrenta desafios significativos em relação ao cultivo de óleo de palma. Na região amazônica, uma série de conflitos e tensões emergiram à medida que empresas responsáveis pelo cultivo de dendê colidiram com as comunidades tradicionais e áreas de conservação ambiental, onde a exploração econômica se choca com questões de direitos humanos.

A complexidade que envolve a exploração do dendê em regiões sensíveis como a Amazônia é evidenciada pelos conflitos e tensões gerados na região em conjunto com a demanda global por óleo

de palma. Diante desse cenário, esta pesquisa propõe-se a investigar os impactos resultantes do plantio de palma na região nordeste do estado do Pará visando fornecer um entendimento dos efeitos ambientais, sociais associados a essa atividade.

HISTÓRICO

Na Amazônia, segundo Aquino Júnior (2019) há evidências que em meados do século XX ocorreu o primeiro plantio comercial de dendê na Região Norte, especificamente em Benevides, Pará, em 1968, como parte dos esforços para explorar opções energéticas alternativas que ganhou impulso, regionalmente, com Programa Nacional de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PSOP) consolidando o que o autor chama de “Polígono do Dendê”, compreendido como uma estrutura de organização socioeconômica no território dos municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, Tomé Açu, São Domingos do Capim e Tailândia. Para o autor, temos nesse cenário o papel do Estado como incentivador para gerar o desenvolvimento regional e as tarefas que envolvem o plantio do dendê, geralmente sendo executadas pelo setor privado.

Segundo Nahum (2020) a expansão do cultivo de dendê na Amazônia foi fortemente influenciada pelo governo, tornando-se uma política estatal. Com a "Operação Amazônia" na década de 60 o Estado, o mercado e o capital atuaram como pilares incentivando a apropriação de terras por meio de grandes projetos agrícolas com a ideia de que a região era um "espaço vazio" associando a natureza como uma fonte de recursos a serem explorados para gerar empregos, renda e inclusão social o que gerou a construção de redes de infraestrutura, na perspectiva de que a região estava vazia e cheia de oportunidades para investidores.

No entanto, o que era considerado um “espaço vazio”, na realidade eram áreas já habitadas por comunidades que dependiam da terra para sua subsistência. Como consta no trabalho de Nahum (2020) essa abordagem resultou em conflito pela terra, já que o capital expropria terras ocupadas por comunidades tradicionais que viviam há séculos sem títulos de propriedade. Essa expansão agrária na Amazônia resultou em tensões e conflitos. A discussão sobre o uso do dendê na produção de biodiesel evoca a ideia de fronteira agrícola, que enfatizava a disponibilidade de terras não utilizadas e os estímulos para torná-las lucrativas do ponto de vista econômico (DA SILVA; NAVIGANTES-ALVES, 2017). A busca pela modernização e a ideologia da fronteira agrícola deixaram uma estrutura agrária desigual e um rastro de conflitos e violência no espaço amazônico (NAHUM, 2020).

Com a globalização e a abertura das economias nacionais às transações comerciais e investimentos nas décadas de 1980 e 1990, as cadeias globais de valor surgem como uma forma de organização global da produção e da distribuição em um mercado globalizado, no qual empresas

transnacionais operam de forma descentralizada atendendo a demandas locais e globais em constante mudança por tecnologia e mão de obra (GEREFI, HUMPHREY & STURGEON, 2005). Os padrões de produção consolidam técnicas de qualidade e segurança para obter homogeneidade no processo produtivo que tangem para a sustentabilidade onde os impactos locais e globais são considerados como fatores determinantes para questões como alta concentração de renda, aumento da pobreza, baixo retorno de renda para pequenos produtores, irregularidades no trabalho e conflitos de terra (BOLWIG et al, 2010).

CERTIFICADORAS

As certificações ambientais importantes meios para promover a sustentabilidade e assegurando não somente um nível de qualidade aos consumidores assim como a origem dos alimentos venha de uma agricultura sustentável e com respeito aos direitos sociais. Produtores devem comprovar, durante auditorias, que os critérios para a certificação estejam sendo seguidos. (RAMOS, RIBASKI, THIESEN 2022)

Fundada em 2004, a Roundtable on Sustainable Palm Oil - RSPO é uma organização internacional que reúne partes interessadas dos principais setores da indústria de óleo de palma para promover o crescimento e o uso de óleo de palma sustentável. Por não haver um sistema regulatório global do óleo de palma, sua regulação ocorre por meio de um arranjo institucional privado onde as políticas públicas nacionais são projetadas pela reputação dada ao RSPO de garantir a produção dentro dos padrões ambientais, sociais e trabalhistas por parte das empresas no âmbito internacional (VEIGA e RODRIGUES, 2016).

A RSPO estabeleceu padrões e princípios para promover a produção sustentável de óleo de palma que orientam as práticas sustentáveis na indústria do óleo de palma e para garantir que esses padrões sejam seguidos pelas empresas parceiras implementa um sistema abrangente de monitoramento, verificação e certificação. Os principais princípios norteadores implantados pela RSPO são divididos em três áreas de impacto como pode ser verificadas na tabela 01.

Tabela 01: Princípios RSPO

Áreas de impacto	Princípios
Prosperidade – Setor sustentável	Otimizar produtividade, eficiência, impactos positivos e resiliência
Pessoas – Garantir o respeito aos direitos humanos e redução da pobreza	Garantir Legalidade, Respeito pelos Direitos à Terra e Bem-Estar Comunitário Respeitar os direitos e condições dos trabalhadores
Planeta – Conservação de ecossistemas	Proteger, conservar e aprimorar ecossistemas e o meio ambiente

Fonte: RSPO (2019)

Os conflitos devido a disputas sobre a legalidade das operações das empresas surgem quando estas não se envolvem em consultas transparentes com as comunidades locais antes de iniciar novas plantações ou não respeitam os direitos dessas comunidades garantindo o consentimento livre, prévio e informado antes de iniciar novas operações e mitigar os impactos sociais negativos (RSPO 2022).

ÓLEO DE PALMA NA AMAZÔNIA E CONFLITOS

Em relação a dendeicultura na Amazônia, os conflitos entre as empresas responsáveis pelo plantio e beneficiamento da oleaginosa com as comunidades tradicionais ficou conhecida como a “guerra do dendê”. No ano de 2022, de acordo como foi noticiado pelo portal de notícias G1, duas das principais empresas que operam na região nordeste do Pará estavam envolvidas em acusações que envolvem grilagem, cartório-fantasma e avanço de plantações sobre territórios de comunidades tradicionais.

Ainda de acordo com a reportagem, terras da empresa Agropalma, situadas entre os municípios paraenses de Acará, Moju e Tailândia, estão sobrepostas à terras de comunidades quilombolas que tentam obter a demarcação de suas terras e comunidades indígenas localizadas no município de Tomé-Açu estão cercadas pelas plantações da empresa Brasil BioFuels - BBF (antiga BioPalma) criando tensões e conflitos em áreas que são protegidas por lei.

No trabalho de Damiani et al. (2020) foi verificado que os impactos causados pelo plantio de dendê no entorno das comunidades indígenas da etnia Tembê estão relacionados às ações humanas durante o cultivo da oleaginosa, incluindo impactos imediatos e contínuos ao longo do tempo. As mudanças começaram junto com o empreendimento e foram confirmadas por documentos e notícias sobre as preocupações da comunidade com agrotóxicos e contaminação da água. Esses impactos persistiram durante a expansão do cultivo, embora tenham variado em intensidade e natureza. A contaminação de nascentes, a perda de biodiversidade e vegetação além de gerarem doenças e transtornos com o aparecimento de pragas, modificou radicalmente o modo de vida da comunidade que embora possua legalmente suas terras demarcadas, viu seu modo de vida profundamente alterado devido à invasão e ao avanço inadequado das plantações de dendê, que resultaram na degradação de suas terras.

Uma das empresas envolvidas em conflitos com as comunidades tradicionais é o grupo Agropalma. A Agropalma é a maior produtora de óleo de dendê da América Latina e explora o plantio da oleaginosa na região nordeste paraense e é uma das empresas parceiras da RSPO. No ano

de 2023, a empresa chegou a ter sua certificação temporariamente suspensa após ser alvo de investigações pela Polícia Federal.

Esse incidente demonstra a complexidade e os desafios enfrentados na busca por práticas sustentáveis na produção de óleo de palma, bem como a necessidade de uma análise dos padrões de monitoramento e verificação estabelecidos pela RSPO frente a realidade enfrentada pelas comunidades diretamente impactadas pela expansão do cultivo de dendê.

RESULTADOS

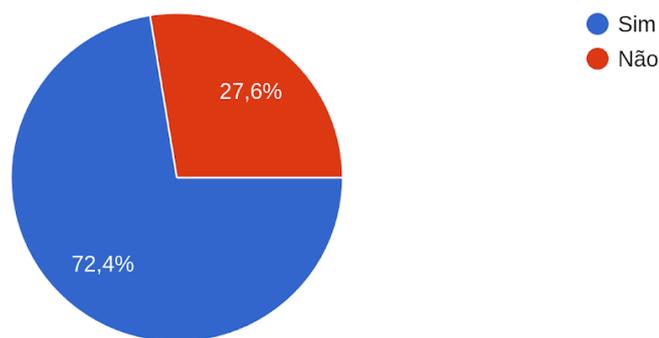
A área territorial da pesquisa abrange os municípios Acará, Tomé-Açu e Tailândia, localizados na região nordeste do estado do Pará. Esses municípios foram selecionados devido à concentração de conflitos relacionados ao cultivo de dendê, tornando-se uma área-chave para a investigação. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa. A escolha por uma abordagem exploratória se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão dos conflitos territoriais relacionados ao cultivo de dendê nos municípios de Acará, Tomé-Açu e Tailândia.

A pesquisa qualitativa é apropriada para explorar as nuances e as motivações que envolvem esses conflitos, bem como para analisar as mudanças na realidade das comunidades afetadas pela coleta de informações e obtendo dados pertinentes para responder ao problema apresentado na pesquisa. A estrutura dessas informações consistirá em declarações que descrevem eventos observáveis, sujeitos a controle intersubjetivo, seja por meio de observação direta ou de inferências indiretas. (BRUYNE, 1977).

A partir de resultados de uma pesquisa conduzida por meio da aplicação de formulários a trinta famílias residentes em áreas adjacentes às zonas de plantio de palma nos municípios paraenses de Acará, Tomé Açu e Tailândia. Os resultados obtidos são apresentados em consonância com os parâmetros estabelecidos para a conservação ambiental, com o propósito de avaliar a observância desses objetivos. A análise aborda especificamente seis questões do formulário que estão relacionadas às mudanças percebidas no meio ambiente. Através dessa abordagem, busca-se não apenas quantificar, mas também compreender as percepções das comunidades locais sobre as alterações ambientais, fornecendo assim uma avaliação da eficácia das medidas de conservação implementadas.

A primeira questão, apresentada no gráfico 1, diz respeito às mudanças percebidas no aspecto e qualidade da água consumida pelas famílias entrevistadas. Segundo os relatos obtidos, anteriormente ao início das plantações de palma na região, a água era habitualmente obtida diretamente dos rios ou por meio de poços artesianos e cacimbas.

Gráfico 1: alteração na qualidade da água

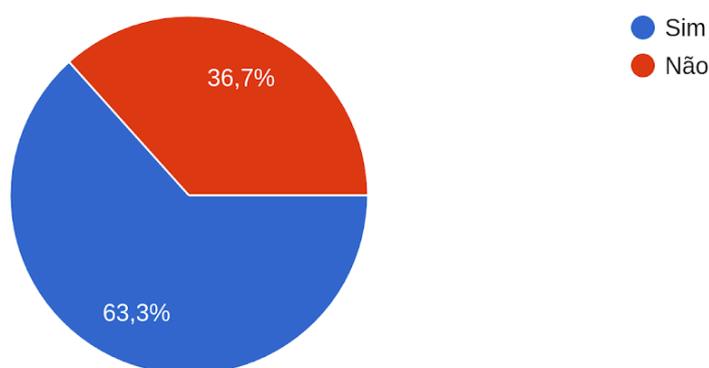


Fonte: elaboração própria (2024)

Dos trinta núcleos familiares abordados, vinte e uma expressaram ter notado alterações na qualidade da água proveniente tanto dos rios quanto dos poços artesianos. Além de testemunharem a diminuição dos fluxos hídricos, todas as famílias afetadas pelas mudanças relataram que tanto a água dos rios quanto a dos poços artesianos apresentavam sinais de contaminação, caracterizados por descrições como "água preta" e "o rio engrossou". Estes relatos sugerem uma relação entre a contaminação dos recursos hídricos e do solo e o uso de agrotóxicos nas áreas de cultivo de óleo de palma.

Em seguida, as famílias foram indagadas se haviam percebido alguma mudança na qualidade dos alimentos consumidos, como peixes, caça e hortaliças, desde a o início do plantio de palma na região.

Gráfico 2: mudança na qualidade dos peixes, caça e hortaliças



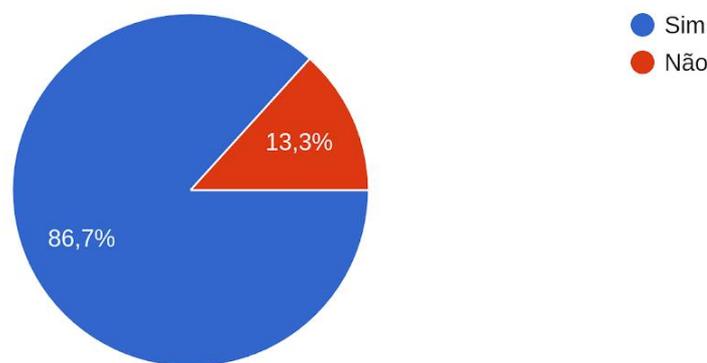
Fonte: elaboração própria (2024)

Os dados no Gráfico 2 representam o número de famílias que perceberam mudança na qualidade dos alimentos, tais famílias mantêm uma horta em casa e consomem sua própria produção,

além de venderem o excedente. Observou-se uma série de mudanças significativas no ambiente local. Houve relatos de redução na disponibilidade de peixes, associada a uma queda na qualidade, caracterizada pela presença de peixes com textura semelhante a “peixe moído”, indicando uma possível deterioração da qualidade da água. Além disso, foram observados problemas no cultivo, como o apodrecimento da mandioca e das hortaliças, sugerindo possíveis efeitos negativos das práticas agrícolas adotadas no plantio. Adicionalmente, foi relatada uma diminuição na população de animais de caça, evidenciando possíveis impactos sobre a biodiversidade local.

Por último, foi questionado às famílias observaram alguma mudança no meio ambiente desde a início do cultivo de palma, tais como desmatamento, queimadas, redução da diversidade de espécies vegetais (flora) ou animais (fauna). Conforme apresentado no Gráfico 3, vinte e seis famílias, representando 86,7% das famílias entrevistadas, relataram mudanças no meio ambiente.

Gráfico 3: mudança no meio ambiente



Fonte: elaboração própria (2024)

Essas mudanças abrangem uma variedade de aspectos, incluindo a redução da fauna, o que está em consonância com relatos anteriores sobre a diminuição de peixes e animais de caça. Além disso, observou-se ocorrência de queimadas, que resultaram na diminuição e substituição da biodiversidade nativa por plantações de palma, muitas vezes acompanhadas pelo uso de pesticidas. Outro efeito foi o aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos em áreas habitadas, representando um risco adicional para a saúde e o bem-estar das comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos municípios do nordeste do Pará, identificados como áreas-chave devido aos conflitos frequentes relacionados ao cultivo de dendê, proporcionou um vislumbre sobre os impactos dessa monocultura na região. A coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação de

formulários a trinta famílias residentes próximas às plantações de palma, seguida pela análise dos resultados em relação aos parâmetros de conservação ambiental. A pesquisa se concentrou em seis questões do formulário relacionadas às mudanças ambientais percebidas, buscando compreender as percepções das comunidades locais sobre essas mudanças e avaliar a eficácia das medidas de conservação implementadas.

Os resultados da pesquisa revelaram impactos significativos do cultivo de palma na região amazônica. Houve relatos de mudanças na qualidade da água, como contaminação e diminuição do fluxo dos rios, indicando possíveis efeitos do uso de agrotóxicos. Além disso, foram observadas alterações na disponibilidade e qualidade dos alimentos consumidos, incluindo peixes e produtos agrícolas, sugerindo uma deterioração ambiental mais ampla. Relatos de redução da biodiversidade, queimadas e substituição de vegetação nativa por plantações de palma também foram evidenciados, com consequente aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos em áreas habitadas. Esses impactos vão além da destruição e contaminação da água e do solo, afetando significativamente o modo de vida sustentável das populações locais.

Os relatos de aumento na incidência de insetos e animais peçonhentos, juntamente com a contaminação da água utilizada para consumo, levantam preocupações significativas com a saúde pública e levantam um alerta sobre possíveis casos de doenças transmitidas por vetores ou zoonoses e de intoxicação.

Além disso, há a necessidade de ampliar o discurso em relação às certificações, pois as mesmas, especialmente a RSPO em relação a empresa Agropalma, se baseiam em amostragens internas, sem realizar auditorias nas comunidades afetadas.

Diante dessas percepções locais, ressalta-se a urgência de investigações adicionais e intervenções para promover a conservação, proteção da biodiversidade e redução dos impactos socioambientais associados às monoculturas na Amazônia.

REFERENCIAS

AQUINO JUNIOR, **Paulo Olívio Correa de. Campesinato e agronegócio do dende no ramal do cravo (Acará/PA):** Disputas em torno da terra e futuro. Orientador: Prof^a Dr^a Marcela Vecchione Gonçalves. 2019. Tese (Mestrado) - Curso de Pós graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido , Universidade Federal do Pará, Belém, 2019

BARROS, S. **Brazil –biofuels anual. USDA Foreign Agricultural Service – Global agricultural information network.** Public distribution, 15.set.2017.

BOLWIG, S.; PONTE, S., DU TOIT, A., RIISGAARD, L., & HALBERG, N. Integrating poverty and environmental concerns into value chain analysis: a conceptual framework. - Development policy review, 28(2), 173-194. 2010.

BRUYNE, Paul de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica por Paul de Bruyne, Jacques Herman lel Marc de Schoutheete; tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Laáritre. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977

DA SILVA, Edfranklin Moreira; NAVEGANTES-ALVES, Livia. **A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental**. Confins Revista franco-brasileira de geografia. 20 fev. 2017. Disponível em: SILVAeNAVEGANTES ALVES_2017_Ocupaodoespaopeladendeiculturaeefeitospnaproduoagricolafamiliar.pdf. Acesso em: 28.set. 2023.

DAMIANI, S. et al. “Ficou só Chão e Céu”: Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembê na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1, 2020.

GEREFI, G.; HUMPHREY, J. STURGEON, T. The Governance of Global Value Chains. In: Review of International Political Economy, Vol. 12, No. 1, **Aspects of Globalization**, pp. 78-104. 2005.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. **Impactos socioambientais da dendeicultura em Comunidades tradicionais na Amazônia paraense**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/issue/view/117/showToc>. Acessado em Acesso em: 29 set.2023.

PIRES DO RIO, G. A. **Escalas de política energética: o programa nacional de bio diesel**. In: ARACRI, L. A. S & BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia. Rio de Janeiro. Arquimedes Ed/CNPQ/UFRJ: 2011.

RAMOS, L. A. S; RIBASKI, N.G; THIESEN, M. P. Papel das certificações ambientais na agricultura brasileira com foco na certificação de soja. **Revista Políticas Públicas e Cidades**. v. 11 n. 1 p. 46-56, 2022.

RSPO. RSPO Supply Chain Certification Standard. 2020

RSPO. RSPO Independent Smallholder Standard. 2019

VEIGA, João Paulo Cândia; PIETRO, Carlos Rodrigues. Arenas transnacionais, políticas públicas e meio ambiente: o caso da palma na amazônia. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1-22. 2016

REFERÊNCIAS DIVERSAS

CARNEIRO, Taymã. “Guerra do dendê” no Pará tem acusação de grilagem, cartório- fantasma e conflitos entre empresas, indígenas e quilombolas. G1 Pará, Belém, 29. set. 2023.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/03/guerra-do-dende-no-para-acusacao-de-grilagem-cartorio-fantasma-e-conflitos-entre-empresas-indigenas-e-quilombolas-entenda.ghtml>. Acesso em: 29. set. 2022

GUERRA, 2020. Guerra do dendê no Pará: veja perguntas e respostas. G1 Pará, Belém, 05.jul. 2022. Disponível <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/05/guerra-do-dende-no-para-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 29. set. 2022.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

O MEGA PROJETO DE EXTRAÇÃO DE POTÁSSIO EM AUTAZES – AM COMO PROMESSA DE MITIGAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

Verônica Maria Félix da Silva(UEA)¹
Roselma Coelho Santana (UEA)²
Bianor Nogueira Saraiva Júnior(UEA)³

RESUMO: O Brasil depende da importação de fertilizantes à base de nitrogênio, fósforo e potássio para garantir a produção agrícola. O potássio é primordial para o agronegócio brasileiro, contudo o Brasil produz apenas 5% (cerca de 500 mil toneladas) do que precisa. Há em andamento o projeto de extração do potássio em Autazes-AM, sendo assinalado como uma solução à dependência do Brasil de fertilizantes de outros países. Esta pesquisa debruçou-se a analisar de que forma o Mega Projeto poderá reduzir a dependência externa de fertilizantes, bem como elencar quais os possíveis impactos ambientais e sociais que poderão advir, caso o projeto venha a se concretizar. Como metodologia utilizado foi o hipotético dedutivo, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa, quanto ao procedimento a pesquisa bibliográfica com consulta em artigos, periódicos, site da empresa Potássio do Brasil, bem como acesso ao EIA (Estudo de Impactos Ambientais, elaborado pelo IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas). Ao final, pode-se inferir que a mina em Autazes tem a capacidade de produzir de 20% do potássio consumido no Brasil por mais de 20 anos, baseado nestes dados concluiu-se que de fato haverá uma redução considerável de importação de fertilizantes. Já em reação aos impactos ambientais, não há de se negar que serão de grande magnitude, pois engloba a fauna, flora, os rios, o solo bem como alteração na dinâmica de vida das comunidades que vivem nas redondezas do empreendimento e principalmente alteração no modo de vida dos povos originários.

Palavras-chave: Independência de fertilizantes; Impactos ambientais; Potássio;

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é considerada a maior diversidade de reserva biológica do planeta, com indicações de que abriga, ao menos, metade de todas as espécies vivas do planeta. Riqueza que se estende além das terras brasileiras para ocupar também partes de países vizinhos (Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa). A região Amazônica é riquíssima em recursos naturais, e com isso sempre está no centro de várias discussões relacionadas a exploração dos seus recursos, territórios indígenas, grilagem dentre outros.

O Brasil figura como protagonista na produção de grãos, ficando em quarto colocado no ranking mundial. Paralelo a isso, urge a necessidade de fertilizantes, e nessa seara o país apresenta deficiência na produção, recorrendo a importação para suprir a demanda. O Brasil importa da

¹Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: veronica.mfsjesus@gmail.com

²Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: veronica.mfsjesus@gmail.com

³Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: veronica.mfsjesus@gmail.com

Rússia e Canadá,cerca de 95% de cloreto de potássio.No ano de 2009,a empresa Canadense Potássio do Brasil, deu início a um projeto no coração da Amazônia que garante explorar o potássio de Autazes- AM, trazer desenvolvimento econômico e social para a região sem causar impactos críticos ao meio ambiente.

O empreendimento, que atualmente está cumprindo algumas determinações judiciais oriundas da Ação Cível Pública proposta pelo Ministério Público Federal em 2016, promete mais de 23 anos de extração e colocará o estado do Amazonas no ranking de maior produtor do fertilizante no Brasil, quando atingir a produção anual média de 2,4 milhões de toneladas de Cloreto de Potássio encontrado a 800 metros de profundidade. A oferta deste insumo corresponderá a cerca de 20% do volume consumido no Brasil.

O Brasil está consolidado como um grande produtor mundial de grão e paralelo a isso urge a carência por fertilizantes. A produção ocorre na mina de Taquari-Vassouras, que engloba os municípios de Carmópolis, Santa Rosa de Lima e Rosário do Catete, no estado de Sergipe. Para atender à demanda, o país importa, por ano, cerca de 10 milhões de toneladas do minério de países como o Canadá, Rússia, Belarus e Alemanha.

O projeto de extração de potássio em Autazes- AM, envolve questões extremamente sensíveis, haja vista tratar-se de um mega projeto de mineração. A mineração na Amazônia sempre deixa marcas mais negativas que positivas. Muito se fala desenvolvimento ambiental e social o que não passa muita das vezes de uma grande utopia, por outro lado pouco se discute os malefícios desses gigantes empreendimentos.

1.1 O MERCADO DE POTÁSSIO NO BRASIL

É indubitável o potencial agrícola brasileiro, o país figura como o quarto maior exportador mundial de produtos agrícolas, ficando atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos sendo capaz de atender a demanda interna e externa. Porém, esse grande destaque não seria concebível sem o agronegócio, que guarda relação muito forte com fertilizantes e por conseguinte com a mineração, responsável pela extração do potássio. O Brasil é um país que hoje protagoniza uma posição relevante no cenário de segurança alimentar mundial , não é à toa que é o maior produtor mundial da commodity de soja conforme dados da Embrapa.

Figural Produção e Exportações Brasileiras no Ranking Mundial em 2020



Fonte: IBGE / Elaboração CNA- 2020. Disponível em:
<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em 20 de mar. de 2024

Para a produção de alimentos naturais, faz-se imprescindível o uso de fertilizantes. O NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) é um dos fertilizantes mais conhecidos e fundamentais para o desenvolvimento da agricultura, tendo o potássio como insumo indispensável. Hodiernamente, cerca de 95% da produção mundial de Potássio é destinada a agricultura e somente 5% é aplicado na indústria. O Brasil sempre dependeu da importação de potássio, fato que só aumenta a cada ano.

O potássio é um minério que fornece nutrientes para as plantas. O seu uso é imprescindível para a melhoria e manutenção da fertilidade do solo, aumento da produtividade das culturas, qualidade de alimentos e para a sustentabilidade econômica e ambiental. O solo brasileiro é considerado ácido e pobre em nutrientes, não dando conta sozinho de garantir a nutrição necessária para as plantações. Ítalo Guedes é engenheiro agrônomo, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Hortaliças) desde dezembro de 2008, traz a seguinte abordagem acerca da qualidade do solo amazônico:

Muitos já terão ouvido ou lido que os solos da região amazônica são quimicamente pobres. Certamente esta informação foi recebida com um certo ceticismo, afinal como uma vegetação tão exuberante quanto a da floresta amazônica pode se manter sobre um solo pouco fértil? Bem, apesar de estranho, a informação é verdadeira. Os solos se desenvolvem a partir da destruição (intemperismo) das rochas, que chamamos de material de origem. Este intemperismo é causado pela água (chuvas) que em geral são levemente ácidas devido à reação da água com o CO₂ da atmosfera, formando ácido carbônico (H₂O + CO₂ = H₂CO₃). O tal H₂CO₃ é o ácido carbônico, que ataca as rochas, decompondo-as. Além disso, os organismos (fungos, algas, líquens, raízes de plantas) também contribuem para o intemperismo

porque também produzem ácidos. Mas de toda forma, o principal agente intemperizador das rochas e formador de solos é a água (o ditado “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” é verdadeiro e resume bem o intemperismo físico e químico pela água). GUEDES, Ítalo Moraes Rocha, **Solo pobre, mata exuberante, agricultura insustentável** 26 de ago de 2009. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/geofagos/2009/08/26/solo_pobre_mata_exuberante_agr/. Acesso em: 30 de out. de 2024.

O Brasil importa 96,5% do cloreto de potássio que utiliza para fertilização do solo. Também estampa o título de maior importador mundial de potássio, com 10,45 milhões de toneladas adquiridas em 2019, de acordo com dados do Ministério da Economia. A mineração e a agricultura possuem um vínculo bem próximo. Grande parte da produção de commodities agrícolas depende da oferta de fertilizantes, e alguns fertilizantes dependem diretamente da mineração.

O Ministério da Agricultura afirma que, na projeção para a próxima década, a produção agrícola do Brasil vai saltar dos atuais 250,9 milhões (2019/2022), para 318,3 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 27%. Com esse panorama, é fundamental para o país ampliar suas pesquisas voltadas para insumos agrícolas, tanto para produção dos fertilizantes convencionais (NPK e outras formulações), como para fertilizantes alternativos.

A respeito da demanda mundial, um dos fatores que fortemente influencia a demanda por potássio é o crescimento da população mundial que pode chegar a 11,3 bilhões de habitantes em 2100. Em recentes publicações, o Brasil foi citado pelo fato de sua produção agrícola alimentar aproximadamente 800 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais de 10% da população mundial. Dados revelam que a produção mundial de potássio entre 2000 (25,3 milhões de t) e 2010 (33,7 milhões de t) aumentou 23,7%, enquanto, entre 2011 (36,3 milhões de t) e 2020 (43,2 milhões de t), aumentou 15,9%. As principais regiões consumidoras de potássio em 2020 foram a Ásia e a América do Sul, devido a suas expressivas participações na população mundial e área agricultável. Espera-se que, em 2021, a demanda global de potássio atinja um recorde entre 68 e 70 milhões de t. BRASIL. Decreto n. 83.221, de 8 de nov. de 1990. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de navio em serviço nacional. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro, v. 43, p. 1-7, jan. 1990. Legislação Federal e margina. l.

A agricultura é historicamente o setor mais estável e elementar que, ao longo de vários séculos, foi responsável pelo fornecimento de matérias-primas para as indústrias de alimentos e rações. Com a Revolução Verde de 1960, o suprimento global de alimentos aumentou enormemente, porque a agricultura se beneficiou de uma diversidade de inovações tecnológicas introduzidas pelos setores de biotecnologia e produtos químicos. Entretanto, mesmo com todos esses avanços, existe uma crescente necessidade em atender às demandas nutricionais da população mundial que se encontra em expansão de crescimento.

O PROJETO DE EXTRAÇÃO DE POTÁSSIO EM AUTAZES E SUAS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

A mineradora Potássio do Brasil, a PDB, que é controlada pela gigante canadense Forbes & Manhattan, uma empresa privada com sede no Canadá. No Brasil, a sede fica em Manaus-AM com filiais em Autazes-AM e Belo Horizonte-MG, que atua na fabricação de fertilizantes e está presente na região amazônica, desde 2009. Possui investidores brasileiros, ingleses, australianos e canadenses, com perspectivas de atração de mais investidores à medida que o projeto seja construído e entre em operação, a partir da extração e tratamento do minério de potássio no município de Autazes no Amazonas. O responsável por presidir os trabalhos do projeto é o Engenheiro de Minas formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA em Gestão de Negócios pela Universidade de São Paulo (USP), Adriano Espescht.

O município de Autazes-AM, distante 112 Km de Manaus, abriga uma imensa mina de cloreto de potássio, devido a isso, a região tornou-se centro de grande interesse no âmbito da exploração deste mineral em prol de seu uso como fertilizante. Autazes é um município com pouco mais de 40 mil habitantes e dificuldades de infraestrutura. Segundo dados do IBGE, a maior parte dos moradores não tem acesso ao saneamento básico adequado e sofre com falhas na rede elétrica. Em cerca de 50% dos domicílios o rendimento por pessoa é de meio salário mínimo.

No ano de 2015, foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sendo um documento de natureza técnica e científica que identifica e avalia, a partir das características do projeto e do diagnóstico ambiental da área onde se pretende implantá-lo, os impactos negativos e positivos que serão gerados pelo empreendimento sobre o meio físico, o meio biótico e o meio socioeconômico elaborado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). O relatório destacou os prováveis impactos ambientais caso o projeto venha a ser concretizado, dentre eles pode-se destacar: alteração da fauna da flora, alteração da dinâmica dos rios, problemas sociais dentre outros. No entanto ao final o parecer conclusivo foi:

Por fim, cabe concluir que como resultado da implantação e operação do empreendimento e das ações socioambientais apresentadas, ocorrerá o estabelecimento de uma nova condição de equilíbrio em relação aos meios físico, biótico e socioeconômico. Desta forma, pode-se prever que será colocada em prática uma realidade em que os benefícios decorrentes da instalação do empreendimento serão notados pela sociedade, de certa maneira justificando os impactos ambientais causados. As medidas com caráter de controle, redução na intensidade dos impactos e monitoramento dos impactos negativos têm a capacidade de gerar respostas adequadas às interferências previstas sobre o meio ambiente, de maneira que as mudanças causadas pelo empreendimento ocorram dentro de limites considerados aceitáveis pela legislação ambiental vigente e, principalmente, pela sociedade. Portanto, diante das razões apresentadas, a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental é pela viabilidade ambiental do Projeto Potássio Amazonas – Autazes. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Relatório de impacto

ambiental. Disponível em : <[Relatorio-de-Impacto-Ambiental-Potássio-do-Brasil-Mina-de-Silvinita-IPAAM-site.pdf](#)>. Acesso em 05 de fev. de 2024.

O relatório, está disponível ao público e prevê mais de 30 planos e programas socioeconômicos e ambientais para eliminar, controlar, minimizar ou compensar possíveis impactos negativos. Alguns programas e planos serão implantados para potencializar os impactos positivos. Atualmente, a Potássio do Brasil possui a licença prévia, faltando ainda a liberação da licença de instalação e da licença de operação que serão concedidas ou não apenas após o cumprimento das exigências impostas na Ação Civil Pública.

O representante da empresa canadense no Brasil, o engenheiro de minas formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA em Gestão de Negócios pela Universidade de São Paulo (USP), Adriano Espescht lidera a Potássio do Brasil neste projeto. Atual presidente da companhia, ele possui mais de 35 anos à frente do setor minerário, tendo exercido cargos de gestão no Brasil e no exterior. Sobre o grandioso projeto ele diz que :

O Potássio é encontrado a 800 metros de profundidade, na região do município de Autazes (AM), foco inicial de nossa empresa. Vamos retirar a rocha Silvinita (composta pela Halita que é o cloreto de sódio, o nosso sal de cozinha e também pela Silvita que é o cloreto de potássio, nossa matéria prima) do subsolo e tratá-la para que ela se transforme em fertilizante. Esse produto enriquecerá a terra, na superfície, e ajudará a melhorar a qualidade do que é colhido do solo. O agronegócio brasileiro se desenvolve e os alimentos chegam à mesa fortalecidos por um mineral que é essencial para a saúde humana.

Disponível em : <https://potassiodobrasil.com.br/o-que-fazemos/>. Acesso em : 29 de mar. de 2024.

As pesquisas realizadas pela empresa Canadense Potássio do Brasil desde 2009 tem identificado que a extração do minério na região é viável devido a grande quantidade ali encontrada. Contudo, o projeto está enfrentando vários óbices, que vai desde a polêmica territorial, na qual os indígenas dizem que a mina está dentro de suas terras, até uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal do Amazonas no ano de 2016, que está tramitando até o presente momento.

Na ação, o Ministério Público questiona a falta da Consulta Prévia prevista na OIT 169, esta baseia-se no respeito às culturas e aos modos de vida dos povos indígenas e reconhece os direitos deles à terra e aos recursos naturais, e a definir suas próprias prioridades para o desenvolvimento, bem como solicita a Criação de um Grupo de trabalho pela Funai, pedido este que foi aceito pela juíza do caso, por meio da Portaria de nº 741, do dia 03 de agosto de 2023, com a missão de realizar estudos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ao final elucidar a clareza da localização do projeto .

Figura 03: localização e distância das terras indígenas;



Projeto encontra-se a 8 quilômetros de distância dos limites da terra indígena Jauary (em demarcação) e da terra indígena Paracuhuba (demarcada) — Foto: Imagem Valor Econômico . Walendorff, Rafael .Ipaam avalia prosseguir com licenciamento da exploração de potássio no Amazonas. Disponível em: <https://globo.com/infraestrutura-e-logistica/noticia/2023/10/ipaam-avalia-prosseguir-com-licenciamento-da-exploracao-de-potssio-no-amazonas.ghtml>. Acesso em 30 de mar. de 2024.

O projeto de extração de potássio traz consigo muitas questões sensíveis, disputa judicial e muitos interesses envolvidos. Trata-se de algo colossal, que envolve vultuosos valores monetários e muitas promessas. Sem dúvidas, a problemática referente a localização do projeto é o maior gargalo a ser resolvido. A Constituição Federal estabelece em seu art. 231 que :

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Os povos originários são os protagonistas deste empreendimento, faz-se mesmo necessário que se cumpram todos os trâmites que forem exigidos pela justiça. Os indígenas querem sim o progresso, economia e desenvolvimento, porém diante de tudo que já viveram e vivem, não podem

simplismente concordar com tudo que chega até eles, principalmente quando se trata de um fabuloso empreendimento com previsão de mais de 20 anos de atividade minerária, que se não for executado com muita seriedade e responsabilidade, trará prejuízos irreparáveis para as presente e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autazes é um município brasileiro localizado no estado do Amazonas, e a extração de minerais na região amazônica geralmente desperta preocupações ambientais devido à importância da floresta e sua biodiversidade.

Projetos de mineração, incluindo a extração de potássio, podem ter impactos significativos no meio ambiente, como desmatamento, contaminação de água e solo, mudanças no curso de rios, perda de habitat e impactos na vida selvagem. Esses impactos podem ser especialmente preocupantes na região amazônica, que é uma das áreas mais biodiversas do mundo e desempenha um papel vital na regulação do clima global.

Quando projetos de mineração são propostos, é importante que sejam realizadas avaliações ambientais completas para entender e mitigar os impactos potenciais. Além disso, o envolvimento das comunidades locais é fundamental para garantir que seus interesses sejam considerados e que possíveis benefícios sejam compartilhados de forma justa.

Verificou-se, também, se que há necessidade de se ampliar o debate acerca do tema, além da elaboração de estudos antropológicos, sociais e ambientais mais detalhados, com acompanhamento de todos os órgãos da sociedade civil frente à evolução do caso, com o intuito de que o interesse do governo e de empresas não sobressaiam aos direitos das comunidades tradicionais, onde o “desenvolvimento de um país” não ocorra às custas de graves violações às comunidades tradicionais e ao próprio meio ambiente, que segundo o artigo 225 da Constituição Federal, é direito de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>>. Acesso em: 20 mar. de 2024.

BRASIL. Decreto n. 83.221, de 8 de nov. de 1990. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de navio em serviço nacional. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro, v. 43, p. 1-7, jan. 1990. Legislação Federal e marginália.

GUEDES, Ítalo Moraes Rocha, Solo pobre, mata exuberante, agricultura insustentável 26 de ago de 2009. Disponível

em:https://www.blogs.unicamp.br/geofagos/2009/08/26/solo_pobre_mata_exuberante_agr/. Acesso em: 30 de out. De 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Relatório de impacto ambiental. Disponível em : <[Relatorio-de-Impacto-Ambiental-Potássio-do-Brasil-Mina-de-Silvinita-IPAAM-site.pdf](#)>. Acesso em 05 de fev. de 2024.

O Que Fazemos. Disponível em: <<https://potassiodobrasil.com.br/o-que-fazemos/>>. Acesso em : 29 de mar. de 2024.

Walendorff, Rafael .Ipaam avalia prosseguir com licenciamento da exploração de potássio no Amazonas. Disponível em:
<https://globo rural.globo.com/infraestrutura-e-logistica/noticia/2023/10/ipaam-avalia-prosseguir-com-licenciamento-da-explorao-de-potssio-no-amazonas.ghtml>. Acesso em 30 de mar. de 2024.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

O OURO DO TAPAJÓS. ESTADO E NEOEXTRATIVISMO EM ITAITUBA

Igor de Lima Basílio-Silva¹ (ICMBio,GPA)

RESUMO: A progressiva demanda por ouro, ativo financeiro fiável em tempos de economia instável, provoca a alta do preço dessa commodity e conseqüentemente uma intensa busca por este metal pelo mundo. O Brasil figura entre os vinte maiores produtores do planeta, sendo aqui extraído por meio de concessões de lavra ou permissões de lavra garimpeira, essas últimas concentradas na Amazônia. À parte os projetos mineradores de grande escala, financiados por capital transnacional, existem variadas frentes de trabalho de mineradores individuais ou cooperativas, mormente atuando em desconformidade com a legislação ambiental, cuja produção aurífera é igualmente destinada ao mercado internacional. Importante elo na cadeia extrativa, Itaituba no Pará viu uma corrida ao ouro na década 1980 e nos últimos dez anos tem sido um centro extrativo na região do Tapajós, o qual se espalha para unidades de conservação e terras indígenas. Ainda que o Brasil se encontre num contexto neoextrativista, no *hinterland* amazônico pratica-se um extrativismo rentista, onde riscos e danos ambientais são compartilhados por aqueles que ocupam o território minerado. Essa economia mineral é alavancada pela facilitação do Estado ao conceder indiscriminadamente licenças ambientais, sob um pretexto de desburocratização, engendrando uma cupidez por recursos financeiros - imposto e compensações - para o município, o que tem resultado em desmatamento, poluição, e ironicamente, em evasão de divisas. Para além da discussão teórica envolvendo o neoextrativismo mineral, agregam-se dados de desmatamento conjugados com a evolução das licenças ambientais emitidas para a atividade garimpeira no município de Itaituba, a fim de demonstrar que o estabelecimento de um modelo neoextrativista, convive em alguma medida com o suporte institucional a uma exploração meramente rentista.

Palavras-chave: Garimpo; Itaituba; Neoextrativismo; Ouro; Tapajós.

INTRODUÇÃO

O Brasil fechou ano de 2023 como o 14º maior produtor de ouro do mundo², chegando acerca de 68 toneladas, com um montante aproximado de US\$ 3,5 bilhões exportados³; sendo Canadá, Suíça, Reino Unido, Índia e Emirados Árabes os cinco primeiros destinos do minério brasileiro. Apesar de uma queda nas exportações em 2023 (67 T), o patamar dos últimos cinco anos esteve acima das 90 toneladas exportadas. De acordo com o *Mineral Commodity Summaries 2024* (USGS, 2024), o consumo mundial de ouro (excetuado o ouro como ativo de investimento) estava distribuído dessa maneira:

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio; Grupo de Pesquisa Grandes Projetos na Amazônia (GPA); Brasil. E-mail: igor.basilio-silva@icmbio.gov.br

² Dados do Serviço Geológico Americano de janeiro de 2024, ainda com estimativas de valores. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024-gold.pdf>. Acesso em 29/03/2024.

³ Dados para ouro em forma bruta, semimanufaturadas, ou em pó. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso: 29/03/2024.

46% em joias; 23% em bancos centrais e instituições similares; 16% em barras; 9% em moedas e medalhas; 5% em matérias elétrico-eletrônico; 1% outros usos.

O país está posicionado dentre os maiores *players* de commodities minerais, sendo previsto no período 2024-2028 investimentos no montante de US\$ 64,5 bilhões, dos quais US\$ 1,5 bilhão destinados à mineração de ouro⁴. Nota-se que o capital empregado na atividade é extremamente fluído, podendo realizar-se ou não a depender da conjuntura econômica, a qual determina o valor da commodity. Ao ser questionado sobre o número de mineradoras canadenses atuando no país, o diretor comercial da Câmara de Comércio Brasil-Canadá disse em entrevista que: “O número de empresas é difícil de precisar e é volátil, mas estima-se existir ao menos 20 empresas de origem canadense com exploração e ativos minerários no Brasil, isso sem levar em conta o número de companhias de investimento (...)”⁵.

A Constituição brasileira traz que os recursos minerais são bens da União, ou seja, sua exploração deve gerar uma compensação financeira. A modalidade de exploração desses recursos é a autorização ou a concessão de lavra pelo Estado a particulares. Atualmente a exploração de ouro pode ocorrer por **concessão de lavra**, destinada a empresas de grande porte, ou por **permissão de lavra garimpeira**, essa destinada exclusivamente aos se enquadrariam como garimpeiros (indivíduos ou cooperativas), assim definidos no Código de Mineração (Decreto-Lei Federal nº 227/1967). Na própria Carta Magna há menção direta à organização da atividade garimpeira, privilegiando-se as cooperativas⁶.

Segundo dados da plataforma SIGMINE⁷ da Agência Nacional de Mineração estão registrados no país 2.074 processos para lavra garimpeira de ouro, 69% desses processos estão no bioma Amazônia (1.430), a maior parte está localizada no Estado do Pará (930) – sendo que 86% estão na região do rio Tapajós, entre os municípios de Itaituba (745) e Jacareacanga (62). Para os processos de concessão de lavra há uma redução substancial dos números. Há 246 concessões para extração de ouro no Brasil, 43 estão no bioma Amazônia, apenas 10 estão no Pará, sendo apenas duas na região do Tapajós.

⁴ Revista Brasil Mineral, Ed. 436. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/revista/436/?p=6>. Acesso em 1º/4/2024.

⁵ Ibidem.

⁶ Artigo 174, §3º e 4º.

⁷ Disponível em:

<https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em 2/4/2024.

Denota-se que a região do Tapajós (Figura 1) concentra mais da metade das permissões de lavra garimpeira para ouro situadas na Amazônia. Aqui enfoca-se como ocorre a exploração desse ouro no município de Itaituba e sua lógica de extração mediada pelo Estado.

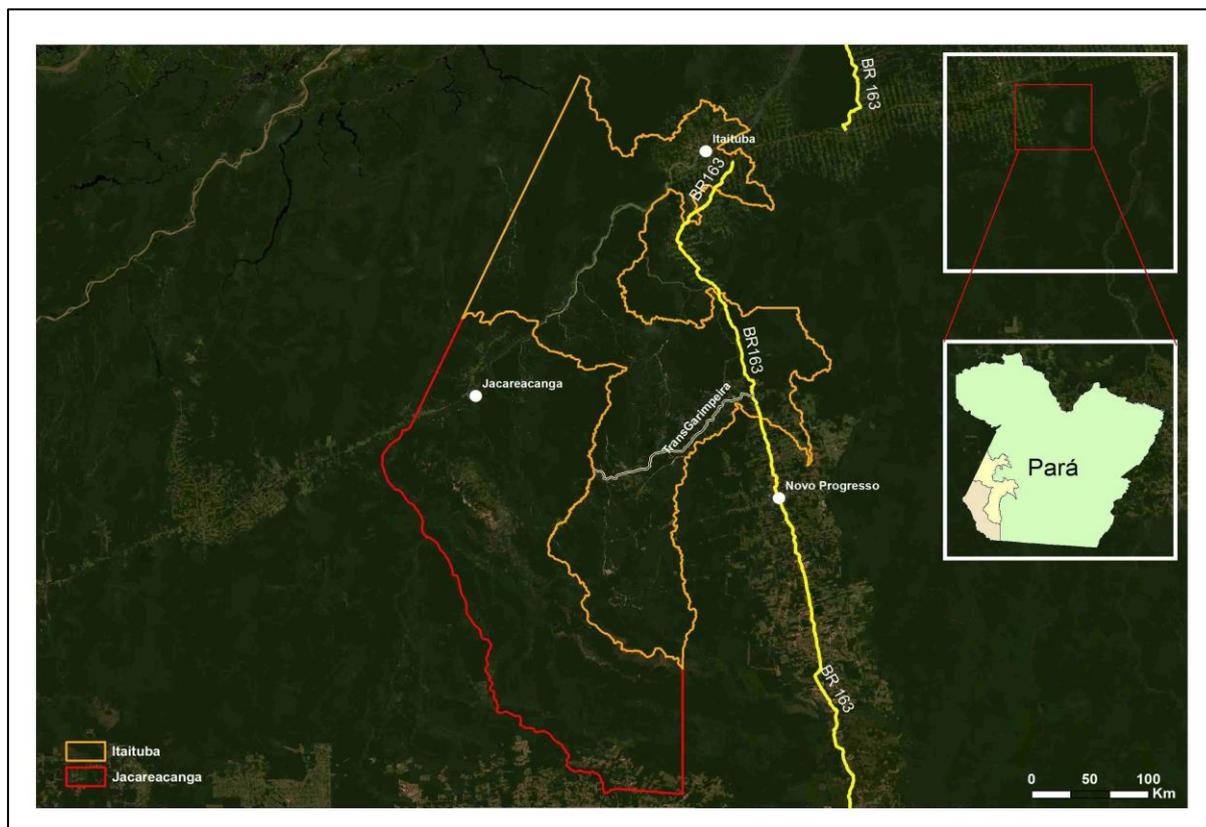


Figura 1. Localização da região do alto e médio Tapajós, entre Itaituba e Jacareacanga.

O extrativismo mineral em Itaituba

É senso comum entre os moradores de Itaituba e veiculado na imprensa local, que a economia municipal é dependente da extração aurífera⁸. Visualmente é perceptível no comércio da cidade diversas casas de compras de ouro, lojas de materiais de insumos para garimpagem, ofertando desde peneiras a bombas hidráulicas, e concessionárias de maquinário pesado, vendendo tratores e máquinas escavadoras.

A mineração do ouro em Itaituba remonta ao final da década de 1950 quando são descobertas as primeiras jazidas em tributários do rio Tapajós, como o rio das Tropas e o rio Crepori. Rapidamente novos garimpos são abertos disseminando a atividade por todo o médio Tapajós entre as décadas de 1960 e 1970 (ARAÚJO *et al.*, 2008). O paroxismo ocorre nos anos 1980 quando o município se torna o maior polo garimpeiro depois de Serra Pelada; se estimou para a região do Tapajós uma produção de 227 toneladas de ouro nessa década, uma média de 22 T/ano (BARBOSA,

⁸ No município ainda são explorados cassiterita e diamante.

1995). Até aquele momento a tecnologia de exploração permanecia praticamente a mesma: nos rios, com balsas transportando motores de sucção cujas mangueiras sugavam o leito dos cursos d'água em busca de cascalho aurífero; em terra com o desmatamento da floresta, abertura de cavas e desmonte hidráulico de barrancos em busca do mesmo cascalho aurífero.

O início dos anos 1990 marca a queda na exploração, motivada pela estabilidade do preço do ouro no mercado internacional (entorno US\$ 10/g), a crise hiperinflacionária no Brasil e o esgotamento das jazidas até então exploradas. Esses fatores tornam a busca por novas áreas mais cara, deixando baixa a lucratividade do garimpeiro. A atividade entra em franca crise reduzindo a mobilização de trabalhadores para a região. Permanecem ativas as frentes de trabalho no entorno das vilas e comunidades criadas nos anos pioneiros.

Cuide-se que o processo de lavra no Tapajós não mantinha qualquer observância às parcas normativas ambientais vigentes à época (cite-se a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente nº 1/1986), o que resultou no assoreamento de drenagens e no despejo de toneladas de mercúrio usadas no processo de amalgamação na bacia hidrográfica do Tapajós (MATHIS; REHAAG, 1993). Ainda, quando o ouro era submetido à queima para a retirada do mercúrio do amálgama, essa substância era volatilizada para o meio ambiente, contaminando não somente o perímetro dos garimpos, mas também o perímetro urbano de Itaituba onde se encontram as casas de compra do metal que fazem o processo de purificação (GUIMARÃES; SILVA; DUTRA, 1994).

Apesar existir tributos para a taxaço do ouro anteriores à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) como o Imposto Único sobre Minerais, Operação e o Imposto sobre Operações Financeiras (incidindo somente quando o ouro se torna um ativo financeiro), uma compensação pela danos da mineração ao Estado e ao município onde ela ocorre só foi instituída com a CFEM a partir da Constituição Federal de 1988 e efetivamente implementada com a Lei Federal nº 7.990/1989 – note-se que a aplicação da CFEM ocorre já nos últimos anos de fausto da atividade aurífera no Tapajós. Assim, aliado aos danos ambientais cumulados desde o final da década de 1950, não houve uma compensação pelos impactos aos municípios. Isso está refletido no Índice de Desenvolvimento Humano⁹ de Itaituba (conjugando: longevidade, a partir da expectativa de vida; educação, calculando a escolaridade; e renda, através da renda municipal *per capita*) registrado em 1991: 0,355 num escore de 0 a 1, correspondendo à categoria 'muito baixa' e permanecendo nesta categoria até o ano 2000 (escore 0,489).

A despeito das compilações oficiais sobre produção e exportação de ouro oriundo de garimpos oferecerem dados estimativos e por vezes contraditórios, essa coleção de informações

⁹ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em 4/4/2024.

permite compreender a evolução da produção nacional e inferir uma preponderância da produção garimpeira sobre a produção industrial, assim como uma exportação aurífera fora dos meios oficiais de taxação.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) dispõe de dados sobre a tonelagem de minério extraído apenas por Estado. Para a região do Tapajós há estimativas (sem metodologia clara) que somente o ouro extraído de **garimpos ilegais** somaria 20 toneladas anuais¹⁰ – valor próximo à média extraída nos anos 1980, como indicado por Barbosa (1995). Para efeito de comparação, o Anuário Mineral Brasileiro de 2022 (ANM, 2022) indica 22,2 T como a produção aurífera do Estado do Pará para 2021 (incluindo garimpos legais). Tomando-se como realista essas estimativas, se está diante um quadro crônico de sonegação fiscal. Mais, se estaria diante de lavagem de ouro, pois se é provável uma burla total no pagamento de tributos, é de se supor que o ouro proveniente de garimpos sem licenciamento ambiental, possa ser tributado como se tivesse origem lícita, como já foi apontado em investigações do Ministério Público Federal¹¹ e por Manzolli *et al.* (2021).

Ao se coligir os dados do Anuário Mineral Brasileiro (2001-2022)¹², produzido pela Agência Nacional de Mineração e as informações de exportação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços¹³, equalizou-se um comparativo entre a produção de ouro beneficiada (a qual inclui o ouro oriundo de lavras garimpeiras) no Estado do Pará e sua respectiva exportação entre 2000-2021 (Gráfico 1).

Considerando-se que a atividade garimpeira nunca foi desmobilizada, nem cessou no Estado do Pará, causa surpresa dois dados na tabela abaixo: a baixa produção entre 2003 (22 kg) e 2004 (109 kg) e a grande discrepância entre os valores produzidos e aqueles exportados com origem no Estado do Pará. Surgem duas hipóteses: ou grande parte da produção dos garimpos está sendo internalizada na economia nacional, ou esta é dirigida ao mercado internacional de forma clandestina. Em recentes matérias na imprensa são mencionados casos de ouro extraído ilegalmente da Amazônia sendo produto de exportação¹⁴ e aquisição por empresas de tecnologia globais¹⁵. Ainda,

¹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/esquema-ilegal-envolvendo-garimpeiros-no-paramovimentada-20-toneladas-de-ouro-da-amazonia-por-ano-23823354>. Acesso em 10/4/24.

¹¹ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/acoes-do-mpf-no-para-apontam-provas-do-completo-descontrole-da-cadeia-economica-do-ouro-no-brasil>. Acesso em 5/4/2024.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral>. Acesso em 8/4/24.

¹³ Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso: 29/03/2024.

¹⁴ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/empresa-de-nova-york-tem-ligacao-com-contrabando-de-ouro-ilegal-da-amazonia/>. Acesso em 5/4/2024.

¹⁵ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-de-terras-indigenas-brasileiras/>. Acesso em 5/4/2024.

o Instituto Escolhas (2021) estimou que em 2020 17% do ouro exportado pelo país teriam origem irregular, com outros estados da federação, que não possuem qualquer mineração de ouro, exportando a produção aurífera ilegal da Amazônia.

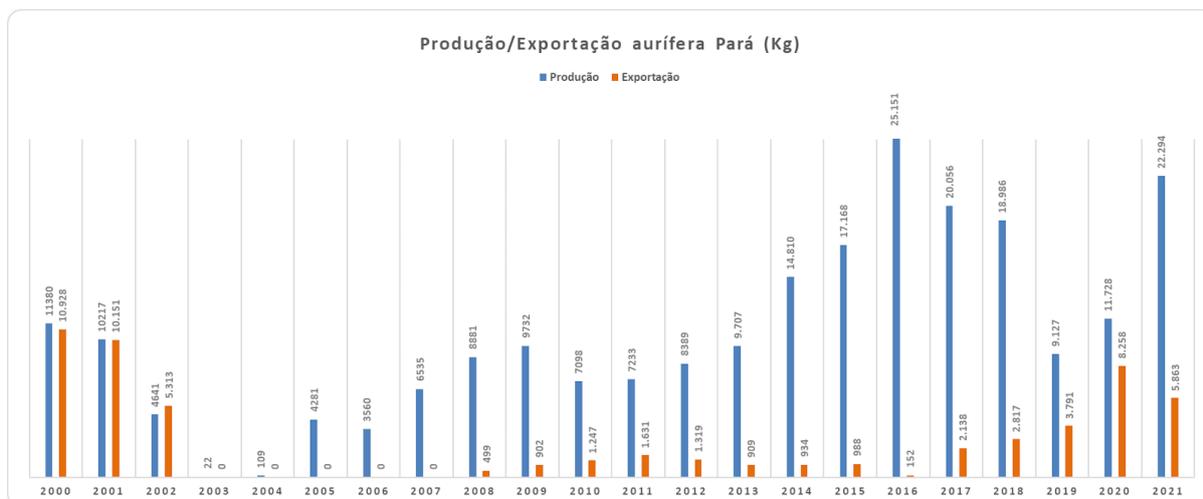


Gráfico 1. Relação entre a produção e a exportação de ouro no Estado do Pará.

Acosta (2013) define extrativismo como: *“aquelas atividades que removem grandes quantidades de recursos naturais sem beneficiamento (ou com beneficiamento limitado) para a exportação”*. É notório que a extração mineral em Itaituba entre a década de 1950 e os anos 1980 é bastante característica de uma economia extrativa onde danos socioambientais são infligidos em troca de uma lógica rentista que persevera na mera dilapidação de recursos minerais pautada por uma racionalidade acumulativa (CASTRO; CASTRO, 2022).

Traços de neoextrativismo

Uma economia neoextrativa não estaria tão distante do conceito expressado acima para o extrativismo. Como posto por Gudynas (2012) o neoextrativismo carrega traços do extrativismo clássico e ao mesmo tempo propala que a economia local está inserida em um meio internacional competitivo baseado em vantagens comparativas. Seguindo esses preceitos autores tem denominado esse novo movimento de exportação de bens primários de reprimarização da economia, especialmente acentuado no países latino-americanos (MILANEZ; SANTOS, 2013; BURCHARDT; DIETZ, 2014; HECHT *et. al.*, 2021). Ademais, o Estado neoextrativista busca ampliar a captura de recursos sobre as atividades extrativas, fazendo incidir em seus lucros compensações e tributos. Isto é patente no caso da exploração mineral no Brasil com a criação da CFEM e do IOF-ouro e mais especificamente no Estado do Pará (com equivalente em Minas Gerais e Amapá), a criação da Taxa

Mineral¹⁶, cujo objetivo é tributar empresas extrativas para a fiscalização e controle da atividade em função do grau de poluição potencial.

Mas ao mesmo tempo em que se criam mecanismos de tributação de excedentes, cria-se uma dependência entre o Estado e os projetos extrativistas, os quais indiretamente se tornam financiadores das políticas públicas. Gudynas (2012) fala que a captura do Estado pelo capital extrativo caracterizaria uma desterritorialização - quando a postura estatal é negligente no ordenamento da atividade, contribuindo para desregulação ambiental e em grande medida para uma vulnerabilidade social. Em muitos casos as próprias empresas extrativas se incumbem da realização de obras públicas criando uma relação perniciosa entre público e privado, legitimando *per si* o extrativismo como indutor do desenvolvimento, ao menos em uma dimensão local. Essa legitimação dos empreendimentos minerais, quando estes são taxados pelo Estado, vertendo-se parte do capital do extrativismo em investimentos sociais (GUDYNAS, 2012), corresponderia a um *social washing* – alienando-se o questionamento da atividade em si e enfocando-se somente nos seus benefícios.

A exploração mineral desconhece barreiras geográficas tanto quanto limites legais de territórios protegidos (VALETIM, 2022). O uso do recurso por vezes atropela o regramento de acesso ao próprio recurso, provocando a elaboração ou readequação de instrumentos administrativos que permitem uma expansão da atividade extrativa. Sendo progressistas ou neoliberais governos ainda dependem da receita das exportações minerais (ACOSTA, 2013; GUDYNAS, 2012). Em que pese um pendor mais laxativo no trato ambiental nas gestões de centro- e extrema-direita - citem-se a proposição de medidas provisórias para recategorização e redução de limites de unidades de conservação¹⁷ e o encaminhamento de projeto de lei para mineração em terras indígenas¹⁸, respectivamente - não menos permissivas foram as gestões de centro-esquerda que aprofundaram a dependência da extração mineral e cancelaram dispositivos legais que sobrepujam o quesito de proteção ambiental para valorização da mineração (MILANEZ; SANTOS, 2013), como o que classifica a mineração como atividade de utilidade pública no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012)¹⁹, onde uma área de proteção permanente (APP) pode ser suprimida em face da extração mineral.

No nível estadual se percebe a mesma ambiguidade em relação à regulação da atividade extrativa sem deixar de manter um mecanismo laxista. A legislação que instituiu a Taxa Mineral foi proposta em um governo de centro-direita (2011). Ao ser modificada em um governo centrista (2022)

¹⁶ Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), Lei Estadual nº 7591/2011.

¹⁷ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2121849>. Acesso 7/4/24.

¹⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>. Acesso em 7/4/24

¹⁹ Art. 3º, inc. VII, alínea b.

a lei indica que o fator gerador do tributo é o exercício regular do poder de polícia, que será exercido por meio do Programa Estrutura Pará, o qual tem entre os seus objetivos: 1) diminuir os impactos negativos da atividade de mineração; 2) geração de desenvolvimento socioeconômico a partir dos ganhos da extração mineral; 3) conservar os recursos e potencialidades ambientais do Estado do Pará e em aparente conflito com os objetivos anteriores: - 4) *“fomentar a liberdade econômica ao setor minerário”*.

Essa “liberdade econômica” ganhou literalidade na modificação de 2022²⁰ ao oferecer um desconto de 50% às empresas que aderirem a um programa estadual de obras públicas indicadas pelo Executivo²¹. Assim, há um desvirtuamento da lei e uma quebra no nexo de causalidade entre o impacto e a sua compensação, visto que essas obras podem ser conduzidas em local diversos da extração. Assim, ainda que esse novo modelo extrativista destine algo dos recursos financeiros para programas compensatórios, no neoextrativismo as ações para enfrentamentos das externalidades negativas dos empreendimentos extrativos ainda são insuficientes tanto para abarcar os impactos, quanto para inserir os países extrativistas num projeto de desenvolvimento com menor dependência dos recursos primários (GUDYNAS, 2012).

O que se percebe é uma dualidade do Estado em relação a extração mineral: ora taxando grandes companhias para internalizar o regramento ambiental e capturar compensações ambientais; ora relativizando o mesmo regramento ambiental para permitir um desempenho mais efetivo da atividade extrativa, emprestando a isso um discurso de competitividade e efetividade da gestão pública.

O ‘neoextrativismo’ em Itaituba

A extração mineral em Itaituba data desde o final da década de 1950. Em quase 70 anos as intervenções do Governo Federal sobre esta atividade oscilaram entre o incentivo, a regulação e a repressão. Aos Estados cabia o licenciamento ambiental provendo quando muito legislação suplementar. Em 2011 lei federal²² estabeleceu a distribuição de competência entre os entes federados, o que viabilizou o licenciamento ambiental por municípios. A condução do licenciamento ambiental variou de acordo com as gestões municipais que se sucederam desde o início da delegação de competência. Em 2016 a secretaria municipal de Itaituba contava com 27 funcionários, sede

²⁰ Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/9165>. Acesso em 6/4/24.

²¹ Art. 3ºA, §2º.

²² Lei Complementar nº 140/2011.

própria e equipamentos a disposição para fiscalização²³. Entretanto o processo de licenciamento era visto por alguns como “um excesso de burocracia (...) em vez de criar mecanismos para simplificar, criou dificuldades”²⁴. Para contrapor essa percepção burocrática, a gestão municipal adotou procedimentos mais expeditos para o licenciamento “para que, dentro da lei, os processos sejam agilizados para que os empreendedores possam trabalhar e para que aumente a arrecadação do município”²⁵. Um ano após essa declaração o secretário de meio ambiente celebrava os avanços da gestão: “Nós conseguimos fiscalizar e emitir quase o dobro de licenças que foram emitidas no ano de 2016. Avançamos, também, na questão das PLGs, expedindo 5 vezes mais licenças do que vinha sendo emitido nos anos anteriores”²⁶.

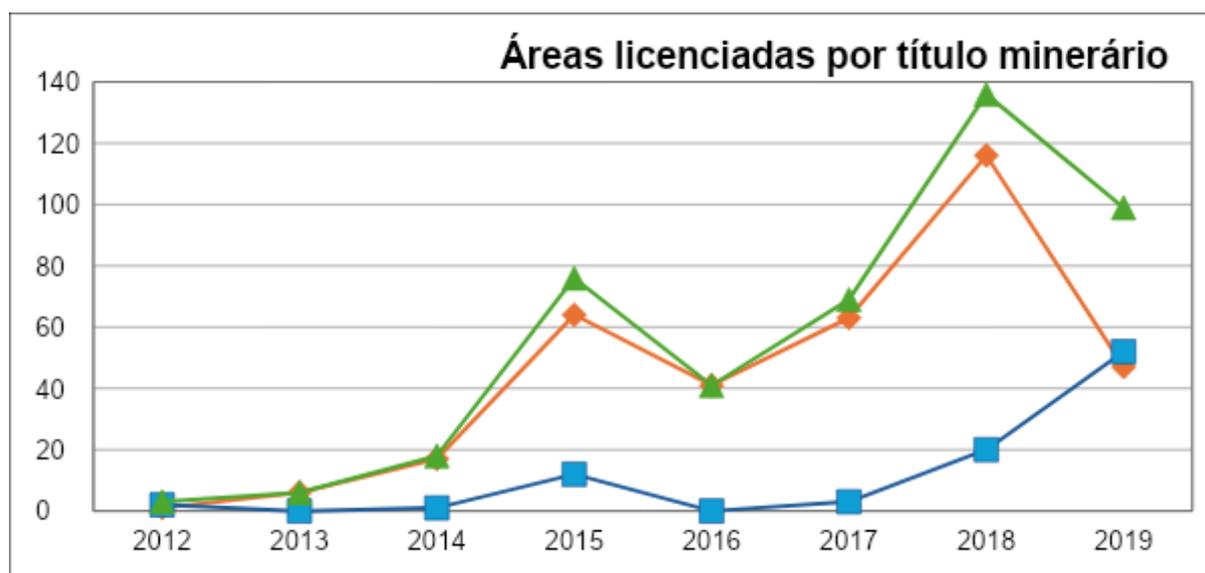


Gráfico 2. Evolução do número de áreas licenciadas por ano. No triênio 2017-2019 houve uma rápida emissão de licenças de operação que superou a soma dos anos anteriores.

Consultando-se os processos de lavra garimpeira no SIGMINE da ANM e os processos de licenciamento ambiental de lavra garimpeira conduzidos pelo Estado do Pará na plataforma SIMLAM, é possível correlacionar quantos processos minerários foram licenciados pelo município de Itaituba. Para o escopo deste trabalho foram identificados os processos licenciados entre 2012 e 2019, anteriores o período pandêmico da COVID-19 (Gráfico 2). A emissão de licenças ambientais é bastante condicionada pela ênfase com que a gestão municipal dá a este tema. O espaço temporal 2012-2019 enfeixa três gestões municipais diferentes. Entre 2017 e 2019 houve um avanço

²³ Relatório de Diagnóstico Ambiental para o município de Itaituba do PMV Vol. 7

²⁴ Disponível em <https://www.jotaparente.com/2016/09/se-o-garimpo-parar-economia-de-itaituba.html>. Acesso em 7/4/24

²⁵ Disponível em: <https://www.jotaparente.com/2017/01/70-dos-empresendimentos-trabalham-sem.html>. Acesso em 7/4/24

²⁶ Disponível em: <https://www.jotaparente.com/2018/01/combater-poluicao-sonora-e-uma-das.html>. Acesso em 7/4/24.

significativo na emissão de licenças para garimpo, inclusive em unidade de conservação federal, sem anuência do governo federal. Nota-se inclusive que o ritmo de emissão de licenças para garimpo foi superior ao de análise de requerimentos pela ANM. Em 2019, foram registradas 99 licenças de operação na ANM para requerimentos de lavra garimpeira, 47 requerimentos evoluíram à lavra garimpeira, 52 ainda aguardavam deliberação da Agência de Mineração.

Como ironiza Acosta (2013) os conflitos pelo uso dos recursos – no caso a adequação a ambiental – supostamente seriam resolvidos com a correta governança do problema, ou seja, pela análise técnica precisa dos documentos de controle ambiental e a respectiva vistoria dos empreendimentos. O que se revelou em Itaituba foi um completo desgoverno na emissão de licenças de operação, culminando na fala do prefeito da cidade de que não haviam vistoriado qualquer garimpo: “*Demos mais de 500 licenças e nunca fomos fiscalizar*”²⁷. Deixado por si só o extrativismo se dá na maior maximização de lucro e produtividade, cabendo somente ao empreendedor definir qual será o *compliance* que adotará, se adotar algum *compliance* legal.



Gráfico 3. Evolução da área dedicada ao garimpo no município de Itaituba entre 1985-2021 (Fonte: Mapbiomas).

Repercute-se com frequência o discurso da riqueza natural pertencente aos municípios, a qual geraria riqueza material para seus habitantes, havendo um embate entre a preservação do meio natural e a concepção utilitarista da natureza. Nessa conflagração a biodiversidade tem perdido terreno para as atividades extrativas. Isso é captado pelas taxas crescentes de desmatamento no município de Itaituba. Dados da plataforma MapBiomas²⁸ indicam uma rápida expansão da

²⁷ Disponível em : <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/02/demos-mais-de-500-licencas-nunca-fomos-fiscalizar-diz-prefeito-da-cidade-campea-em-autorizacoes-de-garimpo-de-ouro-no-brasil-25405557.ghtml>. Acesso em 7/4/24.

²⁸ Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas/>. Acesso em 7/4/24.

supressão vegetal (Gráfico 3) que coincide com uma alta no preço do ouro no mercado internacional: passando de US\$ 9/g em 2001, para US\$ 45/g em 2011 e chegando a US\$ 60/g no final de 2021; atualmente o valor está em torno de US\$ 70/g²⁹.

Há um evidente apoio da sociedade itaitubense ao negócio do ouro, muito impulsionado pela classe garimpeira que propala a dependência do setor de serviços (o consumo em si) em relação à atividade extrativa, sendo essa uma ‘geradora de riqueza’ (MILANEZ; SANTOS, 2013). O apelo ainda é reforçado pelo poder público municipal – o qual auferre renda proveniente da CFEM³⁰ e IOF-Ouro³¹ (Gráfico 4) – que continua a agir com presteza para na emissão de licenças, retroalimentando essa cadeia extrativa, o que Acosta (2013) chama de lógica consumista.

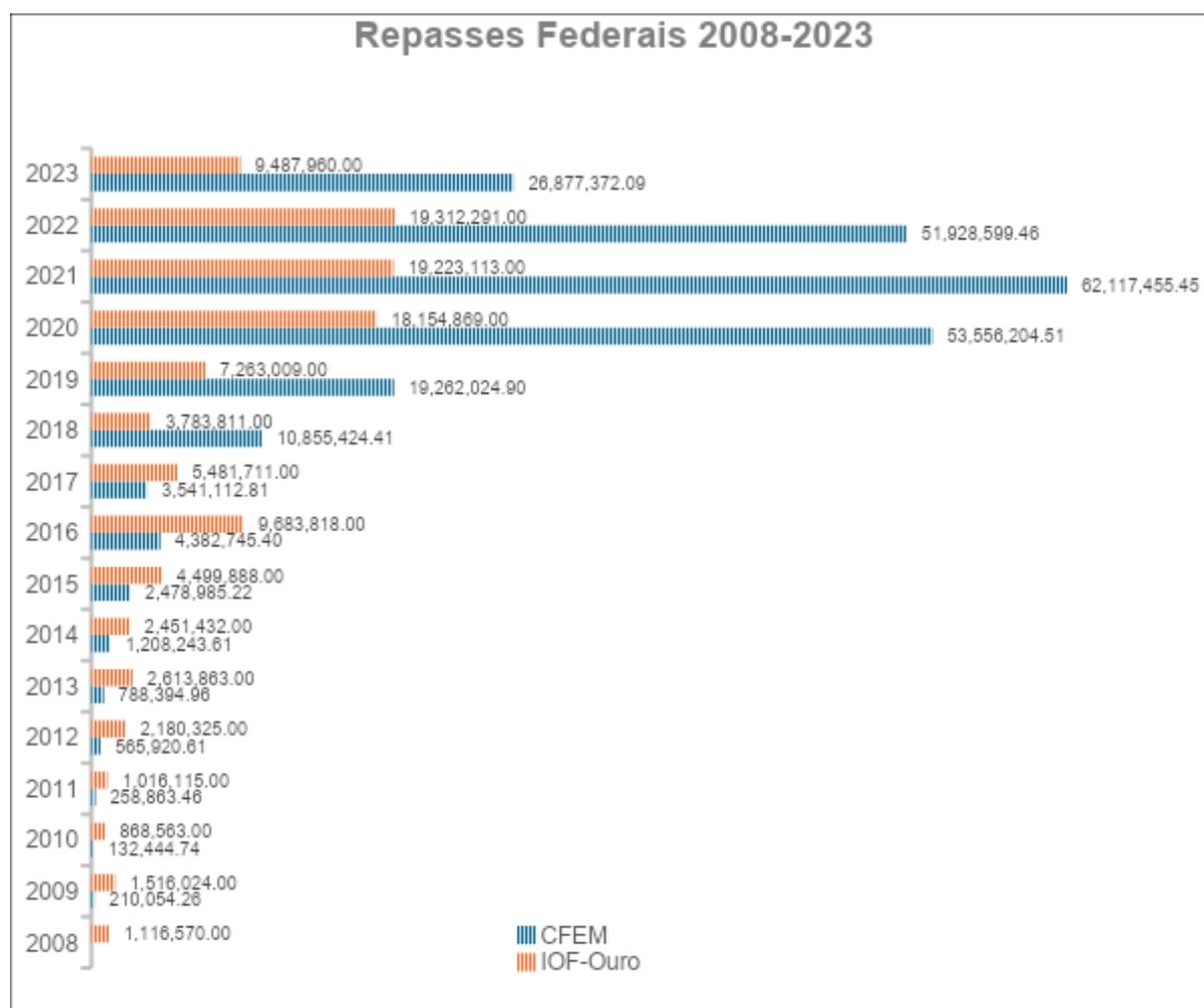


Gráfico 4. Repasses de compensações e tributos referentes a mineração de ouro para o município de Itaituba.

²⁹ Disponível em <https://goldprice.org/spot-gold.html>. Acesso em 7/4/24.

³⁰ Disponível em:

https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em 7/4/24.

³¹ Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso em 7/4/24.

Por fim, além do município, o governo estadual também contribuiria para o caráter rentista do extrativismo. Apesar de instituída a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários, esta não incide sobre as lavras garimpeiras, mesmo operando vultosas somas monetárias captadas na primeira venda de ouro (somente em 2023 as operações de ouro em Itaituba somaram R\$ 1,7 bilhão, tendo chegado a R\$ 4 bilhões em 2021, de acordo com os relatórios sobre a CFEM da ANM). Embora não seja em sua maioria companhias transnacionais que extraem ouro no Tapajós e sim garimpeiros, estes se beneficiam do tratamento diferenciado do Estado sobre essa atividade. Assim, contrariando a legislação estadual, não havendo o controle da atividade, não se poderia atender aos objetivos de diminuir os impactos negativos, gerar desenvolvimento socioeconômico, ou conservar os recursos e potencialidades ambientais.

CONCLUSÃO

Em razão dos poucos recursos para investimentos os países latino-americanos se tornaram dependentes de uma economia global e da exportação de commodities naturais, dentre elas as jazidas minerais. Essa dependência está estruturada como um projeto de desenvolvimento e de manutenção de externalidade sociais e ambientais negativas. Ainda que haja um regramento para uso, acesso e controle dos recursos minerais, como a legislação ambiental e mineral, essas normativas são infringidas pelo próprio Estado, surgindo a singularidade de uma atividade extrativista num contexto neoextrativo. A cidade de Itaituba no Estado do Pará se mostra como um exemplo dessa singularidade, onde a extração mineral pelo garimpo auferiu cifras bilionárias com a venda e exportação de ouro sem beneficiamento, gera problemas ambientais há décadas e, apesar de ser taxada por tributos federais, opera sem a devida fiscalização do poder municipal que simplesmente lhe outorga licenças ambientais em troca dos repasses de tributos inerentes à atividade. A imbricação perniciosa entre mercado, privados e Estado, onde cada uma das partes contribui para a manutenção de um ciclo de dependência econômica e danos ambientais, dá suporte a uma atividade de caráter extrativo e rentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. *In: Beyond development. Alternative visions from Latin America*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2013.

p. 61-86. Disponível em: https://www.tni.org/files/download/beyonddevelopment_complete.pdf. Acesso em 8/4/24.

ANM. **Anuário Mineral Brasileiro 2022**. Brasília: ANM, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral>. Acesso em 8/4/24.

ARAÚJO, R. *et al.* Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, Edna (org.). **Sociedade, território e conflito: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008. p.13-83.

BARBOSA, A. C. Agentes químicos tóxicos. In: IBAMA. (Org.). **Conhecimento científico para gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 1995, v. I, p. 233-269. Disponível em: https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/Barbosa-A-C-Mercurio-Parte%204.pdf. Acesso 7/4/24.

BURCHARDT, H.J.; DIETZ, K. (Neo-)extractivism - a new challenge for development theory from Latin America. In: **Third World Quarterly**, 2014, Vol.35, n.3, p.468-486.

CASTRO, E.M.R.; CASTRO, C.P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 25, n. 1, p. 11-36, jan-abr 2022.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 303-318. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326671300_O_novo_extrativismo_progressista_na_America_do_Sul_teses_sobre_um_velho_problema_sob_novas_expressoes. Acesso em 8/4/24.

GUIMARÃES, G. A., SILVA, A.R.B., DUTRA, M.S. (Org.). **Contaminação Mercurial: homem versus meio ambiente nos garimpos de ouro da Amazônia**. Belém (PA): UNAMAZ, 1994, 388p. (Série Cooperação Amazônica, vol 12)

HECHT, S. *et al.* The Amazon in Motion: Changing Politics, Development Strategies, Peoples, Landscapes, and Livelihoods. In: NOBRE, C. *et al.* (Eds.). **Amazon Assessment Report 2021**. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network. New York: Science panel for the Amazon, 2021, cap. 14, p. 4-51. Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org/amazon-assessment-report-2021/>. Acesso em 8/4/24.

INSTITUTO ESCOLHAS. Brasil exporta ouro ilegal. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/Brasil-Exporta-Ouro-Ilegal.pdf>. Acesso em 7/4/24.

MANZOLLI, B. *et al.* **Legalidade da produção de ouro no Brasil**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2021, 45 p.

MATHIS, A.; REHAAG, R. (org.). Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia. Belém: CEJUP, 1993.

MILANEZ, B.; SANTOS, R.S.P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *In*: Encontro Anual da ANPOCS, 37, 2013, Água de Lindoia. **Seminário Temático 39: Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais.** Águas de Lindoia: ANPOCS, 2013. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas//files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>. Acesso em 8/4/24

USGS. **Mineral Commodity Summaries 2024.** Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024.pdf>. Acesso em 8/4/24.

VALENTIM, G.D.S. Ouro: commodity, ativo financeiro e a (não) governança transnacional. *In*: Seminário Discente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 9, 2021, São Paulo. **Mesa “Políticas de Meio Ambiente: disputas domésticas e internacionais.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/SeminárioDiscente_GiovannaValentim%20-%20Giovanna%20Valentim.pdf. Acesso em 8/4/24.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Os impactos socioambientais do garimpo ilegal na terra indígena kayapó: o avanço do neoextrativismo a criação de zonas de sacrifícios na TIK

Alberto da Silva Amaral³²(MPEG),

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida no MPEG, que objetiva compreender os impactos socioambientais gerados pela atividade ilegal do garimpo na terra indígena Kayapó (TIK), situada na região sudeste do Estado do Pará. A partir do levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e enfoque histórico e socioantropológico, no qual buscamos compreender como o discurso do desenvolvimento e do progresso, atrelado em uma lógica colonial, contribui para o avanço do garimpo ilegal nas terras indígenas, em especial a TIK, considerando a Inoperância do Estado, no qual contribui para essa atividade ilegal. A mineração na Amazônia assim como na América Latina é fruto do processo de colonização nesses territórios, ocasionando fortes impactos nas populações, sobretudo nos povos indígenas. Nesse sentido observamos que em decorrência desses impactos socioambientais em virtude do avanço do neoextrativismo na TI Kayapó está se criando Zonas de Sacrifício, gerando forte impactos na sociabilidade dos Mebêngôkre-Kayapó. A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, das águas, da biodiversidade e do equilíbrio climático, como comprovou o Relatório da World Resources Institute segue rigorosamente ignorada por seguidos governos, desde os mais “à direita” aos “mais a esquerda”. O tema da mineração e do garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) ganhou destaque social e político no Brasil especialmente após a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, pelos ataques promovidos aos povos indígenas do país e, de maneira mais intensa, aos povos indígenas da Amazônia.

Palavras-chaves: Impactos socioambientais; garimpo ilegal; Terra Indígena Kayapó.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscar compreender questões que estão diretamente ligadas à destruição da floresta amazônica, uma vez que, os impactos gerados pela atividade ilegal do garimpo têm ocasionado fortes mudanças na geografia territorial e humana do povo indígena Mebêngôkre-Kayapó que vive na TI Kayapó. O nosso interesse é analisar os impactos gerados por esta atividade extrativista que têm gerado grandes impactos socioambientais para os povos indígenas, em especial os Mebêngôkre-Kayapó que habitam o território em questão.

Essas questões contribuem diretamente para a instabilidade sociocultural entre os Indígenas, uma vez que suas terras estão sendo devastadas com o avanço do garimpo ilegal, atividade responsável por 60% do desmatamento da Amazônia, conforme poderemos ver ao longo deste relatório.

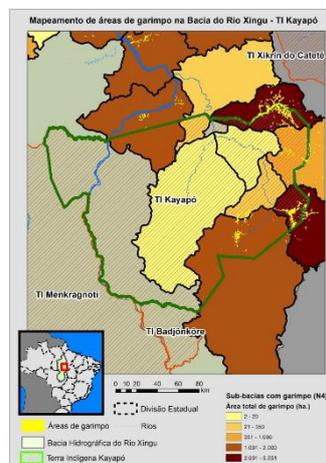
³² Pesquisador da Coordenação de Ciências Humanas, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) - Albertoamaral||@gmail.com

Para isso, tentamos imergir na literatura histórica, socioantropológica e em fontes documentais que nos possibilite a análise e compreensão sobre o impacto do garimpo na Terra Indígena Kayapó, situada na região Sudeste do Estado do Pará. Importante compreender os cuidados que devemos ter ao tratar desse assunto, tendo em vista que existem vários interesses envolvidos nessa questão, mas ressalto que ao nos aprofundarmos nas fontes que foram consultadas, nos textos e nas informações de geoprocessamento, ficamos assustados com o avanço do garimpo nas terras indígenas na Amazônia, em especial o avanço do garimpo na TI Kayapó – um dos garimpos com maior índice de destruição da floresta.

SITUANDO O TERRITÓRIO - TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Antes de focar nossos olhares para a questão do garimpo na TIK, busco apresentar ao leitor esse território. A Terra Indígena Kayapó (TIK) foi homologada e registrada na Secretária de Patrimônio da União pelo decreto 316 de 30/10/1991, está situada no Estado do Pará, abrangendo os municípios de Bannach, Cumaru do Norte, São Felix do Xingu e Ourilândia do Norte.

Figura 1 Terra Indígena Kayapó



Fonte: Dossiê. Xingu Vivo – 2021

De acordo com o censo de 2014, 4.548 pessoas do Povo Mebêngôkre Kayapó vivem na Terra Indígena Kayapó. (Terras Indígenas no Brasil, 2021). Nesta terra, se faz presente algumas atividades geradoras de conflitos ocasionadas da expansão fundiária como é o caso da grilagem de terra, situação que tem marcado fortemente o povo Mebêngôkre-Kayapó no Estado do Pará, em especial na TI Kayapó. Outro problema que se faz muito presente em seu cotidiano é o uso do solo para a garimpagem, que o foco de nossas investigações assim como a venda e extração ilegal de madeira em seu território, provocando conflitos externos e internos, questão que sempre foi motivo de

preocupação, conforme nos mostram os dados do relatório da violência contra os povos indígenas de 2006-2007:

Os indígenas estão numa situação de miséria, após **a exploração de ouro e mogno**. Não há um projeto de vida laborado e acompanhado pela Funai. Encontram-se indígenas caídos nas calçadas pelas ruas do município de São Felix do Xingu. Os indígenas denunciam a administração local da Funai pela má administração dos recursos. (CIMI, 2006-2007. p. 171)

Notemos que o clima de tensão se faz presente no cotidiano dos Mebêngôkre-Kayapó, e a ausência dos órgãos de fiscalização aumenta ainda mais a tensão entre os indígenas e não indígenas da região sudeste do Pará, tendo em vista que os indígenas lutam constantemente pela preservação da floresta e os demais recursos naturais que ali se fazem presentes. (CIMI, 2006-2007. p. 144)

A exploração de recursos na Terra Indígena Kayapó ganhou impulso a partir de 1980, quando fazendeiros, colonos, madeireiros, **garimpeiros** e especulação fundiária, passam a se fazer presentes no entorno e dentro deste território. Por sua vez, o governo não faz cumprir as leis que protegem as terras indígenas de invasão, usurpação e extração de recursos naturais, marcando ao longo da história a devastação pelo garimpo na TI Kayapó.

Como podemos observar, a questão do garimpo na TI Kayapó tem acarretado enormes prejuízos para os habitantes daquela terra, atividade altamente influenciada por um discurso de que a exploração traria benefício ao povo indígena, mas o que iremos apresentar a seguir irá mostrar que a esperança de riqueza e melhoria para eles se dará de modo contrário.

O GARIMPO NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ

Ressaltamos que a presença inicial do garimpo na TI Kayapó iniciou-se nos anos 60, com pico nos anos de 1980, quando 10 mil garimpeiros chegaram à então reserva Gorotire para realizar a atividade de extração de ouro da mina Cumarú (HECHT, 2010). Consultando as fontes que já foram apresentadas em capítulos anteriores, a presença do garimpo na TIK remonta a década de 1970 com o início do Projeto Cumarú, onde reservas de ouro foram descobertas na região da Serra Gradaús pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Atraindo empresas mineradoras para a região em busca de conseguirem o direito de exploração, no entanto, a notícia se espalhou de forma vertiginosa e rapidamente garimpeiros se deslocaram para a região chegando inclusive primeiro que as empresas de mineração, iniciando a lavra de forma manual em 1980. Sobretudo por que os depósitos de ouro estavam dispersos pela região, propiciando dessa maneira a chegada da garimpagem em território Kayapó (Cedi, 1984). Lideranças da aldeia chegaram a solicitar para o então presidente da Funai que ensinasse os índios a garimpar para que assim pudesse retirar os não índios

de suas terras, uma vez que, os indígenas desejavam alternar a produção extrativista da Castanha com a extração do Ouro (O Globo, 1980), fato que não teve apoio da Funai. No entanto, o Ministério de Minas e Energias e o Ministério do Interior pretendiam não só manter a garimpagem em Cumaru, como transferir para a área parte dos 40 mil garimpeiros que se encontravam em Serra Pelada (Folha de São Paulo, 1984).

Mediante o impasse, a solução encontrada pelo governo federal da época foi a instalação, em março de 1981, de um sistema de controle análogo ao que ocorria em Serra Pelada, com a manutenção dos garimpeiros e a chegada de diversos órgãos para abastecimento, segurança, atendimento de saúde e, principalmente o monopólio da compra do ouro, atividade exercida pela Caixa Econômica Federal. Se estava criado o então Projeto Cumaru, parte dele progredindo sobre a terra Kayapó. (Cedi, 1984) Como podemos verificar na Figura 17, hoje a devastação desse território é enorme. Com o controle do governo federal sobre a extração do ouro, os Kayapó não passaram a garimpar em sua própria terra, mas firmaram convênio com a Caixa, recebendo parte do valor arrecadado. Entretanto, não demorou muito para os índios sentirem os efeitos nocivos da garimpagem. Com a poluição das águas próximas ao garimpo, o número de doentes nas aldeias aumentava e a pesca era uma atividade cada vez menos frequente (O Liberal, 1981). Mais tarde, eles começaram também a demonstrar sinais de insatisfação quanto à porcentagem recebida pela atividade e, em 1984, comunicaram aos órgãos federais que estavam dispostos a desativar os garimpos caso os donos de barrancos não aceitassem aumentar o valor repassado (O Liberal, 1984).

O convênio que garantia o repasse aos Kayapó terminou em março de 1985, não foi renovado e a Caixa Econômica Federal suspendeu os pagamentos. Em 1º abril do mesmo ano, cerca de 200 indígenas já estavam em Maria Bonita, ocupando o campo de pouso do garimpo e passando a controlar o fluxo de pessoas, mercadorias e, claro, do próprio ouro extraído. Exigiram, de imediato, a presença da Funai, do DNPM e da imprensa, dando início a um tenso período de negociações. Os indígenas se dividiam entre a saída imediata dos garimpeiros e a permanência das atividades, mas com aumento do percentual pago sobre a retirada do ouro. As duas frentes eram unânimes, contudo, ao exigir a demarcação de suas terras (O Liberal, 1985a). Essa determinação foi diversas vezes anunciada pelos Kayapó durante as negociações (O Globo, 1985). Paulinho Payakã – que a essa altura já havia se tornado um dos porta-vozes dos Kayapó, servindo também de tradutor para os caciques na maioria das reuniões – declarou que qualquer negociação sobre o garimpo somente ocorreria após a conclusão do processo de demarcação. Antes disso, não haveria extração de ouro e a retirada das máquinas apreendidas estava sujeita ao pagamento de indenização para compensar os danos causados (O Liberal, 1985a).

Vale resaltar que a atividade garimpeira não se extrai apenas o ouro, muito pelo contrário, outras substâncias minerárias e pedras preciosas também são comiçados pelos garimpeiros e mercados internacionais. A extração ilegal de diamantes tem marcado os conflitos entre os Cinta Larga e não índios ao longo da história, como bem nos mostra o relatório da violência de 2010 do Cimi, “Garimpeiros continuam invadindo e extraindo ilegalmente diamantes na terra indígena. Essa atividade acontece há nove anos em uma área que equivale a mais de 500 campos de futebol” (CIMI, 2010. P. 61).

De acordo com o Mapa de Conflitos da Fiocruz, a Terra Indígena Kayapó tem sofrido com as atividades ilegais de garimpo há pelo menos 40 anos. Nesse sentido, o nosso enfoque nessa pesquisa é verificar como o garimpo tem avançado ao longo do século XXI, visto que essa atividade tem atingido bastante a vida dos indígenas nesse território (MAPA DE CONFLITOS, FIOCRUZ, 2022). A atividade garimpeira se intensifica nos anos 80 na TI Kayapó, “no leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco”, se prolongando até meados dos anos 90:

Nesta mesma época surgiu outro foco de atividade garimpeira a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu próximo à cidade de São Félix do Xingu. Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2018, a atividade garimpeira ali começou a declinar, mas migrou novamente para os rios Arraias e Fresco, atualmente em rápida expansão. Em apenas quatro anos, entre julho de 2015 e julho de 2019, 5.713 hectares já foram destruídos pela atividade garimpeira que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando a saúde dos indígenas em risco e provocando conflitos associados à repartição inadequada dos benefícios gerados, à promoção da prostituição, assim como à violência causada pela facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas. Este número é maior do que o dobro de todo o desmatamento ocorrido na TI Kayapó desde a década de 1980 até junho de 2015. Em 2020, apenas nos cinco primeiros meses do ano, já foram desmatados 684 hectares - 182 ha só em maio. (DOSSIE – GARIMPO NO XINGU, 2021, p. 05).

Através da análise dos dados coletados nas fontes, verificamos que a Funai, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos naturais – Ibama, a Polícia Federal – PF, a Marinha e a Força Nacional, “desde 1994 até agosto de 2018, realizaram mais de 14 operações de combate ao garimpo ilegal.” (CIMI – 2018).

Fatos que não favoreceu a diminuição das tensões em torno da exploração de recursos naturais, muito pelo contrário, o que presenciamos foi o crescimento do desmatamento e da atividade garimpeira dentro da TI Kayapó. Como bem podemos observar nas análises realizadas na coleção O6 do Mapbiomas, a TI Kayapó lidera o ranking de desmatamento na Amazônia, como já foi

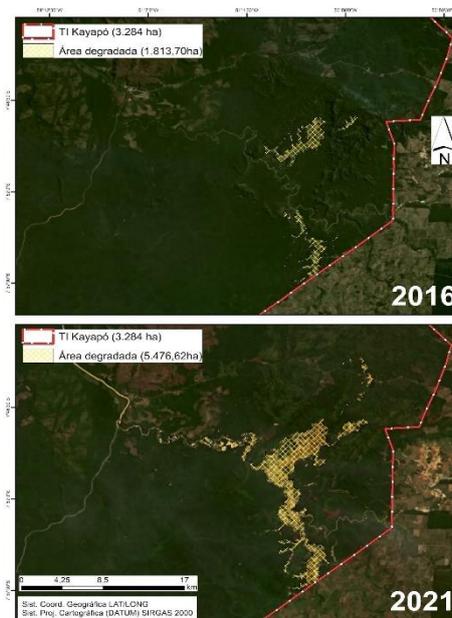
visto anteriormente. Para que possamos compreender visualmente esse avanço do garimpo, as Figuras 20 e 21 nos mostra como o garimpo tem avançado na TI Kayapó:

Figura 2 Cor da água do Rio da Ponte e Rio Fresco sendo indicativo de particulados provenientes da lavagem de material (solos) em atividade garimpeira na TI Kayapó.



Fonte: Mural Interdisciplinar

Figura 3. Análise temporal por imagem de satélite (mosaico) Planet referente à degradação do solo por atividade garimpeira na Terra Indígena Kayapó, no município de Cumaru do Norte, Pará, Brasil.



Fonte: Mural Interdisciplinar

A partir das imagens acima, percebemos o quanto a atividade garimpeira é perversa no processo de “ursurpação” e violento nas transações garimpeiras em terras indígenas. O avanço do

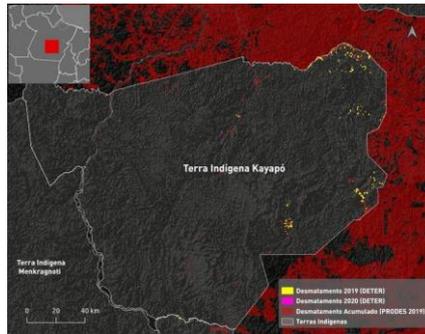
Garimpo na TI Kayapó só nos mostra a triste realidade que os povos indígenas tem enfrentado ao longo dos anos “dentro desse modelo mineral brasileiro, alguns inclusive já possuem investigações e monitoramento sistemático como os estudos desenvolvidos pelas organizações indígenas e o Instituto Socioambiental (ISA).” (WANDERLEY, 2021. p. 12)

A partir das análises das fontes, observamos que hoje existem cerca de 110 conflitos ambientais envolvendo mineração e garimpo conforme nos mostra o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2019), Apesar das limitações legais, os povos indígenas estão envolvidos em 36 casos, seja porque foram afetados indiretamente por acidentes ambientais e outras consequências das atividades de mineração, seja porque seus territórios foram invadidos por garimpos ilegais como é o caso da TI Kayapó. O garimpo não afeta apenas os territórios indígenas através dos impactos diretos relacionados à perda do território, o desmatamento, a poluição dos rios, a diminuição das terras agricultáveis ou pela redução na variedade e disponibilidade de caça e outros frutos da floresta, dos campos e das águas, questões importantes para a sua alimentação e saúde.

Nesse sentido ressaltamos que entre 2017 e 2020, várias ações dos órgãos de fiscalização composta pelo Ibama, Polícia Federal e em algumas ocasiões a Polícia Militar e o Exército, “deflagaram” diversas operações contra o garimpo ilegal na TI Kayapó (CIMI, 2017, 2018, 2019). Entre essas ações destacamos a queima de balsas, maquinários e outros equipamentos, apreensão de retroescavadeiras e combustível, além de detenções de garimpeiros. Lembrando que o objetivo dessas ações é a desestruturação da logística do garimpo e a desarticulação da venda ilícita do ouro, pedras preciosas e mercúrio na região, no país e em nível internacional.

Segundo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (**DETER**) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) entre 2018 e 2019 houve um crescimento de 118% da área de floresta destruída na Terra Indígena Kayapó. Sendo o garimpo a principal fonte da degradação ambiental: em 2019 dos 1.926 hectares de desmatamento registrados na TIK, 71% haviam sido causados por atividades de mineração ilegal. **Dos 197 hectares de degradação registrados nos primeiros meses de 2020, 90% foi devido a esse tipo de atividade.** O aumento das áreas de garimpo tem força na elevação do preço do ouro no mercado e na falta de ações continuadas de fiscalização.

Figura 4: Alertas de desmatamento na TI Kayapó entre 2019 e 10.06.2020 (DETER).



Fonte: Sistema Deter - 2020

O DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO COLONIAL

Durante a revisão bibliográfica e documental podemos notar o quanto o conflito na Amazônia, em decorrência do avanço do garimpo, se faz presente nos dias atuais, sobretudo quando observamos os retrocessos legais e desrespeito com a legislação sobre a extração de recursos minerais em terras indígenas. Conforme fomos avançando nos documentos, relatórios, e demais notícias que nos apontam o avanço do garimpo em Terras Indígenas (Tis), em especial os garimpos ao logo da TI Kayapó, soubemos que ao Lado dos Garimpos da TI Yanomami e Munduruku, esta atividade ilegal e responsável por 60% do desmatamento da Amazônia.

O impacto da mineração na Amazônia assim como na América Latina, é fruto do processo de colonização nesses territórios, ocasionando fortes impactos nas populações, sobretudo nos povos indígenas, conforme nos aponta Araújo:

A mineração na América Latina, sua história, seus avatares, foram desde cedo definidos pela metáfora das veias abertas. Seus impactos bem podem figurar como a passagem de um furacão; um furacão chamado **“progresso”**. **A noção ilustrada, moderna, científica, positiva de progresso**, convertido em religião – religião colonial -, é o que ainda a essa altura, no século XXI, permite vislumbrar, mais que as razões, as emoções que mobilizam essa dinâmica sacrificial da mineração transnacional, propriamente colonial. A fé do **desenvolvimento infinito** (2020, p. 20).

Como podemos perceber, todo esse massacre contra os povos indígenas sempre tem um nome chamado DESENVOLVIMENTO. A experiência da colonização europeia na América provocou, aos povos indígenas, enormes prejuízos, construindo um cenário onde se observariam todos os tipos de violências materiais e simbólicas. As implicações mais recorrentes da colonialidade remontam ao atual racismo institucional e estrutural, aos massacres e espoliações, tudo com raízes lá no sistema colonial, que perduram, mesmo com ressignificações, até a atualidade. Porém, uma questão que surge é: o que nos sobra para além da colonialidade? O que, de fato, não sucumbiu a esse padrão de poder, ou quais os meios acionados para encontrar o **“Buen Vivir”**? Pretendemos, aqui, argumentar

que os nossos processos de resistência à essa dominação é o fator que sobra à colonialidade. Resistências que mantêm uma grande intimidade com o **primitivo**, ou seja, que de fato melhor representariam a identidade que foge à colonialidade.

A colonialidade se funda na imposição de uma classificação racial e étnica, sendo o melhor instrumento de dominação capitalista, em especial para a consolidação da forma de pensar e organizar europeia ou “central” sobre os novos territórios a serem “conquistados” (QUIJANO, 2014, p. 285-6).

Não podemos nos esquecer que a resistência dos Povos Indígenas em relação ao avanço do Garimpo em terras indígenas, é uma resistência ao conceito colonizador de *Desenvolvimento* imposto nas sociedades ameríndias desde as invasões no início do séc. XVI até os dias atuais. “Desenvolvimento é uma moderna ideologia e utopia do Ocidente” (RIBEIRO, 2009, p. 67)

Desde os meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento. Apesar de a maioria das pessoas seguramente não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, deixou-se influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”. E é muito provável que continue assim. (ACOSTA, 2016, p. 46)

Nesse sentido, gostaríamos de debater neste trabalho o conceito de *Desenvolvimento* a partir de um viés crítico por meio do estudo do Impacto Sociocultural que o garimpo tem acarretado as Terras Indígenas na Amazônia, em especial na Terra Indígena Kayapó.

O desenvolvimento, ao longo da história, se confunde com o avanço do modo de pensar colonial, em que a economia é colocada sobre os demais aspectos da vida em sociedade. E é essa ideia de desenvolvimento, comumente confundido com o acúmulo de riquezas e transformado em fundamento do modo de produção capitalista, que vem tornando o extrativismo do Ouro e outros minérios em terras indígenas uma atividade necessária ao progresso. Nesse sentido Gudynas nos diz:

O avanço da exploração de recursos minerais e petrolíferos e as monoculturas de exportação desencadeiam profundos impactos territoriais. Em muitos casos, representam a chegada, em áreas remotas, de contingentes de operários e técnicos e seus equipamentos, voltando a criar economias de enclave. Este processo determina e fortalece um processo de “desterritorialização”, no qual o Estado não consegue garantir sua presença de forma adequada e homogênea em todo o território e se vê limitado na proteção dos direitos dos cidadãos ou na prestação de serviços públicos, mas, ao mesmo tempo, é muito ativo na promoção e defesa desses enclaves extrativistas (GUDYNAS, 2012, p. 310).

Estes projetos sempre se apresentam com a ideia de avanço para o país alcançar o status de desenvolvido, como apontava o exemplo norte-americano, dever-se-ia passar por um crescimento econômico. O “bolo” deveria primeiro crescer para depois distribuí-lo – embora não igualmente

dividido – na perspectiva do ministro da fazenda Antônio Delfin Netto, durante o chamado “milagre econômico”, como nos aponta Gudynas (2011):

La idea del desarrollo quedó, por tanto, atada al crecimiento económico y en consecuencia, también quedaron subordinados los temas del bienestar humano, ya que se consideraba que la desigualdad y la pobreza se resolverían esencialmente por medios económicos. (GUDYNAS, 2011, p. 23)

Nesse mesmo debate, Gudynas nos aponta maiores detalhes e características dominantes sobre essa perspectiva de desenvolvimento que tanto impacta os povos indígenas:

Las ideas convencionales acerca del desarrollo lo entienden como un continuado progreso que se desenvuelve em vários planos, todos vinculados entre si, como crecimiento económico, el avance de la ciencia y la tecnología, o una construcción política y cultural a imagen de los países industrializados. El desarrollo es, por lo tanto, un conjunto de conceptos, sus institucionalidades y prácticas, [...] entendido en esa pluralidad, el desarrollo es una idea dominante, donde una de sus expresiones actuales más vigorosa es el extractivismo. (GUDYNAS, 2013, P. 190)

Falando em escala global, pode-se identificar os países ditos subdesenvolvidos como atores do espaço marginalizado. Se a lógica do discurso hegemônico de desenvolvimento foi deixada de lado, surgem outros enunciados, o que revela a existência de “*locus* enunciativo contra-hegemônico” em relação às verdades imputadas pela modernidade (NESKE, 2014). Tal sobreposição do colonizador sobre o colonizado se perpetuou na história pós-colonial, de modo que há uma inferiorização, não só dos sujeitos, como dos lugares tidos como regiões incompetentes para alcançar o modelo estabelecido de desenvolvimento. Essas regiões serão rotuladas como subdesenvolvidas, atrasadas, e pobres devendo por isso servir àquelas que conseguem “sustentar” o mundo.

MINERAÇÃO E GARIMPO

A tentativa de historicizar o avanço da Mineração e o Garimpo na Amazônia com destaque para a Terra Indígena Kayapó, situada na região sudeste do Pará, parte do pressuposto que o passado e o presente são momentos diferenciados de um mesmo processo. Porquanto, a periodização nessa pesquisa assume uma perspectiva analítica em que cada período reflete especificidades, papéis e importâncias diferenciadas do garimpo na TIK. A história da formação dos garimpos e do surgimento da atividade de mineração no estado do Pará traz em seu bojo especificidades, seja pelas peculiaridades geológicas, seja pelo seu caráter de múltiplas fronteiras: geopolíticas, demográficas, econômicas e étnicas, marcadas por fortes conflitos e aniquilamentos dos povos indígenas ao longo de sua história e atualmente estamos presenciando novamente essa triste história, conforme Costa (1993) nos diz:

Os projetos de inserção da região amazônica aos circuitos mundiais da mercadoria e do capital têm sido marcados por grandes promessas, elevados de surpresas, permeados de decepções. Ainda no Século XVI, a Amazônia chegou à Europa na forma de pais de El Dorado e de pais dos Omaguas. As reluzentes paisagens destes dois reinos de fantasia [...] A realidade da conquista, seja nas incursões de holandeses, franceses e ingleses, seja no estabelecimento definitivo do poder português, iniciado em 1616, desvaneceria gradativamente essa primeira ilusão: a excursão de Pedro Texeira, de Belém a Quito, uma epopeia que durou 26 meses, encerrando-se em 12 de dezembro de 1639, não constatou o que as lendas davam por certo. Tampouco as entradas que fizeram posteriormente na busca de metais preciosos, expedições das quais se tem notícias até meados do século XVII, demonstrara sucesso digno de nota (COSTA, 1993. p.10).

Avançando na história, percebemos que as atividades minerárias na região irão avançar na região amazônica a partir dos anos 20 do século passado e a garimpagem “incorpora-se como elemento de peso na conformação de estruturas na região apenas nos anos 1939-40” (COSTA, 1993, p.10).

Dadas essas informações gostaríamos de distinguir tais atividades econômicas: mineração e garimpagem. A Mineração “(...) consiste na atividade de transformação da natureza, especificamente extração de substância mineral” (RODRIGUES, 2017), ressaltando que o Estado do Pará é o maior produtor de ferro do planeta desde a implementação do projeto Carajás nos anos de 1970, sendo a região de Carajás fortemente marcada pela lógica do desenvolvimento, aceitando o avanço dos grandes projetos minerários na região. No entanto, para que possamos compreender a distinção entre mineração e garimpagem evocamos as palavras de PINTO (1993), segundo o qual:

A **mineração** engloba a prospecção, a pesquisa, o desenvolvimento, a lavra, além do transporte, manuseio, beneficiamento, e toda infraestrutura necessária a esta operação, excluindo a metalurgia e a transformação. A face simplória da atividade mineral é chamada **garimpagem**, embora reconhecida também como atividade econômica pela Constituição Brasileira de 1988. (PINTO, 1993. p. 27).

A garimpagem de pequena e média escala, tem contribuído com a maior parte da produção aurífera do País. Desde 1978 até o final da década de 1980, a produção das atividades de garimpagem representava mais de 50% da produção oficial de ouro no Brasil. Em 1983 e 1984, a produção de ouro oriunda dos garimpos equivalia a 88,46% e 82,12%, respectivamente, de toda a produção do Brasil (DNPM). O que não difere dos dias atuais, onde 84,15% do ouro extraído é oriundo de garimpo ilegais. Sobre isso Rodrigues (2017) nos diz:

A mineração como atividade econômica poderá então ser subdividida em atividade formal e informal. Nesta discussão, fica evidenciada a dificuldade de falar de mineração como um todo, porque há uma parte que é tratada apenas com base em estimativas, tais como população garimpeira e produção. (RODRIGUES, 2017. p. 90)

Diferente das reflexões de Pinto (1993), o geógrafo Luiz Jardim Wanderley (2021), que tem dedicado suas pesquisas para compreender o avanço do garimpo em terras indígenas, nos explica que:

Primeiro, sobre os **usos dos termos “garimpo” e “mineração”** aqui. A garimpagem ilegal em terras indígenas, enquanto **um problema socioambiental, cultural, político e econômico**, é analisada neste relatório não a partir do imbróglie normativo em torno de sua classificação em termos de "garimpo" ou "mineração" (e dos problemas administrativos em torno disso, como entraves à fiscalização), mas sobretudo a partir dos danos que promove e dos desafios que suscita em todos esses âmbitos. Isso, porque a realidade desse problema, tanto no caso Munduruku (foco deste trabalho), **[no nosso caso o foco é a Terra Indígena Kayapó]**³³ como nos demais citados aqui, está longe de corresponder à extração artesanal de ouro: trata-se de uma garimpagem altamente mecanizada e amparada por uma rede de atores que financiam as caríssimas máquinas e todo o complexo esquema de infraestrutura e logística que garante a instalação e a operação dos garimpos dentro de áreas protegidas. (WANDERLEY, 2021, p. 20)

A relação do garimpo com a conseqüente desestruturação do modo de vida e os impactos sobre o bem-estar dos povos indígenas na América são coetâneas ao próprio processo de colonização do continente. Desde o início da conquista das terras americanas pelos Europeus, o desejo de rápida riqueza através do extrativismo, da prata e de outros metais e pedras preciosas tem mobilizado o traslado da população europeia para as Américas e impulsionados processos de extermínio e desterritorialização dos povos que aqui viviam. E nesse sentido que evoco as palavras de Andréa Zhourri e Raquel Oliveira (2010):

Muitos processos de territorialização hoje em curso são processos de luta pelo significado e pela apropriação do meio ambiente (quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros etc) contra a apropriação global pelo capital, que transforma territórios sociais (Litle, 2002) em espaços abstratos, ou seja, lugares em espaços que contêm recursos naturais para a exploração capitalista. Entretanto, os grupos sociais sujeitados à desterritorialização não são vítimas passivas e expressam outras formas de existência nos lugares. [...] A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir lhes seus usos legítimos, vinculados a sua existência à trajetória desses grupos. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da mudança. (ZHOURRI, OLIVEIRA, 2010. p. 445)

AMAZÔNIA – Terra de Lama e Sangue.

(...) O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, isto é, com seus policiais e guardas, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de

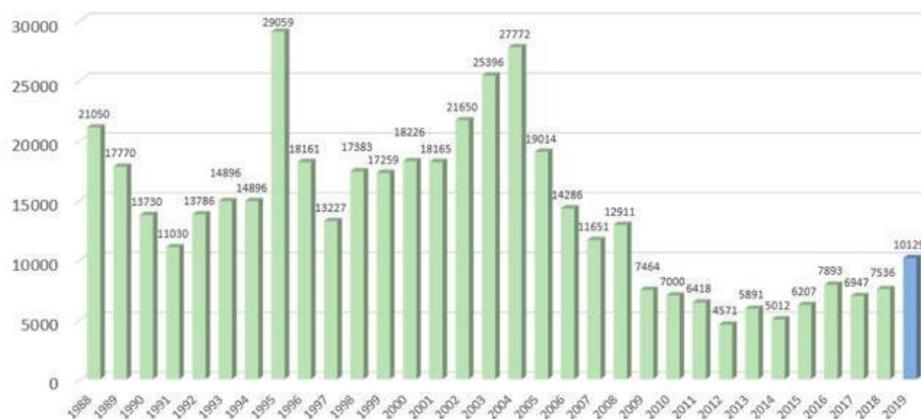
³³ Grifo nosso

quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta o colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, nunca habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética. Ausência de valores, e também negação de valores. Ele é, ousemos dizer, o inimigo dos valores. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. Elemento corrosivo destruindo tudo que se aproxima, elemento deformante, desfigurando tudo que se refere à estética e ou à moral, depositário de forças maléficas instrumentos inconsciente e irrecuperável de forças cegas.

(Frantz Fanon, 2005. p. 57-58)

Como bem nos mostra as palavras de Fanon (2005), os indígenas ainda hoje são vistos como sujeitos sem direitos, ou melhor, sujeitos que deveriam deixar de existir, uma vez que, o Estado não faz nenhuma questão de assegurar os seus direitos, muito menos o seu território, e, nesse caso, esse território no qual nos referimos é a Amazônia, região fortemente marcada pelos conflitos agrários, contaminação dos rios, desmatamento da floresta, implementação de grandes projetos hidrelétricos e minerários.. De acordo com a Gráfico 1 e (gráfico do INPE³⁴ – 2020) e Gráfico 2 – Gráficos do Sistema DETER do desmatamento na Amazônia proveniente do garimpo ilegal 2015-2022 – INPE – 2022. demonstramos como o desmatamento da Amazônia vem crescendo ao longo dos anos:

Gráfico 1. Total de área desmatada na Amazônia Legal entre 1988-2019



Fonte: INPE – 2020

O garimpo é uma atividade econômica que tem crescido ao longo dos anos nos solos amazônicos, agente de forte destruição ambiental, resultando em impactos diretos entre os povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que, grande parte dessa atividade tem sido desenvolvida em terras indígenas. Os impactos diretos é o desmatamento, a poluição dos rios, os conflitos fundiários, criando um forte clima de tensão entre os envolvidos nessa atividade.

Um dos efeitos da destruição gerada por esta atividade pode ser notada nos garimpos de ouro que estão instalados em diversas terras indígenas na Amazônia, ressaltando que as TI Yanomami, TI

³⁴ Instituto Nacional de Pesquisa Espacial.

Munduruku e a TI Kayapó tem sido as mais impactadas por conta dessa atividade ilegal, uma vez que, uma grande carga de sedimentos é despejada ao longo dos rios, provocando forte contaminação dos rios e das pessoas em decorrência da utilização do Mercúrio, criando uma forte preocupação na saúde pública na região amazônica. O alto preço do ouro tem impulsionado essa atividade clandestina, como ocorreu durante o pico de exploração com a alta de preços de ouro na década de 1980. A utilização de mercúrio para amalgamar as partículas finas de ouro no processo de sua extração, lança aos rios centenas de toneladas de mercúrio, substância altamente tóxica. Concentrações de mercúrio nos peixes do rio Fresco na região sudeste do Pará, tem atingido diretamente os Mebêngôkre-Kayapó da TIK. Lembrando que o peixe é a proteína que se faz, mas presente na dieta dos residentes na Amazônia, incluindo os povos indígenas que habitam as regiões fortemente atingidas por essa atividade ilegal. Como bem nos mostra Kopenawa (2015):

(...) Tinha visto os brancos rasgarem a floresta para construir uma estrada. Eu os tinha visto derrubar suas árvores e queimá-las para plantar capim. Eu conhecia o rastro de terras vazias e de doenças que deixam atrás de si. Apesar disso, sabia ainda pouca coisa a respeito deles. Foi quando os garimpeiros chegaram até nós que realmente entendi de que eram capazes os *napë*. Multidões desses forasteiros bravos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: *oru* – ouro. Começaram a revirar a terra como bando de queixadas. (...) Entendi logo que os garimpeiros eram verdadeiros comedores de terra e que iam devastar tudo na floresta. (...) Se deixarmos os garimpeiros cavarem por toda parte, como porcos-do-mato, os rios da floresta logo vão se transformar em poças lamacentas. (KOPENAWA, 2015, p.335-36).

A questão da mineração em terras indígenas não é um problema social novo, mas se tornou urgente na atual conjuntura do país. Os conflitos entre indígenas e garimpeiros se reconfiguram a partir da década de 1980, com a corrida do ouro na Amazônia (ALMEIDA et al, 2020). Inúmeros danos sociais e ambientais foram gerados aos povos indígenas, inclusive com perdas humanas, por conta da invasão de seus territórios por corporações mineradoras e garimpeiros. Os recorrentes conflitos levaram constituintes de 1988 a proibir o garimpo em Terras Indígenas (TI), assim como exigiu da mineração industrial uma regulamentação específica que contemplasse consultas ao Congresso Nacional, para garantir o interesse nacional e as oitivas aos povos indígenas (Art.231, § 3º) (Curi, 2005; Silva, 2012).

A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, das águas, da biodiversidade e do equilíbrio climático, como comprovou o Relatório da World Resources Institute (WRI, 2016) segue rigorosamente ignorada por seguidos governos, desde os mais “à direita” aos “mais a esquerda”.

O tema da mineração e do garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) ganhou destaque social e político no Brasil especialmente após a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, pelos ataques promovidos aos povos indígenas do país e, de maneira mais intensa, aos povos indígenas da Amazônia. Bolsonaro se mostrou favorável a liberação das atividades em TIs e buscou incentivar o garimpo na Amazônia. Seu governo chegou a enviar para o Congresso Nacional o Projeto de Lei 191/2020, que regulamenta a atividade mineral em TI.

Como bem podemos observar nas imagens acima, o avanço do garimpo em terras indígenas vem se consolidando ao longo da história, deixando um rastro de sangue e destruição, do mesmo modo que, com o passar dos anos, os direitos dos povos indígenas são cada vez mais desrespeitados. No entanto, um fato ocorrido em 2021, no que tange a ineficiência e o desrespeito com os povos indígenas, possibilita entender o grande retrocesso da política ambiental no Brasil, conforme nos aponta BRONZ; ZHOURI; CASTRO, (2020):

(...)“Em uma reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, valendo-se da comoção nacional em torno das mortes provocadas pela pandemia, sugere às autoridades presentes que aproveitem o momento para conforme suas próprias palavras “ir passando a boiada, ir mudando o regramento, ir simplificando normas” (STF..., 2020). Diante das câmeras e de 15 autoridades presentes, incluindo o presidente da república, Salles desnudou as intenções subjacentes aos dispositivos, que não são novos, voltados para subverter os sentidos da regulação ambiental brasileira. (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020. p.03).

Percebendo que a Amazônia se torna um enorme palco de ilegalidade e desrespeito aos direitos dos povos indígenas, a crise global abre brechas para que os povos indígenas e outros grupos sociais se mobilizem junto com a sociedade para proteger seus direitos territoriais e modos de vida, mas também possibilita o avanço de uma agenda política face ao caos político que o país vive nesse momento e que deverá continuar a viver nos próximos tempos.

Há muitos processos econômicos que estão por trás das exclusões e vulnerabilizações dos povos indígenas, mas reforço que para esse momento da pesquisa procuro aprofundar os efeitos da expansão dos garimpos sobre as terras indígenas devido querer adquirir mais conhecimento para poder lutar contra essa injustiça ambiental e em defesa dos povos indígenas, no entanto, as prioridades que tais atividades predatórias tanto neste governo como nos anteriores que já falamos anteriormente, e que deixou fortes marcas do neoextrativismo e pelo potencial para des(re)organização socio territorial que este setor possui.

Nas últimas décadas as lógicas de exclusão e violência foram acentuadas pelo modelo de desenvolvimento neoextrativista que possui seus alicerces em setores como a mineração, o agronegócio, e a construção de infraestrutura como hidrelétricas, rodovias e portos de exportação.

Esse modelo intensifica a degradação ambiental e vulnerabiliza ainda mais os povos que vivem com e dependem da natureza, nesse caso, os povos indígenas conforme nos mostra Castro (2019):

As dinâmicas recentes no Brasil, desde as últimas décadas do século XX, mostram o paradoxo de uma legislação ambiental avançada, com aprovação de dispositivos legais e institucionais, mas cujo desafio principal de manter a floresta em pé e sua biodiversidade com usos pelo menos já previstos na legislação e no ordenamento ambiental, se torna impossível pelo avanço da fronteira do capital floresta adentro. Assim, o que se observa é a crescente desregulamentação, seja pela via da mudança nos próprios dispositivos legais, ou pelo seu não cumprimento, morosidade de processos e de autuações dos crimes, portanto um movimento de deslocamento do Estado para a ilegalidade. O paradoxo também se evidencia do reconhecimento constitucional de direitos de povos e quilombolas à terra como bem comum, coletivo, ao mesmo tempo em que o próprio Estado financia o avanço rápido da pecuária, das plantações de soja e dendê, e dos megaempreendimentos, em direção a esses territórios ocupados por populações tradicionais. (CASTRO, 2019. p. 21)

Conforme percebemos nas palavras da socióloga paraense, o neoextrativismo tem sido o grande responsável pela degradação dos povos indígenas, por essa razão incluímos o avanço do garimpo em terras indígenas como uma dessas atividades econômicas que tem causado forte impacto nas vidas dos povos indígenas pois:

A persistência do neoextrativismo seja na gestão de governos progressistas ou conservadores, na América Latina, conforme assinala Gudynas (2009). É um pilar do desenvolvimentismo, pois “para além da propriedade dos recursos, reproduzem-se as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados para a competitividade, a eficiência, a maximização da renda e a externalização dos impactos”, considerando que esse termo aponta para a inserção subordinada e funcional ao mercado do capitalismo transnacional marcado pelo mito do progresso e do desenvolvimento e que se atualiza no imaginário contemporâneo e na cultura política. (CASTRO, 2019. p. 22)

A extração ilegal de ouro em terras indígenas na Amazônia é uma atividade neoextrativista gerando grandes impactos, conforme observamos ao longo da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, apresentamos como o discurso do desenvolvimento gera fortes impactos na natureza em especial nas terras indígenas, em seguida realizamos a distinção conceitual entre Mineração e Garimpo, por julgarmos serem dois conceitos chaves para essa pesquisa, explicando como essas duas atividades tem avançado na Amazônia, ressaltando que ambas as atividades em terras indígenas são ilegais, conforme consta na Constituição de 1988. No entanto, sendo o nosso objetivo central compreender como o garimpo ilegal tem avançado ao longo dos anos

na Terra Indígena Kayapó, avançamos na análise desse processo no século XXI, e fizemos uma retrospectiva histórica dessa atividade no bioma amazônico.

Com base nas fontes consultadas ao longo dessa pesquisa histórico-antropológica, apresentamos como o avanço do garimpo ilegal tem se consolidado na TI Kayapó desde os anos 80 até os dias atuais, inclusive mostrando que nenhuma das ações do poder público tem sido o suficiente para impedir essa ação predatória, de violência e destruição, em nome de um capitalismo nefasto que inclusive pode aniquilar os seres humanos e não humanos.

Durante a pesquisa ficou muito esclarecido qual a real intenção do Poder Político brasileiro sobre a questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas, pois através do PL 191/2020, fica em evidência a agenda anti-indígena do atual governo. Essa questão se reforça com a Instrução Normativa 09/2020 da Funai, que limita a categoria de terras indígenas àquelas já homologadas para efeito de emissão de declaração e limites e respostas a consultas oficiais sobre a existência ou não de terras indígenas em determinadas áreas. Mostramos como essas mudanças legais têm sido denunciadas pelos movimentos indígenas como tentativa de inviabilizar o histórico de exclusão dos povos indígenas pela inercia de governos anteriores no tocante ao dever de demarcar os territórios tradicionais indígenas para permitir o avanço de empreendimentos danosos nessas áreas.

Além dos efeitos PL191/2020 e da IN/FUNAI/09/2020, que diretamente beneficiam os interesses de garimpeiros e mineradores, os povos indígenas atualmente ainda enfrentam outra importante tentativa de flexibilização do garimpo e de ameaça a seus direitos territoriais: Trata-se da Medida Provisória 910, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019, cujo objetivo é “modificar a sistemática legal que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes sobre terras situadas em áreas da União”.

Sabemos que ainda temos muito trabalho pela frente, uma vez que não analisamos com profundidade as questões dos conflitos internos que ocorrem em decorrência do garimpo na TI Kayapó, questão que pretendemos analisar na segunda etapa da pesquisa. Durante o levantamento das fontes para esta pesquisa, foi verificado que a TI que mais tem sofrido com o avanço do garimpo é a TI Kayapó, no entanto, tivemos grandes dificuldades em encontrar notícias, relatórios de organizações não governamentais, ações do MPF entre outros, fato que nos instiga a investigar qual os reais motivos ou interesses que envolve essa ausência de informação.

Nas veredas da escrita deste trabalho, que também vejo como um manifesto de denúncia em defesa da TI Kayapó, observamos o enorme esforço de investigações e monitoramento sistemático, bem como estudos desenvolvidos por acadêmicos e organizações indígenas, assim como

organizações não governamentais que buscam analisar o avanço da atividade ilegal do garimpo em terras indígenas. No entanto, percebemos o quanto ainda se carece de material sobre a questão abordada nessa pesquisa, tendo em vista que o avanço do garimpo na TIK, assim como em outras TIs, teve um aumento significativo nos últimos anos.

Essa hostilidade contra os povos indígenas é fortemente marcada pelo histórico de dominação colonial, exclusão jurídica, política e econômica. De forma que a “criminalização dos povos indígenas possibilita, cada vez mais, a concretização do ideal integracionista ainda vigente na legislação indigenista ordinária a partir do princípio da igualdade” (MOREIRA, 2015, p. 76). A constituição e o quadro jurídico fundamental do país constituem uma base impressionante de proteção aos direitos fundamentais e humanos, no entanto, o Estado não tem respeitado estes direitos como se deferia, afinal, o que estamos presenciando ao longo dos anos é um verdadeiro genocídio contra os povos indígenas e o garimpo ilegal tem uma considerável parcela nesse processo. Assim, podemos constatar que esses problemas gerados contra os povos indígenas que foram apresentados ao longo desta pesquisa é uma consequência do colonialismo que ainda vigora na organização do Estado brasileiro, uma vez que esse sistema admite que as diferenças culturais e de formação social não sejam valorizadas e que apenas os padrões de comportamentos reconhecidos pelo Estado, composto de não indígenas, e possam ter seus direitos e garantias assegurados por esse, ou seja, é um sistema que preserva privilégios, que exclui os grupos e indivíduos que não se enquadram no padrão da suposta superioridade racial, entre eles indígenas e negros.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: ed. Elefante, 2016.

ARÁOZ, H.M. **Mineração, genealogia do desastre**. São Paulo: Ed Elefante, 2020.

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. **A constituição de 1988 e os direitos indígenas: uma prática assimilacionista?** In: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues. (Orgs). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Unesp, 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final – Volume II – textos temáticos**, Capítulo Indígena. Brasília. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 126, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Inventário Nacional de Emissões e Liberações de Mercúrio no Âmbito da Mineração Artesanal e de Pequena Escala no Brasil**. Coord.Zuleica C. Castilhos.

Brasília, 2018. Disponível em: 5es-de-merc%C3%B4rio.pdf. Acesso em: 13 de jan. 2022. Relatório técnico final.

_____. Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p/ 12027, 20 jul. 1989.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p.1, 20 abr. 2004.

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. **Passando a boiada: Violações de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil**. Revista Antropolítica, n. 49, 2. quadr. 2020.

CAVALCANTE, Thiago L. V. **Terra Indígena**: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. História. São Paulo v.35, e75, 2016.

CASTRO, C. **Estratégias de Expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais e “Zonas de Sacrifício”**. In. CASTRO, E.; CARMO, E. (Org.) Dossiê Desastre e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho. Belém: Naea: UFPA. 2019.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2014**. Brasília 2014. Disponível https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2018**. Brasília 2018. Disponível <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2019**. Brasília 2019. Disponível <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022

_____. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2020**. Brasília 2020. Disponível <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso 12 jan. 2022

INSTITUTO ESCOLHAS. **A nova corrida do ouro na Amazônia**. [S.l.], 2020. Disponível em: http://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/05/TD_04_GARIMPO_A-NOVA-CORRIDA-DO-OURO-NA-AMAZONIA_maior_2020.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora – MG. Ed. UFJF. 2005.

FIOCRUZ, ENSP, PUC RIO, HUTUKARA, ISA, [S.I], 2016. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/diagnostico_contaminacao_mercurio_terra_indigena_yanomami.pdf. Acesso em: 6 de fev. 2021.

GONÇALVES, E. **Candidatos do garimpo: o potencial eleitoral da exploração da Amazônia.** Veja, 27 de out. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/candidatos--do-garimpo-o-potencial-eleitoral-da-exploracao-da-amazonia/>. Acesso em: 23 de nov. 2021.

GUDYNAS, E. **Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedade civil.** In. Alternativas al Capitalismo/colonialismo des siglo XX/anónimo: copilado por Mirian Lang. Buenos Aires: Cuidaded Autónoma, 2013.

_____. **Desarrollo, extrativismo y buen vivir.** In Más Allá des Desarrollo. Quito: Aby Yala, 2011.

_____. **O novo extrativismo progressista na América do Sul:** teses sobre um velho problema sob novas expressões. In. LÉNA, Phillipe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do Saber** – Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americano. CLACSO. 2005.

KAYAPÓ – **Manifesto Kayapó contra o Garimpo.** Out. de 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_kayapo_cont_ra_garimpo_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Editora Companhia das Letras, 2019.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomas – Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 6. Disponível https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf. Acessado 10 jan. 2022.

_____. **Brasil 1985-2020: A Expansão da Mineração e do Garimpo no Brasil nos últimos 36 anos. 2021.** Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=OLEwXnGNf6c&t=43s>. acessado 11 ago.2021.

MAPA DE CONFLITO: **Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal.** Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2018. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-processo-de-contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. **Invasão de posseiros e garimpeiros em Terra Yanomami.** Mapa de

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Pará. **Mineração Ilegal de Ouro Na Amazonia: Marcos Jurídicos e Questões Controversas.** Brasília: MPF, 2020a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/204922>. Acesso em: 8 jan. 2022.

_____. **Em nota pública, MPF critica projeto de lei que permite mineração em terras indígenas.** 2020. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Nota Pública. 2020b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-nota-publica-mpf-critica-projeto-de-lei-que-permite-mineracao-em-terras-indigenas>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MURAL INTERDISCIPLINAR. **Garimpo na Terra indígena Kayapó**. 2021. Disponível https://muralinterdisciplinar.blogspot.com/2021/10/garimpo-na-terra-indigena-kayapo.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+MuralInterdisciplinar-ProfRaphaelMaiaAveiroCessa+%28MURAL+INTERDISCIPLINAR++Prof.+Raphael+Maia+Aveiro+Cessa%29. Acesso em 12 nov. 2021.

QUIJANO. A. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander. E. Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americano. CLACSO. 2005.

WANDERLEY, L. J. M. **Corrida do ouro, garimpo e fronteira mineral na Amazônia**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. v.8, N.2, p.113-137.

WANDERLEY, L.; GONÇALVES, R.; MILANEZ, B. **O Interesse é no Minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro**. Revista da ANPEGE. v. 16. n.º. 29, p. 549 - 593, 2020.

WANDERLEY, L.; MOLINA, M. **O cerco do ouro: Garimpo, destruição e lutas em terra Munduruku**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração. Brasília – DF. 2021.

ZHOURI, A. **Desregulação Ambiental e Desastres da Mineração no Brasil – Uma perspectiva da Ecologia Política**. In. CASTRO, E.; CARMO, E. (Org.) Dossiê Desastre e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho. Belém: Naea: UFPA. 2019.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CORREDOR CARAJÁS

Larissa Pereira Santos (UFPA)³⁵

RESUMO: O Corredor Carajás, presente na Amazônia brasileira pode ser considerado um grande projeto de mineração e por isso desencadeia uma série incontável de impactos e de conflitos socioambientais. O presente artigo busca entender quais os entendimentos sobre conflitos socioambientais podemos ter a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia. Para isso realizamos uma abordagem qualitativa-descritiva, um estudo bibliográfico e uma discussão conceitual com base no estudo bibliográfico e na aproximação da autora com o tema de pesquisa. Os resultados da discussão apontam a vinculação entre conflitos socioambientais e a atuação de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, sejam eles de mineração ou de outra temática.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Socioambientais, Corredor Carajás, Mineração, Amazônia.

INTRODUÇÃO³⁶

Corredor Carajás é uma denominação que, se buscada na internet, estará sempre ligada ao que é a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Em algumas publicações EFC e Corredor Carajás são apresentadas como sinônimos. O presente artigo vai discorrer sobre o conceito “Conflitos Socioambientais”, a partir das características de inserção do Corredor Carajás na Amazônia brasileira. Para tanto, é preciso explicar o que é o Corredor Carajás, em que ambiente ele se insere, quais sujeitas e sujeitos³⁷ afeta, ou seja, em que contexto e histórias o Corredor se insere, para depois fazer uma discussão sobre “Conflitos Socioambientais”.

A primeira explicação que precisamos fazer é que Corredor Carajás e Estrada de Ferro Carajás (EFC) fazem parte de um mesmo contexto e representam um só projeto de mineração nas realidades das pessoas e da natureza: o Projeto Grande Carajás. De acordo com a Organização Não Governamental Justiça nos Trilhos, “o Corredor Carajás compreende a extensão da Estrada de Ferro

³⁵ Mestra e Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará - PPGCom -UFPA. Integrante do Grupo/Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFPA) e do projeto Cidadania Comunicativa: desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Email: lariiperexo@gmail.com

³⁶ As informações contextualizadas nesse artigo levam em consideração a metodologia apresentada e a aproximação da autora com o tema da mineração nos últimos dez anos, através dos trabalhos realizados na organização Justiça nos Trilhos. A organização tem o objetivo de fortalecer comunidades afetadas pela mineração e pelo agronegócio no estado do Maranhão.

³⁷ A escrita deste artigo lança o desafio de construir uma linguagem que marca a questão de gênero como uma questão transversal. Por isso usaremos as terminologias sujeitas e sujeitos, mulheres e homens, elas e eles todas as vezes que nos referirmos às pessoas.

Carajás (EFC), que inicia na Serra de Carajás, no estado Pará, e segue até o litoral maranhense, no nordeste do Brasil” (Justiça nos Trilhos, 2022, online).

A presente discussão leva em conta a dimensão do significado de corredor, como uma extensão que inclui a EFC, mas também inclui diversos outros elementos: rios, florestas, comunidades, territórios, pessoas, natureza, ferrovias, portos, minas, etc. Para além de uma estrada de ferro, o corredor abarca o que se comunica com essa estrada. Portanto, vamos aqui usar a expressão Corredor Carajás como principal para a discussão, que leva o título deste artigo, sem diminuir o que é a Estrada de Ferro Carajás e os impactos que ela provoca na Amazônia. Entendemos a EFC como um dos elementos constituintes do Corredor.

O termo Corredor Carajás se refere a toda a região cortada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), das minas (na Serra dos Carajás, em Parauapebas – PA) e do Projeto S11D (em Canaã do Carajás – PA) até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (em São Luís – MA) (Medonça, et al, 2021, p. 141).

Muitas literaturas já reproduzem essa ideia, como é o exemplo mencionado acima. Então, o Corredor Carajás é muito mais que uma estrada de ferro e pode ser considerado um grande projeto pela sua estrutura, pelo seu tamanho, e o mais importante, pelos impactos provocados na natureza e nas pessoas.

A Estrada de Ferro Carajás, como uma das principais estruturas desse Corredor, tem 892 quilômetros de extensão e atravessa parte da Amazônia paraense e parte da Amazônia maranhense. Nesse trecho há 27 municípios e mais de 100 comunidades, dentre elas comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais (Justiça nos Trilhos, 2022, online).

No início da EFC existem as minas de Carajás, de onde são extraídas grandes quantidades de minério de ferro, colocadas em vagões de trem, que percorrem a ferrovia e chegam até o Porto de Ponta da Madeira, no município de São Luís do Maranhão, em seguida elas são levadas em navios para fora do país. Mendonça (2021) chama esse complexo que envolve as minas de Carajás, a EFC e o Porto de Ponta da Madeira de “cadeia produtiva da mineração do Sistema Norte da Vale S.A.”

A mineradora Vale S.A. é concessionária da Estrada de Ferro Carajás e responsável pela extração de minérios na Serra de Carajás, no estado do Pará. “No ano de 2020, segundo a própria Vale, a produção de minério de ferro no Sistema Norte alcançou a ordem de 192.266.000 de toneladas” (Mendonça, 2021, p. 147). A empresa é a principal no ramo da mineração no Brasil e uma das maiores do mundo. Segundo o site da mineradora, ela é “a maior produtora de minério de ferro, pelotas e níquel. Também temos operações de manganês, ferroligas, cobre, ouro, prata e cobalto” (Vale, 2023, online).

Como dito, a cadeia de mineração da Vale S.A. faz parte do Projeto Grande Carajás, que foi pensado durante a Ditadura Militar no Brasil, como uma proposta de projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Há pesquisadores que destacam o caminho frustrado desse desenvolvimento e evidenciam os impactos negativos do Programa, especialmente para comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais. Se considerarmos o nível de empobrecimento e a falta de desenvolvimento humano nos estados do Pará e Maranhão é possível comprovar que esse projeto de desenvolvimento não deu certo.

O Programa Grande Carajás (PGC), lançado em 1982, foi concebido para a implementação de um Complexo logístico – composto por uma mina a céu aberto, uma ferrovia com 890 km de extensão e um porto – orientado à exportação, no começo, de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano” (FIDH, 2011).

Esse complexo gera impactos socioambientais que podem ser identificados desde o problema do desmatamento provocado pela abertura de grandes minas na Floresta de Carajás até rachaduras nas casas das pessoas que moram próximas à Estrada de Ferro Carajás, na extensão que vai do Pará ao Maranhão. A Floresta de Carajás está localizada no sudoeste do Pará, uma área rica em minerais, especialmente minério de ferro e foi privatizada pela mineradora Vale, que faz uso da área há mais de quatro décadas.

Diante disso, compreendemos a existência do Corredor Carajás como um grande projeto de mineração na Amazônia maranhense e por isso desencadeia não só uma série incontável de impactos, como também de conflitos socioambientais. Partindo desse pressuposto, o presente artigo busca fazer uma revisão bibliográfica sobre o conceito conflitos socioambientais, com o objetivo de responder o seguinte questionamento: quais os entendimentos sobre conflitos socioambientais podemos ter a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia?

A importância desta análise se dar pela necessidade de atualização sobre o conceito abordado, suas relações com outros conceitos e a contextualização sobre o Corredor Carajás na Amazônia brasileira. Não se trata de uma pesquisa fechada, pelo contrário, sua importância também se pode ser confirmada pelo caráter de abertura para novas pesquisas. As discussões a seguir não se encerram com este artigo, mas abrem para novos horizontes.

Assim, esperamos contribuir com o debate teórico sobre conflitos socioambientais, para que o mesmo seja enfrentado levando em consideração casos concretos e experiências de vida, como é o caso do Corredor Carajás. Abaixo explicamos a metodologia com mais detalhes.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem base qualitativa-descritiva e em um primeiro momento realiza um estudo bibliográfico sobre o conceito conflitos socioambientais, tendo como referência um caso concreto de análise, que é o Corredor Carajás, na Amazônia brasileira, mais especificamente em sua extensão que atravessa o estado do Maranhão, região nordeste do país.

A escolha do conceito foi realizada durante a disciplina “Grandes Projetos na Amazônia: danos, riscos e conflitos socioambientais”, ministrada pelos professores André Farias, Otávio do Canto e Sildiane Cantanhede, no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará, durante o mês de junho de 2023.

A pesquisa bibliográfica também é ponto de partida para a descrição do Corredor Carajás como caso concreto, apresentando suas características, localização e relações mais importantes. Nessa etapa também levamos em consideração o contato da autora da pesquisa com o caso, que por mais de 10 anos atua em comunidades atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás, no estado do Maranhão.

Para dar conta do objetivo de compreender o conceito conflitos socioambientais a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia, descrevemos abaixo os principais resultados encontrados com a revisão bibliográfica realizada e as interpretações de tais revisões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Wanderley (2018), a última década foi permeada por conflitos envolvendo a mineração no Brasil. Em um rápido exercício de memória podemos lembrar dos graves rompimentos de barragens no estado de Minas Gerais, primeiro no município de Mariana, e três anos depois no município de Brumadinho. Mas o autor (2018) relata um total de 1123 conflitos entre 2004 e 2018.

Estes conflitos aumentaram significativamente após 2010, especialmente nos estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão e Espírito Santo, onde se ampliaram os projetos de exploração mineral e de infraestruturas relacionadas à mineração (Mendonça, 2021, p. 141).

O Maranhão e o Pará fazem parte da Amazônia brasileira, uma característica significativa para as compreensões de como se dão os conflitos. Nessa discussão optamos pelo uso do conceito conflitos socioambientais, utilizado no plural, para explicar algumas dimensões de como eles se manifestam nas literaturas que estudam questões ambientais na Amazônia.

A utilização de uma abordagem plural para o conceito é uma escolha para este estudo e é fruto das contribuições teóricas do pesquisador André Luís Assunção de Farias, com a obra “Grandes Projetos na Amazônia, a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais”, publicada em 2023

e discutida no âmbito da disciplina “Grandes Projetos na Amazônia: danos, riscos e conflitos socioambientais”, na Universidade Federal do Pará. O livro faz um esforço coletivo para entender grandes projetos na Amazônia e apresenta a mineração como um vetor importante para esses projetos.

Os Grandes Projetos são instrumentos do modelo capitalista de produção, assumindo várias máscaras, conforme o processo histórico, e configurando a dinâmica territorial, por meio de sua estrutura predatória, exógena e de distribuição desigual de danos e de riscos, produzindo inúmeros conflitos socioambientais (Farias; Monte, 2023, p. 13).

Os autores apresentam exemplos de conflitos socioambientais em contextos urbanos, rurais e indígenas e em todos eles tais conflitos são narrados como uma das faces que descortinam o caráter dominador e colonizador de um grande projeto de desenvolvimento. Os grandes projetos podem ser assim descritos tanto pelo seu tamanho quanto pela quantidade de impactos e conflitos que geram. Por isso, quando muito se fala em conflitos socioambientais, estes estão relacionados a atuação de um grande projeto, seja ele de mineração, como é o caso do Corredor Carajás nos estados do Pará e Maranhão, seja de outra temática.

A obra mencionada acima também evidencia que a recorrência de conflitos socioambientais na Amazônia está ligada ao uso e apropriação de terras e pela falta de habilidade dos Governos em fazer a gestão de terras públicas. A terra, como bem comum, é assim, uma característica central no debate sobre conflitos socioambientais, especialmente na Amazônia.

A falta de responsabilidade socioambiental do Estado pode ser compreendida ao analisarmos a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia, conforme descrito por Fenzl et al. (2020), o qual diz que as mudanças estruturais ocorridas na Amazônia (construção de estradas, implantação de redes de energias, transformação de uma economia extrativista tradicional para economia extrativista moderna, entre outras) induzidas pelo estado tiveram como resultados conflitos socioambientais, territoriais e agravamento das diferenças sociais da região (Santos; Silva; 2023, p.50).

Os exemplos mencionados acima, como a construção de rodovias, instalação de linhas de energia, estruturas para hidrelétricas, dentre outros, foram pensados para a Amazônia sem levar em consideração as realidades das pessoas, suas culturas, formas de organização popular e suas relações com a natureza. Por isso as autoras falam de falta de responsabilidade socioambiental do Estado, onde grandes projetos são instalados por empresas sob anuência do Estado, mas desconsideram as questões sociais, culturais e ambientais.

Aqui podemos destacar outra característica presente nas discussões sobre conflitos socioambientais: o uso do conceito se insere dentro de uma crítica ao modo como funcionam os

grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia. O “sócio” contrapõe a invisibilidade dada aos povos, comunidades e culturas, e o “ambiental” se contrapõe à ausência de respeito à natureza.

Assim sendo, socioambiental é um conceito abrangente que tenta quebrar o ciclo de pensamento sobre desenvolvimento na Amazônia que leva em consideração apenas o viés econômico. Ao apresentar debates sobre conflitos socioambientais, as autoras e os autores também criticam o *modus operandi* dos projetos de desenvolvimento. O caso levantado como exemplo neste estudo se configura dentro desse modelo. Lucena (2020, p.6) diz que ele “espelha a perpetuação de processos coloniais nas ações empresariais, que atravessam as vidas, principalmente de mulheres negras, em suas relações com o ambiente”.

O Corredor Carajás exemplifica, na verdade, um modelo de projeto que coloca o Brasil dentro de uma economia baseada no setor produtivo primário, um país que explora a natureza para exportar produtos em larga escala. A mineração é uma das principais atividades econômicas que garante esse modelo. Para Coelho (2015) esse é um modelo de desenvolvimento frustrado.

Este Corredor, apesar de ser um corredor logístico, criado para o transporte de minerais, conecta impactos que vão desde as minas de Carajás (no estado do Pará) até o Porto de Ponta da Madeira (no estado do Maranhão). Para realizar exploração mineral na Serra de Carajás, floresta localizada no estado do Pará é preciso cavar buracos que ficam a céu aberto, construir barragens para armazenamento de resíduos ou água. Além disso, é preciso desmatar áreas extensas.

Seguindo o mesmo fluxo de impactos, numa área portuária, comunidades ribeirinhas e pescadoras são afetadas pois suas práticas com o mar mudam, a vida aquática modifica, a paisagem se transforma com a chegada de grandes embarcações, etc. O Corredor Carajás une, assim, impactos do Pará ao Maranhão, que segundo Santos (2020) podem ser inseridos em uma lista incontável de violações aos direitos humanos, consagrados internacionalmente, como por exemplo:

o direito a uma alimentação adequada; o direito à água e ao saneamento básico; o direito à saúde; o direito à moradia; o direito ao trabalho; o direito de não ser privado dos meios de subsistência; o direito de participar da vida cultural; o direito de participar de assuntos públicos; o direito à liberdade e à segurança individual; o direito ao livre acesso à informação; o direito de ir e vir; e o direito a um meio ambiente saudável (Santos, 2020, p.6).

É diante dessas violações que surgem também incontáveis conflitos socioambientais. Geralmente eles nascem da relação opressora estabelecida entre uma empresa e uma comunidade, ou entre uma empresa e a natureza, ou entre o Estado e as pessoas, ou entre todos esses atores ao mesmo tempo. Empresas, Estado, pessoas e natureza se repetem nesse contexto e evidenciam mais uma característica.

Muitas literaturas fazem suas análises de conflitos socioambientais sem levar em conta a natureza e as pessoas; outras oferecem uma contribuição pelo viés ambiental, sem inserir as populações e suas culturas. A presente discussão lança o desafio de pensar tais conflitos dentro de uma dimensão mais complexa, sem desvincular os diferentes atores de poder mencionados anteriormente (Empresas, Estado, Natureza e pessoas) e sem deixar de explicar as conexões entre eles.

No Corredor Carajás, a empresa Vale S.A. (antiga Vale do Rio Doce) é a principal responsável pelos impactos e violações já descritas neste artigo. A relação histórica da mineradora com o Estado brasileiro e a chegada e permanência nos territórios do Pará e do Maranhão fez dela a empresa quem mais lucra no setor mineral do Brasil. A Vale abre caminhos para a instalação de outras pequenas e médias empresas na Amazônia, como é o caso das siderúrgicas presentes nos municípios de Marabá (Pará) e Açailândia (Maranhão), que recebem o minério de ferro de Carajás e o transformam em aço para depois enviar pela Estrada de Ferro Carajás para exportação.

Se pensarmos em Carajás hoje, certamente vamos relacionar a região à atividade mineradora e, conseqüentemente à atuação da Vale S.A. Nem se pensa mais que Carajás é um nome indígena, que vem da Floresta e que representa a conexão entre Natureza e seres humanos. A relação que os povos indígenas nos ensinaram foi rompida pela ação capitalista das empresas e do Estado.

A característica plural inserida nos debates sobre conflitos socioambientais também leva em consideração os diferentes atores inseridos em um conflito. Um conflito sempre surge do embate entre dois ou mais atores e tem a ver com relações de poder inseridas em um contexto. Um conflito socioambiental não pode deixar de marcar o ambiente e todos os seres nele habitam como elementos centrais. Retomando as contribuições do principal diálogo que fazemos nesse estudo, Farias (2022) identifica outros atores na discussão sobre conflitos socioambientais.

Os conflitos socioambientais produzidos por grandes projetos na Amazônia envolvem diferentes atores, como grandes empreendimentos rodoviários, hidrelétricos, portuários, minero-metalúrgicos e urbanos, gerando danos ambientais e colocando grupos sociais em colisão (Farias; Malato, 2022, p. 32).

Para Farias, os conflitos socioambientais vêm aumentando nos últimos anos em decorrência das disputas pelos recursos naturais e pela emergência das mudanças climáticas. As “queimadas, o desmatamento, o garimpo ilegal em terras indígenas e as lutas urbanas por água e saneamento” são colocadas pelo autor como exemplos de conflitos socioambientais recentes na Amazônia brasileira.

Num campo mais vasto, que sai da Amazônia, Henrique Leff (1998) diz que

“los conflictos socioambientales emergen de principios éticos, derechos culturales y luchas por la apropiación de la naturaleza, que van más allá de la internacionalización de los costos ecológicos para asegurar un crecimiento sostenido. Las identidades culturales y los valores de la naturaleza no pueden ser contabilizados y regulados por el sistema económico (Leff, 1998, p.39-40).

Se na Amazônia identificamos André Luís de Farias como um dos principais autores que tratam sobre o conceito abordado neste artigo, a nível de América Latina podemos identificar Henrique Leff. A contribuição desse último nos leva para uma compreensão acerca dos conflitos socioambientais que incorpora a dimensão cultural dos povos inseridos nos ambientes. Entretanto, é evidente que esse artigo não tem nenhuma pretensão em esgotar o assunto e torna reconhecível o fato de que há outras literaturas importantes para a análise e aprofundamento bibliográfico dos conceitos discutidos aqui. Este artigo é apenas um recorte já justificado anteriormente.

A presente perspectiva teórica é importante para o aprofundamento dos estudos socioambientais e também para outras áreas do conhecimento, como a comunicação, economia e o direito, que vão pensar novas configurações econômicas e reparações às violações cometidas em contextos de atuação de grandes projetos; e vão pensar narrativas que valorizem o papel das sujeitas, dos sujeitos e da natureza em temas como mineração, energia, etc.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste artigo levantamos algumas contribuições teóricas, incluindo a visão da própria autora, sobre conflitos socioambientais na Amazônia, elegendo como caso concreto o Corredor Carajás, na Amazônia brasileira. Portanto, conseguimos apontar entendimentos sobre conflitos socioambientais a partir da atuação de um grande projeto de mineração na Amazônia, o que responde o problema da pesquisa.

Certamente que, este é um debate aberto, que pode ser aprofundado e melhorado conforme o diálogo com novas referências. Nenhuma pesquisa está fechada e pode contribuir para que outros pesquisadores e pesquisadoras deem continuidade em um debate. O conhecimento deve ser coletivo.

Para destacar algumas considerações pontuamos o fato de que o conceito conflitos socioambientais não aparece nas literaturas como um conceito fechado e passa a ser discutido como consequência da atuação de grandes projetos, especialmente se considerarmos a região amazônica.

A pluralidade dada ao conceito foi uma escolha da autora deste artigo, influenciada principalmente pelas contribuições de André Assunção de Farias, que apresenta o conceito desta maneira. Essa é uma contribuição importante, uma vez que estamos falando de questões que emergem na relação com a natureza. A própria natureza é pensada de maneira diferente por

diferentes culturas, assim não podemos fechar o conceito dentro de uma singularidade, pois correremos o risco de não praticar os entendimentos levantados aqui.

As referências levantadas neste artigo ainda não dão conta da interseccionalidade necessária para o debate sobre conflitos socioambientais na Amazônia. Raça e gênero são questões que não são colocadas ainda como importantes para o entendimento de um conceito que tem como característica a relação entre povos, natureza e grandes projetos de desenvolvimento. Apenas a referência “Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero” porque já é objetivo da pesquisa. Os demais precisam ter essas questões como transversais nas suas escritas acadêmicas.

Este estudo confirma a hipótese de que o Corredor Carajás deve ser entendido como um grande projeto de mineração inserido na Amazônia maranhense e brasileira e por isso desencadeia não só uma série incontável de impactos, como também de conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2015.

FARIAS, André Luís Assunção de. **Grandes Projetos na Amazônia: A ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. 1. ed. Guarujá: Científica digital, 2023.

_____. MALATO, Aline Pantoja. Conflitos Socioambientais de Grandes Projetos Urbanos: disputas desiguais no território metropolitano de Belém (PA). **Universidade e Meio Ambiente: Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA**. V. 7, N. 1, 2022, ISSN online 2595-9239.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - **FIDH**. Brasil: quanto valem os direitos humanos? [S.l.]: FIDH, 2011.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Comunidades do Corredor Carajás, no Maranhão, se preparam para participar do FOSPA 2022**. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/comunidades-do-corredor-carajas-no-maranhao-se-preparam-para-participar-do-fospa-2022/>. Acesso em: 24/jun 2023.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sostenibilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder**. México: Editorial Siglo XXI, 1998.

MEDONÇA, Bartolomeu Rodrigues de. Estrutura logística e portuária da cadeia produtiva da mineração do sistema norte da Vale S.A. (Minas de Carajás – PA), englobando o Corredor de Carajás. In: **Quatro décadas do projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia**. Luiz Jardim Wanderley, Tádzio Peters Coelho (Org) - Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

SANTOS, Amanda Karolina S. dos; SILVA, Jonas da Conceição. O conflito socioambiental e gestão de terra pública: monocultura de Palma versus Comunidades do Vale do Acará – PA. In: FARIAS, André

Luís Assunção de. **Grandes Projetos na Amazônia: A ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. 1. ed. Guarujá: Científica digital, 2023.

SANTOS, Mariana Lucena Sousa. **Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero**. Justiça nos Trilhos. Fevereiro de 2020: ww.justicanostrilhos.org.

VALE. **Nosso principal negócio é uma atividade essencial para o mundo**. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/mineracao>. Acesso em: 24/jun 2023.

WANDERLEY, Luiz. **Quatro décadas do projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia**. Luiz Jardim Wanderley, Tádzio Peters Coelho (Org) - Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

ANÁLISE DAS MUDANÇAS DE USO E COBERTURA DO SOLO DOS ANOS DE 1990, 2000, 2010 E 2020 DA RESEX IPAU-ANILZINHO, NO MUNICÍPIO DE BAIÃO-PA

Paula Izadora do Egyto Tavares(UFPA)

RESUMO: O presente trabalho visa analisar às mudanças no uso e cobertura do solo na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, no município de Baião- Pará, vinculando grandes projetos de infraestrutura e de regulamentação fundiária nos anos 1990, 2004, 2009 e 2020 através das imagens da plataforma MapBiomias dos anos de 1990, 2004, 2009 e 2020. Foi possível perceber o avanço das atividades e a modificação da cobertura do solo nesta mesma área, evidente a oscilações proporcionais entre as atividades pecuária e a floresta, quando uma decresce a outra cresce.

Palavras-chaves: Uso e ocupação do solo; Expansão Agropecuária; Antropização

INTRODUÇÃO

A partir do século XVII, várias frentes de colonização se expandiram ao longo do curso dos rios na região Amazônica, dentre eles o Tocantins, logo, a região do Baixo Tocantins representa uma das mais importantes e antigas ocupações da colonização da Amazônia, e é também cenário de diversos conflitos. Os diferentes ciclos econômicos na região em conjunto com a diversidade de etnias ocasionada do processo de colonização (remanescentes de africanos e as influências étnicas de indígenas), refletem hoje no mosaico que é a estrutura fundiária (BRITO e TRECCANI, 2019).

Empreendimentos com incentivos voltados para o setor agropecuário formam uma nova lógica econômica possibilitando a expansão das atividades devido a possibilidade de escoamento da produção e o surgimento de novos povoamentos ao longo das estradas o que resultada na mudança do uso e cobertura do solo com desmatamento e aumento de conflitos agrários (TRECANI, 2010).

Em paralelo a esse contexto, desde a década de 70 crescem os debates nacionais e internacionais sobre proteção ao meio ambiente e seus recursos naturais, o Brasil incentivado por essa nova lógica de conservação passa a adotar medidas proteger sua biodiversidade e dentre elas estimula a criação de áreas de conservação (BRITO e TRECCANI, 2019) e no ano de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) com o objetivo de estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Sendo as Unidades de Conservação um espaço territorial com objetivos de conservação (PLANALTO, 2000).

Em Baião, município localizado na região do Baixo Tocantins, partir da mobilização das comunidades tradicionais de Joana Peres e Anilzinho, que se autodefinem remanescentes de quilombos, reivindicam problemas de sobreposições territoriais, a qual refere-se “a distintas situações jurídicas ordenando um mesmo espaço territorial” (GRABNER, 2013) a partir da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, na década de 1960. Desde então foram intensificados os conflitos agrários e mudanças no uso e cobertura do solo na região, que devido ao seu histórico de formação possui a presença de diversificadas atividades agrícolas. Por tanto, o presente trabalho visa analisar às mudanças no uso e cobertura do solo na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, no município de Baião– Pará, vinculando grandes projetos de infraestrutura e de regulamentação fundiária nos anos 1990, 2004, 2009 e 2020.

METODOLOGIA

O município de Baião, pertence à região geográfica intermediária de Marabá, no estado do Pará. Essa é uma das áreas mais antigas de ocupação do estado e apresenta extensas áreas antropizadas. A região intermediária é conhecida também como Região de Integração Tocantins ou região do Baixo Tocantins, composta pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Mojú, Oeiras do Pará e Tailândia somando 36.024,20km² (IBGE, 2023).

Na Resex Ipaú-Anilzinho, a luta da população tradicional, resultou a criação da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, instituída através do Decreto Presidencial s/n.º em 14 de junho de 2005 e insere-se no modelo de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável. O local que abriga duas tradicionais remanescentes de quilombos: Anilzinho e Joana Peres, e sua composição é composta de seis comunidades, sendo elas: Joana Peres, Anilzinho, Xininga, Lucas, Espírito Santo e Fé em Deus. Essa era uma área de castanhais que sofreram duros ataques durante o período da ditadura militar. A região é marcada pelos diversos conflitos ao longo da sua história, lutas que foram passadas por gerações para que não permitissem que seus territórios ancestrais fossem invadidos por parte de arrendatários e grileiros (SILVA, 2021).

Para a realização deste estudo, foram utilizadas imagens Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil – MapBiomas onde são confeccionados através de imagens Landsat 8 com resolução espacial de 30 metros (PROJETO MAPBIOMAS, 2019).

A metodologia utiliza todas as imagens disponíveis de cada ano, além de índices espectrais, índices de textura e informações de relevo para que o classificador por aprendizagem de máquina possa diferenciar as classes mapeadas. A estratégia de coleta de amostras estáveis e a utilização de filtros temporais têm como objetivo

produzir mapas comparáveis em todo período de mapeamento, permitindo o monitoramento das mudanças de uso e cobertura vegetal do solo (PROJETO MAPBIOMAS, 2019)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação no Vale do Tocantins foi marcada por lutas intensas de resistência de povos indígenas, da tribo dos Aruã que viviam na região e habitavam as florestas e áreas de várzeas e portuguesa (CASTRO E INDIO). Esta é uma região de intensos conflitos ao longo de sua formação social e econômica. No século XVI e XVII o vale do Tocantins se tornou a área mais expressiva na produção extrativa, devido a intensa coleta de especiarias como cravo, canela, salsaparrilha, madeira, cacau, castanha, frutas, peixes, manteiga de tartaruga, tartaruga e outros produtos que eram exportados para o consumo interno da Província do Grão Pará Maranhão. No decorrer dos séculos XVII ao XVIII, se formaram fazendas e engenhos na região do baixo Tocantins e a mão de obra baseada em africanos e indígenas submetidos ao sistema escravista (BASTOS, PIMENTEL et. al., 2010).

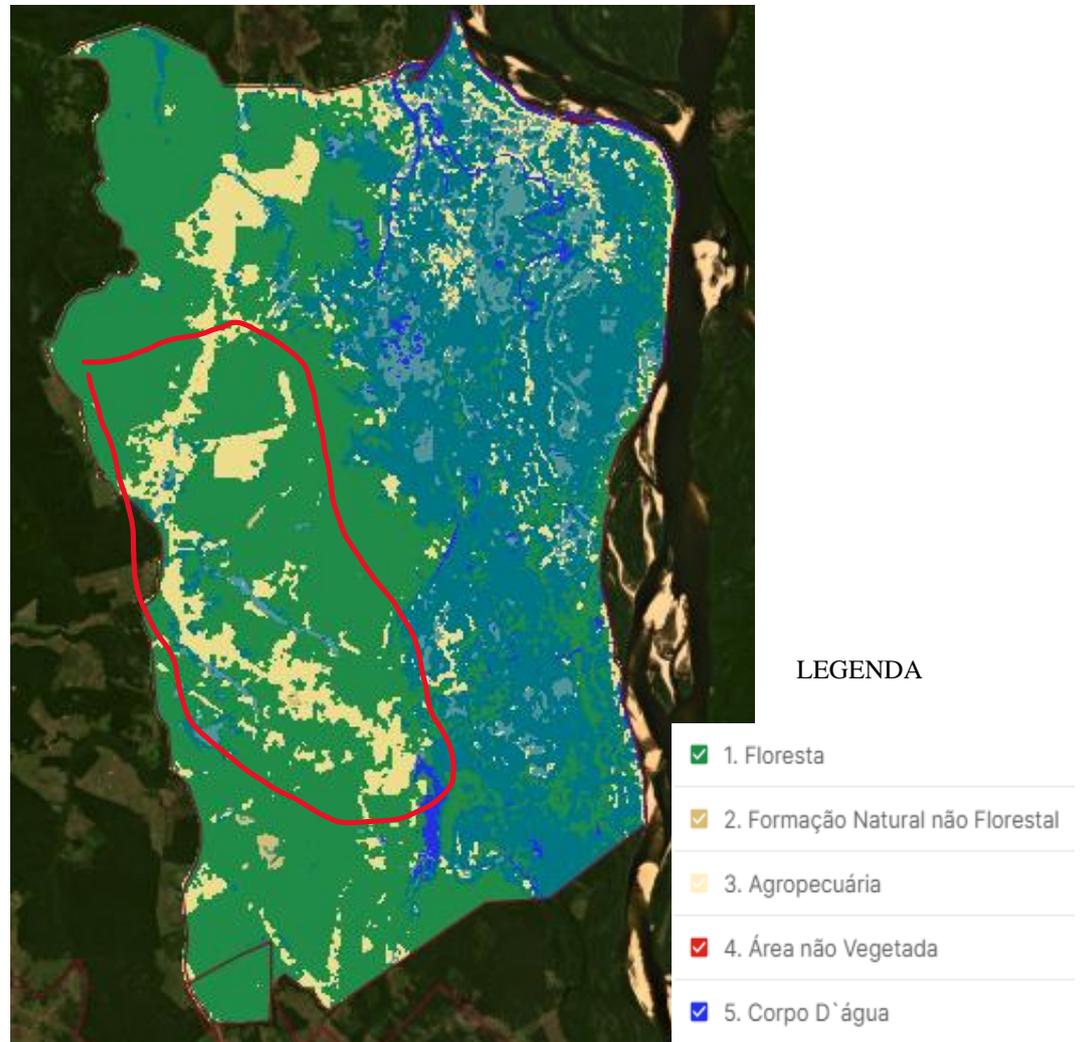
No início do século XX o arrefecimento da economia da borracha refletiu no Baixo Tocantins e, em algumas localidades passou a se desenvolver a produção de juta, malva e castanha do Pará (POMPEU, 2002). O cacau e a cana-de-açúcar foram os produtos de uma economia de *plantation* implantada na região do Tocantins (BASTOS ET AL, 2010)

Foi a partir de meados das décadas de 1940 até 1960, com o desenvolvimento dos II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na década de 60, que passam a se instalar os grandes projetos ao longo do curso rio Tocantins, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí ao longo do seu médio curso, o complexo Albras-Alunorte nas proximidades de sua foz, além desses a abertura de estradas como PA-150, que liga Moju a Redenção, a PA – 151 que vai do porto do Arapari, no município de Barcarena, até Baião, esta passa por Abaetetuba, Igarapé Miri, Cameté e Mocajuba, além da Transcameté (PA-156) que liga Tucuruí a Limoeiro do Ajuru (MALHEIROS e TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A partir do ano de 1964, afetados pela construção da UHT trabalhadores rurais do município de Baião, pertencente ao Baixo Tocantins, e demais nativos locais, se organizam com o objetivo de combater a grilagem de terras, por meio da realização de Encontros na comunidade denominada Anilzinho para denunciar os conflitos por terra (TRECCANI). O resultado foi a criação da Lei Anilzinho, “uma estratégia de territorialidade coletiva elaborada e escrita pelos próprios trabalhadores rurais em assessoria da Igreja Católica e sem intervenção do Estado” (FIGUEIREIDO, 2014, p. 20) onde sugeria a titulação de terras para a população aí residente.

Os anos 1990 foi marcado pela regulamentação das Reservas Extrativistas pelo Decreto n.º 98.987/90, constante na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O território de Ipaú-Anilzinho apresentava uma área de floresta de 44.148 hectares e 6.638 hectares eram de pastagens, concentradas, principalmente, na área grifada em vermelho (Figura 1).

Figura 1: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 1990



FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

A década de 1990 é marcada também pelo crescimento de rebanho bovino brasileiro na região Amazônica em função ao aumento das áreas de pasto, subsídios públicos e controle da febre aftosa (FREITAS JUNIOR, BARROS, 2021). Esse aumento da produção bovina gera impactos ambientais principalmente se tratando da abertura de novas áreas intensificando o desmatamento.

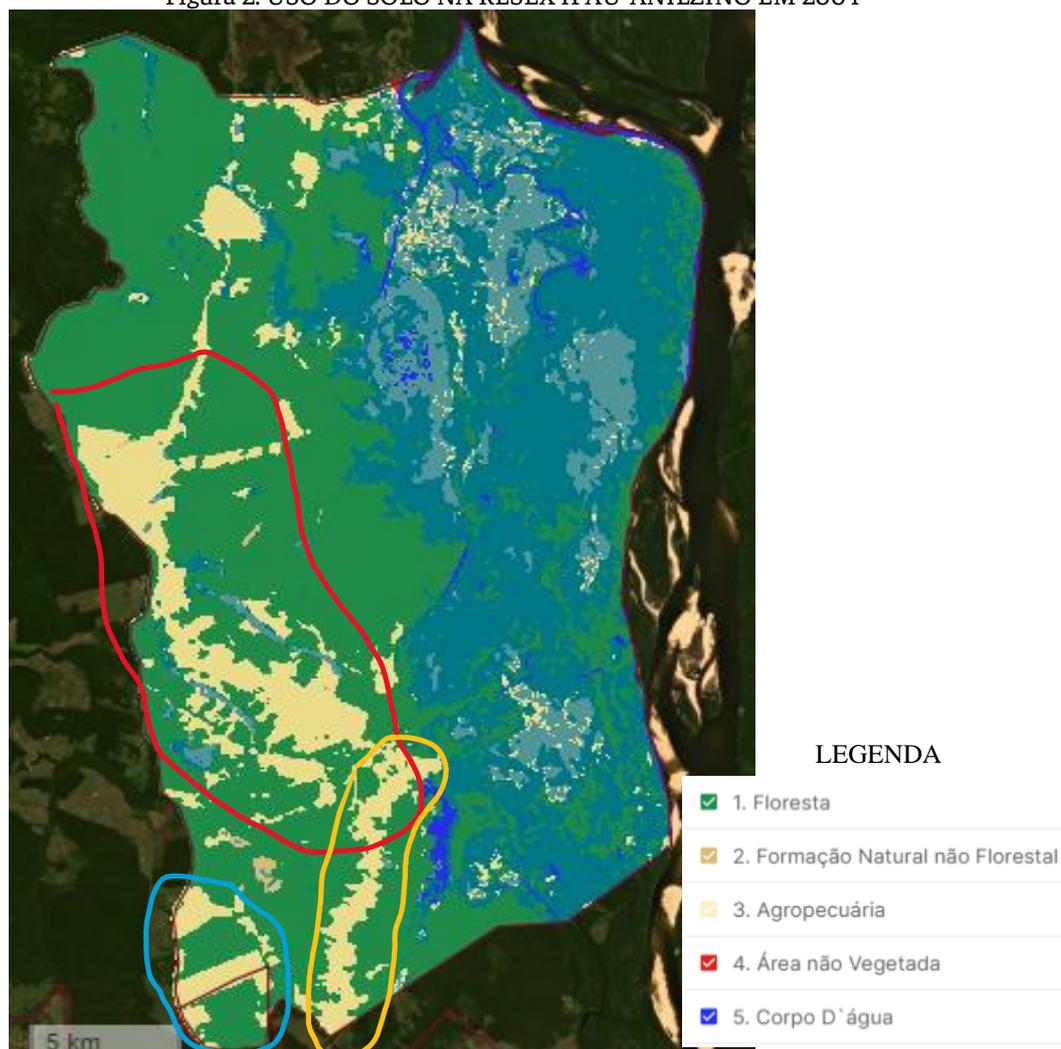
Em 1990, as regiões com maior número de cabeças de gado se concentravam na região Centro-Oeste do país, com pouco expressividade na Amazônia Legal, porém, a partir dos anos 2000

passas a ocorrer o deslocamento da produção pecuária do bioma Cerrado para o Amazônico (FREITAS JUNIOR, BARROS, 2021).

Diversos fatores corroboraram para tal avanço entre eles a abertura de estradas, a concessão de incentivos fiscais e crédito rural subsidiado, fatores esses que implementados com o discurso de desenvolvimento socioeconômico da região. Na Amazônia Legal havia 26,2 milhões de cabeças em 1990 e sobe para 80,7 milhões de cabeças em 2013, um acréscimo de 207,38% em pouco mais de duas décadas, sendo que os estados de Mato Grosso e Pará, juntos, corresponderam por quase 60% destes números (FREITAS JUNIOR, BARROS, 2021).

Podemos perceber o crescimento da atividade pecuária também dentro da RESEX, por meio das manchas nas imagens da plataforma MapBiomas que representam a atividade (IMAGEM 2). Durante a década de 2000 é perceptível transformação de uso e cobertura do solo na Resex com crescente aumento no número de áreas com pastagem. A partir do ano de 2004 ocorre perda de floresta que se apresenta com 43.093 hectares e a consequente diminuição das manchas verdes, as quais representam as florestas. Percebe-se o aumento nas manchas que representam a pastagem, essas se alargam e se espalham dentro do território da RESEX, são ligadas, são áreas que se encontram, com exceção das manchas destacadas em azul que parecem mais isoladas. Percebe-se também o alargamento das manchas nas áreas em destaque alaranjado quase incipiente no cenário anterior, neste ano os pastos apresentaram 6.788 hectares (Figura 2).

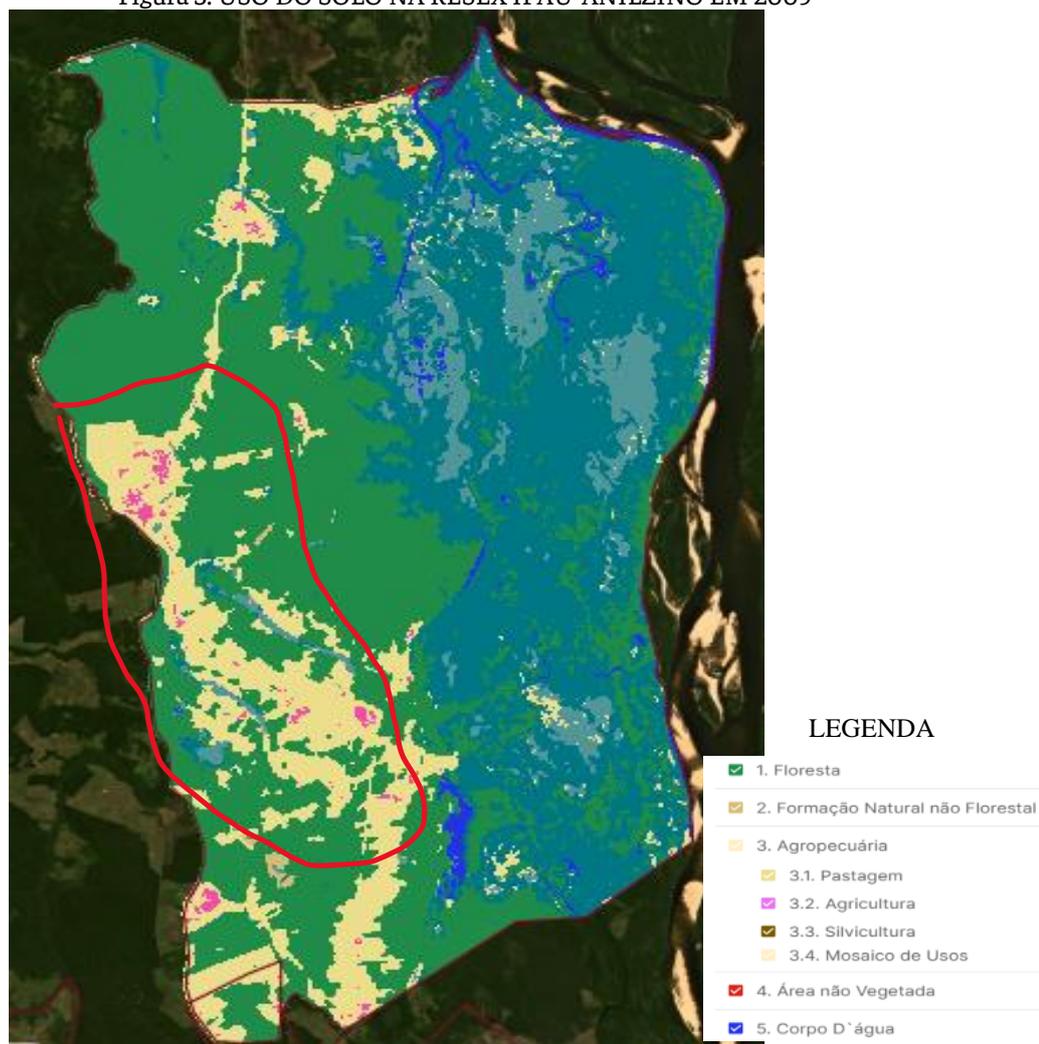
Figura 2: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 2004



FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

No ano de 2023, inicia-se os plantios de lavoura temporária, com seu ápice em 2009 com 301 hectares. Em 2005 houve a criação da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzino, e, o esperado era que após isso, se mantivessem áreas de floresta e ferassem a expansão da pecuária. Porém, no ano, de 2009, as áreas com pastagem apresentaram um dos maiores índices com 7.626 hectares e as áreas de floresta apresentaram um dos menores números com 42.653 hectares. Neste cenário, apesar do aumento, percebe-se que as manchas de pastagens quase não se modificam, a diferença é o aparecimento das manchas rosas, as quais representam a lavoura em áreas que anteriormente eram pasto (Figura 3).

Figura 3: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 2009

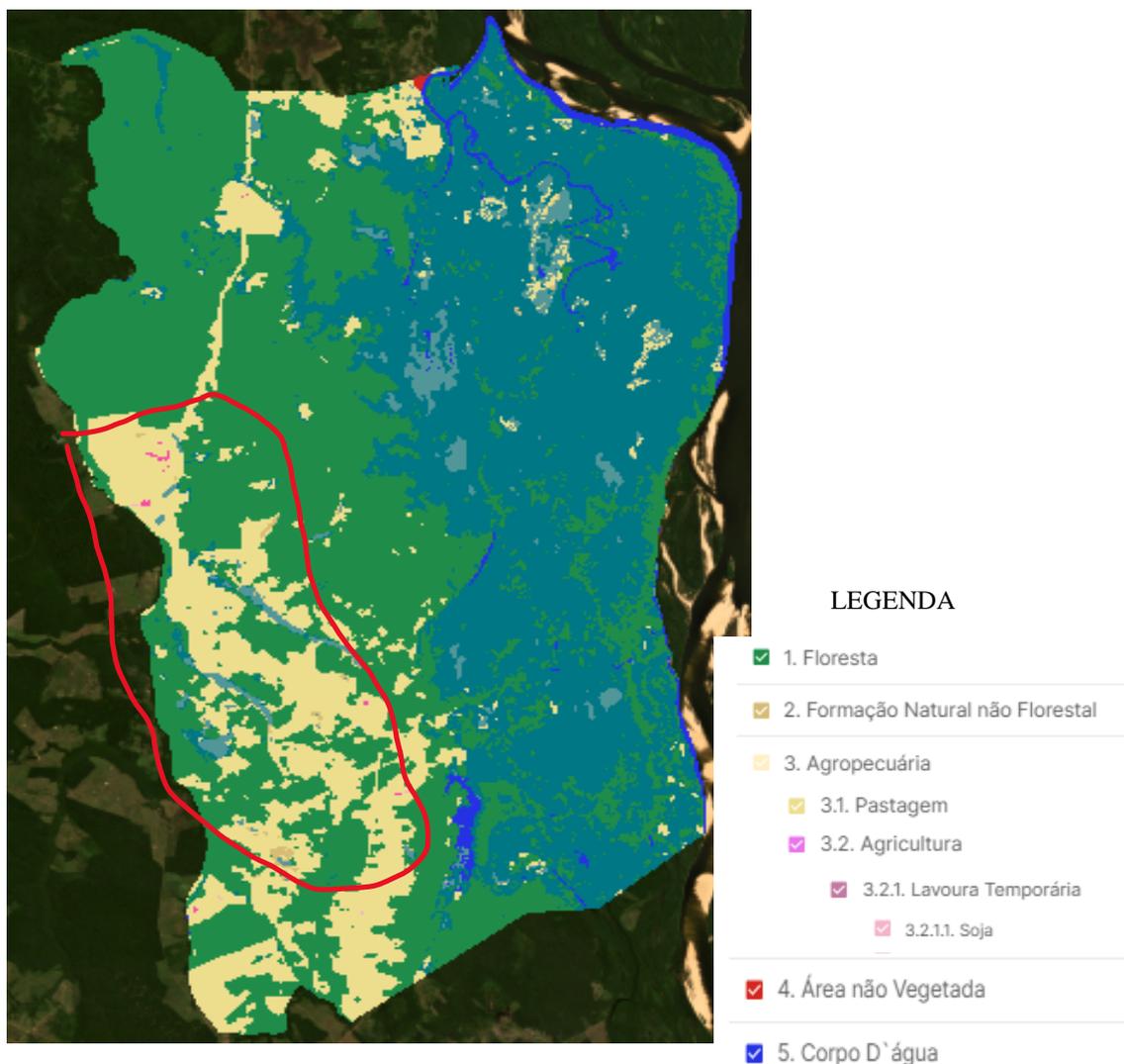


FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

A RESEX passou por uma crescente no número de áreas com pastagem, chegando ao seu maior número em 2020 com 8400 hectares. E frequente oscilação em áreas de floresta até 44804 hectares em 2020. De acordo com Silva (2016) as populações tradicionais de Ipaú-Anilzinho se confrontaram “com vários personagens que foram inseridos na região, tais como grileiros, ou gatos, latifundiários centro-sulistas e muitos outros que em conflitos que ainda se desdobra em pleno século XXI, mesmo no período de redemocratização do Brasil”.

E o mais recente é a adentrada da soja na Resex. No ano de 2022 as áreas de florestas tiveram um pequeno aumento (45.154 hectares), as pastagens diminuiram (8.308 hectares) e houve aumento na agricultura com a inserção da soja que ocupa uma área de 6 hectares (Figura 4).

Figura 4: USO DO SOLO NA RESEX IPAÚ-ANILZINO EM 2022



FONTE: PLATAFORMA MAPBIOMAS (2023)

CONCLUSÃO

Fica nítido a oscilações proporcionais entre as atividades pecuária e a floresta, quando uma decresce a outra cresce. Este não é uma problemática exclusiva da Resex Ipau-Anilzinho, diversos casos são encontrados sobre o processo conhecido como "pecuarização" das reservas, mesmo sendo uma atividade proibida por lei neste tipo de unidade de conservação que e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Este modelo de ocupação e uso do solo possui seu custo socioambiental, pois a área por onde se expande o agronegócio é ocupada por populações tradicionais, quilombolas, agricultores familiares, em comunidades tradicionais que desde a ocupação na região se auto-organizam para defender seus modos de viver. Desde a colonização nos anos 1960 e 1970, frente à expansão “desenvolvimentista” militar, nos anos 1990, frente a uma nova fase de exploração dos recursos

naturais com base no agronegócio, como a pecuária e mais recente, a soja que inicia sua expansão na região.

REFERÊNCIAS

BRITO, Stephanie Vieira; TRECCANI, Girolamo Domenico. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE IPAÚ-ANILZINHO. **Revista de Direito e Sustentabilidade**. Belém. v. 5. n. 2. p. 95 – 113. Jul/Dez. 2019.

FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves de. A comida que vem da mata aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil). Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFGA. 2014.

FREITAS JUNIOR, Adirson Maciel de; BARROS, Pedro Henrique Batista de. A expansão da pecuária para a Amazônia legal: externalidades espaciais, acesso ao mercado de crédito e intensificação do sistema produtivo. **Nova Economia**. v.31. n.1. p.303-333. 2021.

GRABNER, Maria Luiza. Territórios Tradicionais e Unidades de Conservação: diálogos e perspectivas em debate. Workshop. VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. Belo Horizonte (UFMG), 17 de setembro de 2013. Disponível em: < <https://etnico.wordpress.com/category/sobre-posicoes-territoriais/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

PLANALTO - Presidência da República. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias – Coleção 4.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. MAPBIOMAS, 2019. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 31 de novembro de 2023.

SILVA, Adriane dos Prazeres .AS TERRAS DE USO COMUM E OS CASTANHAIS DO VALE AMAZÔNICO: Luta, Resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991). Doutorado (Tese). Universidade Federal do Pará, Belém, 2021

SILVA, Adriane dos Prazeres. O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros (1961-1981). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Pará, do caos fundiário à terra de Direitos. In: **ITERPA**. Relatório de Gestão 2010 e Análise do Período 2007 – 2010. Belém, 2010, p. 47 – 61.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

(DES)ENVOLVIMENTO E EXPROPRIAÇÃO: O AVANÇO DA EXPLORAÇÃO DE GÁS SOBRE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM MARANHENSE.

Ravena Araujo Paiva³⁸ (UFPA),

RESUMO: A região do Médio Mearim maranhense vem enfrentando profundas modificações em decorrência da implantação e expansão das estruturas de exploração e produção de gás. Essa expansão, capitaneada pela empresa Eneva, teve sua atuação inicial em 2013 circunscrita aos municípios próximos ao local de instalação da Termoelétrica Parnaíba. Desde então a empresa tem ampliado sua área de atuação, alcançando territórios e territorialidades baseados na pequena agricultura, na pesca e no extrativismo, desestruturando modos de vida que têm resistido e se organizado politicamente em um passado recente, no enfrentamento à expansão da agropecuária. Movimentos sociais e comunidades, cujas conquistas socioterritoriais advêm desse processo de enfrentamento, hoje se confrontam com as ameaças de desterritorialização e de degradação ambiental impostas pela expansão das atividades da prospecção e exploração de gás que se configuram atualmente como o Complexo Parnaíba

Palavras-chaves: Desenvolvimento; termelétricas; expropriação; comunidades tradicionais

INTRODUÇÃO

Com a implementação do período civil-militar no Brasil, a região amazônica começa a ser alvo de políticas de integração nacional que marcam uma forma diferente de apropriação dessa região que desde o início do processo de exploração colonial vem sendo invadida e ressignificada por europeus e seus descendentes. A política pensada para essa região durante a ditadura militar estava eivada de uma concepção modernizante que visava colonizar e desenvolver a Amazônia, considerada região com grande vazio demográfico e cultural (PORTO GONÇALVES, 2008) e que, por isso, deveria ser desenvolvida. Salvo modificações estruturais e políticas, a Amazônia segue sendo alvo de projetos de dominação e apropriação das suas riquezas naturais, dos seus saberes e dos povos que a compõem.

A construção desses projetos no território amazônico gerou e vem gerando inúmeros impactos ambientais, políticos, sociais, culturais, etc. A ambivalência entre desenvolvimento econômico e a questão ambiental, por exemplo, fez proliferar vários conflitos. A luta desencadeada no Acre por Chico Mendes e seus companheiros trouxe à tona uma outra concepção de defesa da natureza. Esta estava amplamente coadunada com as experiências de produção e reprodução dos grupos sociais que viviam naquela região. Além disso, o conjunto de iniciativas desenvolvimentistas decorrentes do planejamento oficial, bem como os projetos que envolvem a iniciativa privada

³⁸ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA-UFPA, Brasil, email: ravesociologia@gmail.com

continuam provocando inúmeros e profundos impactos socioambientais. O caso da instalação da Hidrelétrica de Belo Monte no Pará e a conseqüente ameaça à reprodução social das comunidades indígenas afetadas por sua implantação evidencia os antagonismos e violência que perpassam essas iniciativas (FLEURY, 2013).

No Maranhão, esferas governamentais vêm atuando desde o período de 1970/80, de forma decisiva na conformação do espaço econômico maranhense por meio de diferentes mecanismos que vão desde a implantação de empreendimentos diretos como obras de infraestrutura e projetos econômicos, passando por mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas (CARNEIRO, 2013). Um exemplo dessas iniciativas é o Projeto Grande Carajás (PGC), criado em 1980 o projeto objetivava a exploração de minério de ferro no estado do Pará, a construção de uma estrutura logística que possibilitasse seu escoamento via São Luís (capital do Maranhão), bem como a construção de hidrelétricas.

A instalação desses grandes projetos e investimentos confronta-se com lógicas diferenciadas de apropriação do espaço e com a existência de formas fundiárias distintas. Ao passo que vem criando um processo de conformação do espaço econômico do Maranhão (CARNEIRO, 2013, p. 20), o Estado junto a propriedade privada vem colocando em segundo plano os direitos dessas comunidades, tornando-as beneficiárias de políticas de mitigação e responsabilidade ambiental de empresas.

Como expressão desse cenário temos a construção da Termelétrica Parnaíba no município de Santo Antônio dos Lopes, com incidência também em Capinzal do Norte, município próximo, ambos localizados na região do Médio Mearim, estado do Maranhão. Boa parte dos municípios que compõem esta região estão localizados na Amazônia Legal Brasileira³⁹, como os dois citados anteriormente.

A construção da termoelétrica vem modificando sobremaneira o cotidiano de inúmeras comunidades que se localizam próximas à obra, culminado inclusive no deslocamento de famílias de seus territórios. Os municípios de Santo dos Lopes e Capinzal do Norte estão situados na Bacia do Parnaíba. Esta é considerada uma “descoberta” em termos de áreas com incidência de gás.

³⁹ O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, isto é, não são definidos pelo bioma Amazônia - que ocupa cerca de 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 29/08/2022.

Há na política desenvolvimentista em execução no estado um processo de negação de territorialidades e existências múltiplas, orientado pela execução de dispositivos que podem ser pensados dentro dos marcos da colonialidade do poder e do saber, enquanto elementos do padrão mundial capitalista (QUIJANO, 2010). Esse modelo tem deixado um rastro de destruição ambiental, expropriando territórios tradicionais e flexibilizado direitos historicamente conquistados.

A UTE PARNAÍBA E A NARRATIVA DO DESENVOLVIMENTO

Segundo Costa (2015), a partir dos anos 2000 vem se desenhando com mais intensidade uma nova configuração socioeconômica no estado do Maranhão. O documento “O Maranhão e a Nova Década Oportunidades e Desafios” (2012), produzido pelas Secretarias de Comunicação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Governo do Estado do Maranhão (2010-2014), possibilita dimensionar esse processo. O documento demonstra a diversidade de empreendimentos pensados para o estado e a possibilidade, a partir disso, da configuração de um “Novo Maranhão”.

Com um ritmo forte de crescimento, o Maranhão detém na atualidade um dos maiores volumes de investimentos privados entre todos os estados brasileiros. Alguns desses projetos já estão em fase de conclusão, enquanto outros estão sendo implantados ou projetados. São empreendimentos nas áreas de refino de petróleo, exploração de gás e petróleo, geração de energias limpas e fabricação de celulose, biomassa, cimento, aço, alumínio, alimentos, dentre outros relevantes setores da economia, que já estão gerando emprego e renda em diversos polos distribuídos por todas as regiões do estado. Com volumes que ultrapassa a casa dos R\$ 100 bilhões, entre recursos públicos e privados, o novo Maranhão já está em construção (SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2012, p. 8-9).

O documento citado acima destaca ainda a construção da Termelétrica Parnaíba, pertencente. Pelo o que se nota no decorrer do documento, esse projeto possui um lugar especial dentro da expansão desenvolvimentista prevista para o estado, pois com ele:

O Maranhão entra definitivamente no setor de gás e petróleo, um dos que mais crescem na economia brasileira, refletindo o grande momento econômico vivido pelo estado. Empresas como a Petrobras, OGX, Petra Energia, Gasmar, Engept e a Panergy aproveitam o enorme potencial do estado nesse setor e investem em diversos projetos como os de refinaria, gasodutos, exploração de petróleo e gás natural (SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2012, p. 21).

Na criação da UTE Parnaíba está implicado um conjunto de iniciativas que vão desde o uso mais generalizado da produção de energia elétrica a partir do gás natural nos últimos 20 anos,

passando pela “descoberta” da Bacia do Parnaíba⁴⁰ nos anos de 1980, bem como pela implementação de uma política neoliberal que possibilitou, a partir da Lei 9.478/1997, que empresas privadas executassem atividades de exploração e produção de petróleo e seus derivados no Brasil.

Em 2007 foi publicada a Resolução n° 02/2007 de responsabilidade do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A mesma autorizou a realização da 9° Rodada de Licitações para áreas exploratórias de petróleo e gás natural. Essa Rodada durou de junho a novembro de 2007 e colocou em oferta 271 blocos, distribuído em 14 setores, totalizando cerca de 73 mil km². Segundo Costa (2015) as áreas em ofertas abrangeram nove bacias sedimentares, quais sejam: Campos, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Santos, Recôncavo e Rio do Peixe. Ainda segundo a autora, é nesse contexto que se inicia a atuação da MPX no Mercado regulado de Energia, com a venda de energia através da UTE Itaquí, no Maranhão e Energia Pecém, no estado do Ceará, com a vitória no chamado Leilão A-5, promovido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2009 foram realizados os primeiros levantamentos e estudos nas áreas classificadas como de influência direta e indireta do empreendimento, principalmente em Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Pedreiras.

O processo de licenciamento ambiental da UTE Parnaíba foi iniciado no ano de 2011 por meio da solicitação para as atividades de Produção, Escoamento e Tratamento do Gás junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA), pela empresa responsável por sua instalação. Para realização do trabalho foi contratada a empresa de consultoria ambiental AECOM. Em maio de 2011 a SEMA/MA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado – concede Licença de Instalação para a construção da Usina Termelétrica Parnaíba. Em agosto do mesmo ano, as empresas Duro Felguera⁴⁷ e Initec⁴⁸ foram selecionadas para a implantação da UTE Parnaíba. Em setembro, a OGX aumenta o seu domínio e passa a deter oito blocos exploratórios na Bacia Parnaíba.

Importante notar que obras como a UTE Parnaíba são classificadas como um grande projeto, comumente atrelado a narrativa do desenvolvimento. Os grandes projetos de investimento se caracterizam como grandes unidades produtivas relacionadas ao desenvolvimento de atividades básicas, início de cadeias produtivas, para extração e produção de minérios, grandes obras de infraestrutura, complexos industriais portuários, termelétricas, hidrelétricas, etc. (LAURELLI, 1987

⁴⁰Trata-se da Bacia sedimentar definida geologicamente como uma depressão da superfície terrestre que ao longo do tempo teve seu preenchimento por depósitos de sedimentos de origem biológica ou de materiais vulcânicos. A Bacia do Parnaíba possui cerca de 600.000 km², que se distribuem principalmente pelos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Ceará e Bahia.

apud VAINER, 1990). Além disso, segundo Vainer (2007), os grandes projetos se configuram enquanto modos de apropriação e organização territorial.

Os denominados grandes projetos de investimento demandam um elevado consumo de recursos naturais e como a história tem demonstrado suas instalações vem acompanhadas de conflitos socioambientais justamente por sua lógica de apropriação e controle de espaços e territórios. Acselrad (2004, p. 111) nos lembra ainda que essas obras requerem “quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais”.

Em 07 de novembro de 2013 é inaugurada a UTE com 845 MW de potência, com a presença de inúmeras autoridades locais, do governo estadual e federal. Ao passo que a exploração de gás foi se estruturando avançou também os efeitos nocivos sobre territórios tradicionais na região. Ainda em 2013/2014, quando do início da construção da UTE, comunidades próximas foram submetidas a condições adversas, culminando no deslocamento da comunidade Demanda.

A instalação da UTE Parnaíba representou para as comunidades próximas ao empreendimento uma mudança radical nos seus modos de viver, impondo um ritmo diferente aquelas famílias, mudando profundamente a organização local e suas projeções de futuro. O contexto de desenvolvimento trazido pela empresa obrigou moradores a conviverem com o barulho gerado pelas turbinas, forte odor de gás, a água contaminada e escassez de água apropriada para o consumo. Além disso, provocou a paralização das atividades econômicas do grupo, como a quebra do coco pelas mulheres. Com a interrupção de atividades que garantiam o sustento da maioria das famílias, os moradores acabam por entrar numa situação de vulnerabilidade socioeconômica que fortaleceu a dependência de ações/projetos desenvolvidos pela empresa e por fim o deslocamento de famílias de seus territórios. Importante notar que processos de desterritorialização implicados nesse tipo de projeto “faz parte de um processo mais amplo de apropriação privada por estruturas do mercado, dos territórios de uso comum, produzindo deslocamentos forçados de milhares de famílias” (CASTRO, 2019, p.30).

Embora com os impactos negativos descritos acima, a construção desse empreendimento é lida como estratégia necessária para desenvolver as forças produtivas do Maranhão. Numa das audiências públicas para a construção do licenciamento ambiental da UTE, Israel Ferreira, secretário estadual de Assuntos Estratégicos à época, afirmava que “o Governo está preocupado em ouvir as demandas do município visando à preparação deste para o desenvolvimento”, assinalando a incorporação da percepção oficial deste tipo de atividade. O processo pelo qual vem passando a região

do Médio Mearim desde 2009 com a chegada desse empreendimento representa um novo momento de conformação do espaço daquele território, marcado fortemente pelo discurso do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Esteva (2000) afirma que o uso indiscriminado da palavra desenvolvimento vem gerando mal entendidos, pois, atualmente “quando a maioria das pessoas utiliza o termo desenvolvimento estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar” (ESTEVA, 2000, p. 59). Há mesmo um processo de naturalização no uso dessa categoria. Alcançar o estágio de civilização correspondente torna-se cada vez mais obrigação daqueles que desejam sair do lugar onde estão em busca de um destino inevitável e necessário, mesmo que de fato não saibam o que esse desenvolvimento significa.

A perspectiva assinalada acima tem raízes antigas no pensamento Ocidental, no qual desenvolver significa o estabelecimento da razão e a superação do estado de natureza. De base positivista, esta concepção vê o desenvolvimento como um processo linear a que todas as sociedades terão que necessariamente passar. Sobretudo, a partir do Iluminismo, no que se convencionou chamar de Idade Moderna, construiu-se uma forma de conceber o mundo e a relação homem-natureza: “a influência de Descartes, Galileu, Leibniz e, particularmente de Isaac Newton contribuiu para formar o imaginário iluminista, fundado na ideia de uma *physis* ordenada tal e qual um relógio” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 100). O conhecimento adquiriu um caráter meramente pragmático e a ciência se afirmou frente à religião e à filosofia. Essa mesma ciência começa a operar em torno de três eixos: a oposição entre homem e natureza; a oposição entre sujeito e objeto; e o paradigma atomístico-individualista (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A modernidade, dessa forma, não diz respeito somente a um período histórico, mas faz referência a um modelo de sociedade com valores e práticas específicas e mais ainda, diz respeito a “um movimento societário que apesar de sua fluidez e dinamicidade ou por isto mesmo, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo e alterando suas mais variadas dimensões” (SANT’ANA JÚNIOR, 2005, p. 23).

Segundo Finokiet (2016, p. 104), o desenvolvimento pode ser considerado como um produto de relações históricas de conhecimento e poder que levou à construção de categorias (subdesenvolvimento) e, conseqüentemente, à necessidade de demandas específicas que os lugares ainda não desenvolvidos precisam obter como saúde, educação e outros.

Nesse contexto de subdesenvolvimento, “a complexidade da vida das pessoas acaba se reduzindo às carências que elas possuem e que precisam ser supridas para que possam se tornar

desenvolvidas” (FINOKIET, 2016, p. 103). Nesse sentido, “as pessoas e os lugares são pensados e compreendidos com base na ideia de ‘falta’ e não pela sua capacidade de criatividade e resistência”.

Na construção da legitimidade do desenvolvimento, como já foi mencionado anteriormente, há uma normatização do outro a ser desenvolvido. É recorrente pensarmos esse desenvolvimento como o lado da cultura em oposição à noção de natureza que por sua vez se assemelha ao selvagem e/ou atrasado. Nessa perspectiva, “a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões” (PORTO GONÇALVES, 2008, p. 20), e os grupos que não dominam esse aparato são normalmente considerados como atrasados, ficando do outro lado da cultura, ou seja, vistos como seres muito próximos a natureza.

Podemos verificar que esses espaços em que vivem grupos com lógicas sociais e culturais diferentes daquela dita moderna, são sempre vistos como lugares com potencial de ocupação, vazios, como se tudo e todos que deixem de contemplar e seguir os estatutos da modernidade [...] passassem ao não ser, ao, não existir sócio-culturalmente (MENDONÇA, 2009 p. 280).

São construídas imagens desse lugares como sendo vazios demográficos e culturais, estratégias de dominação que reduzem o mundo do outro a lugares *developmentalizable* (Escobar, 2008). Desse modo, “pelos imagens se inventa o ‘outro’ e desenha os limites e a natureza da ‘relação de alteridade’ (CASTRO, 2019, p.32).

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPROPRIAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

O conceito de expropriação camponesa neste trabalho remete aos processos ligados aos efeitos dos chamados *grandes projetos* dirigidos pelo Estado, mas também por setores privados. Assim, buscar evidenciar que em seu processo de instalação e operação os *grandes projetos* fundam disputas territoriais e conflitos socioambientais gravíssimos, conformando verdadeiras zonas de conflito, de modo que as assimetrias de poder se ancoram em processos violentos de expropriação das populações locais (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p.121. Os principais afetados por essa dinâmica são as populações tradicionais, pois as atividades referentes à implantação dos grandes projetos é construída por meio de mecanismos que invisibilizam sua existência.

A situação vivenciada pelos territórios e comunidades articulados impactados pela construção da UTE Parnaíba, marca a existência dos conflitos territoriais caracterizados “pela sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Dessa forma, o processo de expropriação realizado pelos grandes empreendimentos e pela expansão

capitalista de modo geral está fortemente marcada pela “razão instrumental”, que suplanta a “razão histórica” dos grupos afetados e impactados, instalando contendas territoriais (LITTLE, 2002, p. 21).

Em 2014 o Ministério Público Federal do Maranhão demandou a construção de um Laudo Antropológico com o objetivo de apreender possíveis impactos socioambientais sobre comunidades tradicionais que vivem e trabalham nas áreas de influência da UTE PARNAÍBA, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte, Pedreiras e outros, no âmbito do Inquérito Civil Público número 1.19.000.000400/2011-59. O referido Inquérito Civil foi instaurado pela Portaria nº 93/2011, de 16 de novembro de 2011, provocado pela observação técnica do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão –, de janeiro de 2011, apontando que os estudos socioambientais apresentados pela empresa responsável pelo empreendimento continham lacunas estruturais no diagnóstico de bens culturais, o que dificultava sua avaliação pelo órgão, em termos de preservação ou salvaguarda do patrimônio cultural (COSTA, 2015).

O Laudo apontou que a instalação e funcionamento do Complexo Parnaíba vem gerando impactos diretamente relacionados ao modo de vida dessas comunidades, sobretudo, pela supressão dos recursos ambientais que garantem a sobrevivência nesses territórios. Isso se relaciona diretamente com os fatores sociais, econômicos e identitários que caracterizam essas populações como sendo tradicionais.

Relacionado às especificidades sociais e históricas das comunidades afetadas, bem como as matrizes culturais em jogo no processo de instalação do Complexo Parnaíba, os pesquisadores que construíram o laudo apontam a necessidade de se refletir sobre a dimensão e o próprio entendimento da noção de impacto sobre a vida dessas populações. No estudo em questão ficou evidenciando que os principais impactos da exploração de gás sobre comunidades tradicionais eram de três ordens: 1) a supressão de amplas áreas com existência de recursos ambientais fundamentais à reprodução material e social das famílias; 2) as alterações na organização social e econômica das famílias, enquanto unidades de produção camponesa, que deles faziam uso; 3) as perturbações de variados tipos que as atingem, decorrentes do funcionamento das próprias UTEs.

Importante notar que a demanda para realização do Laudo deu-se por incongruências no Relatório de Impacto Ambiental apresentado pela Eneva a Secretária Estadual de Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, cabe questionar quem e partir de quais capitais define o que é impacto, além da amplitude deste. No geral, o conteúdo desses estudos tem se restringido a descrição de indicadores demográficos e socioeconômicos (MONTAÑO, 2014) e não evidencia as consequências desse tipo de empreendimento. De todo modo, os impactos são lidos como elementos a serem resolvidos e o licenciamento acaba por se converter em elemento que orientará as políticas de mitigação e

compensação ambiental, configurando-se em aparato do “paradigma da adequação ambiental”. Insere-se, nesse sentido, dentro de uma estrutura que tem por objetivo final a construção de determinado projeto desenvolvimentista, em que o projeto social que o orienta não é contestado.

Como mencionado anteriormente, no que diz respeito aos impactos iniciais gerados com a instalação do Complexo Parnaíba a comunidade Demanda ganha destaque pela proximidade com a sede do empreendimento, cerca de 2km, e também pelo conseqüente deslocamento que sofreu.

Um dos primeiros impactos gerados para as famílias de Demanda foi a supressão do extenso babaçal acessado, sobretudo, pelas mulheres quebreiras de coco e que se constituía como local de trabalho há gerações. No EIA/RIMA é assinalado que “para a instalação da UTG e dos gasodutos será necessária a limpeza da área de pastagens com babaçu e fragmentos de babaçu” (RIMA, 2011, p.30). Como medida para minimizar os efeitos o relatório apresenta o Programa de Compensação Ambiental e o desvio, o máximo, possível, das áreas de influência do babaçu. A realidade se mostrou diferente, houve a devastação considerável de babaçais, afetando a atividade das quebreiras e a relação estabelecida com comunidades vizinhas que faziam uso dessa área também para quebrar coco. Numa tentativa de compensação desse dano, a empresa se responsabilizou por plantar 700 mudas da palmácea, que não vigoraram. É importante frisar que o próprio plantar contraria os princípios das quebreiras, sobretudo daquelas organizadas em movimentos como o Movimento Interestadual das Quebreiras de Coco Babaçu (MIQCB) para quem a palmeira se reproduz naturalmente num processo que lhe é próprio. O plantar representaria ainda a propriedade da palmeira, contrariando o princípio do livre acesso aos babaçais defendido por essas mulheres.

O processo de desgaste do solo com a conseqüente diminuição da incidência da palmeira de coco babaçu veio aumentando gradativamente com a intensificação dos trabalhos no gasoduto. De acordo com I.A.S moradora da comunidade Demanda e quebreira de coco, “o babaçu não dá mais como dava, diminuiu bastante. Além da obra ser feita na terra mais baixa, as outras terra que eram encostadas os matos engrossaram e coco não dar muito em mato grosso. Ele gosta é de terra limpa”.

Esse palmeiral, área vital para a economia desse grupo, devastado completamente pelo empreendedor para instalar as usinas, é descrito pelas famílias como um local de grande incidência de babaçu e assim, pelas condições de umidade e de outras características do solo, propiciava um maior desenvolvimento das palmeiras. Em relação a esse aspecto, as quebreiras de coco de Demanda explicam que as palmeiras dessa área eram mais baixas, facilitando a coleta, além de apresentarem muitos cachos de coco por palmeira o que é entendido como sinônimo de fartura.

Um outro impacto gerado com a chegada do empreendimento diz respeito a interdição dos caminhos tradicionais. Ao cercar o perímetro da propriedade onde iniciava-se a construção da UTE, a Eneva impossibilitou que as famílias da comunidade acessassem os caminhos por onde costumam andar, seja para acessar áreas de trabalho, seja para chegar em outras comunidades.

Os relatos possibilitam refletir sobre possíveis novas formas de cercamento dos camponeses, que não se efetivam com a materialidade das cercas, como ocorria nessa mesma região na década de 1980, mas pelo aspecto simbólico subjacente ao processo de apropriação do território do grupo, neste caso, através da interdição dos caminhos tradicionais ao grupo e a proibição ao seu acesso (COSTA, 2015).

Como em outros momentos da relação que estabeleceu com a comunidade, interditando os caminhos tradicionais, a empresa ressalta apenas o aspecto físico do espaço desconsiderando as relações sociais existentes, forjadas historicamente pelas famílias no uso dos recursos daquela área e que se forjaram bem antes da instalação da UTE. Institui uma invisibilidade sobre o território conformado pelo grupo ao longo de gerações. O que é problemático é a classificação do espaço, de modo que, a área onde está instalado o empreendimento, é vista pela empresa apenas juridicamente, ou seja, como propriedade privada. Para as famílias de Demanda aquele mesmo espaço faz parte do seu território.

No Relatório de Impacto Ambiental é apontada a questão dos impactos sobre as condições de reprodução e social da comunidade, definindo como meio de compensação ações dentro dos Programas Socioambientais para os chamados Meio Físico, Meio Biótico e Meio Socioeconômico. A ação prioritária para lidar com as condições criadas por esses impactos foi a proposição de um plano de reassentamento *voluntário* para as famílias de Demanda.

A implantação do Plano de Reassentamento abre à Comunidade da Demanda a possibilidade de escolha, por meio de processo transparente e participativo. Tem como objetivo evitar possíveis efeitos negativos associados à implantação do empreendimento e sua operação. Atualmente a maior parte da comunidade vive em condições precárias de habitação, infraestrutura, trabalho e renda. Este Plano objetiva ainda a melhoria na qualidade de vida da população residente na comunidade da Demanda (RIMA UTE PARNAÍBA 2, 2011, p.968).

Como demonstra o trecho acima o Plano de Reassentamento é apresentado como uma das benesses trazida pela instalação da UTE, ao garantir que as pessoas daquela localidade possam finalmente sair da precariedade e atingir o desenvolvimento. Mendonça (2017) alerta para a existência de um paradoxo nos processos de deslocamento de povos e comunidades tradicionais, tendo em vista que esses processos são legitimados pelo discurso de promoção do progresso e para tanto é necessário excluir esses povos para então inclui-los no desenvolvimento.

Importante notar que inicialmente não havia desejo por parte das famílias de sair da comunidade, pois ali era seu território há gerações, mesmo com a implantação da UTE, sair não era possibilidade. Inicialmente, o conteúdo da abordagem da empresa aos moradores fazia referência ao estabelecimento de uma *boa vizinhança*, que iriam juntos partilhar de todas as melhorias trazidas pelo empreendimento. Segundo informações obtidas a partir dos depoimentos das famílias, inicialmente a relação com a empresa se deu de forma harmoniosa, onde o tratamento dispensado aos moradores era caracterizado por gentilezas e promessas: “a gente ficou muito animado, disseram que ia ser vizinho da gente, que essa obra ia construir casa boa pra gente, ia encanar água pra nós, todas essas promessas tiveram (I.A.S, quebradeira de coco babaçu, Demanda). Sobre essa questão outra moradora relata “no começo tinha muita conversa, eles conversavam muito assim. No começo tinha muita promessa né?

Os moradores relatam que até se opuseram ao Programa de Reassentamento, porém diante do cotidiano insalubre a que foram submetidos com a instalação da UTE, bem como das pressões da empresa, terminaram por assinar um Termo de Adesão ao Reassentamento Voluntário de Demanda. Se coloca assim para a comunidade, um cenário que Isabelle Stengers chama de alternativas infernais, este se caracteriza, sobretudo, pela morte da escolha política e pela impossibilidade de pensar o futuro. Nesse sentido, está posta a impossibilidade do reassentamento que se propunha ser voluntário, como quis fazer crer a empresa.

Em Abril de 2015, o Ministério Federal do Maranhão (MPF/MA) e o Ministério Público do Maranhão (MP/MA) por meio da 38ª promotoria de Justiça especializada em Conflitos Agrários propuseram Ação Civil pública contra a empresa ENEVA S.A. A ação visava garantir os direitos das comunidades tradicionais impactadas pela implantação da Termelétrica Parnaíba, em especial a Comunidade Demanda, e questionava a omissão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na implementação das medidas de mitigação. O MPF e o MPMA exigiram da Eneva S.A., no prazo improrrogável de 180 dias, o reassentamento efetivo em condições adequadas de todas as famílias, além da inclusão em seus cadastros, no prazo de 30 dias, para os planos de reassentamento de todas as famílias efetivamente impactadas, sem qualquer tipo de discriminação, e a não restrição ao modo de vida das famílias enquanto não fosse realizado o reassentamento, assegurando-lhes a realização de benfeitorias necessárias em suas moradias e áreas produtivas e o direito de realizar livremente as suas atividades produtivas. Após pressões, em meados de 2016 as famílias de Demanda foram finalmente reassentadas. Porém, questões não resolvidas perduraram e novas problemáticas surgiram com a mudança para o novo lugar.

Como salienta Escobar (1995) ao analisar o dispositivo do desenvolvimento, a violência não é um efeito do descaso, do acesso desigual a políticas e dos efeitos prometidos e não cumpridos dos programas. Ou seja, a violência e a desigualdade não são resultadas das contradições da mudança social induzida, mas é o resultado próprio do dispositivo como um todo, ao movimentar, planejar, dispor e quantificar a vida das pessoas” (RADOMSKY, 2013, p.153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das fronteiras de exploração sobre os territórios tradicionais no estado do Maranhão com seus respectivos reordenamentos territoriais cria uma invisibilidade de povos e comunidades, intensificando processos de violência e negação de direitos.

Os denominados projetos de desenvolvimento têm gerado expropriações e contribuído para a não afirmação de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, tornando mais morosos processos de reconhecimento e titulações. Os discursos e dispositivos que legitimam a execução desse modelo reproduzem uma série de classificações: ao passo que imprimem uma carga positiva a esses projetos lidos como sendo geradores de benefícios à população.

Os atuais enfrentamentos vivenciados por povos e comunidades tradicionais possuem antagonistas historicamente conhecidos e outros que se apresentam com nova roupagem/modos de dominação, de modo que famílias camponesas sofrem novos processos de expropriação não só pelo “grande fazendeiro”, mas por novos agentes sociais, ora vinculados a setores empresariais, bem como ao próprio Estado brasileiro, por meio de seus distintos aparatos, que demandam grandes extensões de terra para instalação dos chamados *grandes projetos* ou *empreendimentos* e se estruturam a partir de uma retórica de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 219-238, 2011.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CASTRO, Edna - Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: Castro, Edna & Pinto, Renan- **Decolonialidade e Sociologia na América Latina**. NAEA/UFPA, 2019. p. 25-52.

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. **Briga com poderosos – resistência camponesa face à expropriação por grandes projetos em Santo Antônio dos Lopes, MA**. São Luís. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**, Construcción y deconstrucción del desarrollo. 1. ed. Fundacion Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference**: Place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine**: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e comopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre: UFRGS, 2013. 97

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC). 2012.

LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones; paradoxos e alternativas). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (Eds.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos**, São Paulo, n. 80, 2008.

RIST, Gilbert, 2008. Le development . Histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de Sciences Po, 2001

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. Amazônia e Modernidade: leitura da invasão, ocupação e incorporação da Amazônia no mundo moderno. **Revista Muiraquitã**, v. 01, n. 01, p. 11-28, 2013.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 8, n. 1, p. 25-64, 1992.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MONTAÑO, Marcelo. Planejamento às avessas: os descompassos da avaliação dos impactos sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco; COHN, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília, ABA, 2014.



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

Agrotóxicos e o Avanço da Cadeia de Valor da Soja na Amazônia

Alana Paula de Araujo Aires⁴¹(UFPA/NAEA/PPGDSTU),
Nirvia Ravena⁴²(UFPA/NAEA/PPGDSTU)

RESUMO: Os Agrotóxicos são produtos químicos sintéticos utilizados para matar insetos, larvas, fungos, carrapatos mediante a justificativa de controlar as doenças provocadas por esses vetores e de regular o crescimento da vegetação, tanto no ambiente rural quanto urbano. Seu uso é Institucionalizado pela Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, regulado pelo Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002 e recentemente, foi aprovada a Lei 1.459/2022 que acaba acelerando o processo de registro de novos agrotóxicos. A utilização e comercialização de agrotóxicos foram popularizados com o advento da Revolução Verde que na prática foi incapaz de atender a demanda global por alimentos. No entanto, o avanço da indústria de agrotóxicos tem provocado danos à saúde humana e ao meio ambiente, a partir do avanço de monoculturas como a da soja na Amazônia. Este processo está intrinsecamente ligado ao processo de modernização agrícola. Neste contexto, o objetivo geral é demonstrar como a regulação e a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo. Para isto, os objetivos específicos são: demonstrar o panorama da comercialização de agrotóxicos na Amazônia; demonstrar os danos à saúde humana e ao meio ambiente provocados pela comercialização e utilização massiva de agrotóxicos; analisar os principais atores sociais dentro da arena de ação onde se desenvolve os debates sobre agrotóxicos. Dessa forma a questão norteadora deste artigo é compreender como a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo na Amazônia. A abordagem metodológica incluiu procedimentos qualitativos e quantitativos envolvendo análise documental e o IAD Framework. A hipótese apresentada aqui é a de que i) corporações do setor da soja vinculadas ao agronegócio utilizam massivamente agrotóxicos em sua produção em larga escala na região, contaminando comunidades adjacentes e contaminando seus ecossistemas e territórios.; ii) o acréscimo progressivo na produção da commodities volta-se para o atendimento a demandas produtivas associadas aos interesses do mercado, em uma economia cada vez mais globalizada.

Palavras-chaves: Agrotóxicos. Soja. Amazônia. Territórios. Danos.

INTRODUÇÃO

O padrão agrícola estabelecido no pós-guerra vincula-se à base tecnológica na utilização de agroquímicos (agrotóxicos, fertilizantes e corretivos), mecanização, cultivo de alto potencial de rendimento e técnicas de irrigação, visando a elevação dos índices de produtividade. Há, portanto, uma estreita relação entre a agricultura moderna intensiva e a utilização de agrotóxicos. A partir da década de 1960, tal modelo agrícola foi difundido para as regiões do Terceiro Mundo, diante de um processo conhecido como Revolução Verde (SPADOTTO, 2004).

O monopólio exercido pelas transnacionais do setor agroquímico configura uma expressão clara da grande e, pode-se afirmar específica forma do capital se reproduzir na agricultura

⁴¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. Email: alanah.aires@gmail.com

⁴² Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Brasil. Email: niravena@uol.com

(BOMBARDI, 2011). Com a Revolução Verde isto ficou cada vez mais evidente. De forma conceitual, a Revolução Verde é considerada como elemento impulsionador de tecnologias agrícolas que possibilitaram um aumento considerável na produção, principalmente em países classificados como menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas (OCTAVIANO, 2010).

Conseqüentemente, os agrotóxicos para o agronegócio possuem a função de proteger as culturas agrícolas das pragas, doenças e plantas daninhas, no entanto, oferecem riscos à saúde humana e ao ambiente. O seu uso frequente, e muitas das vezes incorreto, oferece perigos alarmantes como contaminação dos solos agrícolas, das águas superficiais e subterrâneas, dos alimentos, apresentando, conseqüentemente, riscos de efeitos negativos em organismos terrestres e aquáticos e de intoxicação humana pelo consumo de água e alimentos contaminados, assim como o risco de intoxicação ocupacional de trabalhadores e produtores rurais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de mortes provocadas por intoxicação com agrotóxicos alcançam 20.000 em todo o mundo, sendo que 14 mil são das nações de terceiro mundo. No entanto, as estatísticas reais podem ser ainda maiores em função da falta de documentação a respeito das intoxicações subagudas, causadas por exposição moderada ou pequena a produtos de alta toxicidade, de aparecimento lento e sintomatologia subjetiva, e intoxicações crônicas, que requerem meses ou anos de exposição, e de forma tardia causam danos de saúde como neoplasias. Diante disto, o artigo buscar responder a seguinte pergunta: como a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo na Amazônia?

Nesse contexto, o objetivo geral do artigo é demonstrar como a regulação e a desregulação de agrotóxicos vem ocorrendo. Para isto, os objetivos específicos são: (i) demonstrar o panorama da comercialização de agrotóxicos na Amazônia; (ii) demonstrar os danos à saúde humana e ao meio ambiente provocados pela comercialização e utilização massiva de agrotóxicos; (iii) analisar os principais atores sociais dentro da arena de ação onde se desenvolve os debates sobre agrotóxicos. Para além desta introdução, em função dos objetivos, o artigo está estruturado em quatro seções. A segunda seção trata do âmbito metodológico do trabalho. A terceira seção apresenta os resultados e discussões do trabalho com um breve panorama sobre os agrotóxicos no Brasil; Os danos dos agrotóxicos na saúde humana e sobre o meio ambiente. Por fim, na quarta seção são apresentadas as considerações finais do trabalho.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se a metodologia de Revisão Integrativa; a qual, de acordo com o descrito por Souza (2010, p. 102), “[...] determina o conhecimento atual sobre uma

temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto”. A pesquisa dos artigos considerou os seguintes termos: “agrotóxicos”, “saúde pública”, “pesticidas”, “intoxicação”, “danos ambientais da contaminação por agrotóxicos”, “comercialização de agrotóxicos no Pará”, “periculosidade dos agrotóxicos”, “meio ambiente e saúde humana”. Os parâmetros selecionados para a inclusão de todo e qualquer estudo no recorte final da pesquisa foram: i) produções que abordassem debates relativos aos agrotóxicos; ii) que houvessem sido publicadas entre 2015 a 2023; iii) que estivessem em formato de artigo científico; iv) e que, além de se encaixarem nos itens anteriores, tratassem de modo particular das consequências provocadas por agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente no Estado do Pará.

Além disso, foi realizada Pesquisa documental para complementar estes referenciais. Analisou-se, dentro do mesmo recorte temporal, dados socioeconômicos e de infraestrutura do Estado do Pará, por meio de bases provenientes de instituições nacionais que produzem dados sociais, ambientais e toxicológicos, como: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA); o Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN); o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA);

QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL DOS AGROTÓXICOS

Os efeitos danosos, em função da expansão no uso de agrotóxicos, provocados na saúde dos trabalhadores rurais e ao meio ambiente aumentam na mesma proporção. De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), somente no ano de 2022 o Estado do Pará comercializou 15.652,92 toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos. Isto representou uma variação de quase 10% se comparado ao ano de 2021. O Pará foi o segundo Estado da região Norte que mais comercializou estes componentes, ficando abaixo somente do Estado de Tocantins. O Glifosato, da classe dos herbicidas, foi o mais comercializado. Apesar de ser classificado pela Agência Nacional de Vigilância Nacional (ANVISA) como pouco tóxico (Categoria IV), o Glifosato é responsável por apresentar propriedades mutagênicas e cancerígenas.

O avanço das indústrias de agrotóxicos está intrinsecamente vinculado ao processo de modernização agrícola mundial pós-Segunda Guerra; caracterizado pelo uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos (PELAEZ; TERRA; SILVA, 2010). De acordo com Folhes (2022, p. 3), “[...] a agenda do uso de tecnologias foi imposta pelos Estados Unidos e Europa para as regiões

tropicais, alegando o crescimento e combate a pobreza”. Diante do contexto internacional, o processo historicamente recente do desenvolvimento da agricultura tem sido influenciado por três pilares fundamentais, a saber: a revolução verde, a implementação de políticas de desenvolvimento e os debates voltados para a questão ambiental. No âmbito brasileiro, a potencialização no uso de agrotóxicos iniciou-se na década de 1970.

A lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 que define agrotóxicos como produtos químicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, é regulada pelo decreto nº 4.074/02.

De acordo com a legislação vigente é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) executar a avaliação da eficácia econômica; de competência do Ministério da Saúde executar a avaliação e classificação toxicológica; e, a avaliação e classificação do potencial de periculosidade cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Já o controle e fiscalização da comercialização e uso desses componentes fica sob a responsabilidade dos órgãos estaduais e do Distrito Federal (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003).. No entanto, há uma série de contradições na forma como são concedidos estes registros. Além disso, mudanças mais prejudiciais ainda podem ocorrer se o Projeto de Lei 1459 de 2022, mais conhecido como PL do veneno, for aprovado, pois prevê que a responsabilidade de aprovação dos agrotóxicos fica a cargo do MAPA, retirando dessa forma a gestão tripartite do pleito de registro destes produtos.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de notificação (SINAN), demonstram que, entre os anos de 2010 a 2020, no Estado do Pará, ocorreram 609 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola. Isto significa sem dúvida maiores incidências de afastamento do trabalho, maiores probabilidade do desenvolvimento do câncer e maior expansão do agronegócio no Estado.

Conforme foi visto anteriormente, a Revolução Verde não produziu alimentos na proporção que se esperava e foi provocou impactos extremamente negativos para o meio ambiente e para a sociedade (BALESTRO; SAUER, 2009). Além dos impactos ambientais, causados pela utilização de tecnologias nocivas e não adaptadas, a implantação do novo modelo produtivo foi negativo também para os grupos sociais que viviam no campo. Estes foram, via de regra, expropriados. Pautada no discurso de acabar com a fome, a Revolução Verde provocou o efeito oposto, pois intensificou a deficiência na disponibilidade de alimentos, expulsou camponeses para as áreas urbanas, diminuindo a força de trabalho no campo. E, além disso, eliminando a possibilidade de aumento

desta produção com a inserção de novos camponeses com a Reforma Agrária. Daí alguns autores denominarem este processo de modernização conservadora.

Como afirma Delgado (2012, p. 13): “É importante ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária”. A base estrutural da organização agrária brasileira, estabelecida em função da colonização, foi mantida. No Brasil existem políticas públicas que contribuem para o uso e o comércio de agrotóxicos. A exemplo disto, somente nos oito primeiros meses de 2021 foram realizados 229 novos registros para agrotóxicos, conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (2021).

Desde 2008, o Brasil vem sendo o país que apresenta o maior consumo destes produtos, em função do desenvolvimento do agronegócio no setor econômico, havendo graves problemas em relação ao uso de agrotóxicos no país como a permissão de agrotóxicos já banidos em outros países e venda ilegal de agrotóxico que já foram proibidos. A Tabela 1 apresenta alguns agrotóxicos e seus malefícios para saúde humana. (CARNEIRO *et. al*, 2015)

Tabela 1 - Características de alguns agrotóxicos

Classificação quanto a praga que controla	Nome técnico	Sintoma de Intoxicação
Herbicida	2-4,D (Ácido Diclorofenaxiático)	Alterações genéticas, má formação de embriões, neurotoxicidades, alterações hematológicas, desregulação hormonal
Herbicida	Glifosato	Irritação dérmica e ocular, aumento de susceptibilidade de danos hepáticos e renais, doenças respiratórias e dermatológicas e malefícios gastrointestinais
Inseticida	Tricloform	Aumento de incidência de quebras de cromossomos, redução do número de espermatozóides e do líquido seminal, anormalidades fetais, redução do número de fetos vivos, alterações estruturais na tireóide e adrenais.

Fonte: Dias *et. al*, 2018. Elaboração própria, 2024.

O último PARA (Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos) publicado em 2019 e realizado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), analisou 4.616 amostras, 270 agrotóxicos de 14 alimentos de origem vegetal que são comumente encontrados na dieta da população brasileira. Das amostras testadas cerca de 45,18% apresentaram resíduos de agrotóxicos.

Isto significa graus excessivos de intoxicação, o que, conseqüentemente, causam sérios problemas de saúde. Nestes termos, (Dias *et al.* 2018) afirma que os agrotóxicos podem provocar desde alergias a mudanças em vários sistemas humanos, como o imunológico, nervoso, gastrointestinal, respiratório, circulatório, endócrino, reprodutivo, entre outros.

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA (2021) (Figura 1) os agrotóxicos são definidos, para fins de registro e reavaliação, de acordo com sua toxicidade. É importante lembrar que a sistematização dos produtos, regulada pela legislação de 1989, que previa a existência de quatro categorias segundo o nível de perigo oferecido pelos pesticidas, agora passa a ter cinco divisões. Com a mudança, aqueles que pertencem ao segmento dos “extremamente tóxicos”, atualmente com 800 tipos, podem cair para 300.

Figura 1- Classificação dos Agrotóxicos quanto a sua toxicidade

CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3	CATEGORIA 4	CATEGORIA 5	NÃO CLASSIFICADO	
	EXTREMAMENTE TÓXICO	ALTAMENTE TÓXICO	MODERADAMENTE TÓXICO	POUCO TÓXICO	IMPROVÁVEL CAUSAR DANO AGUDO	NÃO CLASSIFICADO
PICTOGRAMA					Sem símbolo	Sem símbolo
PALAVRA DE ADVERTÊNCIA	PERIGO	PERIGO	PERIGO	CUIDADO	CUIDADO	Sem advertência
			CLASSE DE PERIGO			
ORAL	Fatal se ingerido	Fatal se ingerido	Tóxico se ingerido	Nocivo se ingerido	Pode ser perigoso se ingerido	-
DÉRMICA	Fatal em contato com a pele	Fatal em contato com a pele	Tóxico em contato com a pele	Nocivo em contato com a pele	Pode ser perigoso em contato com a pele	-
INALATÓRIA	Fatal se inalado	Fatal se inalado	Tóxico se inalado	Nocivo se inalado	Pode ser perigoso se inalado	-
COR DA FAIXA	VERMELHO	VERMELHO	AMARELO	AZUL	AZUL	VERDE

Fonte: ANVISA, 2022. Elaboração própria, 2024.

Além disso, segundo a ANVISA e considerando o tipo de ação, os agrotóxicos podem ser classificados, de acordo com a praga a que se destinam, como inseticidas (contra insetos em geral), larvicidas (contra larvas de insetos), formicidas (contra formigas), acaricidas (contra ácaros de plantas) carrapaticidas (contra Garrapatos de animais), nematocidas (contra nematóides parasitas de plantas, que formam nodulos ou "galhas" nas raízes), moluscicidas (para combate a moluscos), rodenticidas (para combate a roedores em geral), raticidas (para combate a ratos, em particular), avicidas (para controle de algumas aves comedoras de sementes), fungicidas (contra fungos), herbicidas (contra ervas daninhas e outros vegetais indesejáveis, mesmo do porte de arbustos ou árvores).

De acordo com o INCA (2021), por extensão, incluem-se também na definição de agrotóxicos os agentes desfolhantes (p. ex., 2, 4-D e 2, 4, 5-T), os antibrotantes (p. ex., hidrazida malêica, que tem como impureza a hidrazina, que é um produto cancerígeno), os dessecantes (p. ex., o paraquat) e os conservadores de madeiras (p. ex., pentaclorofenol, com algumas impurezas como o hexaclorobenzeno — responsável por uma síndrome denominada porfiria cutânea tardia e uma dioxina bastante tóxica).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Brasil possui uma diversidade de categorias das unidades de conservação, nos níveis federal, estadual e municipal. As unidades de uso sustentável possuem o objetivo vincular a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Em outras palavras há a permissão da exploração e uso econômico das áreas, mas de forma organizada e regulamentada. Estão inclusas as categorias de manejo Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (IBAMA, 2004).

O grupo das unidades de proteção integral tem o objetivo de conservar a biodiversidade e engloba as categorias de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. De acordo com o IBAMA estas categorias visam a preservação integral da biota e de outros atributos naturais existentes em seus limites relacionados a realização de pesquisas científicas que precisam de autorização do IBAMA. As Terras Indígenas são outras categorias de áreas institucionais na Amazônia Legal que estão diante da jurisdição do governo federal, através da FUNAI. Muitos autores vêm debatendo se essas áreas podem ser consideradas áreas protegidas, uma vez que estas não obedecem aos critérios estabelecidos pelo SNUC. (FERREIRA; VENTICINQUE, 2005). As Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável (Estadual e Federal), Terras Indígenas e o desmatamento na Amazônia legal são responsáveis atualmente por ocupar 4,9%, 9,1%, 20,4% e 16,5% respectivamente. O fato é o questionamento se essas áreas consideradas protegidas poderiam contribuir para a gestão de políticas públicas e de mecanismos de comando e controle do desmatamento na Amazônia ou se mais uma vez estariam fomentando a lógica do discurso. Uma vez que ao mesmo tempo o Governo cria também políticas Públicas que fomentam o desmatamento.

O AVANÇO DA CADEIA DE VALOR DA SOJA NA AMAZÔNIA

As exportações agrícolas foram a principal causa da evolução da produção no Brasil. As vendas realizadas para o exterior executadas pelo setor do agronegócio totalizaram, em 2004, 39 bilhões de dólares, o que correspondia a um valor 27% maior se comparado ao ano anterior (MIRANDA *et al.*, 2007). Neste sentido, o Brasil vem adotando um modelo agroexportador com a produção de commodities visando atender o mercado externo e deixando sérios impactos socioeconômicos e ambientais nas regiões de produção.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), o Pará produziu em média cerca de dois milhões de toneladas de soja. Além disso, ocupa o 10º lugar na exportação da soja em grãos (SECEX). A questão é: em que condições isto ocorre? Pois, decorrente da atividade do cultivo de soja foram realizadas aberturas de fronteira provocando a transformação dos

pequenos centros urbanos. Diante disto, este processo desencadeou uma mudança de cenário nunca antes vista na história do país. Uma vez que impulsionada pelo trigo foi a soja pioneira na implantação da agricultura comercial no Brasil. (DOMINGUES; BERMAN, 2012). Além disso, também foi responsável por acelerar a mecanização das lavouras no país, ampliar a fronteira agrícola, modernizar o sistema de transportes e incrementar o comércio internacional.

A ocupação desordenada e predatória do espaço físico paraense alterou a estrutura espacial do Estado e suas características demográficas (CABRAL; GOMES, 2013). Além disso, ainda existem alguns fatores que são preocupantes provocadas pelas contradições entre conservação e o uso sustentável da terra, ampliação da fronteira agrícola, desmatamento, fluxos migratórios e reforma agrária, pois o ambiente em que estão assentados apresentam interesses divergentes. O fato é que há um impasse entre os interesses socioambientais e os interesses econômicos privados.

Destarte, é importante salientar que no Brasil o plantio da soja transgênica iniciou de forma ilegal em 1997, e por meio da medida provisória 223/04 foi realizada sua legalização. Com isso em 2004 houve uma elevação de 66% da área plantada de soja transgênica no Brasil.

Entre 2003 e 2004, o crescimento do cultivo de soja transgênica foi maior entre os países em desenvolvimento (35%) que entre os países desenvolvidos (13%). O International Service for Acquisition of Application in Agrobiology (ISAAA) estima ainda que 90% dos agricultores que plantaram soja transgênica em 2004 são de países em desenvolvimento e em sua maioria produtores familiares. (Miranda *et. al* p. 9)

Ainda de acordo com a autora, este fato gera preocupação, pois sem considerar todos potenciais e riscos que a propagação na natureza de plantas geneticamente modificadas traz consigo, a principal semente de soja geneticamente modificada é a Soja RR que apresenta resistência ao herbicida Glifosato. Neste contexto, é possível perceber que a expansão da produção de soja no Brasil reflete no desmatamento da Amazônia. Para conseguir essa produção em larga escala o uso de agrotóxicos é defendido pelo agronegócio como indispensável. Não levam em consideração os efeitos sobre a saúde humana que estes produtos causam e muito menos os efeitos negativos ao meio ambiente.

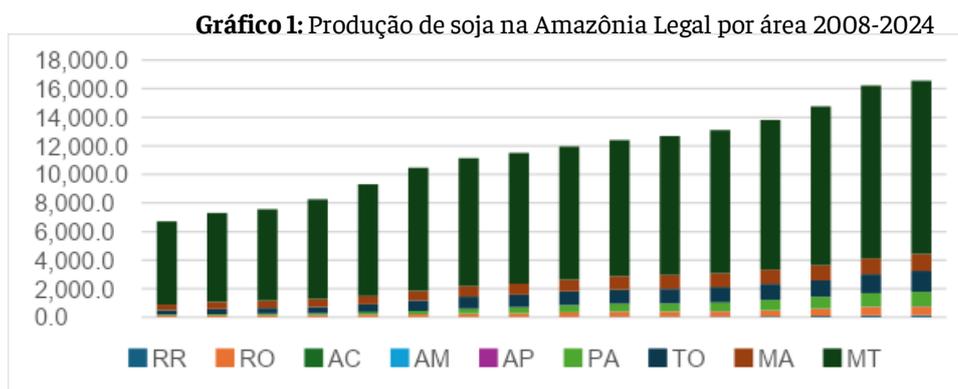
Conseqüentemente, o desmatamento no Estado do Pará cresce a cada ano. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais o Pará foi o Estado da Amazônia Legal que liderou o ranking de desmatamento em 2023 com um total de 52.366,90 km².

as causas do desmatamento já estão amplamente estudadas e incluem diversos fatores, como o preço dos produtos agropecuários, as condições de acesso, os gastos do governo, o nível de renda e a presença da população, por exemplo, cabendo aqui a ressalva de que alguns fatores estão mais presentes e atuantes em alguns Estados

que em outros. Muitos dos fatores causadores do desmatamento relacionados na literatura, direta ou indiretamente, são derivados de políticas realizadas pelo governo federal, como crédito rural ou ampliação e melhoria das rodovias, por exemplo. (Prates; Serra, 2009, p.2)

Nesse contexto, muitas políticas estatais acabam fomentando e financiando o desmatamento no Estado do Pará. O Governo estimula esse fenômeno quando aprova recursos para atividades que irão impactar diretamente no uso do solo como a agropecuária, quando reduz os impostos e promovem isenção fiscal para a compra de agrotóxicos, quando abre estradas com o discurso desenvolvimentista, mas o verdadeiro objetivo é ter melhor escoamento da produção nos municípios que atuam na produção da monocultura de soja por exemplo.

Após uma década, de 2008 a 2018, conforme os dados do Gráfico 1, todos os municípios do Pará passaram a ser produtores de soja, permanecendo a principal produção ainda no estado do Tocantins, seguido do Pará e de Rondônia, que tiveram uma expansão surpreendente da área utilizada e da produção de soja. É evidente as dificuldades em desenvolver um método integrador da contabilidade ecológica a econômica, a fim de desenvolver uma análise de um modelo ótimo de desenvolvimento sustentável que considere o desempenho socioambiental, tal como o conceito do Produto Interno Líquido Ambientalmente Ajustado (PILAA), como indicado por Costanza (1994).



Fonte: CONAB, 2024.

O asfaltamento da BR-163 tende, no entanto, a ter um impacto bastante significativo no avanço da soja sobre a floresta, pois o seu asfaltamento possibilitará o acesso a áreas que não foram alcançadas pelo mercado do agronegócio, como no sudoeste do Pará. É válido ressaltar que o ritmo de expansão territorial e de organização dos empreendimentos ligados à economia da soja se intensificou em plena crise dos projetos federais, ou seja, em meados da década de 1980.

Consequentemente, o segundo produtor brasileiro de grãos de soja para o mercado externo é o Mato Grosso. Para esse resultado, contribuíram diversos eventos significativos na história recente

da sub-região: os estudos sobre o aproveitamento do cerrado na década de 1960; o projeto POLONOROESTE; a colonização privada, incentivadora da imigração de colonos procedentes do sul do país desde a década de 1970; e a iniciativa empresarial de grandes grupos exportadores de São Paulo na década de 1980. Além disso, novas áreas de plantio estão surgindo nos cerrados, com perfil imigratório e de financiamento distinto. A estruturação de um arranjo espacial em sintonia com a expansão de organizações agroindustriais não é de responsabilidade exclusiva da soja.

As diferentes visões de desenvolvimento também embasam diferentes ações governamentais e não-governamentais. No entanto, apesar de algumas controvérsias, os países agem em prol do crescimento econômico, e essa via, por si só, não parece ser condição suficiente para reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida e erradicar a miséria. É possível notar que os estados nos quais foram aplicadas um quantitativo maior de políticas desenvolvimentistas desde os anos 70, com programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados para a pecuária, mineração e exploração madeireira, são também os que têm maiores taxas de desmatamento acumulado. Isso é válido para Maranhão, Pará, Rondônia e Mato Grosso; os três últimos apresentam as maiores taxas até o presente momento.

Percebe-se que a temática tem estreitas ligações com a preservação do meio ambiente, uma vez que a própria exploração predatória dos recursos naturais não renováveis ou mesmo renováveis pode antecipar o esgotamento das fontes fitoterápicas, utilizadas para tratar diversas doenças da civilização moderna. Embora a preocupação atual com a preservação da natureza tenha obtido espaço na mídia, aumentando significativamente a conscientização das pessoas sobre questões ambientais, ainda não foi possível alcançar um nível de conscientização minimamente adequado para transformar o discurso em ação coletiva em prol do desenvolvimento sustentável, isto é, passar do campo teórico para o campo prático.

Diante do exposto, o objetivo do processo de registro de agrotóxicos, ou seja, da sua regulação, em teoria, seria o de reduzir os riscos à saúde humana e à conservação ambiental. Entretanto, os danos decorrentes do uso indiscriminado destes produtos mantêm-se severos de um ponto de vista socioambiental, considerando que o registro em si não impede seu uso por determinados agentes. Consequentemente, este cenário se reflete em pressões do setor agrícola regulado, seja nos espaços institucionais de discussão, ou por meio de lobby diante dos poderes executivo e legislativo. Como as avaliações com maior grau de complexidade referem-se aos impactos ambientais e à saúde humana, estas levam muito mais tempo para serem concluídas. (Pelaez et al., 2015).

Desse modo, com o discurso de modernizar a agricultura e de conceber ao processo de registro dos agrotóxicos maior rigor técnico, está em discussão no Senado o Projeto de Lei nº

1459/2022; o qual, na sua essência, mesmo com alguns vetos flexibiliza a utilização, registro e comercialização destes produtos químicos. O fato é que os números de registros de agrotóxicos no Brasil, desde 2010, só aumentam (Gráfico 1). Caso a Lei venha a ser sancionada, a tendência é que o uso de tais contaminantes amplie-se exponencialmente, ocasionando danos ainda maiores à saúde humana e ao meio ambiente.

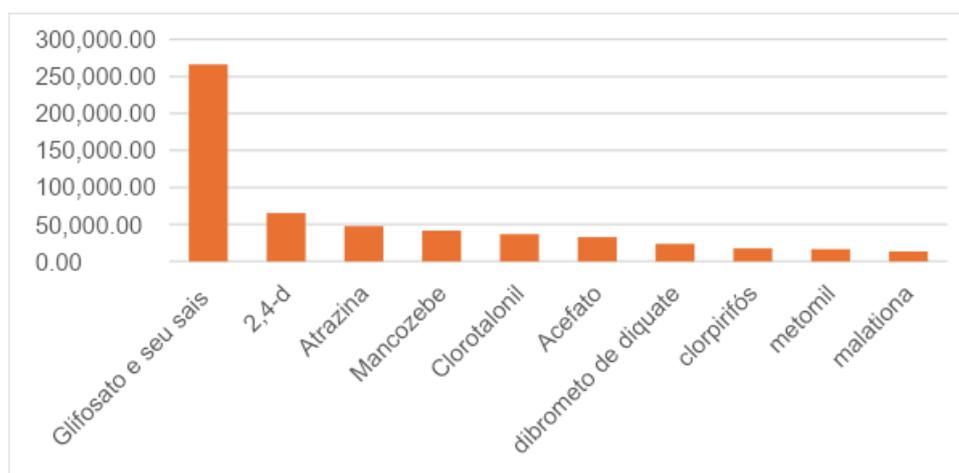
Gráfico 2: Total de Registros de Agrotóxicos, seus componentes e Afins



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2023. Elaboração da pesquisadora, 2024.

Além disso, de acordo com o relatório do IBAMA, o estado do Pará liderou em 2021 a venda de agrotóxicos. Em 2009, ele ocupava a 3ª posição na venda de agrotóxicos. Mas, nos últimos anos, o cenário mudou – em função da expansão de cadeias produtivas agrícolas no estado, como a da soja – resultando na intensificação de sua comercialização no estado (Tabela 1). Neste contexto, o panorama da comercialização de agrotóxicos já demonstra que as políticas econômicas recentes revelam-se, em sua maioria, favoráveis aos interesses do agronegócio em detrimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e justiça social (Ferreira, 2012).

Tabela 1: os 10 ingredientes ativos mais vendidos no Pará em 2022



Fonte: IBAMA, 2022 (Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002)
Unidade de medida: toneladas de IA. Elaboração da Pesquisadora, 2024.

Assim, somente no Estado do Pará, as intoxicações exógenas por agrotóxicos entre os anos de 2012 a 2022 corresponderam a um total de 6.951 casos notificados, sendo que o agrotóxico agrícola glifosato é responsável por 921 casos desse panorama das intoxicações exógenas. Isto sem mencionar o quadro das subnotificações, o que acarreta um agravante para toda a situação. (DATASUS/SINAN, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio para realizar o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos e promover a produção sustentável é desafiadora. A Lei de agrotóxicos bem como o decreto que a regulamenta 4.074/2002 apresentaram avanços significativos, porém não foram suficientes para evitar e combater os elevados níveis de intoxicação causadas por seus componentes e os impactos negativos sobre o meio ambiente. E o agravante é que mesmo com suas limitações, a lei atual encontra-se ameaçada por um novo projeto de lei que visa flexibilizar ainda mais a aprovação e comercialização de agrotóxicos (PL 1459/2022).

Por outro lado, a prática do neoliberalismo, utilizada no Brasil, só tem agravado ainda mais o problema colaborando com as empresas multinacionais visando atender o mercado externo e deixando o desenvolvimento, de fato, em último plano ou inexistente. Diante disto, acaba havendo uma grande contradição, pois ao mesmo tempo que o governo cria políticas públicas que contribuem para a preservação do meio ambiente, há também a criação de políticas que vão contra essa preservação a partir do momento que há incentivo do agronegócio, ocorrendo assim pouco ou nenhum avanço neste sentido.

A sociedade precisa, por sua vez, precisa estabelecer pressões e ações para tentar limitar a mão invisível do mercado representado pelas multinacionais. Um modelo alternativo frente a tudo que vem ocorrendo é a agroecologia como forma de justiça ambiental, isto é, quadro de vida futuro no qual a dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada (ACSELRAD, 2009), diante de toda desigualdade que o sistema econômico provocado pela comercialização dos agrotóxicos provoca. Ela é uma ciência que segundo CAPORAL; COSTABEBER (2002), a partir dos estudos de Altieri, Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmá, Toledo e Leff, vêm se constituindo como uma ciência ou disciplina científica. É estabelecida assim como área de conhecimento multidisciplinar com seus princípios, conceitos e metodologias. Além disso, para a Agroecologia, a estrutura dos modelos

agrícolas/agrários alternativos, de fonte ecológica, forma-se no elemento mediante o que se pretende gerar estratégias de desenvolvimento sustentável (GUSMÁN, 2001).

Portanto, a agroecologia tem se mostrado como alternativa para o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, pois busca um desenvolvimento com justiça ambiental. Além disso, a partir da revisão realizada fica claro que os agrotóxicos são extremamente nocivos para a saúde humana e para o meio ambiente. O discurso de usá-los para aumentar a produtividade agrícola não se sustenta, uma vez que a produção pouco contribui com o PIB e suas externalidades negativas são maiores. A legislação atual sobre agrotóxicos, seus processos de registro e comercialização apresentam-se extremamente falhos. Ocorre liberações cada vez maiores de pesticidas impulsionados pela própria legislação, com estímulo total do Estado e por cadeias globais de valor, como a da soja aqui na Amazônia. Isto provoca danos diretos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Neste sentido, a contribuição inédita deste trabalho consistiu em demonstrar um breve panorama sobre os agrotóxicos na Amazônia e seus danos socioambientais. Concluiu-se que, apesar da redução no número de registro de agrotóxicos nos últimos anos, sua comercialização ainda se mantém elevada, provocando assim a desregulação de pesticidas na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. CAMPELLO, Cecília. MELLO, Gustavo das Neves Bezerra. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia: os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-16.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, [...] e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 5, p. 1-12, 8 jan. 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão E Sociedade**, 5(11), 121–136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Acesso em 10 Mar. 2024.

CABRAL, Eugênia Rosa; GOMES, Sérgio Castro. Gestão ambiental pública em municípios com forte correlação entre desmatamento e expansão da pecuária, soja e madeira. **Ensaio FEE**, v. 34, n. 1, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARNEIRO, F. F. et al. Segurança Alimentar e nutricional e saúde. Parte 1. In CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: Acesso: 15 mar. 2024.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Fourth national report on human exposure to environmental chemicals**. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, 2009.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p.

DIAS, A. P., do Monte Gurgel, A., Rosa, A. C. S., B'urigo, A. C., and de Oliveira, A. C. **Agrotóxicos e Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz, 1st edition, 2018.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, p. 473-488, 2022.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & sociedade**, v. 15, p. 1-22, 2012.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**, v. 19, p. 157-166, 2005.

FOLHES, Ricardo Theophilo; FERNANDES, Danilo Araújo. A dominância do paradigma tecnológico mecânico-químico-genético nas políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia (Paper 540). **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, 2022.

IBAMA-INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Exposição no trabalho e no ambiente. **Agrotóxico**. Rio de Janeiro: INCA, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Ambiente, trabalho e câncer: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro: INCA, 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Processo político e decisório no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente** – Conama. Brasília: Ipea, 2011. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <<http://goo.gl/mja6T2>>. Acesso em 16 de março de 2024.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

OCTAVIANO, Caroline. Muito além da Tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, n.120. Campinas, 2010.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; DA SILVA, Letícia Rodrigues. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia**, v. 36, n. 1, 2010.

PRATES, Rodolfo Coelho; SERRA, Maurício. O impacto dos gastos do governo federal no desmatamento no Estado do Pará. **Nova Economia**, v. 19, p. 95-116, 2009.

MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 7-14, 2007.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

SPADOTTO, Claudio A. et. al. **Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações.**-- Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 29 p.-- (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 42).



GT 05 – Modelo neoextrativista, mega-projetos e economia de commodities na América Latina e Caribe

TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA: IMPLANTAÇÃO DA ÁREA PORTUÁRIA II NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

Alexandro Napoleão Sant'Ana⁴³ (UFPA)
Tatiane Rodrigues de Vasconcelos⁴⁴ (UFPA)

RESUMO: O artigo propõe discutir sobre conflitos socioambientais que ameaçam a territorialidade de populações quilombolas na cidade de Santarém/PA, no território quilombola Pérola do Maicá. Analisa a relação dos agentes do capital com o poder público e os processos de resistência social frente ao projeto de implantação da Área Portuária II, no território quilombola Pérola do Maicá, em Santarém/PA. Assim, por meio de uma pesquisa exploratória, levantamentos bibliográfico e documental, constatou como o estado de coisas atinge as comunidades quilombolas na luta pelo território objeto de estudo. A pesquisa revisitou o conceito de descolonialidade construído na perspectiva de autores como Dussel e Quijano como contraponto ao discurso desenvolvimentista frequentemente utilizado. Alfim, a conclusão alcançada é a constatação da violação dos direitos da população quilombola local. A inobservância do direito à consulta prévia, livre e informada, bem como a um desenvolvimento sustentável de acordo com seus modos de ser, fazer e viver, em seu território, conforme aludido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, e outros instrumentos legais, ficou evidenciada.

Palavras-chave: Populações tradicionais. Quilombolas. Desenvolvimento. Descolonialidade.

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do censo 2022, o país conta com uma população de 1.327.802 pessoas que se autodeclararam quilombolas (IBGE, 2023). Este contingente populacional está dividido por todas as regiões brasileiras. Estima-se que o Brasil possua 5.972 localidades quilombolas espalhadas por suas 5 regiões político-administrativas, conforme dados estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram coletados em 2019 e consolidados na Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre Indígenas e Quilombolas. Vejamos:

Das 5.972 localidades, 404 são territórios oficialmente reconhecidos, 2.308 são denominados agrupamentos quilombolas e 3.260 são identificados como outras localidades quilombolas. Entre os agrupamentos, 709 estão localizados dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados e 1.599 estão fora dessas terras. O Nordeste é a região do Brasil que concentra o maior número de localidades quilombolas, 3.171. Logo em seguida vem a região Sudeste com 1.359 quilombos. As demais regiões têm os menores números: Norte (873), Sul (319) e Centro-Oeste (250). É no Nordeste também que está localizado o maior número de territórios quilombolas oficialmente reconhecidos (176). Mas é no estado do Pará, na região Norte, que está a maioria das localidades com delimitação oficial (75) (IBGE, 2019).

⁴³Doutorando no Programa de Pós-graduação em Direito, UFPA, Brasil. Email:sandronapoleao@yahoo.com.br

⁴⁴Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Direito, UFPA, Brasil. Email:tatirov@yahoo.com.br

Assim, a região Norte ocupa a 3ª posição deste *ranking*. Nesta conjuntura, verificamos que o Pará se destaca com seu maior número de territórios oficialmente delimitados. De um universo de 516 localidades quilombolas, 75 conquistaram tal direito (IBGE, 2019). O estado do Pará é o líder nacional em demarcações desta natureza.

Não se pode olvidar que, atualmente, estamos vivendo a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), um programa da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado à erradicação da pobreza e da exploração, propiciando a participação de afrodescendentes na vida pública, política e econômica. O programa reconhece a vulnerabilização desta população e incentiva os Estados nacionais a buscarem alternativas capazes de garantir educação e trabalho para a superação de desigualdades, por meio de medidas especiais como ações afirmativas.

A população afrodescendente compreende um grupo heterogêneo com histórias, experiências e identidades diversas. As circunstâncias nas quais eles vivem e os problemas que eles enfrentam variam conforme país e região. Há cerca de 200 milhões de afrodescendentes vivendo nas Américas e muitos outros milhões em outros continentes. Seja como descendentes de vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de escravos ou como migrantes recentes, eles enfrentam uma série de problemas globais e transversais que devem ser abordados (ONU, 2015).

Logo, este artigo apresenta a conflituosidade vivida na cidade de Santarém, localizada na região oeste do estado do Pará, entre a população afrodescendente quilombola local e grandes empreendimentos ligados ao agronegócio, que buscam instalar-se nas imediações de seus territórios com o apoio explícito do poder público. A intenção da pesquisa é verificar se a almejada criação de uma nova área portuária no município afronta os direitos da população quilombola à luz da legislação existente.

Para tanto, além da introdução e conclusão deste estudo, o primeiro capítulo aborda diretamente a histórica ocupação territorial da Amazônia. Na sequência, o texto traz um capítulo que trata da população quilombola santarena no contexto municipal, bem como o histórico das deliberações políticas que levaram à criação de uma nova área portuária e a legislação correlata. Finalmente, a discussão atravessa a perspectiva descolonial e o conceito de Bem Viver como alternativas ao desenvolvimentismo.

2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL AMAZÔNICA

Sem descuidar da questão ambiental, destacamos a percepção quanto ao incremento na qualidade de vida, oportunidades econômicas e cidadania dos habitantes da região amazônica, em um equilíbrio entre perdas e ganhos advindo das transformações de ordem social, econômica e

política sobre a problemática socioambiental, no viés de interesses nacionais e internacionais, nas últimas décadas.

Ainda assim, com todas as alterações produzidas – no tempo e no espaço – a tradição cultural de povos e comunidades locais ainda resiste, sendo constatada a sua resiliência, íntima ligação com a biodiversidade local e a capacidade de preservação do meio ambiente, em razão de sua diversidade cultural e saberes acerca da história ecológica do território amazônico.

Lado outro, as dinâmicas socioambientais percebidas por Organizações Não Governamentais (ONG), pesquisadores, agências e órgãos governamentais dão conta dos avanços da biotecnologia e os novos interesses mercadológicos. Neste sentido, existe uma forte pressão do capital em integrar a região à economia de mercado com a apropriação e uso da terra, a dilapidação do meio ambiente, a expropriação de seus povos tradicionais e outras medidas, que favoreçam um modelo capitalista predatório, que beira o racismo.

Historicamente, dois empreendimentos são simbólicos deste esforço de integração da região à economia nacional, a saber: a construção de Brasília (1960) e a abertura da Rodovia Belém-Brasília (1974). Neste ínterim, promoveu-se a migração de enormes contingentes de brasileiros, das mais diversas regiões, impulsionados pelo sonho de adquirir terras para plantar e colonizar, bem como, por meio de incentivos fiscais, atraíram-se capital e empreendedores que iriam conduzir obras de infraestrutura, extração de madeira e agroextrativos, pecuária, garimpo e a grande mineração.

O financiamento público foi decisivo neste processo de atração de empresas de médio e grande porte, no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, tendo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), conforme denunciado por Violeta Loureiro, sido “um poderoso mecanismo de concentração de riqueza, num extremo, e de pobreza, noutro extremo” (Loureiro, 2022, p. 30).

A nova fronteira agrícola também tinha por objetivo aplacar as tensões populacionais nas regiões Sul e Nordeste por meio da ocupação deste “vazio demográfico”. A migração consistiu em uma estratégia geopolítica de reordenamento socioeconômico. E esta fronteira continua sendo um lugar de ilegalidade, abuso, violência, de criminalidade social e ambiental, alicerçada na impunidade acarretada por uma rede de arranjos político-econômicos em nível regional e nacional (Castro, 2004).

Por conseguinte, ressaltamos que neste período a violência simbólica e, sobretudo, física torna-se uma marca indelével do processo de ocupação do Norte. A busca ambiciosa por novas terras e recursos naturais levou ao surgimento de fenômenos como pistolagem, grilagem, trabalho escravo, chacinas e outras mazelas sociais às quais as populações locais não estavam habituadas.

Em que pese a existência de estudos, na década de 1970, apontando impactos no ecossistema amazônico, foi somente a partir da dramática construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará – e posteriormente Balbina, no Amazonas –, que se despertou para uma reflexão e mobilização de grupos locais.

Contra esta nova dinâmica político-econômica na região, uniram-se religiosos, ONG's, pesquisadores e diversos representantes da sociedade local tradicional, como seringueiros e atingidos por barragens. Não tardou para que a Amazônia fosse alçada ao noticiário mundial, na década de 1980, em virtude do tema ambiental. Já naquela época, a exemplo do que novamente se constata em 2023, os indígenas Yanomami de Roraima eram afetados pela exploração descontrolada dos recursos naturais de suas terras invadidas, em um processo classificado por muitos como genocídio.

O mito de que a Amazônia era uma planície homogênea foi superado. Estudos conduzidos por geólogos, botânicos e biólogos demonstraram a riqueza da biodiversidade deste bioma único no planeta. Um mosaico ecológico de ecossistemas interligados, ocupado por grupos humanos adaptados a dele retirar os recursos necessários à própria subsistência produzindo o mínimo de impacto com seus modos de ser, fazer e viver.

A partir dos anos 1990, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Eco-92 ou Rio-92, ocorre uma convergência mundial em prol da questão ambiental e sobre as contradições da sociedade brasileira, que são desnudadas no cenário global por conta de suas agressões contra seu próprio patrimônio genético e populações tradicionais. Uma nova cultura é instaurada em torno do potencial ecológico da região em uma sinergia de esforços que envolve diversos atores.

Rapidamente, as populações tradicionais são alçadas ao cenário internacional como bandeira do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental. Sua presença em fóruns mundiais passa a ser rotineira, revalidando os saberes locais no cenário das mudanças globais de viés econômico e tecnológico. A Amazônia passa a figurar em um novo contexto, o dos mercados internacionais que visam os produtos da floresta com propriedades cosméticas e medicinais. Era o surgimento da marca Amazônia com todo seu conteúdo cultural e ambiental (Castro, 2004).

A par desta rápida guinada no cenário mundial, o Brasil passa a adotar algumas estratégias voltadas a um maior controle sobre seu patrimônio natural por meio de iniciativas governamentais introduzindo políticas e programas, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Programa Piloto para Proteção das Florestas

Brasileiras (PPG-7). Desta forma, a Amazônia desempenha um papel fundamental na política externa dando voz ao Brasil frente à comunidade internacional.

Outrossim, essa maior integração internacional da região foi capaz de acarretar consequências de natureza geopolítica sobre a apropriação do território amazônico na perspectiva da sociedade civil organizada, governos estaduais e a cooperação internacional, ao longo do século XX (Becker, 2005). Enfatiza-se, ademais, as dificuldades de políticas públicas na região em razão das disputas territoriais em escala, até mesmo, global. Logo, o fortalecimento institucional em ciência, tecnologia e inovação regionalizadas seria uma forma de garantir a consolidação do desenvolvimento local.

Pontua-se que as disputas territoriais amazônicas são marcadas pela geopolítica, na perspectiva de “um campo de conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico” (Becker, 2005, p. 71). As relações alteraram-se ao longo do tempo e hoje observa-se uma coerção forçada de atores diversos sobre os processos de tomada de decisões dos Estados, a ocupação e uso de territórios.

Portanto, na visão de Becker (2005), dois movimentos internacionais regulam tais atividades, a saber: o sistema financeiro informacional e o internacionalismo dos movimentos sociais. Essa articulação é multifacetada e conta com a participação de diversos atores. Neste sentido, a Amazônia destaca-se no cenário global:

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista (p. 72).

Apesar disso, as forças locais têm desenvolvido processos de lutas de resistência frente ao avanço de indivíduos exógenos ávidos pela ocupação territorial que, durante décadas passadas, agiram livremente. As lutas sempre ocorreram, a tomada deste território nunca fora pacífica, porém, os meios de resistir sofisticaram-se por meio da interação cada vez maior possibilitada pelo avanço tecnológico. A capacidade de mobilização por meio das redes é um dado novo.

No passado, a mercantilização da natureza foi o propulsor para a ocupação e exploração do espaço amazônico, alicerçado na ideia de nova fronteira, inculta e inabitada, que demandava sua integração à economia nacional. O que se sucedeu, infelizmente, foi uma tragédia socioambiental.

Por conta destes fatores, Becker (2005) define a região amazônica como uma “floresta urbanizada”. A globalização foi responsável pela integração da Amazônia ao cenário global. Seu principal ativo é o capital natural. E assim descreve:

A primeira lógica é a civilizatória ou cultural, que possui uma preocupação legítima com a natureza pela questão da vida, o que dá origem aos movimentos ambientalistas. A outra lógica é a da acumulação, que vê a natureza como recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia. Outro recurso de que pouco se fala, mas que já é fundamental, é a água como fonte de vida e de energia em razão dos isótopos de hidrogênio, questão teórica ainda não solucionada, mas que vem sendo pesquisada em muitos países, especialmente na Alemanha e nos EUA (p. 74).

Conforme transcrito, outro dado destacado pela autora é o interesse das grandes potências por este território. Ao lado da Antártica e do fundo do mar, a Amazônia é um ativo grandemente cobiçado. Entretanto, diferentemente dos outros dois, este território florestal encontra-se sob o domínio de diversos Estados nacionais, mormente o Brasil.

Vale frisar que os entes subnacionais também exercem seus interesses neste intrincado cenário de exploração. O protagonismo de atores locais na condução de modelos de crescimento rural e urbano vai ao encontro de um modelo de desenvolvimento econômico que nem sempre privilegia os interesses das populações.

O Mato Grosso e o Pará têm estratégias extensivas de uso da terra, o estado do Amazonas tem uma estratégia pontual industrial, localizada em Manaus; o Acre e o Amapá se baseiam na estratégia da florestania, modernização do extrativismo; em Rondônia procura-se expandir a pecuária e mesmo a soja, e, em Roraima, a soja no lavrado (cerrado) cercado por florestas e terras indígenas. O município também é um ente político que tem voz na região, embora sem recursos financeiros. Economicamente, não tem força, mas a tem do ponto de vista político, e é responsável pela urbanização recente, transformando as vilas em cidades (Becker, 2005, p. 82). O avanço acelerado do agronegócio, em especial a monocultura da soja e a pecuária, tem se mostrado o maior desafio da região nas últimas décadas, sufocando as comunidades tradicionais da Amazônia e exercendo forte pressão sobre o bioma.

3. QUILOMBOLAS DE SANTARÉM: TERRITORIALIDADE AMEAÇADA

O município de Santarém registra 10 territórios quilombolas certificadas, a saber: Arapemã, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Maria Valentina (que engloba as comunidades Nova Vista do Ituqui, São Raimundo do Ituqui e São José do Ituqui), Patos do Ituqui, Pérola do Maicá, Saracura, Surubiu-Açu e Tinguá, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (FCP).

A cidade possui importância local e regional como polo de influência cultural, econômica e de lazer, conforme dados da prefeitura municipal de Santarém (2021):

O Município de Santarém localiza-se na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós, sendo a terceira maior cidade do Estado do Pará e o

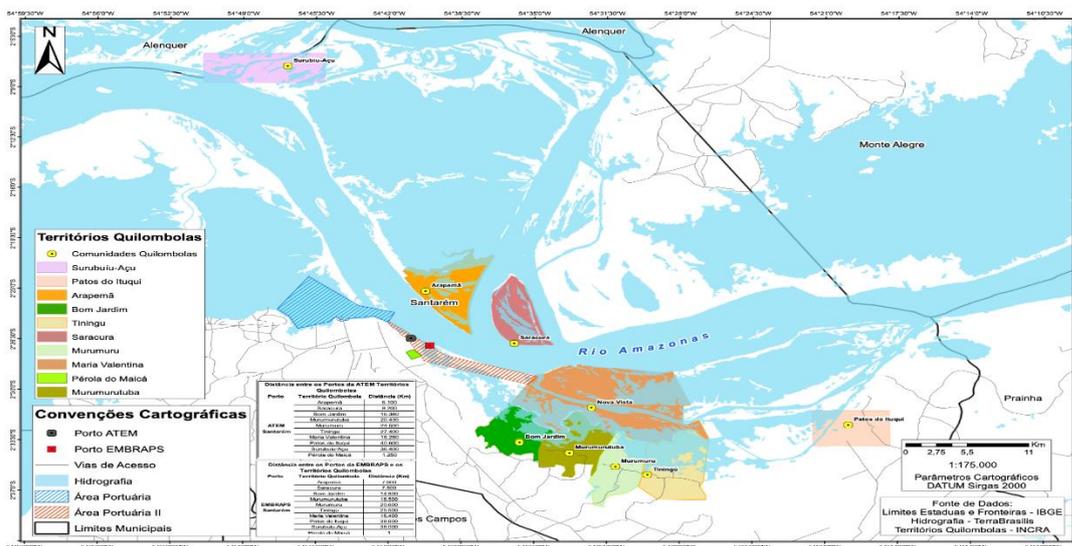
principal centro socioeconômico do oeste do estado, porque oferece melhor infraestrutura econômica e social (como escolas, hospitais, universidades, estradas, portos, aeroportos, comunicações, indústria, comércio e etc.) e o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado. Santarém possui uma área de 22.887,080 km², sendo que 77 km² estão em perímetro urbano. O município pertence à mesorregião e a microrregião do Baixo Amazonas, situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas e por ser localizada a cerca de 800 km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), ficou conhecida poeticamente como "Pérola do Tapajós". [...] Em 2020, a população de Santarém/PA foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um quantitativo de 306.480 habitantes, sendo então o terceiro município paraense mais populoso, o sétimo mais populoso da Região Norte e o 83º mais populoso município do Brasil.

De acordo com o censo 2022, a cidade de Santarém possui uma população de 4.363 quilombolas, o que corresponde a 1,3% da população total de 331.917 moradores (IBGE, 2023). Todavia, a despeito do reconhecimento de toda esta população e do andamento dos processos de reconhecimento e titulação territorial pelo qual vem passando, os interesses de agentes do capital tem voltado seus olhos para a região.

No ano de 2018, a câmara municipal de Santarém aprovou – em desacordo com a manifestação popular – a alteração do Plano Diretor Urbano de Santarém (PDU) transformando a Área de Proteção Ambiental (APA) do Maicá em área de expansão portuária. Esta decisão legislativa viabilizou a rápida instalação do porto da empresa de combustíveis Atem's Distribuidora de Petróleo LTDA, vejamos:

O Plano Diretor - texto que rege o ordenamento urbanístico da cidade - foi modificado pela Câmara dos Vereadores e apreciado às pressas na última sessão legislativa de 2018, contrariando decisão popular validada em Conferência Municipal de novembro de 2017 que estabelecia a necessidade de consulta prévia, livre e informada aos povos tradicionais da região antes de qualquer projeto ou obra no Lago, seguindo princípios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A mudança violou o direito ao território, participação social e à consulta prévia de povos e comunidades tradicionais da região, que a partir disso acompanharam a consolidação de empreendimentos no Lago. A instalação das obras tem afetado os seus modos de vida e o meio ambiente. Onde antes era uma área de proteção ambiental com grande diversidade de espécies da fauna e flora, forte atividade pesqueira tradicional e turismo comunitário, hoje passa a contar com a presença de estruturas portuárias e movimentações de navios de cargas e descargas que já afetam a profundidade das águas, provocando o assoreamento de braços do rio e igarapés, como observam as comunidades. Além disso, os moradores também convivem com a constante ameaça de vazamentos de óleo dos carregamentos e contaminações, uma vez que já há um porto de exportação de combustível no local (Terra de Direitos, 2022).

Figura 1 – Localização de territórios quilombolas e áreas portuárias de Santarém/PA.



Fonte: Elaborado pela ONG Terra de Direitos, 2022.

É possível verificar na Figura 1, logo acima, que o porto da Atem's está localizado a 1,250 km de distância do território quilombola Pérola do Maicá, enquanto outro projeto – de instalação do porto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), destinado ao escoamento de grãos, paralisado por ordem judicial – encontra-se a apenas 1 km. Ambos os empreendimentos têm um elevado potencial de impacto socioambiental sobre o modo de vida das populações locais, o que é proibido pela Portaria Interministerial nº 60/2015, que estipula uma distância mínima de 10 km para portos, mineração e termoelétricas em relação à terra [sic] quilombola.

No entanto, a publicidade que envolve a implantação da Área Portuária II apresenta as mesmas características que notabilizaram a implantação da empresa estadunidense de transporte de cargas CARGILL, que se encontra encrustada na orla principal da cidade, denominada Área Portuária I:

O projeto é vendido para a população com a promessa de expressiva geração de renda e emprego em Santarém, além de uma quantidade maciça de impostos que seria captada pelo Estado com a implementação do empreendimento – mesmo que o porto da Cargill, presente na região desde a década de 1970, seja um grande exemplo de que esse tipo de empreendimento não traz benefícios para a população local (Amazônia Latitude, 2019).

O território Pérola do Maicá, formado por 34 famílias quilombolas, possui titulação parcial das terras (mais de 70%), com a devida expedição de títulos de propriedade pela prefeitura municipal de Santarém (Terra de Direitos, 2020). O local encontra-se em uma área de transição urbano-rural (periurbana) caracterizada por várzea, lagos e terra firme, estando situado a aproximadamente 8 km de distância por via terrestre e a 1 hora de viagem fluvial, a partir do centro da cidade.

E é justamente esta proximidade com o meio urbano que torna aquela comunidade especialmente vulnerável à exploração do meio ambiente pelo capital, com a aquiescência do poder público. Este território – e os demais – está localizado às proximidades da rodovia federal BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da rodovia estadual PA-370 (que se liga à rodovia federal BR-230/Transamazônica), importantes corredores que integram um projeto de expansão do escoamento de grãos oriundos do estado do Mato Grosso e da já considerável produção paraense, que avança avidamente às margens destas rodovias.

A rigor, esta localidade da cidade de Santarém é ocupada por povos e comunidades tradicionais que buscam resgatar sua identidade e o reconhecimento de seus direitos territoriais garantidos legalmente. Neste diapasão, nunca é demais lembrar e ressaltar a proteção constitucional de que gozam essas populações:

No caso dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a titularidade pertence a eles seja o uso ou gozo, cujo pleno domínio lhes garantem a autoadministração e autogestão. A Constituição Federal, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura às comunidades quilombolas não apenas a posse ou manejo das áreas que estejam ocupando, mas também o domínio absoluto (Benatti, 2011).

Ainda, conforme definido pelo Decreto 6.040/2007, da Presidência da República, as comunidades quilombolas locais podem assim ser entendidas juridicamente:

[...] I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Destacamos, ainda, a existência do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, como previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

Isto posto, além da Portaria Interministerial nº 60/2015, constata-se que o território quilombola Pérola do Maicá goza de plena proteção legal, assim como os demais territórios desta cidade que, direta ou indiretamente, serão atingidos por intervenções no Lago do Maicá pelo comprometimento dos seus modos de ser, fazer e viver, o que irremediavelmente inviabilizará sua reprodução física e cultural na região.

Ainda, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê, entre outras medidas, o direito à consulta prévia, livre e informada desta população, o que não fora realizado em momento algum naquela região. Portanto, nenhum desses respaldos legais parece ser suficiente para garantir os direitos daquela população. É fato – não isolado – que interesses econômicos poderosos têm colocado em xeque a existência de diversas comunidades tradicionais na Amazônia.

Em Santarém, é possível fazer a inquietante constatação de que os agentes do capital têm avançado ferozmente sobre uma área de raízes tradicionais protegida por recomendações, legislações e instrumentos normativos diversos, contando com a colaboração do poder público municipal – executivo e legislativo. O chamado desenvolvimentismo, sempre associado à ideia de evolução, é a justificativa por trás deste processo de produção e acumulação capitalista infundável e insaciável.

Mas, será mesmo que um futuro melhor só poderá ser alcançado por este tipo de “progresso”? Segundo as reflexões filosóficas de Mário Sérgio Cortella a respeito do conceito de evolução humana:

Se nós acreditamos que a humanidade sempre evoluirá para melhor, a tendência é esquecermos a natureza deletéria do homem, esquecermos que ele é um animal destrutivo. Assim, até a própria noção de ecologia fica prejudicada, uma vez que as pessoas cultivam uma esperança vã de que a humanidade só vai melhorar e de que, portanto, todos os transtornos causados pelo homem - efeito estufa, mudanças climáticas, poluição, desequilíbrio da vida - são ritos de passagem para um mundo melhor. É como se a humanidade acreditasse que em algum momento da existência haverá uma purificação natural e incontestável do homem. [...] É por tais razões que evolução não necessariamente é melhoria - e nem autoconhecimento (Cortella, 2021, p. 141-142).

4. A PERSPECTIVA DESCOLONIAL DIANTE DO DESENVOLVIMENTO

Nota-se que, neste contexto desenvolvimentista da região Norte, novas dinâmicas territoriais foram sendo criadas a partir dos anos de 1960, conforme aludido nos tópicos anteriores. Como fruto deste processo, passou-se a identificar novos interesses e a conseqüente necessidade de reconsiderar os processos de territorialização de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas incluídos). O Estado passou a rever seus instrumentos de definição da territorialidade na condição de articulador dos processos de crescimento e desenvolvimento regionais.

Em que pese sua importância para a definição da presença do Estado no espaço, com o tempo, ocorreu uma reinterpretação dos mapas para delimitar fronteiras, propriedades ou jurisdições administrativas. Atualmente, tem-se encarado o mapeamento como um instrumento do desenvolvimento, a saber:

Finalmente, um outro tipo de mapa, o mapa de zoneamento, pretendeu prescrever utilizações para o território. Este último tipo é próprio de um período mais recente da história dos Estados, quando se pretendeu atingir um nível elevado de racionalização das formas de ocupação do território, por meio da mobilização de diferentes saberes científicos para atribuir a cada porção do espaço nacional o que se entendia por "sua vocação". Assim, tipos de solo, de subsolo, de ecossistemas, de cobertura vegetal, etc., são caracterizados à fim de definir-se, para cada pedaço do território, seu potencial para a produção de riquezas - para seu chamado "desenvolvimento" (Acselrad, 2017, p. 26).

Fica evidenciado que o mapeamento visa zonar o território para sua fragmentação em porções viáveis ao seu apoderamento. Áreas mapeadas são classificadas conforme as chamadas "vocações", que são atribuídas pelo Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE). Na opinião de Acselrad (2017, p. 27): "Essas vocações são, porém, definidas na perspectiva de alguém, de alguma disciplina, de algum ator social, atribuições efetuadas a partir de algum projeto de uso e exploração do território".

A região oeste do Pará também foi contemplada por um planejamento estratégico desta natureza. Para tanto, por ato do poder público estadual, o ZEE da região oeste do Pará – área de influência das rodovias BR-163 e BR-230 – foi instituído por meio da Lei 7.243/2009.

O cenário evidenciado no território quilombola Pérola do Maicá, replicando em parte o que ocorrera no século passado com a implantação do porto da empresa CARGILL, representa o resultado do processo desenvolvimentista capitalista oriundo da colonialidade. Este fenômeno tem raízes profundas na história da América Latina e de outros territórios considerados periféricos no planeta (Sul Global), de acordo com a percepção eurocêntrica dominante. A própria globalização pode ser compreendida como o auge deste processo, que sucedeu o colonialismo tradicional, senão vejamos:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 117).

A colonialidade pode ser entendida como a imposição cultural e econômica por meio da ocupação, exploração e colonização da territorialidade alheia: "A colonização da América é central, uma vez que foi a partir dela que se constituiu a própria modernidade e, logo, a colonialidade" (Carvalho, 2020, p.22). Tal processo é muito anterior ao movimento expansionista europeu do século XV em diante no contexto ultramarino (colonialismo). Mas, é a partir deste período que temos uma

violenta eliminação da subjetividade, do saber, das práticas religiosas e tradicionais, da produção histórico-cultural dos povos que habitavam o denominado “Novo Mundo”.

Para uma compreensão realmente mundial e não provinciana da modernidade, como a hegemônica e eurocêntrica, o movimento descolonial compreende que, como dito anteriormente, a constituição do sistema-mundo moderno/colonial e capitalista é inaugurado a partir da invasão das Américas (Wallerstein, 1992, *apud* Carvalho, 2020, p. 15).

Portanto, a narrativa da superioridade epistemológica, jurídico-administrativa e racial europeia se sedimenta de forma consistente neste momento histórico. Na visão de Enrique Dussel, inaugura-se aí a Modernidade, senão vejamos:

A Modernidade realmente pode nascer quando se deram as condições históricas de sua origem efetiva: o ano de 1492 - sua mundialização empírica, a organização de um mundo colonial, e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico. A Modernidade nasce realmente em 1492: essa é nossa tese (Dussel, 1993, p. 187-188).

Por meio da perspectiva da descolonialidade, como construída nas últimas décadas, admite-se a percepção de que a preservação ambiental e os direitos da natureza – hoje tão debatidos – merecem protagonismo na discussão de políticas públicas de dimensão socioambiental. A rigor, inquietar-se e impor um movimento contrário à lógica desenvolvimentista atual, ter outras formas de pensar a realidade:

As cidades nos trópicos cresceram com o estigma de que para alcançar o progresso e o crescimento era necessário destruir, dominar, sufocar e controlar o mundo natural. A arquitetura desenvolve-se sob o signo da desnaturalização das paisagens para que o humano prevaleça. Neste sentido, as necessidades humanas de alimentação seriam supridas por atividades de agricultura situadas longe da cidade, no mundo rural, frequentemente, associado ao atraso (Guimarães, 2022, p. 239).

A influência do modelo de acumulação capitalista – que tudo e todos transforma em coisa – encontra-se tão fortemente arraigada entre nós que se torna árdua tarefa a sua desconstrução, posto que nos converte em sujeitos subalternizados.

A visão de mundo racionalista e mecanicista, de tradição cartesiana, que imprime sua força nos processos colonialistas e neocolonialistas, moldou nossos corpos e mentes no sentido de viver pela divisão: humano-natureza; campo-cidade; material-espiritual, dentre outras dicotomias forjadas a partir do paradigma eurocêntrico (Guimarães, 2022, p. 239).

O Sul Global encontra-se cada vez mais dependente da exportação de matérias-primas. Esta política extrativista acarreta, pois, uma apropriação irresponsável de recursos naturais não

renováveis, causando novas assimetrias de ordem econômica, ambiental e política. E isto nada tem a ver com o “destino”, e sim, com opções políticas dos governantes locais. Com isso, as economias latino-americanas, do México à Argentina, sofrem um processo brutal de reprimarização (Svampa, 2016).

Como fruto deste processo histórico, eclodem conflitos socioambientais por toda a região calcados em lutas ancestrais pela terra por parte de grupos tradicionais. Logo, a defesa dos bens comuns – recursos naturais –, biodiversidade e meio ambiente tornam-se bandeiras cada vez mais catalizadoras de participação cidadã.

Isto posto, Santarém conforma-se como mais um de diversos palcos de conflituosidade ambiental na América Latina, ou seja: “aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle de recursos naturais, que supõem, por parte dos autores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder” (Svampa, 2016, p. 143).

Não obstante, pelo recente reconhecimento dos direitos de identidade e territorialidade de populações tradicionais, verifica-se uma maior compreensão da ideia de desenvolvimento sustentável, na perspectiva descolonial, como contraposição à ideia de desenvolvimento capitalista – pelo próprio Estado –, reforçada por padrões eurocêntricos, que nos mantêm em contexto de colonialidade permanente:

Assim, o *trade-off* geração de divisas versus recrudescimento da desigualdade produtiva regional deve ser repensado, seja pela necessária melhoria da qualidade de vida da população da região amazônica, seja pela introdução de um modelo de desenvolvimento que supere o atual padrão de mero celeiro de produtos básicos, com efeitos deletérios crescentes sobre o meio ambiente e com baixo retorno social, basta conferir os indicadores de desenvolvimento humano da região [...] (Oliveira; Trindade, 2022, p. 119).

Assim, destaca-se o valor de documentos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) para os povos indígenas, por meio da exigência da consulta prévia, livre e informada como meio de controle/recuperação de territórios, além de outras providências.

Por conseguinte, parece-nos extremamente imperativo desvelar que outros modos de ser, fazer e viver são possíveis, independente dos padrões de comportamento que secularmente nos são impostos e normalizados pela porção norte do globo terrestre:

[...] vários elementos do nosso dia a dia que nos parece tão comuns refletem a colonialidade e reforçam padrões eurocêntricos e estadunidenses, incluindo o que consideramos como desenvolvido e moderno. Nesse sentido, considera-se “em desenvolvimento” ou mais desenvolvidos do que na época da colonização, além disso, busca-se cada vez mais “modernizar” por ter como meta o padrão acima

mencionado. E por não estar totalmente dentro desses padrões, o Brasil é considerado como país subdesenvolvido e de Terceiro Mundo (Furtado; Nunes, 2022, p. 58).

4.1 O Bem Viver como Alternativa

Diante deste cenário, convém explorarmos o conceito filosófico do “Bem Viver”, de matriz equatoriana, que nos é apresentado por Alberto Acosta, e que traz em si mesmo a possibilidade de extração de um discurso descolonial pela confrontação da episteme eurocêntrica, que ainda permeia nossa apropriação do meio ambiente. A quebra do paradigma epistemológico colonial na dimensão do poder (estrutura, cultura), do saber (objetividade, metodologia) e do ser (subjetividade, tempo, espaço) é urgente, pois viver em harmonia com a natureza é, essencialmente, viver bem.

Oriundo da cosmovisão indígena andina (Equador e Bolívia), o Bem Viver é entendido como um elo entre passado e futuro, comunitário e ecologista, implicando um redirecionamento da cultura da acumulação para a vida. A matriz indígena originária é a mola propulsora desta categoria, que assume diferentes matizes naqueles países.

O Bem Viver, como anotamos, nos ordena a dissolver os tradicionais conceitos de progresso, em sua derivação produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista do crescimento econômico (Acosta, 2016, p. 90).

A noção de descolonialidade, por intermédio do Bem Viver, se adequa bem às necessidades dos territórios tradicionais quilombolas de Santarém frente ao brutal processo de apropriação do seu espaço que está ocorrendo em nome do “progresso desenvolvimentista”, baseado na suposta vocação local para a exportação.

Podemos apontar no processo desenvolvimentista da Amazônia as características de uma colonialidade do meio ambiente, através da qual cultura e natureza separam-se binariamente, o que proporcionaria ao homem o hegemônico direito de exploração destes recursos em detrimento das demais espécies, sendo esta a visão dominante por muito tempo em grande parte da economia global:

É interessante notar que o desenvolvimento transcorrido em boa parte dos países esteve calcado no mito de uma sociedade industrializada e no mito econômico tecnocrático, reforçando a ideia moderna da razão instrumental. Assim, desenvolvimento tornou-se sinônimo de desenvolvimento capitalista, servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural (Souza, 1996, *apud* Cardoso *et al*, 2018, p. 35).

A esse respeito, convém asseverar que a própria ideia de desenvolvimento não é uma unanimidade entre os estudiosos, a saber:

Dessa forma, há que se atentar para o fato de que o conceito de desenvolvimento, tanto quanto o de 'justiça social' ou de 'democracia' é um conceito em disputa. É provável que nunca alcancemos consenso sobre o conceito, sobre suas diversas interpretações ou sobre sua aplicação e esse é um dos motivos pelos quais o conceito de desenvolvimento precisa, necessariamente, ser sempre contextualizado, adjetivado, explicado ou justificado. Enquanto uns acreditam que tudo se resume ao crescimento econômico, à expansão dos mercados, outros acreditam que a melhoria qualitativa da sociedade só será possível por meio da produção massiva de conhecimento, da evolução das tecnologias da informação e, principalmente, do desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento que seja sociocêntrico e endógeno (Cardoso *et al*, 2018, p. 35).

A construção de uma nova alternativa ao *status quo* vigente encontra diversos obstáculos, de ordem governamental e social. Contrapor-se aos projetos agroextrativistas, que ameaçam os modos de vida dos mais vulneráveis e o futuro das novas gerações, é o lugar para o qual se deve apontar.

A opressão sofrida pelos quilombolas santarenos que vivem às margens do Lago do Maicá – e o meio ambiente que habitam – demonstra a dimensão segundo a qual são percebidos: de atraso e primitivismo. E, assim sendo, “aqueles que não são vistos como modernos são desconsiderados e desvalorizados, tanto no processo histórico quanto na atualidade, mas também na construção de um futuro” (Furtado; Nunes, 2022).

Reconhecendo o direito das comunidades quilombolas e outros povos tradicionais da região, como ribeirinhos, à consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 da OIT e outras garantias legais que assistem a essas pessoas, bem como pela necessidade de retificação e complementação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu consequente relatório (RIMA), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu liminar impedindo as obras de implantação do porto da EMBRAPAS.

Por meio da suspensão do licenciamento ambiental, após Ação Civil Pública patrocinada conjuntamente pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Pará, o empreendimento encontra-se paralisado.

Em meio a todo este imbróglio jurídico, as comunidades articularam-se por meio de sua associação representativa, FOQS, e elaboraram seu próprio protocolo de consulta no ano de 2016. Tal instrumento é fruto de um conjunto de oficinas, orientações, reuniões e mobilizações que foram realizadas em parceria com a ONG Terra de Direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações tradicionais brasileiras sempre estiveram invisibilizadas, sobretudo os quilombolas, que costumeiramente eram associados à ideia de criminalidade, fuga, atraso, entre outras concepções preconceituosas em razão da sua reminiscência histórica dos tempos de ancestralidade na escravidão.

A Constituição Cidadã, aliada a outros instrumentos legais – inclusive internacionais – passou a reconhecer a existência e o direito à propriedade destas comunidades. Um amplo arcabouço jurídico garante os meios necessários à reprodução física e cultural dessas pessoas. Contudo, fazer valer tais direitos no plano concreto não tem sido tarefa fácil, mormente em razão de conflitos de interesses entre agentes do capital – e do Estado – frente aos territórios dessas populações, que são zoneados – por “vocaçãõ” – como de interesse para a expansão econômica atendendo ao velho conceito desenvolvimentista de décadas passadas.

Em Santarém, as comunidades quilombolas às margens do rio Amazonas – e do Lago do Maicá – têm sofrido com essa realidade, na medida em que seus direitos vêm sendo sistematicamente violados pelo avanço do capital e por decisões do poder público que claramente vão de encontro ao previsto na legislação.

O Lago do Maicá é considerado uma das zonas de maior diversidade de pescado na cidade de Santarém, é fonte de alimentação e meio de locomoção das populações locais. Portanto, quilombolas, indígenas e ribeirinhos da região encontram-se expostos a impactos ambientais que podem inviabilizar a sua reprodução física e cultural, e acarretar sua conseqüente migração para a periferia da cidade em busca de sobrevivência. Ressalte-se, ainda, que o fato de estarem enfrentando empresas com conexões nacionais e internacionais, expondo-se ao conflito, vivendo em um constante estado de insegurança, também causa àquela população danos de ordem moral que precisam ser considerados.

A forma de desenvolvimento que se verifica, fundamentada no capitalismo predatório, procura escamotear suas intenções sob a mensagem da geração de emprego e renda, velhos mitos de oportunidades que se sobrepõem ao discurso da preservação ambiental ou ao respeito pelos povos tradicionais que há muito habitam aquela região.

Tal modelo de desenvolvimento capitalista apresenta argumentos que, diante da situação de falta de chances e desemprego, encontra aceitação em grande parcela da sociedade, que não compreende os perigos dos impactos ambientais em suas vidas no médio e longo prazo. Fazer com que o conceito de Bem Viver, associado ao discurso de desenvolvimento sustentável, seja difundido e absorvido pela sociedade é extremamente difícil, sobretudo diante do poderio midiático de setores como o agronegócio.

Portanto, trazer à discussão conflitos socioambientais como o que assola as comunidades quilombolas do Lago do Maicá, em Santarém, e pensar outras formas de crescimento econômico, é uma maneira de garantir o direito de fala a essas pessoas e a possibilidade de contrapor-se aos interesses predatórios através da academia, da mídia e do Poder Judiciário que, até agora, na medida do possível, tem sido a última barreira defensiva destas populações com o apoio dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AMAZÔNIA LATITUDE. **Em Santarém, projeto de porto da Embraps ameaça Lago do Maicá**. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/>. Acessado em: 20 nov. 2022.

BENATTI, José Heder. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. *In*: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. (p. 93-113).

BENATTI, José Heder. Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra. *In*: **Revista Amazônia de estudos sócio-jurídicos-ambientais**. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2007. (p. 23-39).

BRASIL. Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: 19 nov. 2022.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos... Disponível em: file:///Users/napoleao/Downloads/_PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%2060,%20DE%2024%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202015.pdf. Acessado em: 19 nov. 2022.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *In*: **Revista Estudos Avançados**, 19, São Paulo: USP, 2005.

CARDOSO, Ana Cláudia D.; PERES, Janaina L. P.; RAVENA, Nírvia; SANTOS, Renata C. G. dos. **Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira.** Revista Nau Social, vol. 09, n. 17, pp. 33-45, 2018-2019.

CARVALHO, Rayann Kettuly Massahud de. **Direito e Pensamento Descolonial: aspectos introdutórios.** Revista de Direito Viçosa, vol. 12, n. 2, pp. 1-30, 2020.

CASTRO, Edna. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos.** 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004 (p. 45-78).

CORTELLA, Mário Sérgio. **Viver em paz para morrer em paz: se você não existisse, que falta faria?** 4ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2021.

DUSSEL, Enrique. **1492 – o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade:** Conferências de Frankfurt. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; NUNES, Thainá Guedelha. Decolonialidade e bem viver: uma reflexão a partir do contexto ribeirinho da ilha do Combu. In: **Revista Novos Rumos Sociológicos.** v. 10, n. 17. Belém, 2022. (p. 46-69).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Matérias especiais quilombolas no Brasil.** Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20\(827\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20tem%20uma,de%20localidades%20ind%C3%ADgenas%20(827).). Acessado em: 19 nov. 2022.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia, colônia do Brasil.** Manaus: Editora Valer, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Década internacional de afrodescendentes: 2015-2024** reconhecimento, justiça, desenvolvimento. Disponível em: <https://decada-afro-onu.org/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.** Santarém: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, 2021. Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/posts/May2021/plano-municipal-de-atendimento-socioeducativo-final-609c2e35f156f.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Ensayos em torno a la colonialidad del poder.** 1.ed. Buenos Aires: Del Signo, 2019

SHIRAIISHI, Joaquim Neto. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In: Descolonizar o imaginário.* São Paulo: Autonomia literária, 2016.

TERRA DE DIREITOS. **Quilombo Pérola do Maicá, em Santarém (PA), conquista título de segunda parte da área.** Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/quilombo-perola-do-maica-em-santarem-pa-conquista-titulo-de-segunda-parte-da-area/23238>. Acessado em: 19 nov. 2022.

TERRA DE DIREITOS. **Justiça do Pará proíbe Prefeitura de Santarém de autorizar novos portos no Lago do Maicá (PA).** Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/justica-do-para-proibe-prefeitura-de-santarem-de-autorizar-novos-portos-no-lago-do-maica-pa/23770>. Acessado em: 19 nov. 2022.



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:



Apoio:



Parcerias:

